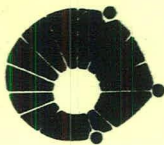


DGRH/I
CC/IEL
16.1

Carta nº 1

TRABALHOS E
COMPROVANTES DE
PARTICIPAÇÃO EM CONGRES-
SOS E ENCONTROS ACADÊMI-
COS - ROSEMARY ARROJO

PROCESSO Nº 4679/84



UNICAMP

INFORMAÇÃO

FLS

NÚMERO

RUBRICA

Ao SIARQ para manter em arquivo a 2 (duas) pastas que contém comprovantes curriculares de Rosemary Arrojo - IEL, a qual acompanhou o trâmite do Proc.nº01-P-4679/84 2 1 (Vida Funcional), em nome do interessado.

Alda Regina Zafro Gomes
ALDA REGINA ZAFRO GOMES
Seção de Apoio Admin.
Secretaria Geral

21/3/95

"CÂNTICO"

(UM MANUSCRITO DE MÁRIO DE ANDRADE)

Telê Porto Ancona Lopez

O caderninho de 15,4 x 10,5 cm esteve encapado um dia. Dessa proteção só resta a parte interna, papel pardo com dobras precisas, serviço talvez de mãe ou irmã. Na capa dura, também parda, vincos no verniz gasto, rabiscos e desenhos a lápis preto, quase apagados pelo manuseio, borrão de tinta derramada; nesta capa tão viva, o título a lápis vermelho é Poemas.

Aberto o caderninho, são 30 folhas de quadriculado miúdo, coladas ao dorso, onde se vê o sinal de quase outro tanto arrancado. Teriam sido 50, de acordo com os padrões das papelarias. Da parcela desaparecida — ou destruída — sobrevive, entretanto, uma folha solta, pertencente a um primeiro momento perdido. Depois, vêm esboços e rascunhos de diversos poemas, autógrafa a lápis, crivado de rasuras, cruces de Santo André anulando, raras exceções, o que está na face e no verso das 56 páginas ocupadas.

Em nossas mãos, o manuscrito da *Lira Paulistana*, de Mário de Andrade, onde o caderninho gasto historia o primeiro passo na gênese dos poemas. Ou, mais corretamente: funde um primeiro momento, 1933, à retomada, em 1944 e 45, para elaboração efetiva dos textos, através de diferentes etapas, que as rasuras e as redações sucessivas configuram. *Lira Paulistana*, publicada no final de 1945, após a morte do escritor, não sofreu o apagar dos caminhos, a destruição dos manuscritos, como era hábito dele. O estudo do percurso dos textos que reúne não será, contudo, matéria de nossa preocupação hoje. O que nos interessa, aqui, é desvelar as raízes de um projeto na folha remanescente de 1933, folha na qual o rascunho de um poema se liga a notas que explicam matrizes poéticas.

A poesia de Mário de Andrade mostra-se sempre acompanhada de Mnemosine, a mãe das musas, a memória que não só desencava vivências para a presença da autobiografia em poemas e na ficção. Nêmesis pode ser reconhecida no recriar, onde se escondem outros autores, outras obras. 1933 é quando, de terrível crise existencial, o poeta extrai o "Grã Cão do Outubro", mais tarde, parte d' "A Costela do Grã Cão", no livro *Poesias*, em 1941. A pulsão da morte o im-

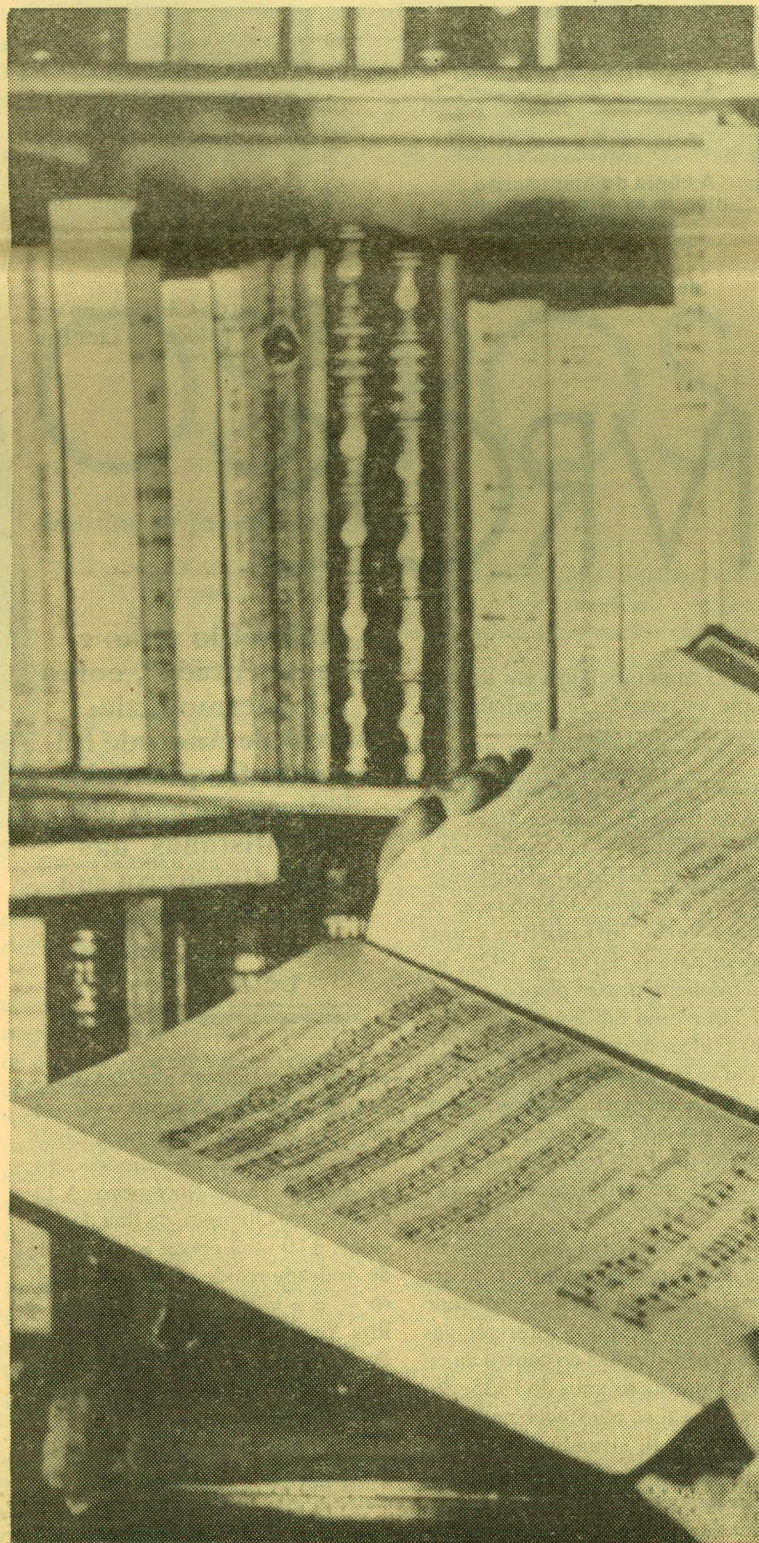
pele à visão extremamente dilacerada de si próprio e do mundo/cidade em que vive. Obriga-o a antecipar o aniversário de outubro, estigmatizado, "agora que a velhice avança". "Quarenta Anos", escrito a 27 de junho, de acordo com as datas oferecidas pela edição, é, no entanto, possível que não tenha sido o primeiro no conjunto dos poemas de 1933. A folha solta no caderninho pardo sugere, no mesmo ano, a mistura de temas do que se tornaria o "Grã Cão do Outubro" à

temática dos futuros poemas de *Lira Paulistana*. Vamos à folhinha!

Frente e verso contêm a escrita miúda, calma e leve na primeira hora e nervosa nas reformulações. Logo após os traços que excluem nota no alto da página, referente a outro propósito, o título do poema destaca-se no meio da linha, exibindo um lapso curioso, já corrigido pelo autor: "Cântico" (sem o acento circunflexo). No correr do lápis saíra "Cantigo", armadilha do inconsciente num poe- ➔

O bibliófilo, o amante da música, o crítico literário, o homem de muitos amigos são alguns dos aspectos da personalidade de Mário de Andrade analisados nesta série de artigos especialmente preparados pela equipe de pesquisadores do IEB em homenagem ao escritor, no transcurso dos 45 anos de sua morte

No acervo do IEB, além das obras de consulta, os cadernos com as anotações do poeta



TEORIA E PRÁTICA DA TRADUÇÃO

Rosemary Arrojo

"Pierre Menard, autor do Quixote", o conhecido conto de Borges, e um ensaio de José Paulo Paes, reproduzido no livro "Tradução, a Ponte Necessária", lançado pela Ática, suscitam a análise dos inúmeros problemas relacionados com a teoria e a prática da tradução

Num conto magistral, Jorge Luís Borges escancara o trágico destino que o logocentrismo reserva ao tradutor. Trágico, em primeiro lugar, porque faz com que o próprio tradutor se imponha, a cada tradução, uma missão impossível. A obra "impar" e "interminavelmente heróica" do borgiano Pierre Menard, por exemplo, é, nada mais, nada menos do que a tentativa de "reproduzir totalmente" alguns capítulos do *Quixote* de Cervantes. Para atingir seu "assombroso" objetivo, Menard se negou qualquer facilidade. Descartou, por exemplo, o primeiro "método" que imaginara para levar adiante seu projeto. Tornar-se Cervantes, ou seja, "conhecer bem o espanhol", "recuperar a fé católica", "guerrear contra os mouros", "esquecer-se da história européia entre 1602 e 1918" pareceu-lhe uma "diminuição": "ser, de alguma forma, Cervantes e chegar ao *Quixote* lhe pareceu menos árduo — por conseguinte, menos interessante — que continuar sendo Pierre Menard e chegar ao *Quixote* através das experiências de Menard" (1).

Na descrição dessa loucura quixotesca de Menard, revela-se, também, o enredo absurdo que nossa tradição e a grande maioria de nossas teorias armam para a tradução: enquanto se atribui ao autor a paternidade e o controle (consciente) do significado, se reserva ao tradutor a fantástica tarefa de resgatar o irrecuperável, pressupondo-se que o significado não apenas seja resultado absoluto da consciência do autor mas que transcenda também seu tempo e lugar, mantendo-se plasmado e protegido nas malhas da letra e do

texto. Ao aceitar esse papel sabidamente fadado ao insucesso e à frustração, o tradutor que pretenda o resgate de seu autor necessariamente se submete a outro conflito trágico. Da mesma forma que o tradutor estará sempre em desvantagem em seu embate com o autor que traduz, será potencialmente fatal para o texto traduzido o encontro com o público leitor e, principalmente, com o crítico, a quem se atribui o poder de julgar e determinar o correto e o adequado. É exatamente o que acontece a Pierre Menard, cujo esforço sobre-humano não resiste à interferência da leitura de seu resenhista, o narrador que apresenta e avalia o espólio literário desse "simbolista de Nîmes" recentemente morto. Embora Menard julgue ter produzido um fragmento "idêntico" ao *Quixote* de Cervantes e julgue ter realizado, portanto, uma tradução total e "perfeita", é precisamente a leitura que seu "crítico" nos apresenta no conto que transforma em diferente o que teria sido idêntico. Naquele que talvez seja um dos grandes momentos de sua ficção, Borges coteja os dois fragmentos verbalmente idênticos, um de Cervantes e outro de Menard, e aponta suas profundas "diferenças" históricas, filosóficas e estilísticas.

Nesse triângulo formado por autor, tradutor e crítico, é ao tradutor que a tradição reserva o vértice mais vulnerável e a quem nega qualquer poder aural. Ao tradutor cabe apenas uma quixotesca fidelidade aos significados que seu autor supostamente pretendeu colocar no texto, fidelidade essa que será, entretanto, estabelecida, ou não, por outros leitores e, muitas vezes, por um crítico, um leitor privilegiado a quem se atribui o direito e o poder de julgamento. Todas as teorias de tradução alicerçadas em pressupostos logocêntricos e que creem, portanto, na possibilidade de significados estáveis atrelados à letra e independentes de contexto e da perspectiva de um sujeito interpretante, necessariamente amesquinham a atividade do tradutor já que suas expectativas serão inescapavelmente frustradas pela prática. Todas essas teorias são, nesse sentido, essencialmente menardianas,

inspiradas por um objetivo alucinado. Como Menard, o teórico e o crítico fiéis à crença na possibilidade do resgate de significados descartam o "real" e o "possível" e condenam o tradutor e sua atividade a um destino de impossibilidade e frustração.

Os contornos desse desencontro entre teoria e prática ficam especialmente claros, por exemplo, em comentários de tradutores consagrados acerca de seu ofício. Para ilustrar esses contornos dentro dos limites deste trabalho, vou me concentrar num ensaio de José Paulo Paes, "Quatro pólos da tradução e sua crítica", recentemente publicado (2).

Paes, um de nossos mais destacados tradutores, forjado na prática da tradução e da poesia, sabidamente defende a equiparação da tradução à escritura "original" e condena "a idolatria do original, responsável por um enfoque perverso da tradução como diminuição": "finda a idolatria, a obra traduzida passa a assumir, de pleno direito, um estatuto de equivalência com a obra original, de que é estado 'possível' noutro idioma que não aquele em que foi concebida por seu autor". Até mesmo no difícil terreno da tradução dos chamados textos poéticos, José Paulo Paes defende essa equiparação. Ao comentar "Tradutores-poetas", de Mário de Andrade (3), Paes arremata: "O fundamental, nesse artigo, é ele conferir à tradução de poesia um estatuto de igualdade com a criação poética propriamente dita, estatuto que Pound defendeu pioneiramente na poesia de língua inglesa" (Idem).

Mas, por que mereceria a tradução essa "equiparação"? Por que condenar a "idolatria do original"? Mais do que o fato de que a tradução é o "estado possível" do original noutro idioma, como sugere Paes, a tradução não deve ser considerada "menor" do que seu original precisamente porque, enquanto objeto estável e protetor dos significados intencionais de um autor, esse original simplesmente não pode existir. Pressupor sua existência nesses termos seria o mesmo que pressupor a possibilidade de que alguém se transforme

em outro e viva as experiências desse outro, em seu tempo e lugar, como também imaginou Pierre Menard. Originais, como traduções, somente podem viver através do contato com uma leitura, o que necessariamente pressupõe perspectiva e interferência, como tão bem demonstra o "trabalho" do resenhista-narrador de Borges. Não pode haver, conseqüentemente, nenhuma "tradução definitiva", como afirma José Paulo Paes. Mas não pode haver, tampouco, nenhum original definitivo, nenhum texto que pudesse permanecer o mesmo enquanto todo o resto muda e se transforma.

Nada mais sensato, portanto, do que detectar "na teoria da tradução como transparência" a origem do "descaso pelo tradutor", como propõe Paes: "essa famigerada teoria teve possivelmente em John Lehman o seu melhor — ou pior, tanto faz — porta-voz. Sustentava ele que 'falar em tradução era como conversar sobre o vidro de um quadro, quando o que devia monopolizar a nossa atenção era evidentemente a pintura'" (pág. 4). Contudo, embora condene essa reflexão que, como declara, "diminui" a atividade do tradutor, é exatamente uma versão desse mesmo tipo de reflexão que José Paulo Paes acaba defendendo enquanto postura teórica. Ao desenvolver o "simile ótico" esboçado por Lehman, Paes mantém a imagem de um original nitido e presente, claramente dividido em conteúdo e forma, anterior à interpretação e imune à passagem do tempo, enquanto a tradução é pensada em termos de "refração", o que sugere, no mínimo, modificação e desvio: "a função principal da crítica



José Paulo Paes: um produtor de significados

de tradução, para levar adiante o simile ótico, seria então a de destacar e estudar em pormenor os fenômenos da refração tradutória (...). Após acompanhar, passo a passo, a passagem dos raios luminosos da semântica do conteúdo e da semântica da forma através de um meio de diferente densidade, isto é, a língua-alvo, poderia ela determinar, ao fim dessa análise de percurso, quanto houve nele de perda, compensação ou até mesmo ganho" (pág.4).

O poder privilegiado que atribui à crítica de "determinar" quanto houve "de perda, compensação ou até mesmo ganho" numa tradução pressupõe, por sua vez, não apenas a permanência inalterada do original, apesar dos diferentes contextos e da incômoda passagem do tempo, como também a noção de que a apenas alguns leitores — neste caso, a um crítico idealizado — se encontra acessível o verdadeiro significado de um texto. Em outras palavras, para Paes se mantém intacto o enredo tradicionalmente projetado para a tradução: enquanto os limites do significado de um texto são supostamente acessíveis ao seu autor e a, pelo menos, alguns leitores, o tradutor permanece à sombra, num "arriscado ofício", amargando seu destino de traidor e marginalizado. Não é à toa, aliás, que os tradutores seriam, como sugere Paes (citando Larbaud) uma "raça irritável" (pág. 5), cuja suscetibilidade à crítica parece mais aguçada do que a da maioria dos mortais.

Assim, enquanto o tradutor Paes ampara o "possível" e o "humano" dessa atividade tão complexa e tão malcompreendida, o teórico a relega a uma idealização inatingível e divorciada da prática. Concluindo, faço minhas suas palavras finais no referido ensaio: "o pior cego é o que não quer enxergar. Melhor dizendo: enxergar-se". Se o teórico e o crítico abrirem mão da expectativa menardiana de que um original possa permanecer para todo o sempre o mesmo, preservando os significados mumificados de um autor, e se puderem enxergar, então, o conflito inútil entre a evidência da prática e o quixotismo das teorias de ascendência logocêntrica, libertarão também o tradutor do perverso "descaso" que nossa tradição teórica lhe tem reservado há pelo menos dois milênios. Libertado de sua missão impossível, talvez também o tradutor possa finalmente enxergar os limites e o alcance reais de sua atividade e enxergar-se como o importante produtor de significados que é, consciente de seu papel fundamental na construção de qualquer cultura ●.

Notas

1) "Pierre Menard, Autor del Quixote", em Ficciones. Para uma leitura mais detalhada do conto, ver R. Arrojo, Oficina de Tradução (São Paulo: Ática, 1986), pp. 13-24.

2) Em Letras, Folha de São Paulo, São Paulo, 21/04/1990, pp. 4-5; reproduzido no livro recém-saído — Tradução, a Ponte Necessária — aspectos e problemas da arte de traduzir, de José Paulo Paz, Editora Ática, São Paulo, 1990.

3) Reproduzido em Remate de Males, nº 4, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1984, pp. 179-182.

Rosemary Arrojo é professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e autora de Oficina de Tradução — A Teoria na Prática.



Borges: a missão impossível do tradutor



TARZAN E ZORRO NA SORBONNE

Entrevista a Napoleão Sabóia e Gilles Lapouge

Como se explica sua paixão pela literatura popular?

Uma paixão de criança. Vivi a infância, entre 40 e 50, naquele quadro da guerra, marcado pelas privações, angústias e sobresaltos. Era um ambiente noturno, fantasmagórico — e os dias não eram menos sombrios, de cores sinistras, regidos pela ordem moral do "Marechal (Pétain) nous voilà". Se aqueles tempos eram terrivelmente deprimentes para as crianças, imaginem para os adultos! Tínhamos, pois, a tendência de nos fechar sobre nós mesmos para não sofrer os contragolpes das dificuldades em que se debatiam os adultos. Foi então que, graças à biblioteca de um amigo, guardada — como era de hábito na época — dentro de velhas caixas de sapatos, penetrei nesse império escondido das histórias em quadrinho e do romance popular. Era uma época de penúrias, quase não havia livros novos, o *Jornal do Mickey* era publicado em preto e branco, às vezes, em azul e preto, porque também faltavam tintas. Mas o certo é que, um dia, o amigo fez sair Tarzan de uma caixa de sapatos! Pela primeira vez tinha nas mãos um exemplar do romance *O Retorno de Tarzan*, do qual já ouvira falar no cinema.

Qual foi o efeito?



Lacassin e as histórias em quadrinho: paixão que vem da infância

Foi um choque para mim a leitura daquela orgia de riquezas, do inventário de tesouros descobertos por Tarzan nas ruínas do mágico continente que se havia desintegrado — a Atlântida. Era prodigioso comparar as caves repletas de ouro descritas por Tarzan com a situação real em que vivíamos, obrigados a trocar pontas de cigarro por barras de chocolate. Vibrei com aquele Tarzan que, trazido da floresta africana para a civilização pelo comandante d'Arnot, aprende a falar francês, torna-se um agente dos serviços secretos franceses e depois foge para reencontrar Jane na sua selva natal.

Qual a sua sensação ao reler Tarzan hoje?

Evidente que fiquei menos inocente. Hoje, mesmo conhecendo todos os truques, chaves, parafusos dessa literatura, ainda a releio com muito prazer. Agora, o personagem de Tarzan no romance sempre foi superior ao do cinema. Havia no romance toda uma concepção onírica, uma construção imaginária, todo um universo mise-en-scène.

Todos os livros de Tarzan foram escritos pelo mesmo autor?

Edgar Rice Burroughs escreveu 27 volumes sobre Tarzan a partir de 1912. O cinema comprou-lhe o título e transformou o herói em guarda florestal, quando na obra de

Burroughs ele era um feiticeiro das civilizações perdidas. Um Tarzan que encontrava os atlantes, pedaços remanescentes do Império Romano, integrantes das Cruzadas que se perderam e não sabiam ainda que Roma tinha caído.

Tarzan, além dos livros, iria inspirar, de seu nascimento em 1912 até hoje, 15 mil histórias em quadrinho, mais de 100 filmes para o cinema e televisão, milhares de versões para o rádio, tornando-se personagem familiar em todas as línguas do mundo. E o que impressiona é a longevidade desse sucesso. O Tarzan do cinema supera, nesse terreno, Flash Gordon, Superman, Lone Ranger, Robin Hood e Zorro reunidos!

Por que tanto sucesso?

O fabuloso charme de Tarzan decorre basicamente do fato de que ele reinventou as origens e a potência integral do homem-macaco. Num século cada vez mais desoxigenado, urbanizado e submetido ao cimento armado, Tarzan recriou espaços de sonho. Ele encarnou durante décadas o fantasma coletivo

Grande especialista em histórias em quadrinho e romance popular, Francis Lacassin já tem 14 livros publicados sobre o assunto. O mais recente, "A la Recherche de l'Empire Caché" (Ed. Julliard), é uma apaixonante pesquisa sobre a mitologia do romance popular. Pela seriedade do trabalho de análise histórica e estética acabou por romper com o tabu pelo qual só a "alta cultura" merecia atenção da universidade.

Hoje Tarzan, Zorro, Frankenstein, Lucky Luke, Flash Gordon e tantos outros heróis não reconhecidos pela literatura culta circulam nos austeros anfiteatros da Sorbonne, pelas mãos do professor Lacassin

da vida ao ar livre, sem qualquer constrangimento ou coerção social. A força da selva o fez herói permanente, apesar das novas figuras interplanetárias surgidas no cinema e nas histórias em quadrinho.

E Burroughs, o criador de

Tarzan, era um espírito aventureiro, um homem viajado, fascinado pela floresta?

Burroughs só saiu dos Estados Unidos uma vez, em 1941, aos 67 anos, para ser correspondente de guerra no teatro de operações do Pacífico, depois do bombardeio de Pearl Harbor. Nunca teve a menor curiosidade de visitar a África. Também, era inútil, porque foi ele, trancado em casa, que a inventou... Na vida monótona, banal, sedentária que Burroughs levou até morrer, em 1950, deve-se buscar o segredo de sua obra, onde proliferam os super-homens, que se deslocam sem parar, percorrendo o mundo e os mundos. Certos homens levam uma vida de conquistadores na política, nas finanças, na indústria, etc., enquanto outros se limitam a sonhá-la. Foi o caso de Burroughs.

TEORIAS E POLÍTICAS DE TRADUÇÃO

Rosemary Arrojo

Num ensaio sobre "A Tarefa do Tradutor", a clássica reflexão de Walter Benjamin acerca das aporias desse ofício tão complexo, Paul de Man sintetiza a concepção de tradução enraizada na cultura ocidental desde, pelo menos, Cícero e Horácio:

"O tradutor nunca pode fazer o que o texto original fez. Qualquer tradução é sempre inferior em rela-

depositário de significados estáveis e permanentes, independentemente das leituras que se possam produzir a partir dele.

"O tradutor nunca pode fazer o que o texto original fez", diz o senso comum. Mas o que pode fazer o chamado "original" — como qualquer outro texto — a não ser se entregar a leituras, inevitavelmente datadas e marcadas por um contex-

to e por uma perspectiva? Contudo, é a um texto supostamente pleno de significados independentes de uma leitura que a tradução deve ser fiel. E, na frustração associada a essa fidelidade ao mesmo tempo esperada e impossível, podemos detectar uma das consequências da relação perigosa que o logocentrismo estabelece entre teoria e prática: qualquer

tradução será sempre "menor", sempre "insatisfatória", em comparação a um original idealizado e, por isso mesmo, inatingível.

É no espaço dessa relação alimentada de expectativa e frustração que críticos e tradutores também se encontram. Todo crítico de tradução escamoteia de sua crítica o fato de que sempre compara a tradução que julga com a tradução que tem em mente e que toma como sendo a "correta" ou "ideal". Num texto recente de Paulo Francis podemos encontrar um exemplar microscópico e anedótico desse jogo dissimulado da crítica. Em "A Língua é Nossa" (Caderno 2, O Estado de S. Paulo, 31/1/91), Francis comenta o final da tradução do Ulysses para o português realizada por Antônio Houaiss:

"É o célebre monólogo de Molly Bloom. Em orgasmo, Molly diz yes várias vezes. Como é que Houaiss traduziu? Com seu ouvido de lata, claro que traduziu para 'sim', literalmente correto, mas quem tem uma gota de sangue literário nas veias sabe que yes aí é o 'é' do verbo ser. 'Sim' é formal. O 'é', coloquial, adequado onomatopaicamente".

Como a grande maioria dos co-

mentaristas de traduções, Francis não parece achar necessário fundamentar as bases "objetivas" que lhe permitem classificar o "ouvido" do tradutor como sendo "de lata" ou diagnosticar sua falta de "sangue literário". O texto de Francis deixa claro que, segundo o crítico, quem tem o privilégio do "ouvido" de algum metal mais nobre do que a lata e do sangue "literário" — que permitiriam, entre outras coisas, descobrir a forma correta de expressar o prazer de Molly Bloom em português — é ele próprio, assumindo, conseqüentemente, a função de parâmetro para a avaliação da tradução que comenta. Assim, em sua crítica, o que é dele passa, implicitamente, a ser a norma, o desejável, o adequado, aquilo que verdadeiramente deveria estar no texto.

As voltas com uma tarefa de antemão fadada ao fracasso, o tradutor sempre está, como sugere De Man, "perdido logo à partida", inconsciente do inevitável papel autoral que desempenha. E nessa inconsciência torna-se cúmplice de outra relação perigosa entre teoria e prática. A marginalização a que as teorias condenam a atividade do tradutor reflete-se, também, por exemplo, no papel que a sociedade lhe atribui e na forma pela qual lida com sua profissionalização. O tradutor é, como lembra De Man, "por definição mal pago, é por definição sobrecarregado com trabalho, é por definição aquele que a história não fixará realmente como um igual".

Ao refletirem e corroborar o preconceito generalizado que a cultura ocidental cultiva em relação à tradução, as teorias de linguagem filiadas ao logocentrismo atribuem ao tradutor o papel de mero transportador de significados, que deve ignorar-se e a seu tempo e lugar ao realizar, sempre "inadequadamente", as operações desse transporte. E, no papel de neutralidade, o tradutor se humilha duplamente. Em primeiro lugar, ao aceitar o papel de mero transportador de significados não se reconhece como in-

térprete inevitável do texto que traduz, e não assume, portanto, a responsabilidade autoral que lhe cabe, cometendo, muitas vezes, traduções de textos que não "compreende" e sobre temas que desconhece. Conseqüentemente, ao abdicar de suas responsabilidades "autorais", deve abdicar também de quaisquer direitos autorais — em todos os seus sentidos —, aceitando como legítimas as políticas trabalhistas que têm regulado sua atividade, não apenas a remuneração "por definição" baixa e servil mas, sobretudo, a não-profissionalização de seu trabalho.

A noção de tradução como transporte neutro de significados de uma língua para outra e de um texto para outro implicitamente estabelece que o tradutor não necessita de uma formação específica, além do conhecimento das línguas envolvidas. Aliás, é, geralmente, como uma das possíveis aplicações do ensino de línguas estrangeiras que a tradução é lembrada em cursos universitários, tanto aqui como no Exterior. Com exceção de poucas universidades, que já se preocupam em formar profissionais da área, a grande maioria ainda não considera a tradução um objeto de estudo que deva ocupar seus departamentos.

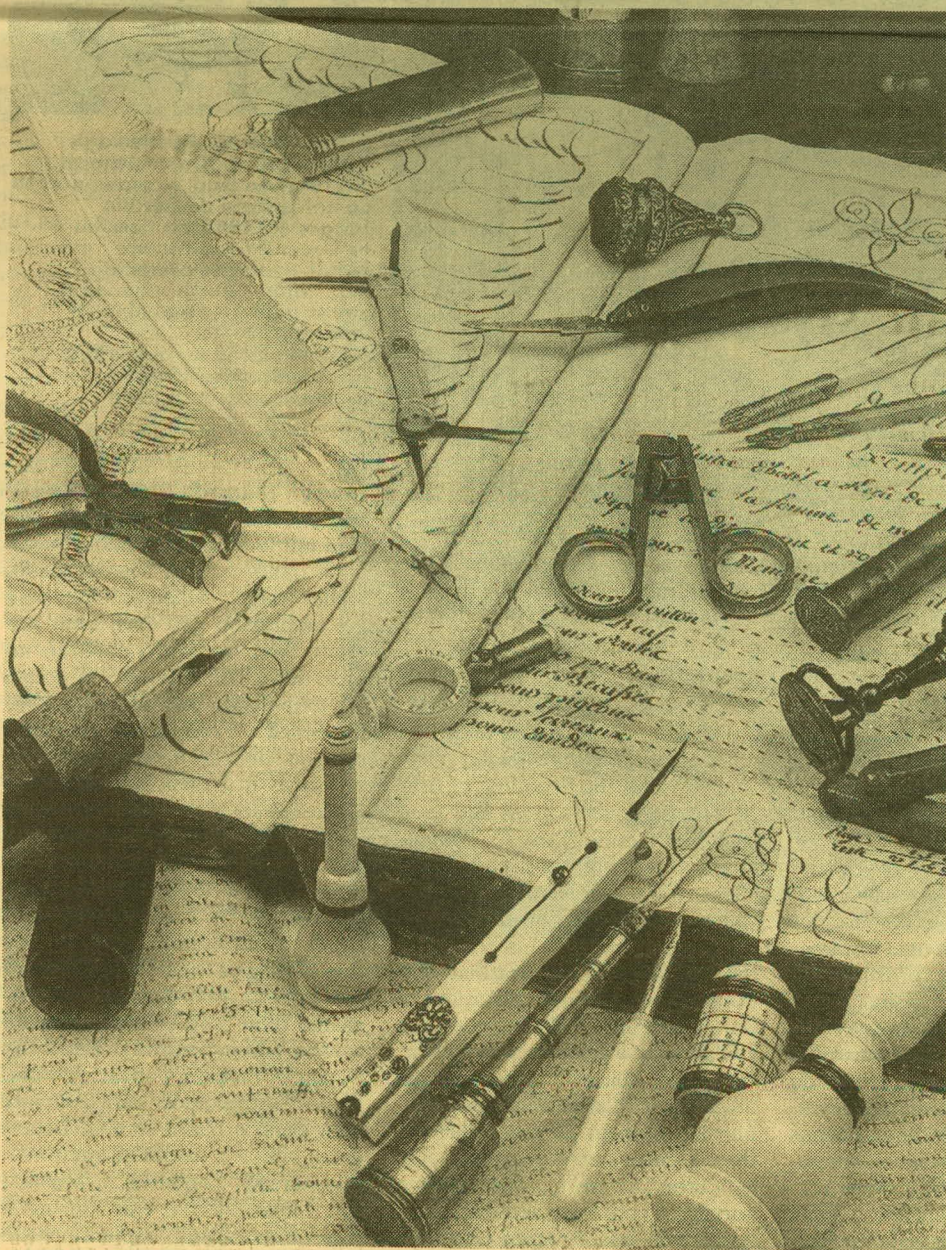
Colocada à margem da profissionalização e da institucionalização acadêmica, a tradução se marginaliza também enquanto objeto de reflexão e pesquisa dentro dos estudos da linguagem. Por não ter seu lugar demarcado dentro dos cursos de Letras, tanto na graduação como na pós-graduação, a tradução depende do interesse esporádico das disciplinas que têm espaço garantido na academia. Assim, também a pesquisa na área está fadada à incipiência e à precariedade. Como conseqüência, pouco se reflete e pouco se atua sobre os mecanismos e as políticas que põem em circulação tradutores, traduções, críticos e pesquisadores, eternizando-se, assim, o ciclo da indigência.

Enquanto os tradutores não se decidirem a cuidar das condições e dos rumos de seu ofício terão que aceitar o destino de marginalização que essas instituições lhes reservam. Somente a partir da conscientização desses profissionais acerca do poder autoral que exercem e da responsabilidade que ele implica, as relações perigosas que têm organizado tradutores e traduções poderão tornar-se mais honestas. Da mesma forma, dependerá dos pesquisadores e estudiosos da área o reconhecimento da legitimidade de seu objeto de estudo e a abertura de espaços próprios para ele nos departamentos e faculdades de Letras e nos órgãos financiadores de pesquisa. Tradutores e estudiosos da tradução terão, assim, a oportunidade de mudar os destinos e as definições de seu trabalho, colocando-o no espaço que merece na sociedade. ●

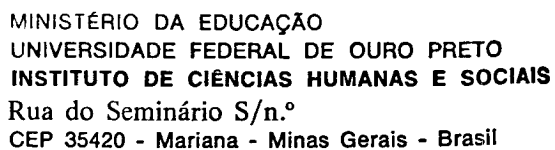
As voltas com uma tarefa de antemão fadada ao fracasso, o tradutor está, como diz Paul de Man, "perdido logo à partida". A marginalização a que as teorias condenam o tradutor se reflete no papel que a sociedade lhe atribui e na sua falta de profissionalização

Tal condenação à inferioridade e ao descaso perpetuada pelo senso comum de uma cultura centrada na valorização do logos e na busca impossível do significado exterior ao homem, imune à perspectiva e à passagem do tempo, é também o preconceito inevitável do qual parte toda reflexão logocêntrica sobre tradução. E é exatamente nesse ponto de partida que se estabelece a primeira relação perigosa entre teoria e prática. Perigosa, sobretudo, porque sub-reptícia e enganadora. Ao se apresentar como ciência, pretensamente neutra e despojada de qualquer interesse político ou ideológico, a reflexão teórica sobre tradução advinda das disciplinas institucionalizadas que — às vezes — se dedicam a seu estudo tem, na verdade, apenas confirmado e, portanto, legitimado com seu suposto lastro de "cientificidade" as formas desse preconceito.

Esse tipo de teoria, como o senso comum, espera da tradução uma eficiência sobre-humana, capaz de neutralizar quaisquer diferenças, ao mesmo tempo em que idealiza o chamado "original" pressupondo-o capaz de se manter o mesmo apesar das diferenças inevitáveis. Em outras palavras, apesar da evidência cotidianamente repetida de que não se conhece nenhum texto que possa ser independente da leitura que se faz dele nem que permita uma leitura unanimemente aceita em qualquer tempo e lugar, tanto o senso comum como as teorias da linguagem que o legitimam continuam pressupondo a possibilidade de um texto "original", presente,



Rosemary Arrojo é professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e autora de Oficina de Tradução: A Teoria na Prática.



Declaro, para os devidos fins, que a Profª ROSEMARY AR-
ROJO ministrou o Curso: Oficina de Tradução: a teoria na prática,
no período de 16 a 19 de novembro de 1987, durante o IV Ciclo de
Estudos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade
Federal de Ouro Preto. Sendo verdade, firmo a presente declara
ção em duas vias de igual teor. ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~

Côa. José Geraldo Vidal de Carvalho
Diretor do I. C. M. S.

CJGVC/mev.

*A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
em Letras e Linguística - ANPOLL*

declara que ROSEMARY ARROJO

participou do II ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 26 a 29 de maio de
1987, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qualidade de PARTICIPANTE DO GT
ANÁLISE DO DISCURSO, NA MESA-REDONDA "A METÁFORA"

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1987



Maria de Lourdes Cavalcanti Martini
Presidente da ANPOLL



Jürgen Heye
Secretário da ANPOLL

APOIO CULTURAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RIO

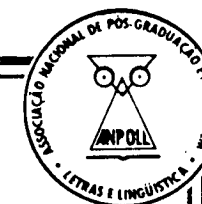
D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, para os devidos fins, que...Rosemary Arrojo.....
.....apresentou a comunicação intitulada "Searle e a noção de literalidade." *.....
.....no XI ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, realizado na PUC/RJ de 26 a 28 de setembro de 1988 como uma promoção do Departamento de Letras desta Universidade.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1988

Profa. Mariza do N. S. Pimenta-Bueno
Coordenadora Geral do XI ENL

* Em co-autoria com Kanavillil Rajagopalan.

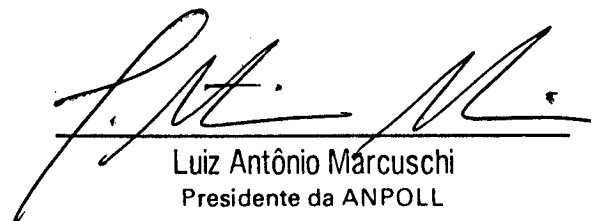


**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

declara que Rosemary Arrojo (UNICAMP)

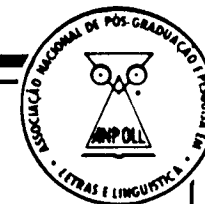
participou do IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 26 a 28 de julho de 1989, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na qualidade de expositora do trabalho "O mito da impossibilidade e da tradução e o logocentrismo: reflexões preliminares" no GT
Tradução.

São Paulo, 28 de julho de 1989


Luiz Antônio Marcuschi
Presidente da ANPOLL


Antônio Viana
Secretário da ANPOLL

ANROLL

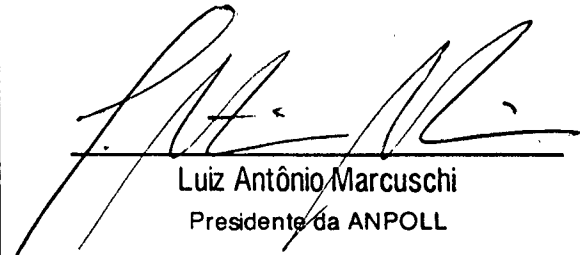


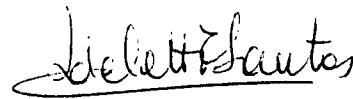
**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

declara que ROSEMARY ARROJO (UNICAMP)

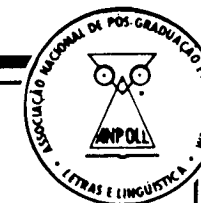
participou do V ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 25 a 27 de julho de 1990, no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, na qualidade de expositora do trabalho
"A missão impossível (e não assumida) do professor de tradução comentada" e de coordenadora do GT "Tradução".

Recife, 27 de julho de 1990


Luiz Antônio Marcuschi
Presidente da ANPOLL


Antônio Viana
Secretário da ANPOLL

ANROLL



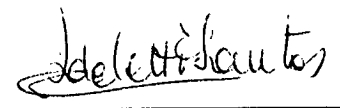
**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

declara que ROSEMARY ARROJO (UNICAMP)

participou do V ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 25 a 27 de julho de 1990, no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, na qualidade de expositora na mesa-redonda "O ensino de tradução no Brasil hoje: problemas e perspectivas" no GT "Tradução".

Recife, 27 de julho de 1990

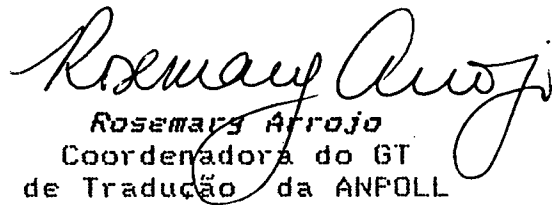

Luiz Antônio Marcuschi
Presidente da ANPOLL


Antônio Viana
Secretário da ANPOLL

DECLARAÇÃO

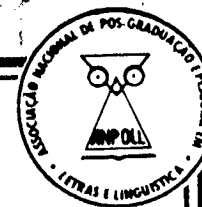
Declaro, para os devidos fins, que Rosemary Arrojo participou da Mesa-redonda "Há espaço para a Tradução nos cursos de pós-graduação em Letras?", no Encontro Paulista de Pesquisadores em Tradução realizado no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo nos dias 11 e 12 de abril de 1991.

São Paulo, 12 de abril de 1991


Rosemary Arrojo
Coordenadora do GT
de Tradução da ANPOLL

ANPOLL

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA



declara que ROSEMARY ARROJO

participou do VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 13 a 15 de maio de 1991, em Florianópolis, na qualidade de COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO DE TRADUÇÃO

Florianópolis, 15 de maio de 1991

Tania Franco Carvalho

Tania Franco Carvalho
Presidente da ANPOLL

Maria Lilia Dias de Castro

Maria Lilia Dias de Castro
Secretária da ANPOLL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS

COLEGIADO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRADUÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, para fins de registro em curriculum vitae que a Professora Dra. ROSEMARY ARROJO, da UNICAMP, ministrou neste Curso 25 horas de aulas versando o tema "teorias da tradução", correspondente ao Módulo 2 da disciplina TEORIA DA TRADUÇÃO, cuja carga horária total de 45 horas foi iniciada pelo Professor Dr. Mario Laranjeiras, da USP, de 13 a 17/01/92, e complementada por esta, de 20 a 24 de janeiro de 1992.

Salvador, 14 de fevereiro de 1992


LUIZ ANGÉLICO DA COSTA

Coordenador

LAC/rh

ANPOLL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

declara que... ROSEMARY ARROJO
participou do VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 17 a 20 de maio de 1992, em Porto
Alegre, na qualidade de... Coordenadora do GT "Tradução"

Porto Alegre, 20 de maio de 1992

Tania Franco Carvalho
Presidente da ANPOLL

Maria Lília Dias de Castro
Secretária da ANPOLL

ANPOLL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

declara que ROSEMARY ARROJO.....
participou do VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 17 a 20 de maio de 1992, em Porto
Alegre, na qualidade de... participante de mesa-redonda: "A estrutura curricular...
viável para os cursos de tradução de nossas Universidades..." e coordenado-
ra de sessão.....

Porto Alegre, 20 de maio de 1992

Tania Franco Carvalho

Tania Franco Carvalho
Presidente da ANPOLL

Maria Lília Dias de Castro

Maria Lília Dias de Castro
Secretária da ANPOLL

ANPOLL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

declara que..... ROSEMARY ARROJO
participou do VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, realizado de 17 a 20 de maio de 1992, em Porto
Alegre, na qualidade de..expositora do trabalho.."A pesquisa em tradução em São
Paulo..".....
.....

Porto Alegre, 20 de maio de 1992

Tania Franco Carvalho

Tania Franco Carvalho
Presidente da ANPOLL

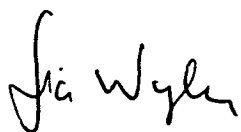
Maria Lília Dias de Castro

Maria Lília Dias de Castro
Secretária da ANPOLL

D E C L A R A Ç ã O

Declaramos que a Professora ROSEMARY ARROJO participou como debatedora da mesa redonda sobre Problemas de Tradução e Mercado Editorial promovida pelo Sintra em 03 de setembro de 1992, às 19h, durante a 12ª Bienal Internacional do Livro, Pavilhão de Exposições do Ibirapuera, São Paulo.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1992.



Lia Wyler
Presidente

GEL - GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sociedade Civil reg. sob n.º 51.052 no 4.º Reg. de Tít. e Docs. — São Paulo

XXXIV SEMINÁRIO DO GEL

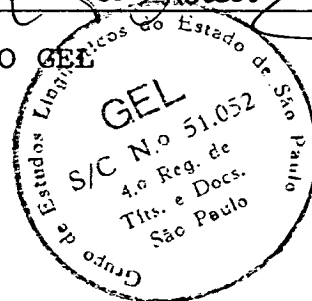
CERTIFICADO

Certifico, para fins de direito, que a professora ROSEMARY ARROJO fez a conferência " A crise da Metalinguagem - uma perspectiva interdisciplinar " durante o XXXIV Seminário do GEL, realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNISANTOS, nos dias 06 e 07 de novembro de 1987.

Santos, 07 de novembro de 1987.

Luís Benedito da Silva Albani

PRESIDENTE DO GEL



GEL - GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sociedade Civil reg. sob nº 51.052 no 4º Reg. de Tít. e Docs. - São Paulo

XXXIV SEMINÁRIO DO GEL

C E R T I F I C A D O

Certifico, para fins de direito, que
ROSEMARY ARROJO

participou do grupo de trabalho "A Quem Pertence a
Metáfora nos Estudos da Linguagem?"

incluído na programação do XXXIV Seminário de Lin-
güística do GEL, realizado na Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras da UNISANTOS, de 06 a 07 de novem-
bro de 1987.

Santos, 07 de novembro de 1987.

Flávia Bernadete Farquhar Baum

PRESIDENTE DO GEL



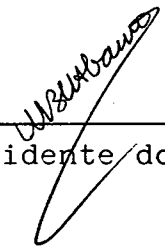
GEL - GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sociedade Civil reg. sob nº 51.052 no 4º Reg. de Tít. e Docs. - São Paulo

C E R T I F I C A D O

Certifico, para fins de direito, que Rosemary Arrojo coordenou o Grupo de Trabalho "Teorias de Tradução: Perspectivas Críticas" por ocasião do XXXV Seminário de Linguística do GEL, realizado na Universidade de Taubaté, nos dias 16 e 17 de setembro de 1988.

Taubaté, 17 de setembro de 1988.



Presidente do GEL



Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo

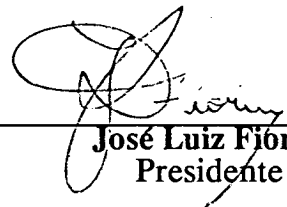
XXXVII Seminário de Lingüística do GEL

CERTIFICADO

Certifico, para fins de direito, que Rosemary Arrojo coordenou o grupo de trabalho **Desconstrução e linguagem: as noções de signo e de sujeito**, no XXXVII SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DO GEL, realizado nas FACULDADES INTEGRADAS "TERESA D'ÁVILA", de LORENA, nos dias 27 e 28 de outubro de 1989.



Lorena, 28 de outubro de 1989.



José Luiz Fibrin
Presidente



GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO

Certifico, para fins de direito, que ROSEMARY ARROJO coordenou o Grupo de Trabalho: "O que é interpretação? Perspectivas Interdisciplinares", por ocasião do XXXVI Seminário do GEL, realizado na Universidade de São Paulo, nos dias 2 e 3 de junho de 1989.

São Paulo, 3 de junho de 1989.



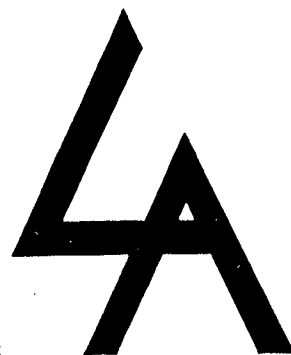
Maria Bernadete Marques Abaurre

Presidente do GEL



INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

II CONGRESSO
BRASILEIRO DE
LINGÜÍSTICA APLICADA

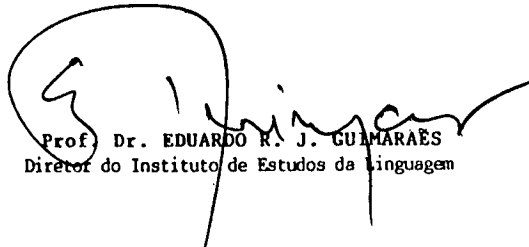


Certificamos para os devidos fins que ROSEMARY ARROJO
_____ participou do 2º CONGRESSO BRASILEIRO
DE LINGÜÍSTICA APLICADA, realizado de 03 a 06/09/89 na Universidade Estadual de Campinas,
na condição de COMUNICADORA (em co-autoria) com o trabalho " O ENSINO DA
LEITURA e a ESCAMOTEAÇÃO da IDEOLOGIA ."

Campinas, 06 de setembro de 1989


Profª Drª MARILDA C. CAVALCANTI
Chefe do Depto. de Linguística Aplicada




Prof. Dr. EDUARDO R. J. GUIMARÃES
Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem

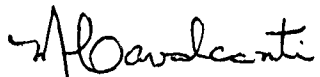
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

II CONGRESSO
BRASILEIRO DE
LINGÜÍSTICA APLICADA

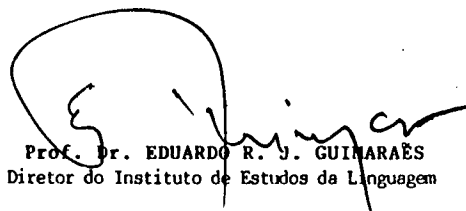


Certificamos para os devidos fins que ROSEMARY ARROJO
participou do 2º CONGRESSO BRASILEIRO
DE LINGÜÍSTICA APLICADA, realizado de 03 a 06/09/89 na Universidade Estadual de Campinas,
na condição de COORDENADORA no Seminário " A Pesquisa em Tradução: a Teoria, o
Ensino e a Prática."

Campinas, 06 de setembro de 1989


Profª Drª MARILDA C. CAVALCANTI
Chefe do Depto. de Linguística Aplicada




Prof. Dr. EDUARDO R. J. GUIMARÃES
Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem

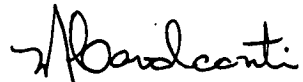
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

II CONGRESSO
BRASILEIRO DE
LINGÜÍSTICA APLICADA

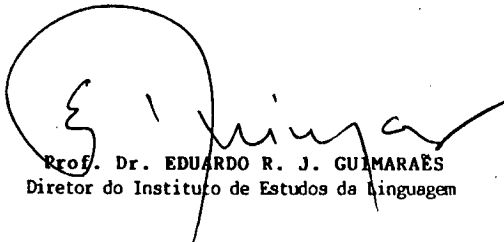


Certificamos para os devidos fins que ROSEMARY ARROJO
participou do 2º CONGRESSO BRASILEIRO
DE LINGÜÍSTICA APLICADA, realizado de 03 a 06/09/89 na Universidade Estadual de Campinas,
na condição de COORDENADOR de Sessão de Comunicação.

Campinas, 06 de setembro de 1989

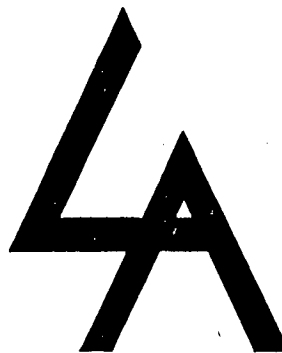

Profª Drª MARILDA C. CAVALCANTI
Chefe do Depto. de Linguística Aplicada




Prof. Dr. EDUARDO R. J. GUIMARÃES
Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

II CONGRESSO
BRASILEIRO DE
LINGÜÍSTICA APLICADA



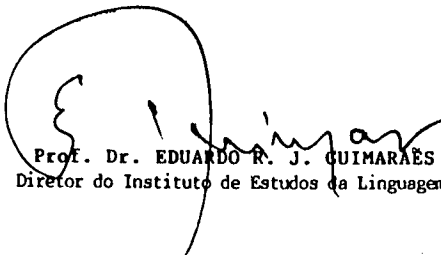
Certificamos para os devidos fins que ROSEMARY ARROJO

participou do 2º CONGRESSO BRASILEIRO
DE LINGÜÍSTICA APLICADA, realizado de 03 a 06/09/89 na Universidade Estadual de Campinas,
na condição de APRESENTADORA no Seminário: "A Pesquisa em Tradução: a Teoria,
o Ensino e a Prática".

Campinas, 06 de setembro de 1989


Profª Drª MARILDA C. CAVALCANTI
Chefe do Depto. de Linguística Aplicada




Prof. Dr. EDUARDO R. J. GUIMARÃES
Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS

CAMPUS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

IX SEMANA DO TRADUTOR

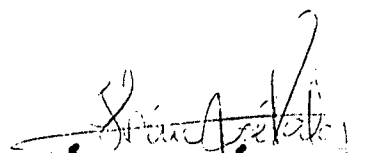
CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE Rosimary Arrojo

PARTICIPOU DA IX SEMANA DO TRADUTOR, REALIZADA NO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS
E CIÊNCIAS EXATAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (UNESP) DE 16 A 20 DE OUTUBRO DE 1989

COMO palestrante

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 20 DE OUTUBRO DE 1989


HÉRIC JOSÉ PALOS
PRESIDENTE


ANA CLARA PALADINI
VICE - PRESIDENTE

CENTRO DE ESTUDOS DE TRADUTOR

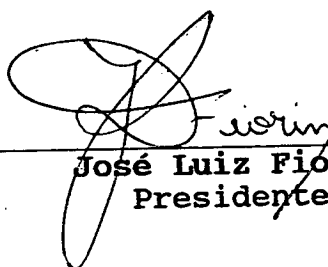
Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo
XXXVIII Seminário de Lingüística do GEL

C E R T I F I C A D O

Certifico, para fins de direito, que Rosemary Arrojo apresentou comunicação sobre tema referente ao grupo de trabalho **Linguagem e desconstrução: a questão do significado**, durante o XXXVIII SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DO GEL, realizado na FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO, de BAURU, nos dias 8 e 9 de junho de 1990.



Bauru, 9 de junho de 1990.



José Luiz Fiorin
Presidente

Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo

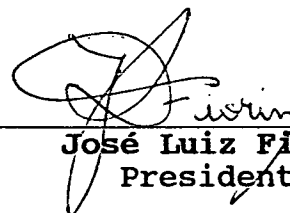
XXXVIII Seminário de Lingüística do GEL

C E R T I F I C A D O

Certifico, para fins de direito, que Rosemary Arrojo apresentou a comunicação " A tradução como 'problema' teórico e as estratégias do logocentrismo " por ocasião do XXXVIII SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DO GEL, realizado na FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO, de BAURU, nos dias 8 e 9 de junho de 1990.



Bauru, 9 de junho de 1990.



José Luiz Fiorin
Presidente

Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo

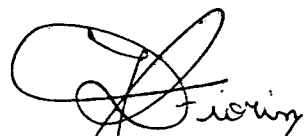
XXXVIII Seminário de Lingüística do GEL

C E R T I F I C A D O

Certifico, para fins de direito, que Rosemary Arrojo coordenou o grupo de trabalho "Linguagem e desconstrução: a questão do significado", no XXXVIII SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DO GEL, realizado na FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO, de BAURU, nos dias 8 e 9 de junho de 1990.



Bauru, 9 de junho de 1990.

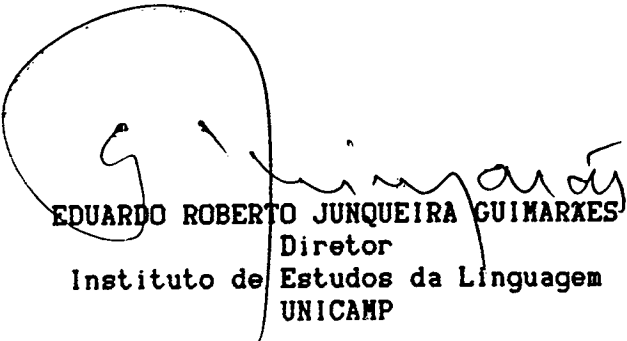


José Luiz Fiorin
Presidente

**IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE
LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA**

CERTIFICA-SE que **ROSEMARY ARROJO** participou do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas de 06 a 10 de agosto de 1990, na qualidade de Apresentador da Comunicação **A TRADUÇÃO E O DESENCONTRO ENTRE TEORIA E PRÁTICA.**

Campinas, 10 de agosto de 1990.



EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARKES
Diretor
Instituto de Estudos da Linguagem
UNICAMP

para Bartivolo
p/ **HUBERTO LÓPEZ-MORALES**
Presidente
Associação de Lingüística e
Filologia da América Latina
ALFAL

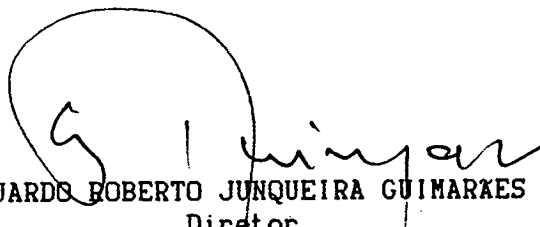


ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO
Presidente
Comissão Organizadora

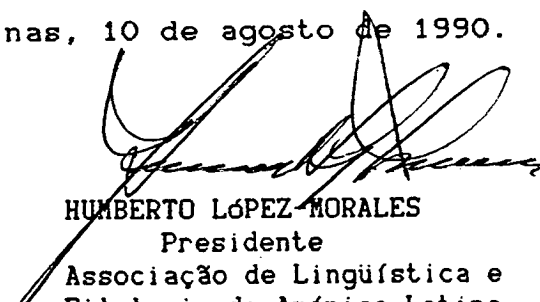
**IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE
LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA**

CERTIFICA-SE que **ROSEMARY ARROJO** participou do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas de 06 a 10 de agosto de 1990, na qualidade de Apresentador da Comunicação O TEXTO COM ESTRATEGIA DE LEITURA E A REFLEXÃO DESCONSTRUTIVISTA.

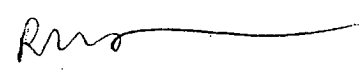
Campinas, 10 de agosto de 1990.



EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES
Diretor
Instituto de Estudos da Linguagem
UNICAMP



HUMBERTO LÓPEZ MORALES
Presidente
Associação de Lingüística e
Filologia da América Latina
ALFAL

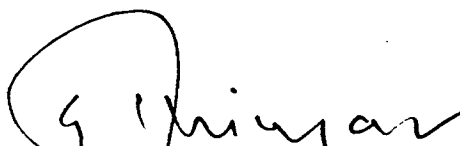


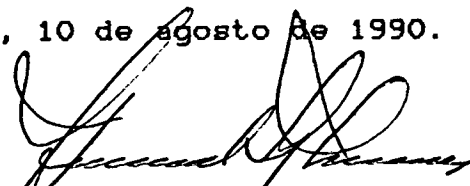
ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO
Presidente
Comissão Organizadora

**IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE
LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA**

CERTIFICA-SE que **ROSEMARY ARROJO** participou do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas de 06 a 10 de agosto de 1990, na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho Lingüística Aplicada; Tradução: Teoria da tradução e a questão do texto original..

Campinas, 10 de agosto de 1990.


EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES
Diretor
Instituto de Estudos da Linguagem
UNICAMP


HUMBERTO LÓPEZ-MORALES
Presidente
Associação de Lingüística e
Filologia da América Latina
ALFAL


ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO
Presidente
Comissão Organizadora



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A EXTENSÃO



CERTIFICADO

CONFERIDO A

ROSEMARY ARROJO

POR HAVER PROFERIDO AS PALESTRAS "TEORIA DA TRADUÇÃO" REALIZADO NO PERÍODO DE 07 A 09 DE
MAIO DE 1990

....., COM A DURAÇÃO DE
06 (SEIS) HORAS.

Florianópolis, em 22 / 08 / 1990.

Diretor do DAEx
Adm. Vicente Volnei de Bona Sartor
Diretor do DAEx

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO

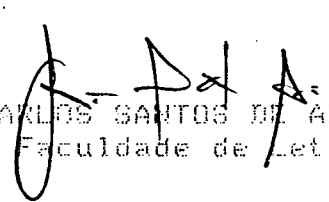
Centro de Letras e Artes
Faculdade de Letras
Coordenação dos Cursos de
Pós-Graduação em
Letras Anglo-Germânicas

Programas de Mestrado
e Especialização em
Linguística Aplicada :
Ensino/Aprendizagem de Inglês

CERTIFICADO

Certificamos que **ROSEMARY ARROJO** frequentou o
XI SIMPLA - Simpósio de Linguística Aplicada :
Língua Estrangeira e Língua Materna - realizado na sede desta
Faculdade, de 08 a 09 de novembro de 1990.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1990


JOSÉ CARLOS SANTOS DE AZEREDO
Diretor da Faculdade de Letras / UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO

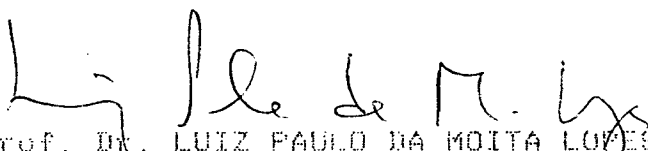
Centro de Letras e Artes
Faculdade de Letras
Coordenação dos Cursos de
Pós-Graduação em
Letras Anglo-Germânicas

Programas de Mestrado
e Especialização em
Linguística Aplicada :
Ensino/Aprendizagem de Inglês

II SIMPLA
Simpósio de Linguística Aplicada :
Língua Estrangeira e Língua Materna

Certificamos que *ROSEMARY ARROJO* participou do
II SIMPLA - Simpósio de Linguística Aplicada : Língua
Estrangeira e Língua Materna - como : *Coordenadora de Oficina de
Trabalho*.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1990.


Prof. DR. LUIZ PAULO DA MOITA LOPES
PROGRAMA DE MESTRADO E ESPECIALIZAÇÃO
EM LINGUÍSTICA APLICADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO

Centro de Letras e Artes
Faculdade de Letras
Coordenação dos Cursos de
Pós-Graduação em
Letras Anglo-Germânicas

Programas de Mestrado
e Especialização em
Linguística Aplicada :
Ensino/Aprendizagem de Inglês

II SIMPLA

Simpósio de Linguística Aplicada :
Língua Estrangeira e Língua Materna

Certificamos que **ROSEMARY ARROJO** participou da
Reunião do GT de Tradução da ANPOLL como Expositor na Mesa Redonda
"Levantamento Crítico dos Projetos de Pesquisa em Tradução de
Universidades Brasileiras" realizada durante o **II SIMPLA**
- Simpósio de Linguística Aplicada : Língua Estrangeira e Língua
Materna - na Faculdade de Letras da UFRJ.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1990.

Profª Drª ROSEMARY ARROJO
Coordenador do GT de
TRADUÇÃO DA ANPOLL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO

Centro de Letras e Artes
Faculdade de Letras
Coordenação dos Cursos de
Pós-Graduação em
Letras Anglo-Germânicas

Programas de Mestrado
e Especialização em
Linguística Aplicada :
Ensino/Aprendizagem de Inglês

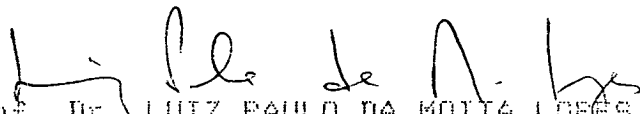
II SIMPLA

Simpósio de Linguística Aplicada :
Língua Estrangeira e Língua Materna

Certificamos que *ROSEMARY ARROJO* participou do

II SIMPLA - Simpósio de Linguística Aplicada : Língua
Estrangeira e Língua Materna - como : *EXPOSITORA* na Mesa
Redonda : *Pesquisa em Leitura, Redação e Tradução* .

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1990.


Prof. Dr. LUIZ PAULO DA MOITA LOPES
PROGRAMA DE MESTRADO E ESPECIALIZAÇÃO
EM LINGUÍSTICA APLICADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

X SEMANA DO TRADUTOR

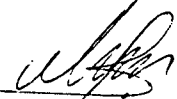
CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE ROSEMARY ARROJO

PARTICIPOU DA X SEMANA DO TRADUTOR, REALIZADA NO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS
E CIÊNCIAS EXATAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (UNESP) DE 22 A 26 DE OUTUBRO DE 1990
COMO CONFERENCISTA

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 30 DE OUTUBRO DE 19 90

Cíntia Regina Bonadio
CÍNTIA REGINA BONADIO
PRESIDENTE


WELLINGTON SPIGUEL CASSIANO
VICE - PRESIDENTE

CENTRO DE ESTUDOS DE TRADUTOR



Pontifícia Universidade

Faculdade de Comun

Cursos de Letras: Francês — Inglês — Por

Certifica que ROSEMEIRE ARROJO

participou como PALESTRANTE NA MESA REDONDA: TRADUÇÃO

no II SIMPÓSIO DE LETRAS E SEB DO PASSADO AO
REALIZADO DE 20 A 24 DE MAIO DE 1991.

Prof.ª Dr.ª Ana Claudia de Oliveira
Coordenadora de Letras: Português

Prof.ª Dieli Vesaro Palma
Coordenadora de Seb



Universidade Católica de São Paulo

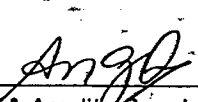
de Comunicação e Filosofia

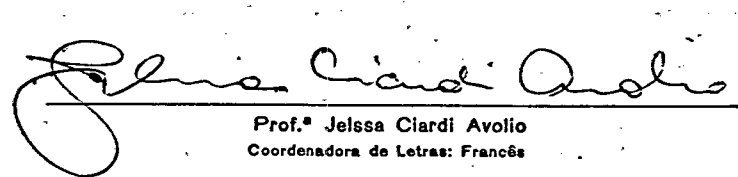
— Inglês — Português — Secretário Executivo Bilingüe

DA: TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA LITERÁRIA E TÉCNICA

PASSADO AO FUTURO: PRESENTEDIFICAÇÕES DE CAMINHOS,

São Paulo, 24 de maio de 1991.


Prof.^a Angelita Gouvêa Quevedo
Coordenadora de Letras: Inglês

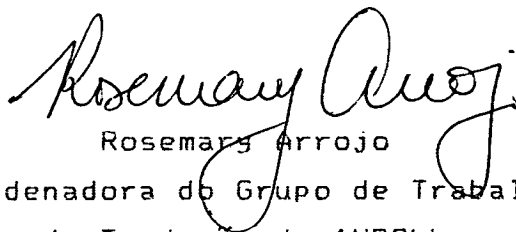

Prof.^a Jelssa Ciardi Avolio
Coordenadora de Letras: Francês



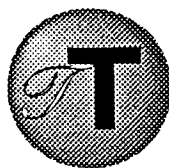
CERTIFICADO

Certifico que Rosemary Arrojo apresentou comunicação, durante o II ENCONTRO PAULISTA DE PESQUISADORES EM TRADUÇÃO, realizado na UNICAMP, em Campinas, nos dias 02 e 03 de abril de 1992.

Campinas, 03.04.92



Rosemary Arrojo
Coordenadora do Grupo de Trabalho
de Tradução da ANPOLL



Primer Congrés Internacional
sobre traducció

Rosemary Arrojo

ha assistit al Primer Congrés Internacional sobre Traducció, celebrat a l'Escola Universitària de Traductors i d'Intèrprets de la Universitat Autònoma de Barcelona del 6 al 10 d'abril de 1992, al qual ha presentat la ponència

Literature as Fetishism: Some Consequences for a Theory of Translation

Bellaterra, deu d'abril de mil nou-cents noranta-dos.

El Secretari
Carles Castellanos



Escola Universitària de
Traductors i d'Intèrprets
Director



CURSOS:

- TURISMO
- ADMINISTRAÇÃO
- COMÉRCIO EXTERIOR
- TRADUTORES E INTERPRETES — LETRAS
- ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
- TECNOLOGIA EM PROCESSAMENTOS DE DADOS

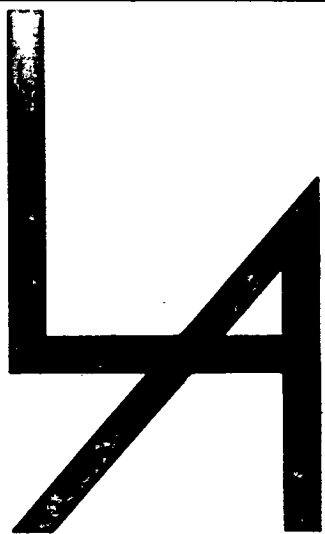
VIII SEMANA DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

C E R T I F I C A D O

CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE A
PROFª LIVRE-DOCENTE ROSEMARY ARROJO PROFERIU PALESTRA SOBRE
O TEMA "TEORIAS DA TRADUÇÃO E O PAPEL DO TRADUTOR" POR
OCASIÃO DA VIII SEMANA DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO,
REALIZADA NA FACULDADE IBERO-AMERICANA DE LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS, NOS DIAS 06 E 08 DE OUTUBRO DE 1992.

SÃO PAULO, 04 DE NOVEMBRO DE 1992.


TEREZINHA OTAVIANA DANTAS DA COSTA
DIRETORA GERAL



III CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

CERTIFICADO

Certificamos que ROSEMARY ARROJO

participou do III Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, realizado de 31/08 a 03/09/92 na Universidade Estadual de Campinas, com carga horária de 32 horas, na condição de participante da Mesa Redonda "Tendências e Perspectivas dos Estudos sobre Tradução na Europa: Alguns Relatos"

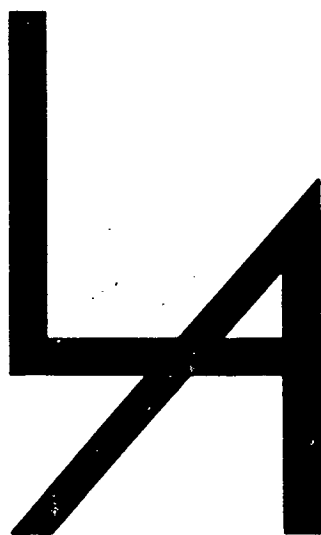
Campinas, 03 de setembro de 1992.

Prof. Dr. John Robert Schmitz
Chefe do Depto. de Linguística Aplicada

Prof. Dr. Rodolfo Ilari
Diretor do Instituto de Estudos de Linguagem



UNICAMP



*III CONGRESSO
BRASILEIRO DE
LINGÜÍSTICA
APLICADA*

CERTIFICADO

Certificamos que Rosemary Arrojo

participou do III Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, realizado de 31/08 a 03/09/92 na Universidade Estadual de Campinas, com carga horária de 32 horas, na condição de conferencista.

Conferência proferida: **Tradução, Política e Instituição:
Relações e Conseqüências**

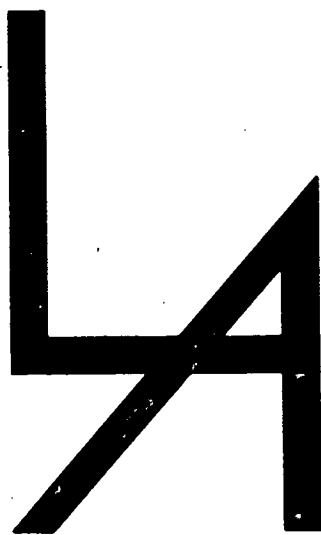
Campinas, 03 de setembro de 1992.

Prof. Dr. John Robert Schmitz
Chefe do Depto. de Lingüística Aplicada

Prof. Dr. Rodolfo Ilari
Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem



UNICAMP



III CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

CERTIFICADO

Certificamos que Rosemary Arrojo

participou do III Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, realizado de 31/08 a 03/09/92 na Universidade Estadual de Campinas, com carga horária de 32 horas, na condição de Coordenadora do Seminário TRADUÇÃO com o trabalho "O ensino de tradução a partir de uma abordagem pós-estruturalista: algumas perspectivas.

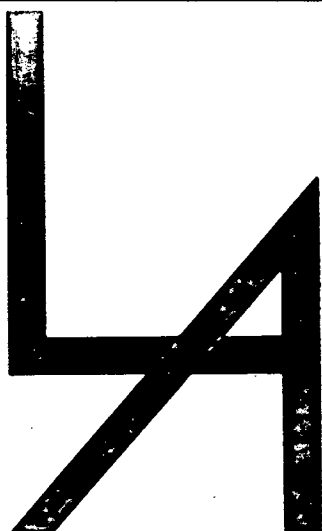
Campinas, 03 de setembro de 1992.

Prof. Dr. John Robert Schmitz
Chefe do Depto. de Lingüística Aplicada

Prof. Dr. Rodolfo Hari
Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem



UNICAMP



III CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

CERTIFICADO

Certificamos que Rosemary Arrojo

participou do III Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, realizado de 31/08 a 03/09/92 na Universidade Estadual de Campinas, com carga horária de 32 horas, na condição de Apresentadora no Seminário TRADUÇÃO com o trabalho "Tradução, Desconstrução e Psicanálise: Intersecções e Perspectivas".

Campinas, 03 de setembro de 1992.

Prof. Dr. John Robert Schmitz
Chefe do Depto. de Lingüística Aplicada

Prof. Dr. Rodolfo Ilari
Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem



UNICAMP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Coordenadoria de Extensão

CERTIDÃO N.º 221/93

Certificamos que, de conformidade com o conteúdo do Processo n.º 25134/92-66

ROSEMARY ARROJO

durante a realização do Curso de Extensão Universitária OS CAMINHOS DA TRADUÇÃO:
TEORIA E METODOLOGIA, num total de 16 horas-aula.

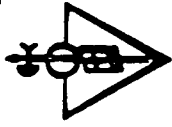
prelecionado no período de 25 a 26 de setembro de 1992, ministrou 08:00
(oito) horas de aula para o referido Curso. -.-.-.-.-

E, para constar, foi lavrada a presente Certidão.

Curitiba, 02 de fevereiro de 1993.


MÁRCIA SCHOLZ DE ANDRADE KERSTEN
Pró-Reitora de Extensão e Cultura


RITA DE CÁSSIA LOPES FIAKOWSKI
Coordenadora de Extensão



UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

CERTIFICADO

Certificamos que o (a) *Profª Dra Rosemary Anjoio*.....
participou do (a) *I SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA USJT*.....
proferindo a palestra: *"Tradução e Psicanálise"*.....

São Paulo, 11.....de.....maio.....de 19.93...

[Signature]
Coordenador

[Signature]
Diretor



Centro de Estudos de Tradutor
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS

RUA CRISTOVÃO COLOMBO, 2265 - CEP 15.055 - JARDIM NAZARETH - TEL. 32-6500 - PABX 32-4966 - EST. SÃO PAULO - BRASIL

Ofício nº 37/89 - C.E.T.

São José do Rio Preto,

ATESTADO

Ateste para devidos fins que, a senhora Resimary Arrojo, participou, como palestrista, na IX SEMANA DO TRADUTOR, com a palestra sobre "O tradutor e o logocentrismo", realizada no dia 19 de outubro, quinta-feira, às 20 horas, no IBILCE, campus da UNESP de São José do Rio Preto, no corrente ano.

Atenciosamente,

Héric José Pales

Presidente do C.E.T.

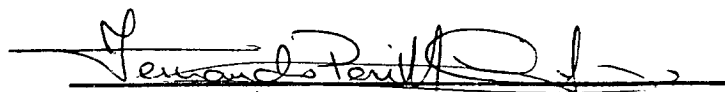
São Paulo, 16 de Outubro de 1989.

Ilma. Profª

Dra. Rosemary Arrojo

Vimos pelo presente agradecer a palestra proferida sobre o tema: "O papel do Tradutor e o Logocentrismo" que foi realizada no dia 16 de Outubro de 1.989, durante a III Semana Objetivo de Letras, que muito contribuiu para a formação e enriquecimento intelectual dos nossos alunos.

Cordialmente



Prof. Fernando Perillo da Costa

Coordenador do Curso de Letras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE TRADUTOR NO ILUFBa.

Salvador, 25.06.91.

Prezada Colega:

Em nome da Comissão e no meu próprio, cumpre-me agradecer-lhe a valiosa contribuição para o sucesso do I SEMINÁRIO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE TRADUÇÃO neste Instituto, de 07 a 10 de maio p.p., através de sua participação na MESA-REDONDA O ensino-aprendizagem da tradução como um processo integrado — com o tema "A integração entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem" e na sessão de DEPOIMENTOS DE TRADUTORES — com o tema "O que pode efetivamente ensinar o professor de Tradução Comentada".

Atenciosamente,

LUIZ ANGÉLICO DA COSTA
Presidente da Comissão

Ilma Sra

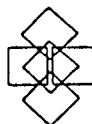
Profª Drª ROSEMARY ARROJÓ

Departamento de Linguística Aplicada da

UNICAMP - Universidade de Campinas

Endereço residencial: Rua da Consolação, 3273, aptº 74

CEP 01416 - SÃO PAULO - SP



ABRAPUI
Associação Brasileira de Professores Universitários de Inglês
Fundada no Rio de Janeiro aos 15 de janeiro de 1970.
Sede: Rua Venezuela, 3 - São José do Rio Preto, SP - Brasil
G.C.G.: 46 858 619 / 0001 - 32
Endereço para Correspondência
ABRAPUI / Caixa Postal 164 / 15001 - S.J.do Rio Preto, SP
Telefone: (0172) 32-1063

XI ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA INGLESA
(XI ENPULI)
Faculdades São Marcos, São Paulo
29 de julho a 02 de agosto de 1991

P R O G R A M A

1. Conferências

- . Dia 29/07 (2ª feira) 10:30-12:00h
Sir Randolph Quirk, University of London
"LANGUAGE VARIETIES AND STANDARD ENGLISH"
- . Dia 30/07 (3ª feira) 9:00-10:30h
Prof. Paulo Renan Gomes da Silva, Universidade do Amazonas
"THE TEACHING OF LANGUAGES AND TECHNOLOGY"
- . Dia 31/07 (4ª feira) 9:00-10:30h
Prof. Richard Allwright, University of Lancaster
"UNDERSTANDING CLASSROOM LANGUAGE LEARNING"
- . Dia 01/08 (5ª feira) 9:00-10:30h
Profa. Else Ribeiro Pires Vieira, Universidade Federal de Minas Gerais
"BEYOND THE EFL CLASSROOM"

2. Teleconference

- . Dia 30/07 (3ª feira) 11:00-12:30h
Profa. Kathleen Bailey, Monterey Institute of International Studies
"RESEARCH AND THE CLASSROOM" (Título a ser confirmado)
Debatedores brasileiros: Prof. Hêlio Monteiro Filho, UERJ
Prof. Maria Jandyra Cunha, UnB
Prof. Vilma Sampaio de Oliveira, UFRN
Moderador: Prof. Richard Boyum, USIS

3. Mesas-Redondas

- . Dia 29/07 (2ª feira) 14:00-15:30h
"METHODOLOGICAL ISSUES IN EFL RESEARCH"
Participantes:
Profa. Marilda de Couto Cavalcanti, UNICAMP (Coordenadora)
Prof. Devon Woods, Carleton University, Canada
Prof. Bill Bernhardt, College of Staten Island, New York
Profa. Cecília Magalhães, PUC-SP
- . Dia 31/07 (4ª feira) 14:00-15:30h
"AN INTERDISCIPLINARY APPROACH FOR TEACHING ENGLISH AT 1º & 2º GRAUS"
Participantes:
Profa. Heloisa Collins, PUC-SP (Coordenadora)
Prof. Lynn Mario Menezes de Souza, USP
Profa. Verônica Pakrauskas Totis, Faculdades Anhembí/Morumbi
Prof. Wilson J. Leffa, UFRGS

- . Dia 02/08 (6ª feira) 11:00-12:30h
"RESEARCH INTO TRANSLATION"

Participantes:
Profa. Márcia Martins, PUC-RJ (Coordenadora)
Prof. Francis Henrik Aubert, USP
Profa. Rosemary Arrojo, UNICAMP
Prof. Malcolm Coulthard, University of Birmingham & UFSC

4. Painel

- . Dia 01/08 (5ª feira) 14:00-15:30h
"POR QUÊ E PARA QUÊ ENSINAR INGLÊS NO BRASIL"

Participantes:
Profa. Lúcia Pacheco de Oliveira, PUC-RJ (Coordenadora)
Profa. Edlamar Benevides Xavier, FUAM
Profa. Maria Lina Menezes Garrido, UFB
Profa. Rosa W. Konder, UFSC
Profa. Anita Cláudia de Souza, FUC-MT

5. Poster Session

- . "ESTUDO COMPARATIVO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL"

Apresentação dos relatos:

- . Dia 01/08 (5ª feira) 14:00-15:30h

Participantes:
Profa. Maria da Conceição Magalhães Vaz de Mello, UFMG
Prof. Bruce Osborne, FUAM
Profa. Regina Lúcia Rocha de Medeiros, UFRN
Profa. Ana Marilza Bittencourt, UFSC

6. Workshops

- . Dias 29 e 30/07 (2ª e 3ª feira) 14:00-15:30
- a) "USING STUDENTS FEEDBACK TO IMPROVE LEARNING IN THE EFL CLASSROOM"
Profa. Ângela B. Kleimann, UNICAMP
Profa. Sylvia B. Tervi, UNICAMP
- b) "INTEGRATION OF THE FOUR SKILLS IN THE ENGLISH CLASSROOM"
Profa. Lillian Mary Huggins de Sá Campos, PUC-RJ
Profa. Inês Kayon de Miller, PUC-RJ
- c) "TASK-BASED LANGUAGE TEACHING"
Profa. Rosinda Ramos, PUC-SP
- d) "RESEARCH ON DISCOURSE: LANGUAGE AND GENDER & LANGUAGE AND THE LAW"
Profa. Carmem Rosa Caldas-Coulthard, UFSC
Prof. Malcolm Coulthard, University of Birmingham & UFSC
- e) "LEARNER TRAINING: TRAINING STUDENTS TO BECOME BETTER LEARNERS"
Profa. Vera Maria Xavier dos Santos, UFSC
Profa. Maria Alzira Costa Nobre, UFMS
- f) "EVALUATION AND ASSESSMENT"
Profa. Nádia Oliveira, UFMG - Colégio Técnico
Profa. Sônia Pimenta, UFMG - Colégio Técnico

- g) "RESEARCH INTO ORAL AND WRITTEN DISCOURSE"
Prof. José Luís Meurer, UFSC
Profa. Stella Miranda Vieira, UFPE

7. Mini-Curso

. Dias: 31/07 e 01/08 (4ª e 5ª feira), 11:00-12:30h
02/08 (6ª feira) 9:00-10:30h

- a) "EXPLORATORY TEACHING (The teacher as a researcher)"
Prof. Richard Allwright, University of Lancaster
- b) "USING DIARIES/JOURNALS AS PART OF CLASSROOM INSTRUCTION"
Profa. Laura S. Miccoli, UFMG
- c) "VOCABULARY IN THE TEACHING/LEARNING OF READING"
Profa. Solange Coelho Vereza, PUC-RJ
- d) "RESEARCH PROCESSES IN CLASSROOM OBSERVATION"
Profa. Alice Freire, PUC-RJ
- e) "RESEARCH INTO LANGUAGE ACQUISITION"
Prof. Hilário Bohn, UFSC
- f) "CLASSROOM OBSERVATION/ACTION RESEARCH"
Prof. Devon Woods, Carleton University
- g) "THE ENGLISH WRITING CLASS AS A RESEARCH COMMUNITY"
Prof. Bill Bernhardt, The College of Staten Island.

8. Sessões de Apresentação de Trabalhos

- . Comunicações
 - . Relatos
 - . Demonstração de materiais
- . Dias: 30 e 31/07 e 01/08
Hora: 16:00-17:45h

Observação: Richard Boyum, USIS, fará uma demonstração sobre a utilização de micro-computadores em pesquisa intitulada: "COMPUTER NETWORKING: NEW POSSIBILITIES FOR RESEARCH AND TRAINING."
Esta demonstração será feita no dia 31/07 (4ª feira), das 13:00 às 14:00h.

XI ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA INGLESA (XI ENPULI)

29 de julho a 02 de agosto de 1991

PROGRAMA

HORAS	DIAS	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
9:00-10:30		Inscrições ABERTURA	CONFERÊNCIA 2 "The Teaching of Languages & Technology" P.R.G. SILVA	CONFERÊNCIA 3 "Understanding Classroom Language Learning" R. L. ALLWRIGHT	CONFERÊNCIA 4 "Beyond the EFL Classroom" E.R.P. VIEIRA	MINI-CURSOS
10:30-11:00		INTEGRAÇÃO				
11:00-12:30		CONFERÊNCIA 1 "Language varieties & Standard English" Sir R. QUIRK	Teleconference: "Research and the Classroom" K. BAILEY	MINI-CURSOS	MINI-CURSOS	MESA-REDONDA 3 "Research into Translation"
12:30-14:00			A L M O Ç O	Demonstration: Computer Networking R. BOYUM (13-14:00)	A L M O Ç O	REUNIÃO FINAL
14:00-15:30		WORKSHOPS	WORKSHOPS	MESA-REDONDA 2 "An interdisciplinary Approach for the Teaching of English"	PAINEL*: "Por quê, Para quê Ensinar Inglês" Relato POSTER SESSION*: "Estudo Comparativo."	
15:30-16:00		INTEGRAÇÃO				
16:00-17:45		MESA-REDONDA 1 "Methodological Issues in EFL Research"	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES	

*Simultaneas

CRIT/TRIP
SUNY-Binghamton
PO. Box 6000
Binghamton, NY 13902-6000

Humanistic Dilemmas:

Translation in the Humanities and Social Sciences

September 26-28, 1991

An interdisciplinary conference
sponsored by: Center for Research in
Translation and Fernand Braudel Center
for the Study of Economies, Historical
Systems, and Civilizations

This conference is made possible through a grant
from the National Endowment for the Humanities.

State University of New York at Binghamton

Nonprofit Org.
US Postage
PAID
Permit No. 61
Binghamton NY

Thursday, September 26

7:45 pm, Anderson Center Chamber Theater

Presiding: **Marilyn Gaddis Rose**

Welcome: **Sharon S. Brehm**, Dean, School of Arts
and Sciences and Harpur College

I. Theoretical Issues

Eugene A. Nida, United Bible Societies. "Motiva-
tions in Tampered Translations."

Lawrence Venuti, Temple University. "Translation
as a Social Practice"

Sian Reynolds, University of Stirling. "A Problem
of the *Longue Durée*: 20 Years of Translating
Braudel"

Immanuel Wallerstein, SUNY-Binghamton.
"Scholarly Concepts: Translation or Interpretation?"

Discussion.

Reception following in Public Service Programs
Center.

Friday, September 27

8:30-9 am, Public Service Programs Center

Registration and coffee.

9 am-12 noon, Public Service Programs Center

II. The Freud Controversy

Margareta Bowen, Georgetown University.
"Sigmund Freud as Translator"

Michèle Pollak-Cornillot, Université de Paris-
Nord. "Freud as Translator: Suggestions for
Translating Freud?"

Darius Gray Ornston Jr., Greenville Hospital
System and Medical University of South Carolina.
"The Recognition of Strachey's Freud."

Colette Chiland, Centre Alfred Binet and Paris
IV-René Descartes. "We Want to Read Freud in
French."

Rosemary Arrojo, Universidade Estadual de
Campinas. "Laplanche Translates the Father of
Psychoanalysis: The Main Scenes of a Family
Romance."

12:15-1:30 pm, Public Service Programs Center
Dining Room

Buffet lunch (by preregistration only).

2-5 pm, Public Service Programs Center

III. Translation of Canonical Texts

Guenther Roth, Columbia University. "Translating
Max Weber: Muffled Voice and Deaf Ears."

Anne D. Cordero, George Mason University.
"Gender Terminology in De Beauvoir and Her
Translators."

Michael Goldfield, Cornell University. "Mistrans-
lations and Misinterpretations of Marx's *Kapital*."

Douglas Kibbee and **Robert Jones**, University
of Illinois-Urbana. "Durkheim in Translation,
Durkheim and Translation."

Saturday, September 28

9 am-12 noon, Public Service Programs Center

IV. The Challenges of Official Equivalencies

José Lambert, Katholieke Universiteit-Leuven and
Georg-August Universität-Göttingen. "Societies,
Language Policies, and Translation Strategies."

Christina Schäffner, Saxon Academy of
Sciences. "Equivalence Problems in CSCE-
documents."

Sue Ellen Wright, Kent State University.
"Terminology Management: Applications to the
Humanities and Social Sciences."

To be announced. Representative from the
United Nations.

Discussant: **Pierre-Etienne Laporte**, Conseil de
la Langue, Cité de Québec

12:15-1:30 pm, Public Service Programs Center
Dining Room

Buffet lunch (by preregistration only).

2-5 pm, Public Service Programs Center

V. Roundtable and Debate

Four keynote speakers and other presenters in open
discussion.

In: Anais do III Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, PE, 1988.

A PESQUISA EM TEORIA DA TRADUÇÃO OU
O QUE PODE HAVER DE NOVO NO FRONT

ROSEMARY ARROJO (Universidade Estadual de Campinas)

Ao plasmar um contato único e singular entre duas culturas, du as línguas, dois tempos e dois escritores distintos, toda tradução estará destinada a desafiar a grande maioria das teorias da linguagem e até mesmo a própria dicotomia entre teoria e prática. O objetivo deste trabalho é exatamente a proposta de uma reflexão sobre a tensão recorrente entre teoria e prática e sobre os rumos possíveis, os limites, as pretensões e as ilusões de toda teorização que envolve o ato de traduzir.

O substantivo grego theoría significa "ação de contemplar, olhar, examinar, especular" e, também, "vista", "espetáculo" ¹. A primeira divisão entre teoria e prática já se delineia: de um lado, há um sujeito teorizador que contempla, examina, especula e, de outro, uma atividade ou um objeto ao qual esse olhar inquiridor se dirige. Contudo, aos dois elementos dessa divisão, à theoría e à praxis, cabem valores distintos. Como sugere W. J. T. Mitchell, há na etimologia de "teoria" "um contraste tácito entre a visão como sentido 'mais nobre' e os sentidos inferiores, mais práticos como, por exemplo, a audição, canal da tradição oral, das estórias e não dos sistemas, das opiniões e não dos esquemas" ².

Em nossa civilização logocêntrica que cultua a possibilidade da razão e da lógica como categorias independentes de qualquer subjetividade, é o olhar examinador da theoría que se inscreve num plano "superior". Ao plano da teoria, associamos a reflexão, os princípios fundamentais, os modelos, os esquemas, os sistemas e tu

do aquilo que constitui a postura "científica" que, além de descrever, em geral pretende também alterar, normatizar, direcionar seu objeto. À praxis, isolada pela theoria na categoria de objeto, associamos a sabedoria popular, o intuitivo, a experiência concreta, a coisa em si, o empírico³.

A crença na possibilidade da dicotomia teoria X prática, sobre a qual tem se baseado todo o arcabouço do conhecimento ocidental, traz pelo menos duas consequências:

1. A possibilidade de uma oposição clara e objetiva entre teoria e prática emerge da crença na possibilidade da oposição entre sujeito e objeto, em que o primeiro pretende não apenas descrever e controlar o segundo, mas também não misturar-se com ele. A possibilidade dessa oposição necessariamente anula a subjetividade do sujeito em sua relação com o objeto.
2. Se se estabelece que há uma teoria separada da prática, pressupõe-se também que a prática poderia ser realizada sem uma teoria que a governasse internamente, que a motivasse e delineasse seus caminhos.

A defesa da possibilidade de uma oposição objetivamente demarcável entre sujeito e objeto--ou entre teoria e prática-- implica também a negação da história e da psicologia do sujeito. Entretanto, como nos seria impossível vislumbrar um sujeito que pudesse teorizar fora de um contexto histórico-social-cultural e que também pudesse, no momento exato de sua atividade teórica, desfazer-se de suas convicções, de suas crenças, de suas emoções, de seus desejos e de seu inconsciente, temos que aceitar que toda teorização é necessariamente produto de um teórico determinado, inscrito num determinado contexto histórico-social-cultural. Como conclui o pensamento pós-estruturalista, todo objeto é "criado" e não apenas descrito ou examinado pelo olhar supostamente racional da teoria⁴. Nietzsche, talvez melhor do que ninguém, soube ver o caráter inescapavelmente humano de todos os nossos projetos e de todo o conhe-

cimento que temos construído ao longo dos séculos⁵. Todo produto do homem é essencialmente "humano". ou seja, será sempre um reflexo de seu criador e das circunstâncias dessa criação. A "ciência", a "teoria", a "pesquisa" não escapam a essa conclusão fundamental e estarão sempre marcadas pela época e pelos homens que a produziram. Como sugeriu Marx, por envolver as "idéias dominantes" de uma época--ou seja, as "idéias da classe dominante"--toda teoria, como toda ciência ou produto do homem, é inevitavelmente "ideologia"⁶.

Da mesma forma que toda teoria sempre se entrelaça a uma ideologia, também a prática depende dela, já que, para ser produzida e aceita dentro de uma determinada comunidade cultural, precisará atender às suas necessidades e amoldar-se a ela. A prática é, assim, também ideológica--ou "teórica", no sentido marxista. Quando um tradutor produz uma tradução, seu trabalho terá que se enquadrar dentro das normas que regem a produção de traduções, estabelecidas, explícita ou implicitamente, pela comunidade sócio-cultural a que pertence. Assim, a produção de traduções, suas normas e os critérios pelos quais será avaliada são, também, inevitavelmente ideológicos. Mesmo o tradutor que pensa poder traduzir sem se preocupar com teorias, ou sem conhecê-las, implicitamente estará seguindo normas que pressupõem uma postura teórica--ou ideológica--ainda que não se dê conta disso.

Em contraste, a tarefa do teórico é exatamente a tentativa de tornar explícitos os mecanismos que constituem o processo de tradução mas, também, ainda que não se dê conta disso, tecerá suas reflexões sob a perspectiva que lhe permite entrever a ideologia de seu tempo e lugar ou, num nível mais restrito, a disciplina à qual se dedica.

Até mesmo um breve passeio pelos trabalhos de teoria de tradução mais citados denuncia o vínculo indissolúvel entre teoria e ideologia. Toda teoria de tradução, como qualquer outra teoria, servirá a ideologia do sistema, da disciplina ou, ainda, da instituição que a produz e é, em geral, esse "serviço", mais do que o inte-

resse pela atividade tradutória, que dá corpo e direção a suas reflexões. Nesse sentido, é exemplar a seguinte declaração de Georges Mounin, autor de um dos mais prestigiados ensaios sobre teoria de tradução:

A atividade de tradução suscita um problema teórico para a lingüística contemporânea: se aceitarmos as teses recorrentes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea.⁷

A cisão entre teoria e prática pretendida pelo olhar teórico fica clara no texto de Mounin. A lingüística, a "ciência" que supostamente tem como meta examinar os fenômenos que ocorrem na linguagem, apresenta formas de descrever seu objeto que, se levadas às últimas consequências, terão que negar parte desse mesmo objeto, ou seja, neste caso, a própria evidência da possibilidade da tradução, atividade que, como lembra Mounin, "existe" e à qual "recorremos com proveito". Essa negação é a seguir explicitada pelo autor que, ao constatar que "até agora a tradução tem estado sempre ausente da ciência lingüística", apresenta duas alternativas para a resolução do impasse teoria (lingüística) X prática (tradução):

1. condenar a possibilidade teórica da atividade de traduzir em nome da lingüística (relegando assim essa atividade para a zona das operações aproximativas não-científicas em questão de linguagem);
2. questionar a validade das teorias lingüísticas em nome da atividade de tradução. (pág. 20)

Embora essas alternativas sejam depois descartadas pelo autor em favor de uma terceira, cujo desenvolvimento constitui a meta de seu livro, não deixa de ser significativo o fato de Mounin ter proposto como primeira alternativa para a resolução do impasse instaurado a "condenação teórica da atividade de traduzir em nome da lingüística". Ou seja, em nome da ciência, ou da teoria, Mounin chega a cogitar a negação da própria evidência da tradução, negação que nos parece ainda mais absurda quando nos damos conta, por exemplo, de que lemos esses comentários numa tradução para o português. Mesmo a alternativa conciliatória proposta por Mounin denuncia a intocabilidade da "ciência" da linguagem defendida pelo autor:

não se pode negar, por um lado, a contribuição da lingüística funcional e estrutural; e, por outro lado, também não se pode negar o que fazem os tradutores. É preciso, portanto, examinar o que quer dizer, e o que diz realmente a lingüística quando afirma, por exemplo, que os sistemas gramaticais são (...) impenetráveis entre si. Assim como examinar o que fazem exatamente os tradutores quando traduzem: examinar quando, como e por que a validade de suas traduções não é realmente discutida pela prática social quando—teoricamente—a lingüística tenderia a recusá-la (pág. 20)

Novamente, segundo Mounin, não é a lingüística que deve rever seus pressupostos—no máximo, deverá ser lida mais atentamente—mas é a prática que deve ser reavaliada, o que sugere, como vimos, não apenas a "superioridade" da teoria—no caso, a teoria lingüística—como também a pretensão de que essa teoria possa modificar a prática, ou até mesmo anulá-la, como chega a cogitar Mounin.

Mas a lingüística é apenas uma das várias disciplinas que têm servido de embasamento para teorias ou comentários sobre tradução. Previsivelmente, as teorias de tradução filiadas aos estudos lite-

rários vêem a tradução como uma "arte" e, não, simplesmente, como uma operação linguística. Aqueles que se baseiam em anos de experiência profissional tenderão a desprezar as teorias e a defender que a tradução é um "ofício" e, como tal, deve ser compreendida e aprendida "na prática". Mesmo estudiosos mais recentes, que defendem o direito da tradução de constituir uma disciplina autônoma, um locus privilegiado e interdisciplinar entre as várias áreas ocupadas pelos estudos da linguagem, não podem deixar de estar vinculados a uma perspectiva em particular, a partir da qual nutrem suas reflexões. Susan Bassnett-McGuire, por exemplo, em Translation Studies, apresenta como meta de seu livro "uma tentativa de delinear o escopo da disciplina Translation Studies", denominação proposta por André Lefevere para a disciplina "que se preocupa com os problemas suscitados pela produção e descrição de traduções"⁸. Apesar de afirmar que essa disciplina "explora uma nova área, estabelecendo pontes entre as vastas áreas ocupadas pela estilística, pela história literária, pela linguística, pela semiótica e pela estética", Bassnett-McGuire declara, em outro trecho do livro, que

o primeiro passo no sentido de um exame dos mecanismos da tradução deve ser aceitar que embora a tradução tenha um componente central de atividade linguística, ela pertence mais apropriadamente à semiótica, a ciência que estuda os sistemas ou estruturas dos signos, os mecanismos e as funções dos signos. (pág. 13)

Finalmente, tentando responder de forma mais direta à questão levantada no título deste trabalho, o que pode haver de novo no front das teorias de tradução, como o que sempre pôde haver, é exatamente aquilo que nos autoriza a ideologia do nosso tempo e lugar, ou seja, aquele conjunto de convicções que produzem os significados que impomos aos objetos e constituem a perspectiva a partir da qual teorizamos e classificamos o mundo. Nesse sentido, toda teoria, como toda ciência, redefine seu objeto de pesquisa e cria suas próprias "verdades", e os mecanis-

mos que levam essa teoria a sobrepor-se às outras e a tornar-se um paradigma, como ensina Thomas S. Kuhn⁹, não decorrem da "descoberta" de uma verdade inédita ou da elucidação de uma questão fundamental; decorrem, sim, de sua capacidade de persuasão e de identificação com os anseios e interesses da comunidade a que se destina. Entretanto, o que poderá haver de novo nesse front da pesquisa e que poderá, sim, representar um passo à frente é uma conscientização maior das perspectivas a partir das quais nossas teorias se constroem, seus limites e, principalmente, seu intercâmbio perene e inevitável com a prática.

Notas

- ¹ Ver o Novo Dicionário Aurélio e o Oxford English Dictionary.
- ² Em Against Theory: Literary Studies and the New Pragmatism (Chicago, The University of Chicago Press, 1985), p. 6.
- ³ Idem.
- ⁴ Ver, por exemplo, Stanley Fish, "How to Recognize a Poem When You See One" em Is There a Text in This Class? the Authority of Interpretive Communities, (Cambridge, Harvard University Press, 1980), págs. 322-337.
- ⁵ Refiro-me especialmente a "Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral" em Nietzsche Vida e Obra, Os Pensadores, vol. I (São Paulo, Editora Nova Cultural, 1987), págs. 31-38.
- ⁶ Em The German Ideology, Part One, ed. C. J. Arthur (Nova York, 1981), p. 64, citado por W. J. T. Mitchell, p. 7.
- ⁷ Em Os Problemas Teóricos da Tradução, trad. de Heloysa de L. Dantas (São Paulo, Cultrix, 1975), p. 19.
- ⁸ Translation Studies. (Londres e Nova York, Methuen & Co., 1978), p. 6.
- ⁹ The Structure of Scientific Revolutions (Chicago, The University of Chicago Press, 1970).

In: Anais do XI Encontro Nacional de Linguística,
PUC-RJ, RJ, 1988.

SEARLE E A NOÇÃO DE LITERALIDADE

Rosemary Arrojo e Kanavillil Rajagopalan

IEL, UNICAMP

A teoria da linguagem proposta pelas reflexões de John Searle é mais uma teoria da literalidade. O desenvolvimento do pensamento teórico desse filósofo ao longo do último quarto de século constitui um enorme esforço no sentido de reivindicar legitimidade e destaque para a antiga noção do chamado sentido literal no âmbito da filosofia da linguagem. Essa é a nossa conclusão depois de uma análise crítica dos diversos escritos desse autor. O objetivo deste trabalho é exatamente rever o caminho que percorremos através dos escritos de Searle até chegarmos a essa conclusão.¹

Há diversos momentos críticos na evolução do pensamento filosófico de Searle que revelam um desejo subliminar de encontrar um valor constante, um elemento qualquer que pudesse ser estável e irreduzível, através do qual se tornasse possível a compreensão desse fenômeno tão volúvel que chamamos de linguagem.

Para a realização deste trabalho, nos concentramos em três desses momentos: 1. a discordância de Searle com seu mestre Austin a respeito do conceito de "ato locucionário"; 2. a posição assumida por Searle em relação à questão da "referência" e, em especial, a posição contrária à tese de Keith Donnellan; 3. o encontro entre a pragmática de Grice e a teoria dos atos de fala que resultou no conceito do ato de fala indireto. Além disso,

para completarmos nossa análise, nos deteremos em dois ensaios de Searle que se dedicam exclusivamente à teorização e à defesa da noção de literalidade: "*Metaphor*" (Searle 1979) e "*Literary meaning*" (Searle 1978).

Em relação à divergência com Austin sobre o conceito de "*ato locucionário*", foi o próprio Searle (1968) o primeiro a reconhecer que esse conceito envolvia questões filosóficas de longo alcance, entre as quais as noções de verdade e falsidade. Para Searle, não se sustentava a distinção entre ato locucionário e ato ilocucionário porque, segundo ele, havia casos em que a significação² sozinha exauriria a força ilocucionária do enunciado em questão, ou seja, as duas classes, respectivamente, dos atos locucionários e dos atos ilocucionários, não excluiriam uma a outra; ao contrário, a segunda englobaria a primeira. É interessante lembrar, mesmo de passagem, que esse argumento da indiscernibilidade entre as duas classes foi um dos argumentos levantados por Cohen (1964) a favor de uma conclusão exatamente oposta à de Searle, a saber, o questionamento da própria necessidade de se postular atos ilocucionários e, conseqüentemente, de toda a tese dos atos de fala.

Entretanto, o que nos interessa mais especificamente neste momento é a suposta evidência que Searle nos oferece a favor do seu argumento de que, em certos casos, a 'significação' de uma sentença seria suficiente para se determinar a sua força ilocucionária. Assim, prossegue Searle, um ato de enunciação da sentença I hereby promise I am going to do it ("*Prometo que vou fazer isso*") constitui, eo ipso, a execução de um ato de promes

sa, sejam quais forem os demais fatores do contexto da situação. Contudo, é neste preciso instante que Searle se sente obrigado a estipular a seguinte ressalva: a enunciação deve ser "*séria*" e "*literal*" (segundo uma nota de rodapé ao artigo em discussão [p.42], o "*sério*" se contrapõe a situações como uma encenação teatral, a prática de pronúncia como parte de atividade didática etc., ao passo que o "*literal*" contrasta com o "*metafórico*", o "*sarcástico*" etc.). A nosso ver, a tática de Searle, embora engenhosa, desemboca num impasse, pois a possibilidade de um ato locucionário vir a ser idêntico ao ato ilocucionário executável mediante o mesmo, está sendo defendida com base na atribuição de uma condição — a de literalidade — cujo preenchimento depende exclusivamente da própria possibilidade de um ato locucionário ser capaz de exibir em si mesmo tudo sobre sua significação, o que inclui até mesmo sua eventual realização como ato ilocucionário, isto é, seu valor ilocucionário em potencial. Em outras palavras, fecha-se o tão temido círculo vicioso, o que inviabiliza o sonho de Searle de formalizar sua teoria (sonho este que, anos mais tarde, o autor procuraria concretizar em Searle e Vanderveken 1985).

Todavia, Searle não se incomoda com o círculo vicioso dentro do seu arcabouço logocêntrico³ e procura abrigo sob o 'princípio de exprimibilidade', que tem norteadado todo o seu empreendimento teórico. Segundo este princípio, pode-se dizer tudo o que se possa querer dizer ou, equivalentemente, não há nada sobre comunicação que não possa ser materializado no texto enquanto objeto lingüístico (Cf. Searle, 1969). Como se vê, o princípio de exprimibilidade nada mais é do que uma apologia da literalidade.

Note-se, também, que o termo 'princípio' é apenas uma forma eufemística de algo que é um dogma, algo que não se discute no interior do próprio arcabouço teórico, porém sai cada vez mais fortalecido, conforme a aceitação progressiva da teoria como um todo. Vale a pena também salientar que o nível de literalidade no qual aposta Searle é um porto-seguro, livre dos caprichos da temporalidade e da convencionalidade da linguagem. Transcrevemos a baixo uma amostra do que pensa Searle sobre a questão:

Austin fala, às vezes, como se existisse, além da 'significação' das sentenças, um outro conjunto de convenções determinantes da força ilocucionária, mas, exatamente naqueles casos em que há uma distinção entre força e significação, a força não é instituída por uma convenção, mas pelos demais fatores do contexto, inclusive a intenção do locutor; ademais, assim que a força for atrelada a uma convenção explícita, ela se torna, ou tende a se tornar, parte da significação. (ênfase acrescentada)

(Searle, 1968)

O compromisso metafísico de Searle com o dogma do sentido literal e, num sentido mais amplo e abrangente, com a possibilidade de um significado totalmente objetivo, imune a qualquer interferência humana, que sirva como fulcro, como ponto nevrálgico de uma teoria da linguagem, emerge novamente, anos mais tarde, em sua polêmica com Donnellan sobre a questão da referência. Não nos interessa aqui um estudo detalhado das duas posições (veja, porém, Rajagopalan 1988). Apenas nos deteremos naquilo que se configura como o principal pomo de discórdia. Para Donnellan, todas as controvérsias em torno da questão da referência podem ser resolvidas de uma vez por todas se forem reconhecidos dois usos distintos das chamadas descrições definidas — o uso referencial e o uso atributivo (Donnellan 1966). O uso re

ria o único ao alcance do locutor. Até aqui a proposta de Searle parece ser uma alternativa perfeitamente viável. Todavia, os problemas começam a surgir quando Searle tenta relacionar a tese da referência sob aspectos à distinção entre o sentido da sentença e o sentido do locutor. Searle parte para essa tática a fim de dar conta da observação de Donnellan de que a inexatidão da expressão lingüística utilizada no ato de referência afeta o valor veritativo do enunciado envolvido (isto é, o torna "also") somente no caso do uso atributivo, sendo que o uso referencial to lera uma larga margem de negociação. Quanto ao uso referencial da tese de Donnellan, Searle observa que só se admite erro quando o locutor tiver à sua disposição um outro aspecto (como requer a distinção) que satisfaça o referente, isto é, seja verdadeiro em relação ao referente. O que aconteceria se esse segundo aspecto utilizado também não viesse a satisfazer seu suposto referente? Para Searle, seria uma questão de se continuar insistindo, pois cedo ou tarde, terá que deparar com o "alicerce" último ("bedrock") (Searle, 1979:145). Fica patente, a essa altura, que, mais uma vez, o que sustenta a tese da referência sob aspectos de Searle nada mais é do que a crença na existência de tal base ou alicerce, ou seja, de um nível de análise onde a linguagem espelhe o mundo com perfeição. Novamente, tal possibilidade não é demonstrada, é apenas resguardada como algo acima de qualquer suspeita.

O terceiro subtema que nos propusemos a analisar no início deste trabalho (cronologicamente, este precede o anterior) envolve a controvertida questão dos atos de fala indiretos (Searle

1975) que é, como se sabe, fruto do encontro da teoria dos atos de fala com a pragmática de Grice. Da abordagem de Grice, Searle toma emprestada a idéia de que a aparente falta de nexos no interior da fala (sobretudo em contextos dialógicos) seja, de fato, perfeitamente explicável, se se presumir que um certo princípio tácito de cooperação entre os interlocutores rege toda conversação, restituindo, assim, à fala sua coesão e coerência lógicas. Com essa ferramenta em mãos, Searle se propõe a abordar casos recalcitrantes como o notório Can you pass the salt? ("Pode-me passar o sal?"), dito por alguém durante uma refeição ao seu vizinho de mesa. Para Searle, o problema se coloca nos seguintes termos: como é possível que uma frase — cuja significação aponta para uma pergunta — de fato desempenhe a função de um pedido? A explicação que Searle propõe é, como se sabe, a de que se trata de um ato de fala indireto, ou seja, o enunciado em questão constitui um pedido indireto. O locutor, no caso, faz, segundo Searle, um pedido indireto ao destinatário, executando um ato de pergunta. A solução de Searle abriga vários problemas, dentre os quais o de casos como "Posso fazer uma pergunta?" (analisado por Rajagopalan 1984), em que a interpretação do enunciado como um pedido (uma solicitação de permissão) não poderia ser construída a partir da interpretação da frase como uma pergunta (como requer a proposta de Searle), simplesmente porque o enunciado em questão terá que ser analisado como uma pergunta "infeliz" (no sentido técnico que essa palavra tem na teoria dos atos de fala). Entretanto, não nos interessa neste momento a solução de Searle, mas, sim, a própria problemática tal como Searle a coloca, que o acaba conduzindo à solução. Como não podia deixar de ser, o pro

blema que Searle constrói é fruto de certas expectativas e pressupostos sobre a linguagem, entre os quais inclui a crença no sentido literal como possível atributo do objeto lingüístico. Ou seja, o que Searle está realmente dizendo é que qualquer que seja a situação de enunciação, o enunciado *Can you pass the salt?* servirá, sempre e sobretudo, como uma pergunta, graças a sua forma lingüística. Conseqüentemente, qualquer outro uso eventual do enunciado será produto de operações mais complexas. Ora, fica patente a esta altura que a única justificativa de que dispõe Searle para todo seu malabarismo dedutivo-inferencial é, em primeiro lugar, a recusa de abrir mão da atribuição de literalidade ao enunciado em questão. Ou seja, Searle parte do princípio de que qualquer enunciado deve ter, em virtude de sua própria forma, um potencial de ato, potencial este que seja imune a qualquer influência dos fatores circunstanciais. Daí a pergunta que Searle levanta: como é que, por intermédio de um enunciado *x*, predeterminado para ter como realização ilocucionária um ato de fala *y*, o locutor de fato consegue a proeza de executar um outro ato ilocucionário qualquer, digamos *z*, ao invés de *y*? Somos, portanto, obrigados a concluir que se trata mais uma vez de um caso em que tanto a pergunta como a resposta se dão em decorrência de um pressuposto sobre a integridade e a inviolabilidade do sentido literal.

Finalmente, essa defesa do sentido literal é também o grande objetivo que se insinua por trás da argumentação desenvolvida por Searle em dois trabalhos especialmente dedicados à questão: *"Literal Meaning"* (1978) e *"Metaphor"* (1979). Nesses trabalhos, a proposta de Searle pretende "desafiar" as noções tradi-

cionais de sentido literal e de sentido figurado mas, como argumentaremos a seguir, aos invés de desafiá-las, todo seu esforço se direciona no sentido de confirmá-las e de deixá-las intactas.

Em "*Literal Meaning*", Searle pretende "atacar" a noção de que "o sentido literal de uma sentença" é o sentido que tem num "contexto zero" (p.117). Sua "estratégia" é "mostrar que em cada caso a aplicação da noção do sentido literal da sentença é sempre relativa a um conjunto de pressupostos contextuais" (p.120). Todos os exemplos discutidos por Searle levam exatamente à conclusão de que o significado se encontra inextricavelmente atrelado ao contexto em que é produzido e recebido:

Não é possível eliminar-se a dependência contextual da sentença The cat is on the mat ["O gato está sobre o capacho"] sem que se rompam as conexões entre essa sentença e a percepção de que o gato está sobre o capacho, ou a crença de que o gato está sobre o capacho, e é dessas conexões que depende o significado da sentença (p.136).

Searle reconhece esse elo entre significado e situação, porém não abre mão da noção de literalidade. Abre mão apenas do que chama de "*significado literal absoluto*", de cujos "defensores" pretende se distanciar, e conclui que toda sentença tem um sentido literal "*relativo*", dependente do contexto, sentido esse que, como quer Searle, permanece "*literal*" e, portanto, inerente à sentença.

A estrutura teórica armada por Searle para a defesa de um sentido literal "*relativo*" e, ao mesmo tempo, dependente do contexto, repousa sobre alicerces frágeis. A noção tradicional de sentido literal, ou seja, do sentido primeiro da "letra", da

palavra, da sentença, somente pode ser proposta em oposição a um outro sentido, que seria indireto, secundário, variável segundo o contexto ou o intérprete. A proposta de Searle, ao relativizar o sentido "*literal*" sem abrir mão dessa "*literalidade*", cria uma noção de significado que apresenta como única serventia teórica a preservação de um conceito tradicional embalado num envólucro supostamente "*inovador*". Afinal, de que nos serve a noção de sentido literal "*relativo*" se, por definição, o literal é exatamente o não-relativo, o estável, o invariável?

Assim, a argumentação de Searle, com base na demonstração de que não há significado independente de contexto, acaba desembocando numa conclusão que não cumpre a proposta inicial de "*desafiar*" a noção tradicional de significado. Como o próprio Searle comenta, sua tese mantém "*intacta*" a distinção entre o "sentido literal da sentença" e o "*sentido metafórico ou irônico do enunciado*", bem como a distinção entre os atos de fala diretos e indiretos (p. 133).

Em "*Metaphor*", Searle também pretende apresentar uma alternativa à oposição tradicionalmente estabelecida entre os sentidos literal e metafórico. Sua proposta prevê uma distinção entre o que chama de "*sentido do emissor ao produzir o enunciado*" (speaker's utterance meaning) e "*sentido da palavra ou sentença*" (world, or sentence, meaning). O último é o sentido intrínseco, inerente à palavra ou à sentença ("*as sentenças e as pala*vras têm apenas os significados que têm" [p.177]), enquanto o primeiro depende da intenção do falante e inclui todo sentido metafórico.

Novamente, a "inovação" que Searle pretende contrapor à concepção tradicional de significado não passa de um leve verniz que não consegue esconder a própria noção que se propõe a atacar. O que Searle chama de "*sentido da palavra ou da sentença*" nada mais é do que um novo nome para o velho sentido literal, e o que chama de "*sentido do emissor ao produzir o enunciado*" nada mais é do que o sentido figurado, que muitos teóricos "*tradicionais*" também vêem como decorrente, derivado, secundário, ou mesmo parasitário em relação ao "*literal*".

A distinção proposta por Searle nesse ensaio parte do mesmo pressuposto que tem sustentado todo seu projeto logocêntrico, ou seja, a crença na possibilidade de um nível de significado que pudesse ser independente do emissor ou da situação de emissão. Esse nível de significado — quer seja chamado de "*sentido literal*" ou de "*sentido da palavra ou da sentença*" — faz parte da mesma crença que autoriza a possibilidade de uma distinção clara e "*objetivamente*" demarcável entre sujeito e objeto. A concepção de sujeito que as reflexões teóricas de Searle abrigam, além de pressupor a possibilidade de um significado independente, também permite e prescreve a definição e até mesmo o resgate das intenções do emissor. É a essa concepção ingênua de sujeito, que desconhece, por exemplo, a noção freudiana do inconsciente, que Searle atribui o poder de metaforizar os significados das palavras ou sentenças, ignorando, entre outras coisas, que essas palavras ou sentenças serão necessariamente recebidas por outros sujeitos que poderão apenas interpretar e nunca definir ou recuperar em sua totalidade as intenções dos sujeitos emissores.

A análise de dois exemplos comentados por Searle talvez torne mais claro nosso percurso. No enunciado Richard is a gorilla⁴ ("Richard é um gorila"), argumenta Searle, a estabilidade do significado metafórico está subordinada à intenção do emissor que, nesse caso, determina que o enunciado seja equivalente a "Richard é feroz, rude e tende à violência" (p.89). Essa "intenção" do emissor permanecerá protegida de quaisquer fatores externos e garantirá o significado do enunciado mesmo que mudarem "os fatos reais" sobre os gorilas, mesmo que se venha a descobrir, por exemplo, que os gorilas são, na verdade, "criaturas tímidas, sensíveis e sentimentais" (Idem).

Em outro trecho do mesmo ensaio, porém, Searle comenta a análise que Stanley Cavell faz do enunciado Juliet is the sun ("Julieta é o sol"), dito por Romeu na conhecida peça de Shakespeare. Segundo Cavell, Romeu quer dizer que seu dia começa com Julieta. Para Searle, entretanto, "fora do contexto especial da peça essa leitura nunca [lhe] teria ocorrido". Searle "procuraria outras propriedades do sol" para entender o enunciado e conclui: "Ao dizer isso, não estou fazendo objeções nem a Shakespeare nem a Cavell, porque a metáfora em questão, como a maioria das metáforas, é aberta" (p.95).

Os comentários de Searle em relação a esses dois exemplos podem nos levar às seguintes conclusões:

1. Algumas metáforas, como "Julieta é o sol", são "abertas"; outras, como "Ricardo é um gorila", são "fechadas", sem que se esclareçam os critérios para tal distinção.
2. No caso da primeira metáfora, a "intenção" de Shakespeare, au

tor do enunciado, não é levada em conta na interpretação do mesmo, enquanto que a intenção de Searle em relação ao seu enunciado "*Richard é um gorila*" deve ser respeitada em qualquer situação ou contexto.

3. Na interpretação de "*Julieta é o sol*", leva-se em conta o "con
texto especial" da peça e o sujeito interpretante, enquanto que o significado metafórico atribuído por Searle a "*Richard é um gorila*" deve permanecer o mesmo, qualquer que seja seu contexto ou intérprete.

Mais uma vez, a argumentação de Searle não se sustenta porque seus comentários e seus exemplos não conseguem se encaixar na estrutura teórica que pretende construir. Como tentamos demonstrar, mesmo quando se propõe — explícita e conscientemente — a contrariar ou a desafiar a noção tradicional do sen
tido literal, Searle acaba por confirmá-la e defendê-la acima de tudo. Em sua discordância com Austin em relação ao conceito de "*ato locucionário*", em sua tentativa de refutar a tese de Keith Donnellan sobre a questão da referência, ou em sua proposta do ato de fala indireto, o que está em jogo, sempre, para Searle, é a preservação de um nível de significado intrínseco e estável, i
mune a qualquer interferência externa.

NOTAS

- (1) Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa patrocinado pela PUC-SP.
- (2) Estamos usando o termo significação como equivalente ao meaning de Austin e Searle, isto é, para se referir tanto ao sentido como à referência, ou melhor, ao "*sentido + referência*". É

- justamente aquilo que Austin procura deter em seu "*ato rētico*", e o que Searle tenta recuperar em seu "*ato proposicional*".
- (3) É preciso esclarecer que nossa intenção não é de repudiar o círculo vicioso em si, mas de chamar atenção para o fato de que dado seu projeto de conferir à teoria dos atos de fala a aura de cientificidade, Searle não terá como escapar da acusação, uma vez que, para implantar o projeto ele precisará apostar na possibilidade de uma metalinguagem hermeticamente isolada. Veja Arrojo e Rajagopalan 1988, para uma discussão mais detalhada desta questão.
- (4) Comentamos esses exemplos também em Rajagopalan e Arrojo, "*A noção de literalidade: metáfora primordial*" (inédito).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, R. e K. RAJAGOPALAN (1988). "A crise da metalinguagem: uma perspectiva interdisciplinar". Em Estudos Lingüísticos: XVI Anais de Seminários do GEL. Taubaté: Universidade de Taubaté, Pp. 14-22.
- COHEN, D. (1964). "Do illocutionary forces exist?". Philosophical Quarterly. 14. Pp. 118-137.
- DONNELLAN, K. (1966). "Reference and definite descriptions". Philosophical Review. LXXV. Pp. 281-304.
- RAJAGOPALAN, K. (1984). "Posso fazer uma pergunta?". Em Estudos Lingüísticos: IX Anais de Seminários do GEL. Batatais: Faculdade "José Olympio". Pp. 83-87.
- _____. (1988). "Algumas inquietações acerca de Referência sob Aspectos". Em Anais do IX e X Encontro Nacional de Lingüística. Rio de Janeiro: PUC-RJ. Pp. 125-138.
- SEARLE, J.R. (1968). "Austin on locutionary and illocutionary acts". Em Philosophical Review. LXXVIII. Reproduzido em I. Berlin (org.) (1973) Essays on J.L. Austin. Oxford: Clarendon Press. Pp. 141-159.

SEARLE, J.R. (1969). Speech Acts. Cambridge: CUP.

_____. (1975). "Indirect speech acts". Em P. Cole e J.L. Morgan (org.) (1975). Syntax and Semantics. Vol. 3 Speech Acts. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 59-82.

_____. (1978). "Literal meaning". Erkenntnis. Vol. 13. Re produzido em J.R. Searle (1979a). Pp. 117-136.

_____. (1979a). Expression and Meaning. Cambridge: CUP.

_____. (1979b). "Referential and atributive". The Monist. Vol. 3. Reproduzido em J.R. Searle (1979a). Pp. 137-161.

_____. (1979c). "Metaphor". Em A. Ortony (org.) (1979). Metaphor and Thought. Cambridge: CUP. Reproduzido em J.R. Searle (1979). Pp. 76-116.

_____ e D. VANDERVEKEN (1985). Foundations of illocutionary Logic. Cambridge: CUP.

Kanavillil Rajagopalan
UNICAMP e PUC-SP

Rosemary Arrojo
UNICAMP e PUC-SP

O fenômeno que chamamos de linguagem tem sido objeto de estudo e pesquisa há milênios¹. Em tempos mais recentes, como é de conhecimento comum, surgiram diversas disciplinas acadêmicas, institucionalmente constituídas e demarcadas, entre as quais, a lingüística e a teoria literária que, ao longo de sua existência, têm reivindicado posse privilegiada desse objeto. Assim, enquanto os lingüistas afirmam ter em mãos a chave capaz de desvendar o grande enigma da linguagem, a teoria literária se vangloria do suposto acesso exclusivo aos valores estéticos que a linguagem pode nos oferecer. Essa divisão de trabalho é aparentemente satisfatória para ambos os lados, pelo menos na medida em que assegura não haver interesses conflitantes, pois o tácito acordo mútuo faz com que cada lado se preocupe com justamente aquilo que os seus vizinhos tendem a descartar como menos relevante e, não in freqüentemente, a desprezar de vez.

É nosso principal intuito neste trabalho colocar em cheque o embasamento teórico (ou, como insistiriam em dizer aqueles de quem divergimos, o embasamento "metateórico") que tem propiciado a divisão de trabalho acima mencionada. Pretendemos fazê-lo mediante um reexame crítico da concepção de metalinguagem que, como mostraremos no desenrolar da discussão a seguir, serve de base, de sustentação e de legitimação para a demarcação das fronteiras entre a lingüística e a teoria literária.

Por fim, assumiremos a consequência prática e imediata do nosso raciocínio, que pode ser resumida da seguinte

In: Estudos Lingüísticos - XVI Anais de Seminários do GEL, Taubaté, S.P., 1988.

guinte maneira: há muito mais em comum entre essas disciplinas do que admitem seus estudiosos e o que tem impedido uma aproximação entre as duas, não apenas a nível institucional, é a aquiescência quase que incondicional por parte de ambas quanto à possibilidade de uma metalinguagem hermeticamente isolada e impermeável.

É preciso, porém, admitir que a meta que nos propomos é pouco conveniente e nada fácil pois, por um lado, a noção implícita ou explícita da metalinguagem encontra-se fortemente arraigada em nossos meios e, por outro, alimenta e, em troca, é alimentada por várias das dicotomias de ampla aceção em nossa cultura, entre as quais: gramática x retórica, ciência x arte, razão x emoção, sentido literal x sentido figurado. A postura metafísica que assumimos é eminentemente holística e duvida da convalidação ontológica de todas essas e tantas outras dicotomias.

X X X

Um dos principais sustentáculos da lingüística moderna é a crença na possibilidade de uma metalinguagem i senta de qualquer interferência e, porque não dizer, contaminação, oriunda da linguagem corriqueira ou leiga (no caso da lingüística, seu próprio objeto de estudo, a linguagem-objeto). Tanto é assim que um dos clássicos da lingüística moderna, um artigo intitulado "Secondary and tertiary responses to language", de Leonard Bloomfield, aconselha o pesquisador-principiante sobre a necessidade de separar, dentro de seu corpus, o que os nativos falam "em sua língua" daquilo que eles dizem "sobre sua língua"². A idéia era a de que os comentários dos nativos a cerca de sua língua não constituíam uma metalinguagem a altura por não ter sido elaborada a partir de uma base científica. Ou seja, a "pseudo" - metalinguagem do leigo - a chamada "folk linguistics" (lingüística popular) - precisava ser substituída por uma metalinguagem

mais apurada e que não estivesse contaminada pela linguagem-objeto como no caso da primeira. Bloomfield defendia, assim, o argumento consagrado a favor da lingüística enquanto ciência rigorosa da linguagem.

Essa preocupação, essa angústia por parte da lingüística moderna para chegar a ser uma metalinguagem livre dos males que afligem seu próprio objeto de estudo tem suas raízes na tradição lógica, disciplina com a qual a "ciência da linguagem" sempre manteve - a despeito dos constantes desmentidos - uma estreita ligação. É legítimo afirmar que, nos últimos tempos, a lingüística tem se empenhado no projeto ambicioso de realizar, na língua natural, aquilo que o lógico Alfred Tarski demonstrou ser viável apenas no caso das línguas formais.³ Tarski, ao se propor a formulação de uma definição de verdade, definição essa que fosse, ao mesmo tempo, materialmente adequada e formalmente correta, acabou por concluir que só se podia definir verdade numa outra língua que não aquela mesma que continha o predicado "verdadeiro". Quer dizer, para se definir o que é verdadeiro numa língua, digamos L_1 , é preciso recorrer a uma outra língua que chamaremos de L_2 , que dispusesse de igual quantidade de recursos da primeira e, além disso, alguns predicados a mais, entre eles o predicado "é verdadeiro", sendo assim, segundo Tarski, "mais rica" que L_1 . L_2 seria, no caso, uma metalinguagem em relação a L_1 , sendo portanto necessário recorrer a uma meta-metalinguagem, digamos L_3 , caso desejássemos definir "verdade" em L_2 , e assim por diante. Ora, desde logo, esse recurso de hierarquização ad infinitum das metalinguagens está fadado a esbarrar num impasse insolúvel, quando utilizado no caso da língua natural como, aliás, parece ter sido o próprio Tarski o primeiro a reconhecer. Isso porque o lingüista enquanto analista da língua natural, a sua linguagem-objeto, teria de ter à sua disposição, de antemão, uma metalinguagem - como já vimos, o seu pró-

prio discurso - que fosse, por definição, ainda mais rica. Ora, essa necessidade em si tornaria a lingüística um empreendimento impossível de se realizar, na medida em que estaria exigindo do lingüista a construção de um instrumental mais rico do que seu objeto de estudo, objeto este que ele tão somente aspira a chegar a entender, em sua totalidade, algum dia, num futuro ainda distante.

A desconfiança de Tarski quanto à aplicação de sua teoria à análise das línguas naturais decorria de duas razões distintas, porém ligadas à condição aceita por ele próprio para que sua teoria fosse julgada formalmente correta. Eram as seguintes: (a) a língua natural não satisfazia a condição de ser semanticamente aberta (segundo Tarski, uma linguagem se torna semanticamente fechada quando, além de um acervo de sintagmas, ela também possui meios para se referir às mesmas expressões, como também predicados semânticos do tipo "verdadeiro" e "falso", e (b) ao contrário das línguas formais, a língua natural não era, conforme o referido autor, formalmente especificável em sua plenitude. Em outras palavras, para Tarski, estava definitivamente descartada a possibilidade de se definir, na língua natural, a noção de verdade sem cair em paradoxos, pois a língua natural continha sua própria metalinguagem (o que, em última análise, equivale a reconhecer o caráter auto-referencial da língua natural).

É notável que a lingüística moderna, sobretudo no seu ramo formalista, tenha convenientemente ignorado os prognósticos pessimistas de Tarski e procurado consolo no que, segundo nossa visão, não passa de uma carta de intenções proposta por Donald Davidson, para quem "somos justificados em continuar nos esforçando sem ter expurgado a fonte de angústia conceitual."⁴ Davidson, por sua vez, contenta-se em pensar que "É bom saber que nunca estaremos sem o que fazer"⁵ e se propõe a arregaçar

as mangas para tentar executar justamente aquilo que Tarski costumava qualificar de "tarefa ingrata."

A esperança renovada, despertada pelo entusiasmo de Davidson, tem seus reflexos em praticamente todas as sub-áreas da lingüística. Um caso exemplar nesse sentido é a tendência formalista que tem erguido sua cabeça persistente no campo da pragmática, em flagrante desrespeito ao fato incontestável de que a principal fonte de inspiração para tais estudos foi a escola de Oxford, que se destacou no mundo da filosofia - por mais paradoxal que possa parecer - pelo seu fervor anti-formalista. A tradição formalista se infiltra até no pensamento de um anti-formalista do calibre de J.L.Austin, quando este se deixa iludir por uma distinção entre o "discurso sério" e "o discurso lúdico", como se tal distinção fosse evidente e especificável em termos puramente formais. De qualquer maneira, ao aceitar tal distinção, até Austin caiu na tentação de procurar conforto na divisão de trabalho à qual nos referimos no início deste texto - isto é, a tentação de ficar com o discurso "sério", deixando para uma outra disciplina a tarefa de lidar com o "não-sério", o "lúdico", o "literário", o "criativo" etc.

Para a teoria literária, entretanto, o objeto de estudo é exatamente o "não-sério", o lúdico, o emotivo, o não-literal, mas desde que embalado numa linguagem que essa disciplina possa rotular de "artística" e que "escape" ao olhar e aos instrumentos próprios do lingüista. Assim, da mesma forma que a lingüística, a teoria da literatura também se propõe como uma metalinguagem, encarregada de descrever e explicar a linguagem que elegeu como objeto de investigação.

Contudo, diferentemente da lingüística, que se privilegia enquanto metalinguagem, que cultua seu discurso "científico" em detrimento da linguagem "ordinária" que pretende estudar, a teoria literária e, principal-

mente, a teoria literária fecundada pelo New Criticism norte-americano (que ainda orienta, implícita ou explicitamente, a maior parte dos estudos literários no Brasil) privilegia, acima de tudo, a linguagem que constitui seu objeto. Segundo William K. Wimsatt, um dos mais influentes pensadores do New Criticism, o poema é um "ícone verbal", cuja integridade não pode ser maculada pelo que chama de "a heresia da paráfrase".⁶ A linguagem "literária" e, em particular, a chamada linguagem poética, adquire, portanto, para os "novos críticos", uma autonomia privilegiada e intocável que exige, como sugere Christopher Norris, um "respeito apropriado em relação à diferença entre essa linguagem e a linguagem que os críticos utilizam para descrevê-la".⁷

A essa diferença e, conseqüentemente, a essa concepção de literatura, o estruturalismo - especialmente em sua fase inicial - adicionou um verniz de "cientificismo" e um esforço de rigor teórico. Essa pretensão ao "científico", à possibilidade de uma distinção clara e demarcável entre sujeito e objeto, entre linguagem poética e linguagem comum, entre linguagem e metalinguagem, que a teoria literária compartilha com a lingüística e com a maioria de nossas disciplinas institucionalizadas, se fundamenta na tradição logocêntrica que sempre predominou no pensamento ocidental. Esse pensamento, que, entre outros, gerou o homem cartesiano que se sonhou senhor de si mesmo e, portanto, capaz de olhar o mundo sem se misturar com ele, tem que ser necessariamente reavaliado, principalmente a partir da psicanálise de Sigmund Freud. A noção freudiana do inconsciente mostrou ao homem cartesiano que seu logocentrismo - possibilidade de toda a objetividade e, portanto, de toda a ciência "isenta" de subjetividade - ao invés de uma atribuição "real" não passava de um desejo ou de uma ilusão.

A psicanálise de Freud confirma o insight nietzschiano de que é o próprio homem o produtor de seu uni-

verso, suas ciências, suas metafísicas, suas "verdades", através da linguagem e da capacidade de abstração que a torna possível e que arma o homem com seu mais precioso instrumento de defesa e sobrevivência.⁸ Assim, o "lógico", o "racional", o "verdadeiro", o "real" deixam de ser neutros e exteriores ao homem e passam a ser reconhecidos como parte e produto dele, que nunca poderá, portanto, realizar seu sonho de não se misturar ao Outro, aos objetos e ao universo que o circunda.

Freud e Nietzsche são, aliás, dois dos mais importantes precursores de uma das veredas do pensamento contemporâneo que se desenvolveu principalmente a partir do aprofundamento e da radicalização de algumas conclusões do próprio estruturalismo.

Na Gramatologia,⁹ um dos livros seminais dessa linha pós-estruturalista, Jacques Derrida revê a noção saussuriana do signo arbitrário e "mostra" ao texto de Saussure seu ponto "cego", ou seja, aquilo que o texto de Saussure não pôde ver para que sua escritura se tornasse possível. Esse processo de "desconstrução", a que Derrida tem submetido textos importantes da filosofia, da lingüística, da literatura e até mesmo da psicanálise, tem marcado indelévelmente os estudos da linguagem e da filosofia nos Estados Unidos e na Europa desde meados de 1970. Essa vereda pós-estruturalista que, além da desconstrução de Jacques Derrida, também abriga, entre outras, a arqueologia de Michel Foucault, a semioclastia do último Roland Barthes, a anti-teoria literária de Stanley Fish, questiona, necessariamente, os pressupostos que justificam os limites tradicionais não apenas entre as disciplinas que estudam a linguagem mas entre todas as chamadas ciências humanas.

Consequentemente, segundo a ótica pós-estruturalista, a interdisciplinaridade deixa de ser um esforço de boa-vontade ou de boa-vizinhança por parte das diversas disciplinas que conquistaram seu espaço na instituição

e passa a ser reconhecida como uma vocação necessária, uma condição inescapável. A lingüística, a teoria literária, a semiótica e a filosofia da linguagem - apenas para citar as disciplinas que a instituição reconhece no campo dos estudos da linguagem - não apenas nasceram da mesma matriz logocêntrica, compartilhando, portanto, os mesmos sonhos e as mesmas ilusões, mas também têm o mesmo destino: estarão fadadas a não abordar de frente as questões básicas que as justificam, a menos que se disponham a examinar seus próprios alicerces e os produtos das searas alheias.

Notas:

(1) Este texto foi redigido a partir das anotações que serviram como roteiro para uma conferência sob o mesmo título, que os autores proferiram no dia 7 de novembro de 1987 por ocasião do XXXIV Seminário do Grupo de Estudos dos Lingüísticos do Estado de São Paulo, na Universidade Católica de Santos (UniSantos). Este texto faz parte de um projeto de pesquisa patrocinado pela PUC-SP.

(2) Ver Bloomfield, Leonard (1944). "Secondary and tertiary responses to language". Language 20 Pp. 45-55.

(3) Ver Tarski, A. (1931). "The Concept of truth in formalised languages" como também Tarski, A. (1936). "The establishment of scientific semantics". Em Tarski, (1956). Logic, Semantics and Metamathematics. Trad. de Woodger (Oxford: O.U.P.).

(4) Ver Davidson, Donald (1967). "Truth and meaning". Em Synthese nº 17.

(5) id. abid.

(6) Ver Wimsatt, K. (1954). The Verbal Icon: Studies in the Meaning of Poetry. Lexington, Ky: University of Kentucky Press.

(7) Ver Norris, Christopher (1982). Deconstruction Theory and Practice. Londres e Nova Iorque: Methuen, p.8.

(8) Referimo-nos especificamente ao ensaio que em sua versão inglesa se intitula "On truth and falsity in their ultramoral sense" em Early Greek Philosophy and Other Essays. Trad. Maxmilian A. Mugge. Londres e Edimburgo: T.W. Foulis.

(9) Trad. de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro (1973). São Paulo: Editora Perspectiva S.A.

Relatório do Grupo de Trabalho sobre

A LINGUAGEM FALADA DE SÃO PAULO: O TURNO CONVERSACIONAL - PROJETO NURC/SP

Coordenador: Hudinilson Urbano (USP)

Expositores: Luís Antônio da Silva, Paulo de Tarso Galembeck, Dino Preti, Diana Luz Pessoa de Barros (USP)

Foram apresentados três trabalhos produzidos por oito pesquisadores vinculados à equipe do Projeto NURC/SP. Referem-se a estudos e pesquisas centrados num tema comum: o turno conversacional, que é um fenômeno típico e básico da organização conversacional. Em termos rápidos, pode ser conceituado como "a intervenção verbal de cada falante durante uma conversação."

Antes da exposição de cada subgrupo, o coordenador fez uma breve referência à história desse trabalho coletivo. Advertiu que se tratava dos primeiros resultados teórico-práticos, sujeitos, portanto, a complementações e reavaliações. Esclareceu, ademais, que os trabalhos dos subgrupos estavam em estágios diferentes de desenvolvimento.

O tema comum foi motivado pelo estudo do artigo "A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation." de Harvey Sacks, Emanuel A. Schegloff e Gail Jefferson¹, feito pela equipe do Projeto NURC/SP, que semanalmente se reúne com essa finalidade.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE TEORIAS E ENSINO DE TRADUÇÃO

Rosemary Arrojo

UNICAMP

Em linhas muito gerais, podemos dizer que há, basicamente, duas formas possíveis de se encarar a linguagem e a realidade. Ambas dependem da posição que assumem perante a noção de literalidade. A primeira visão abriga a possibilidade de um sentido literal, inerente à palavra, independente do contexto e do intérprete, a partir do qual outros sentidos podem ser decorrentes. A segunda desconfia dessa possibilidade e transfere para o contexto e/ou para o sujeito—para o social e/ou para o psicológico—a origem de todo o significado, que não se encontra, portanto, immanentemente atrelado à letra ou à palavra isolada.

Para os defensores da primeira visão, já que o significado se encontra—pelo menos num nível chamado de "literal"—depositado nas palavras, independentemente de uma situação, qualquer atividade linguística envolve sempre o resgate e/ou o transporte desse significado supostamente "estável". Assim, segundo essa visão, quando nos comunicamos com alguém, trocamos significados; quando lemos, retiramos do texto os significados nele depositados pelo autor. Consequentemente, quando traduzimos, devemos recuperar os significados do texto "original" e transportá-los, num outro veículo, numa outra língua, para o texto traduzido.

É essa concepção de linguagem que inspira, implícita ou explicitamente, a grande maioria das teorias da linguagem, quer estejam vinculadas à linguística ou à teoria literária ou, até mesmo, à filosofia da linguagem. E é, obviamente, a partir dessas teorias que se desenvolve grande parte das teorias de tradução que conhecemos. Consequentemente, é também a partir dessa concepção que se estruturam a formação e o treinamento dos futuros profissionais da área. Já que traduzir, segundo essa visão, envolve o resgate—e não a interpretação—dos significados que foram depositados no texto pelo autor, e como o papel do tradutor se restringe à transferên-

In: Estudos Linguísticos - XVII Anais de Seminários do GEL, S. Paulo, 1989.

cia desses significados resgatados para a língua e a cultura de chegada, os cursos de formação profissional de tradutores em geral tendem a estimular a elaboração e o arquivo de "fôrmas" de significados, como glossários e listas de vocabulário "técnico", e a propor exercícios de tradução que enfatizam a coleção e o domínio dessas fôrmas. Transmitem, assim, aos aprendizes a ilusão de que, além de aprenderem as línguas envolvidas, lhes bastará ter em mãos glossários e dicionários adequados para a realização de qualquer tradução. Além disso, como os cursos de tradução tendem a dividir seus exercícios de tradução a partir de tipologias de texto, sem questionarem os pressupostos de que derivam essas tipologias, assumindo-as como características intrínsecas dos textos, seus alunos podem ser levados a considerar, depois de alguns meses de "prática" de tradução de textos "literários" ou "técnicos", que podem efetivamente traduzir textos "literários" ou "técnicos", sem se darem conta da extrema complexidade que a tradução desses "tipos" de texto pode envolver. O aprendiz é, assim, também estimulado a considerar seu trabalho como o de um mero transportador de significados estáveis de uma língua para outra e de um texto para outro, ignorando seu papel de leitor, sua história e seu tempo.

A segunda perspectiva a partir da qual podemos pensar a linguagem e a tradução tem sido objeto de vários trabalhos meus, entre os quais destaco Oficina de Tradução: A Teoria na Prática². Nesses trabalhos, tenho destacado a necessidade de se reconhecer o caráter eminentemente produtivo de toda tradução, assim como de todas as atividades que envolvem o uso da linguagem. A partir da defesa de que toda linguagem, enquanto sistema de signos arbitrários, terá sempre significados social, psicológica e historicamente determinados, proponho a reformulação dos conceitos de texto "original" e de "fidelidade". Assim, o significado do chamado texto "original" será sempre reinventado e reinterpretado por um determinado leitor ou tradutor, inserido numa determinada geografia e num determinado momento histórico, e nunca resgatado ou recu-

perado em sua totalidade como se fosse um objeto estável e imperecível. Toda leitura e toda tradução não poderão ser, portanto, fiéis ao "original" mas, sim, necessariamente fiéis à comunidade sócio-cultural a partir da qual emerge e aos objetivos--implícitos ou explícitos--que lhe deram origem.

Além do aprendizado das línguas envolvidas, aprender a traduzir envolve, assim, aprender a familiarizar-se com as expectativas e com os significados produzidos e privilegiados pela comunidade sócio-cultural que abriga a necessidade da tradução. A partir dessa perspectiva, todas as formas consagradas de significados--os dicionários, os glossários, as listas de palavras--estarão subordinadas à interpretação e ao julgamento do tradutor e não poderão jamais constituir a chave que dará acesso aos significados de todos os textos de uma determinada "tipologia", de uma determinada língua, independentemente da época ou do lugar da tradução ou, ainda, de seus objetivos. Aprender a traduzir, tornar-se tradutor, implica, portanto, em primeiro lugar, reconhecer seu papel essencialmente ativo de produtor de significados e de representante e intérprete do autor e dos textos que traduz. Além desse reconhecimento, é claro, cabe ao tradutor assumir a responsabilidade pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica. Ou seja, terá que estar sintonizado com o ideário de seu tempo e lugar e, conseqüentemente, com a visão que esse tempo e lugar lhe permitem ter do texto e do autor que interpreta. Aprender a traduzir--pressupondo-se obviamente que esse aprendizado já conta com um trânsito adequado entre as línguas envolvidas--é um processo extremamente complexo que, infelizmente, não se realizará com o mero arquivo de listas de palavras mas, sim, com o aprendizado mais amplo das tendências e características do que em seu tempo e lugar seja considerado uma leitura "aceitável" da realidade, não apenas presente, mas também passada e até mesmo futura.

É claro que é impossível garantir-se que esse tipo de aprendizado ocorra entre os limites de uma sala de aula ou mesmo de um curso de

graduação dedicado à tradução, mesmo porque não se pode prever em quais áreas e para quais comunidades os aprendizes de tradução realizarão seu trabalho. Entretanto, o que é possível desenvolver-se num curso de treinamento de tradutores é a conscientização dos aprendizes em relação ao papel que decidiram assumir em suas vidas profissionais e às atitudes que esse papel exige. Através, por exemplo, de análises críticas de traduções consagradas e de traduções realizadas pelos próprios alunos, em que se tenta mostrar o vínculo dessas traduções a uma determinada postura ideológica e a uma determinada época, ou seja, a uma "interpretação", é possível começar a mostrar aos aprendizes a importância e, principalmente, a complexidade do ofício que escolheram. Contudo, essa não é uma tarefa fácil, também porque esbarra, a todo o momento, em séculos de tradição logocêntrica que, além de não ter produzido sequer uma solução plausível para as questões teóricas da tradução, tem imposto ao tradutor a impossível tarefa de ignorar-se, de não "aparecer" e de não revelar suas circunstâncias no trabalho que realiza.

NOTAS

¹ Este trabalho sintetiza a argumentação desenvolvida em "O Ensino da Tradução e Seus Limites: Por Uma Abordagem Menos Ilusória", Trabalhos em Linguística Aplicada, IEL, UNICAMP, agosto de 1988 (no prelo).

² Oficina de Tradução: A Teoria na Prática, São Paulo, Editora Ática, 1986.

O QUE É INTERPRETAÇÃO ? PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

Coordenação: Kanavillil Rajagopalan
(UNICAMP)

Rosemary Arrojo
(UNICAMP)

Participação: Almiro Pisetta (USP)
Celso Favaretto (USP)
Nina Leite (UNICAMP)

O grupo se reuniu na tarde de sexta-feira, dia 2 de junho de 1989, para discutir, ou "interpretar", o próprio termo "interpretação". Dando início ao trabalho, Kanavillil Rajagopalan fez uma breve exposição sobre o tema, discorrendo sobre a forma pela qual a lingüística vem lidando com a questão da interpretação. A seguir, Celso Favaretto abordou a mesma questão do ponto de vista da filosofia, baseando-se no pensamento de Nietzsche. Almiro Pisetta, em sua exposição, assumiu o ponto de vista da teoria literária nos moldes clássicos e fez menção, entre outros, ao pensamento de T.S. Eliot a respeito da questão em discussão. Nina Leite valeu-se de sua experiência profissional, em lingüística e em psicanálise, para expor como a psicanálise vê a questão da interpretação. Finalmente, coube à Rosemary Arrojo fazer um balanço geral das exposições e trazer à tona os pontos comuns e as divergências, além de relacionar a questão da interpretação aos problemas teóricos da tradução. Terminadas as exposições, ficou por conta do auditório comentá-las e dirigir perguntas aos expositores.

Seguem-se textos compostos pelos expositores a partir das anotações utilizadas durante o encontro.

In: Estudos Lingüísticos - XVIII Anais de Seminários do GEL, Lorena, S.P., 1989

COMPREENDER X INTERPRETAR E A QUESTÃO DA TRADUÇÃO

Rosemary Arrojo
UNICAMP

A tradução de uma língua para outra é uma tarefa matemática, e a tradução de um poema lírico, por exemplo, para uma outra língua é bastante análoga a um problema matemático. Pois pode-se muito bem armar o problema: "como se deve traduzir (i.e., substituir) esta piada por uma piada na outra língua?" E esse problema pode ser resolvido, mas não há nenhum método sistemático para resolvê-lo.

Ludwig Wittgenstein
Zettel

Para nossa tradição logocêntrica, que pressupõe a possibilidade de um sujeito de consciência plena e, portanto, capaz de uma relação puramente objetiva com a realidade, o ato de "interpretar" é em geral oposto ao ato de "compreender". A oposição compreensão X interpretação, aliás, é apenas uma das consequências teóricas da aceitação de uma distinção absolutamente demarcável entre sujeito e objeto. Outras versões igualmente decisivas da oposição compreensão X interpretação são a oposição entre o chamado sentido "literal" ou "denotativo" e um nível de significado "figurado" ou "conotativo"¹, ou a oposição entre a chamada linguagem "ordinária" e a linguagem "poética", ou, ainda, a oposição entre fato e julgamento, ou entre "verdade" e retórica.

Segundo essa visão, a interpretação--como os significados "figurados" ou "conotativos", como o "poético", como os julgamentos de valor--dependeria de uma primeira etapa, de um primeiro nível de relação entre sujeito e realidade, ou entre leitor e texto, que pu-

desse ser objetivamente previsível e determinável, independentemente de uma perspectiva ou de um contexto. Em outras palavras, para a visão logocêntrica, o sujeito poderia apenas "interpretar" a realidade ou o texto depois de compreender essa realidade ou esse texto, compreensão essa que, quando realizada adequadamente, não deveria revelar as circunstâncias nem o contexto de sua realização ou de seu realizador. Assim, o sujeito poderia apenas revelar-se na "interpretação" do evento ou do texto que tenha, previamente, compreendido de forma "correta".

Essa concepção pressupõe também que há no texto ou na realidade um significado "presente", latente que, além de não depender do sujeito que o "compreende", pode ser recuperado, descoberto ou resgatado em sua plenitude. Consequentemente, a "imanência" que se atribui a esse significado permite também que se pretenda avaliar objetivamente, e sem se considerar a perspectiva de quem avalia, se o seu resgate--ou sua "compreensão"--é, ou não, adequadamente realizado.

A possibilidade desse resgate de significados estáveis é pressuposta pela grande maioria do conhecimento produzido pelo homem ocidental e permeia, naturalmente, todas as nossas concepções clássicas de linguagem. É, entretanto, na área de teoria da tradução que as questões implícitas pela aceitação da possibilidade da "compreensão" em moldes logocêntricos são particularmente problemáticas.

Toda tradução, por mais simples e breve que seja, trai sua procedência, revela as opções, as circunstâncias, o tempo e a história de seu realizador. Toda tradução, por mais simples e breve que seja, revela ser produto de uma perspectiva, de um sujeito interpretante e, não, meramente, uma compreensão "neutra" e desinteressada ou um resgate comprovadamente "correto" ou "incorreto" dos significados supostamente estáveis do texto de partida. Essa ligação intrínseca e inevitável que qualquer tradução mantém com uma interpretação tem

criado um sério embaraço para a grande maioria das teorias de tradução, em especial para aquelas que alimentam a ilusão de chegar, um dia, a uma sistematização do processo de traduzir.

A crença na possibilidade dessa sistematização é paralela, aliás, à crença na possibilidade da sistematização dos processos de significação, tão difundida entre os estudiosos da lingüística, principalmente da lingüística que se pretende "científica" e objetiva. Em "Descrição e Quantificação de Dados em Tradutologia"², por exemplo, Francis H. Aubert percebe o elo entre esses projetos de sistematização:

Pode parecer fadada, ab ovo, ao insucesso a busca empreendida pelo lingüista de uma sistematicidade, por parcial que seja, num campo aparentemente tão rebelde como é o da tradução ... O lingüista, sobretudo, vê-se em posição pouco privilegiada neste embate, pois os instrumentos de que dispõe--modelos teóricos em constante mutação--parecem ainda por demais frágeis e limitados em sua abrangência para lidarem adequadamente com a realidade multifacetada da tradução. E essa fragilidade e esta limitação são acentuadas pelos estritos parâmetros impostos por seu objetivo maior--o de planejar e executar uma ciência da linguagem obrigando-o a fazer ouvidos moucos ao subjetivo, propaladamente um dos componentes essenciais do ato tradutório.

(p. 71)

A posição de Aubert é exemplar tanto como lingüista quanto como teórico da tradução que analisa seu objeto a partir de uma perspectiva logocêntrica. Enquanto teórico da tradução, Aubert considera seu objeto "rebelde", ou seja, resistente às investidas das teorias que tentam sistematizá-lo, normatizá-lo, controlá-lo, torná-lo previsível e determinável. Enquanto lingüista, admite a "fragilida-

de e a limitação" dos modelos teóricos disponíveis "para lidarem a dequadamente com a realidade multifacetada da tradução", reconhecendo ainda que essa fragilidade e essa limitação se associam ao objetivo maior que a própria lingüística persegue: uma busca de "cientificidade" que a obriga a "fazer ouvidos moucos" ao subjetivo ou, em outras palavras, à perspectiva, à visão e ao contexto de um sujeito interpretante. Finalmente, a posição de Aubert é particularmente exemplar porque, apesar de reconhecer as limitações dos modelos teóricos desenvolvidos pela lingüística, incapazes de dar conta do "subjetivo" inerente ao processo de tradução, crê, implicitamente, que essas limitações serão superáveis como o "avanço" da ciência lingüística e embarca num projeto de sistematização do ato tradutório que "deve poder conduzir pelo menos aos seguintes resultados":

(1) o estabelecimento de correlações significativas entre as modalidades de tradução e a tipologia das línguas envolvidas; (2) o estabelecimento de correlações significativas entre as modalidades de tradução e a tipologia textual; e (3) a delimitação do escopo de liberdade do tradutor dentro dos limites impostos pelas restrições estruturais, culturais e textuais, ou seja, determinar a margem de variação inter- e intra-individual. (p. 73)

Aubert cai, portanto, na mesma armadilha que detém tantos teóricos e tantos lingüistas; ele também, como a grande maioria dos lingüistas e teóricos, se propõe a tarefa de cercear, prever e pré-determinar a produção de significados envolvida em qualquer tradução. E, também como os teóricos que crêem num nível "neutro" de apreensão de significados, em moldes logocêntricos, Aubert tem que adiar para o futuro a possibilidade de sucesso de seu projeto. Após tentar estabelecer um modelo de descrição e quantificação das "modalidades"

de tradução, que pressupõe, obviamente, categorias absolutamente estáveis e independentes de contexto, Aubert conclui que a "versão atual" do modelo que propõe "contém, ainda, algumas limitações" pois "não parece dar conta satisfatoriamente da criatividade na tradução" (p. 80). Além disso, tal projeto se mostra praticamente inútil, pelo menos em sua versão "atual", pois, como reconhece Aubert, "dado o caráter ainda exploratório das investigações empreendidas até o presente ..., e levando em devida conta as dificuldades e limitações descritas ..., os dados disponíveis não permitem maiores generalizações; e seria prematuro propor desde já contribuições imediatas para a didática e para o exercício profissional da tradução" (p. 81).

O enorme hiato que separa o ambicioso projeto de Aubert--que aqui representa a postura típica do logocentrismo--e os resultados a que efetivamente pode chegar ilustra a impossibilidade de um nível de apreensão "neutra" de significados, que possa ocorrer fora de um contexto e independentemente da interferência de um sujeito. O projeto logocêntrico está fadado à frustração e ao insucesso pois ignora a temporalidade, a finitude e a mortalidade de todos os empreendimentos humanos e trata categorias inevitavelmente marcadas pelo tempo e produzidas por sujeitos sempre situados em algum contexto sócio-cultural como instâncias "divinas", acima de qualquer perspectiva ou interesse subjetivo. Assim, a compreensão, num plano humano e "não-divino", será, sempre, também "interpretação", uma produção--e não um resgate--de significados que impomos aos objetos, à realidade e aos textos. A interpretação, ou a compreensão, escapa, portanto, a qualquer tentativa de sistematicidade pois a possibilidade de sistematizá-las implicaria, inescapavelmente, a própria possibilidade de se sistematizar e pré-determinar tudo aquilo que constitui o "humano": o subjetivo, o temporal, o inconsciente e até mesmo suas manifestações sócio-culturais presentes e fu-

turas.

NOTAS

¹ Para uma discussão mais ampla sobre essas oposições, ver "A Noção de Literalidade: Metáfora Primordial", de R. Arrojo e K. Rajagopalan, em D.E.L.T.A., vol. 5, nº 1, 1989, pp. 37-49.

² Em Tradução e Comunicação--Revista Brasileira de Tradutores, nº 4, 1984, pp. 71-82.

O CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO NA LINGÜÍSTICA:

SEUS ALICERCES E SEUS DESAFIOS

Kanavillil Rajagopalan
IEL/UNICAMP

A conclusão a que se chega quando vasculhamos a imensa literatura que existe no campo de lingüística sobre leitura, redação, tradução, e as outras questões afins, é a de que tem-se, nessa área do conhecimento um amplo consenso (a despeito de pequenas divergências) sobre o uso do termo interpretação. Para um lingüista, de modo geral, a interpretação consiste em uma espécie de explicitação, isto é, um ato de tornar explícito algo que estaria contido no próprio objeto de interpretação (porém nem sempre acessível para um sujeito inexperiente). Se substituirmos esse "algo" por, digamos, "significado", "o objeto de interpretação" por "texto" e "o sujeito" por "leitor", podemos inferir que o lingüista entende por "interpretação" um ato de intermediação entre um significado visto como imanente ao texto e o leitor que anseia por mão nesse significado. A intermediação no caso pode ser feita tanto pelo próprio leitor como alguém mais capacitado ou experiente. Ora, essa maneira de encarar o ato interpretativo encontra ressonância até na tradição milenar de abordar textos sagrados, segundo a qual, o leigo precisa, muitas vezes, ser auxiliado e, por que não, até conduzido, para que possa compreender a "verdadeira significação" da pa-

GT: TRADUÇÃO

COORDENADORA: MARIA CÂNDIDA ROCHA BORDENAVE (PUC/RJ)

MESA-REDONDA: TRADUÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA QUESTÕES SOBRE A LINGUAGEM

COORDENADORA: MARTHA STEINBERG (USP)

DIA E HORA: 26 de julho, às 14.00 horas

TÍTULO DA EXPOSIÇÃO: TRADUÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A LINGUAGEM

AUTOR(ES): HELOISA GONÇALVES BARBOSA (UFRJ)

A tradução, enquanto instância de línguas em contato, traz à luz questões sobre a linguagem.

Método tradicional no ensino de línguas estrangeiras (grammar-translation method), a tradução sofreu um período de ostracismo da sala de aula, para readquirir, hoje, o posto de instrumento útil. Reassume seu posto também nas análises contrastivas, como prisma do olhar que revela duplamente, pois assume dois pontos de fuga - um para cada uma das línguas que se contrapõem. O lugar da tradução como fonte de questões sobre a linguagem está marcado também na discussão de seu produto como uma terceira língua.

TÍTULO DA EXPOSIÇÃO: A TRADUÇÃO DO INTERVALO

AUTOR(ES): JOÃO ALEXANDRE BARBOSA (USP)

...ata-se, a partir de uma frase de Paul Valéry ("Le poème- cette hesitation prolongée entre le son et le sens"), pensar, sobretudo, nos aspectos teóricos da tradução, acentuando a importância do conceito em relação à tradição do poeta-crítico-tradutor da modernidade como resposta a uma concepção da poesia.

Na verdade, a idéia central é de que aquilo que se traduz, no que se refere à poesia, é sobretudo o intervalo criado, pelo poema, entre os valores incorporados ao poema (históricos, sociais, psicológicos) e os mecanismos de incorporação próprios da linguagem.

A partir daí, é possível pensar em quatro itens fundamentais de exposição: a) a tradução e a consciência crítica (exemplos de Baudelaire e Walter Benjamin);

b) a poesia como tradução e crítica (exemplo de T.S. Eliot);

c) a crítica como tradução poética (exemplo de Octávio Paz);

d) a tradução como crítica da tradição.

TÍTULO DA EXPOSIÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA QUESTÕES SOBRE A LINGUAGEM.

AUTOR(ES): JORGE WANDERLEY (PUC/RJ; UFF).

Focalizando a questão a partir da tradução de poesia, são abordadas áreas de interesse que se situam entre a poética e a história literária, através de consideração de casos brasileiros (tradutores modernistas, tradutores de "45", tradutores concretistas e contemporâneos).

O tópico central estará nos subsídios que se podem somar à história e a crítica de determinado autor ou determinado grupo a partir de uma poética da tradução que textos respectivos explicitem ou que se desprenda da atividade tradutora de autores ou grupos.

Esta perspectiva visa ainda salientar que não está só no "circuito da traduzibilidade" o ponto de interesse da operação tradutora, mas que bem maior é o interesse que a passagem das poéticas tradutoras à identificação de categorias histórico-críticas pode oferecer.

TÍTULO DA EXPOSIÇÃO: "O MITO DA IMPOSSIBILIDADE TEÓRICA DA TRADUÇÃO E O LOGOCENTRISMO: REFLEXÕES PRELIMINARES"

AUTOR(ES): ROSEMARY ARROJO (UNICAMP)

O objetivo primeiro deste trabalho é apontar o íntimo parentesco entre as teorias tradicionais de tradução e uma concepção de linguagem calcada no logocentrismo.

Na medida em que o logocentrismo pressupõe a possibilidade de uma distinção clara e objetivamente demarcável entre sujeito e objeto e crê, portanto, na possibilidade de uma verdade independente de um sujeito e de sua história, as teorias de linguagem que propõe estão fadadas a procurar as fórmulas infalíveis que pudessem finalmente esclarecer, para todo o sempre, os mecanismos desse fenômeno que chamamos de linguagem.

Como as teorias da linguagem filiadas ao logocentrismo não conseguem dar conta da prática da tradução, parecem chegar sempre a um impasse, optando inclusive pela sugestão de que a tradução pode ser teoricamente impossível. A outra face--mais visível e mais conhecida--dessa tendência é o preconceito generalizado com que se considera qualquer tradução, olhada de soslaio até mesmo pelos profissionais da área. Assim, à tradução se impõe um caráter de precariedade, de remendo, de "mal necessário", em oposição a um "original" sempre pleno e completo em si mesmo.

Como pretendo argumentar, a precariedade e a temporariedade que o logocentrismo associa às traduções são traços intrínsecos de toda a escritura (no sentido de Jacques Derrida) e de todos os empreendimentos do homem, inevitavelmente mediados por uma perspectiva e por um desejo e avessos, portanto, às fórmulas rígidas e às classificações eternas com que sonha a grande maioria dos teóricos e dos profissionais da tradução.

COMUNICAÇÕES

COORDENADORA: MARIA PAULA FROTA (PUC/RJ)

DIA E HORA: 27 de julho, às 9.00 horas

"A NOÇÃO DE LITERALIDADE: METÁFORA PRIMORDIAL"¹

Rosemary ARROJO (Universidade Estadual de Campinas)
Kanavillil RAJAGOPALAN (Universidade Estadual de Campinas)

*"The use and the abuse of language cannot
be separated from each other."*

"The Epistemology of Metaphor"
Paul de Man

ABSTRACT: The possibility of a literal meaning — that is, of a meaning that is prior to any interference of a context or of a user — is the common ground shared by the various disciplines that choose language as their object of inquiry. Although these disciplines propose theories that intend to establish objective limits between a "literal" level of meaning and the "figurative", such a goal is not attainable because, as we intend to show, it is already inspired by the very notion it intends to clarify. Taking into account insights from Freudian psychoanalysis and from Nietzsche's reflections on language, we argue that what we have come to call "literal meaning" is, just like all "figurative meanings", inevitably dependent on a context and on the interpretation of a subject. Therefore, the traditional opposition between the "literal" and the "figurative" cannot be kept apart from subjectivism or from the institutional interests of a discipline.

A grande maioria das teorias que orientam qualquer uma das disciplinas que institucionalmente se dedicam ao estudo da linguagem se fundamenta sobre um pressuposto comum: a crença na possibilidade de uma oposição objetiva e descontextualizada entre o sentido literal e o

sentido metafórico — que aqui se refere a todo sentido figurado ou, mais precisamente, a todo sentido considerado "*não literal*". O chamado sentido "*literal*" é tradicionalmente associado a uma estabilidade de significado, inerente à palavra ou ao enunciado, que supostamente preserve a linguagem da interferência de quaisquer contextos e/ou interpretações. O chamado sentido "*figurado*", por sua vez, é geralmente caracterizado como uma "*derivação*", um "*desvio*", ou até mesmo um "*parasita*" em relação ao "*literal*" (primordial e imanente) e, dependendo do interesse teórico da disciplina que o abordar, a ele se permitem — ou se atribuem — a criatividade, a invenção, a ruptura da norma, o inusitado e, principalmente, a interferência do contexto e dos sujeitos emissores e/ou interpretantes.

O exame desse pressuposto, que nutre a grande maioria das teorias de linguagem e, conseqüentemente, a grande maioria das reflexões sobre os mecanismos da leitura, é o objeto primeiro deste trabalho. Como pretendemos argumentar, toda teoria de linguagem, ou toda teoria de leitura, e, de forma mais abrangente, até mesmo toda concepção de realidade se posiciona, de forma explícita ou implícita, consciente ou inconsciente, em relação ao que epistemologicamente significa opor o literal ao figurado. Ao mesmo tempo, toda visão teórica da oposição literal x figurado — que não deixa de ser, na verdade, mais uma versão de tantas outras oposições que também são geralmente aceitas como "*objetivas*" e não problemáticas: sujeito x objeto, verdade x retórica, ciência x arte, realidade x ficção — traz embutida uma determinada concepção de leitura, reflexo de uma determinada ideologia e concepção de mundo.

Para atingirmos nosso objetivo, examinaremos algumas reflexões exemplares sobre a oposição literal x metafórico propostas por diferentes abordagens teóricas. Através dessa análise, procuraremos identificar os vínculos dessas diferentes teorias com a crença na possibi-

lidade do que Jacques Derrida (1975) chama de "*significado transcendental*", ou seja, um objeto supostamente estável, permanente e independente do sujeito, sobre o qual se alicerçam as teorias do conhecimento (e da linguagem) nutridas pelo logocentrismo.

Para a lingüística, por exemplo, (aqui entendida como lingüística sincrônica, pós-saussuriana e de ascendência estruturalista), a questão do significado figura do se resolve, na maioria dos casos, por eliminação. Como escreve Jerrold M. Sadock (1979), toda linguagem não literal, inclusive a metáfora, "*está fora do domínio da lingüística sincrônica, pois atos não literais que nada têm a ver com a linguagem ocorrem paralelamente àqueles que realizamos quando usamos a linguagem*" (op.cit.:46)². A metáfora, em especial, prossegue Sadock, não seria um "*assunto adequado*" para a lingüística sincrônica pois "*a base da metáfora é um tipo de ato indireto, próprio também do comportamento não lingüístico*" (Idem). Assim, para Sadock, já que a meta da lingüística sincrônica é "*a formalização dos princípios que ligam o significado à forma*", todo significado não literal será objeto de estudo de outras disciplinas, entre as quais a psicologia. Como os "*atos não literais*" "*nada têm a ver com a linguagem*", e como são governados por "*princípios de natureza psicológica*", eles devem ser estudados pela psicologia, disciplina que, segundo Sadock, certamente se ocupará da participação do sujeito (tanto do sujeito emissor como do sujeito interpretante) na constituição desse sentido "*indireto*".

A partir da reflexão de Sadock, que aqui tomamos como exemplar da postura assumida pela lingüística, parecem ficar claros os seguintes pressupostos:

1. Além da possibilidade de uma distinção objetiva entre o literal (o primordial, o direto) e o não literal (o desvio, o indireto, o decorrente), tam

bém se pressupõe a possibilidade de outras distinções não problemáticas entre o lingüístico, o psicológico e o sociológico, entre o diacrônico e o sincrônico, entre o uso e o significado, entre a linguagem e o pensamento.

2. Ao relegar o estudo do sentido figurado à psicologia, que poderia, segundo Sadock, resolver o "conflito" entre o que é dito e o que é pretendido, a lingüística obviamente desvinculada constituição do sentido literal a interferência tanto do sujeito emissor como do sujeito interpretante. O sentido literal, portanto, objeto de estudo da lingüística sincrônica, deve ser evidente em si mesmo e imune às mudanças contextuais e a interpretações diferentes. Em outras palavras, o sentido literal independe do contexto, do momento histórico-social, da geografia, ou da psicologia dos sujeitos que o utilizam.
3. A noção de sujeito implícita nos pressupostos acima sugere a possibilidade de um sujeito neutro e transparente que, em seus "atos literais" não se revela, nem a seu tempo ou a suas circunstâncias, um sujeito que pode apenas se manifestar ou praticar o "desvio" ou o "indireto" em seus "atos não literais".

Tais pressupostos não são, entretanto, exclusivos da lingüística. Eles também constituem o embasamento teórico em que se sustentam as outras disciplinas que abordam a questão do significado e que supostamente propõem reflexões diferentes daquelas apresentadas pela lingüística. Uma vertente que merece ser examinada com mais atenção é aquela desenvolvida por teóricos aparentemente tão distintos quanto David E. Rumelhart, insti-

tucionalmente filiado à psicologia, e John Searle, o filósofo que estuda a linguagem enquanto ação. Em "*Some Problems with the Notion of Literal Meanings*", Rumelhart (1979) caracteriza o sentido literal em termos de "*condições de verdade*", ou seja, o sentido literal pode ser atribuído a palavras ou a enunciados, independentemente de contextos especiais de uso. Como Sadock, Rumelhart aceita, portanto, a oposição tradicional entre o literal e o metafórico e considera que cabe à psicologia investigar o que chama de "*significado transmitido*": "*Qualquer que seja o papel desempenhado pelo 'significado literal' na compreensão da linguagem, a teoria psicológica deve se preocupar com o significado transmitido*" (op. cit.: 78). Apesar de se dedicar ao estudo do "*significado transmitido*", Rumelhart não problematiza o pressuposto básico que norteia suas reflexões e que lhe permite considerar, como os lingüistas, a possibilidade de um significado imune à interferência do sujeito e das circunstâncias que o produzem.

Em "*Metaphor*", John Searle (1979) também se propõe a resolver a difícil questão dos limites entre os sentidos literal e não-literal em termos de uma "nova" oposição. Ao invés da oposição tradicional entre os dois tipos de linguagem, Searle sugere a distinção entre o que chama de "*o significado do emissor*" (*speaker's utterance meaning*) e "*o significado da palavra ou do enunciado*" (*word or sentence meaning*). No caso do sentido "literal", o significado do emissor e o significado do enunciado coincidem. No caso do sentido figurado, não ocorre a equivalência entre o significado pretendido e o significado do enunciado. Assim, para Searle, o figurado não é um traço inerente à palavra ou ao enunciado mas à intenção do emissor. As palavras e os enunciados têm, segundo Searle, "*apenas o significado que têm*" (op. cit.: 93), significado esse que é, como para os lingüistas, estável, imanente, independente do contexto. A única força capaz de mudá-lo é a intenção do sujeito emissor.

A "nova" proposta defendida por Searle, com base na teoria dos atos de fala, não é, obviamente, tão nova quanto pretende. O próprio Sadock — que aqui ilustra a posição assumida pela lingüística sincrônica — declara ter como objetivo primeiro "*entender*" a oposição entre o significado dos enunciados e os usos que se podem fazer deles para comunicação de outros significados (op. cit.: 52). Da mesma forma, Rumelhart, como vimos, se preocupa com o significado "*transmitido*", objeto de interesse da psicologia, e que opõe a um nível de significado estável e inerente ao enunciado.

Se examinarmos a postura teórica defendida pela teoria da literatura, observaremos que, ao prestigiar o sentido figurado (o poético, o interpretável, o uso "*artístico*" da linguagem) que é, basicamente, o seu próprio objeto de estudo, essa disciplina também compartilha dos pressupostos que detectamos no embasamento teórico da lingüística sincrônica. Mesmo quando a teoria literária pretende resolver a oposição clássica entre os sentidos literal e figurado, através de outras classificações, recai em oposições que nada mais são do que máscaras óbvias da mesma distinção que pretende reformular. Em "*Semantic and Poetic Meaning*", por exemplo, Kenneth Burke (1973) propõe a oposição entre o que denomina de "*significado poético*" e "*significado semântico*". Ao primeiro reserva os valores emotivos, a emergência de uma atitude do sujeito, o "*essencialmente dramático*"; ao segundo relega a tentativa de se chegar a uma descrição através da "*eliminação de qualquer atitude ou emoção*" que "*é vita*", obviamente, o "*dramático*". Enquanto o primeiro se situa nos domínios do artístico, do poético, o segundo pertence à ciência que, segundo Burke, abriga a possibilidade de um vocabulário neutro, como o da química, por exemplo, que pode ser "*o mesmo tanto para os comunistas, como para os fascistas e os liberais*" (op. cit.: 150 - 151).

Contudo, a dificuldade de se manter intacta alguma versão da oposição literal x metafórico (e todas as outras oposições implícitas por ela) é reconhecida pelos próprios autores que a defendem. Sadock, por exemplo, em seus comentários sobre exemplos de linguagem figurada e de ambigüidades, reconhece a dificuldade, "*em muitos casos*", de se determinar "*onde começa o sentido figurado e onde termina o sentido literal*" (op. cit.: 55). Cada um desses "*casos difíceis*", lamenta Sadock, é "*uma pedra no caminho do lingüista cuja meta é a formalização dos princípios que ligam o significado à forma*" (Idem). Essa "*pedra no caminho*" do lingüista cresceria desmesuradamente se levássemos em conta que seu grande pressuposto básico também repousa sobre a distinção que o próprio Sadock reconhece ser problemática "*em muitos casos*". Afinal de contas, como declara Sadock, o objetivo primeiro que justifica e dá vida à lingüística é a "*formalização*" dessa fronteira pressuposta por ele entre a figura e a não figura. Sadock, entretanto, apesar de perceber a pedra no caminho, opta por ignorá-la e transfere-a para o caminho de outras disciplinas e outros pesquisadores: "*o estudo da metáfora, especificamente, não seria um objeto adequado para a lingüística sincrônica pois a base da metáfora é um tipo de indireção que compartilha do comportamento não lingüístico*" (op. cit.: 46).

Em seus caminhos teóricos, Rumelhart também encontra pedras: "*Ao tentar desenvolver modelos psicologicamente plausíveis de compreensão da linguagem literal, tenho sido forçado a considerar mecanismos de compreensão que interpretam de forma semelhante tanto a linguagem metafórica como a literal*" (op. cit.: 79). Em outro trecho, prossegue Rumelhart:

"*Tanto considerações teóricas sobre o processo de aquisição da linguagem e observações empíricas da linguagem das crianças sugerem que longe de ser um aspecto especial da linguagem, que talvez se*

desenvolva apenas depois de que as crianças tenham controle completo da linguagem literal, a linguagem figurada aparece na linguagem infantil desde o princípio." (p. 80)

E conclui: "Para a criança, a produção dos sentidos literal e não literal pode envolver exatamente os mesmos processos" (Idem). Ao aceitar que a produção dos sentidos literal e não literal "pode envolver exatamente os mesmos processos", Rumelhart estaria muito próximo de concluir que a distinção entre os dois é, como proporemos a seguir, muito mais uma questão de convenções sócio-culturais pré-estabelecidas do que uma característica intrínseca da linguagem.

John Searle, por sua vez, ao enfatizar, em sua argumentação, a intenção do emissor, acaba encontrando tantas pedras em seus trajetos teóricos quanto Sadock e Rumelhart. Searle argumenta, por exemplo, que no enunciado "*Richard é um gorila*", a estabilidade do sentido figurado de "*gorila*" é garantida pela intenção do emissor que, nesse caso, "*determina*" que tal enunciado seja equivalente a "*Richard é feroz, rude e tende à violência*" (op. cit.: 102). O poder da intenção do emissor é, para Searle, tão absoluto que resiste ao tempo ou a qualquer outra mudança. Como sugere, mesmo que pesquisas venham mostrar que os gorilas não são ferozes e rudes mas, na verdade, tímidos, sensíveis e sentimentais, o que ele quis dizer com o referido enunciado "*permanece verdadeiro apesar dos fatos reais sobre gorilas*", mesmo que se mude o "*conceito*" de gorila (op. cit.: 102). No mesmo artigo, porém, Searle comenta a análise que Cavell faz do enunciado "*Julieta é o sol*", dito por Romeu na conhecida peça de Shakespeare. Segundo Cavell, Romeu quer dizer que seu dia começa com Julieta. Porém, comenta Searle, "*fora do contexto especial da peça essa leitura nunca [lhe] teria ocorrido*". Searle "*procuraria outras propriedades do sol*" para entender o enunciado e conclui: "*Ao dizer isso, não es-*

tou fazendo objeções nem a Shakespeare nem a Cavell, por que a metáfora em questão, como a maioria das metáforas, é aberta" (op. cit.: 106).

Searle, cuja teorização sobre o "*sentido do enunciado*" não consegue disfarçar os problemas de qualquer reflexão sobre a literalidade em termos de imanência e estabilidade, também não se dá conta das questões fundamentais a que seus comentários sobre a metáfora dão origem:

1. Como distinguir as metáforas "*abertas*" das "*não abertas*"?
2. Por que a intenção de Shakespeare, autor do enunciado "*Julieta é o sol*", não é levada em conta na interpretação do mesmo, enquanto que Searle determina que suas intenções "*autorais*" resistam ao tempo e às mudanças de perspectiva no caso de "*Richard é um gorila*"?
3. Mesmo que Searle pretendesse descobrir o significado original que Shakespeare tenha intencionado atribuir a "*Julieta é o sol*", como se poderia proceder a essa investigação de forma segura?

Tais questões, que o aparato teórico de Searle não consegue resolver, também seriam "*pedras*" nos caminhos teóricos de Kenneth Burke que, como vimos, representa neste trabalho uma versão da perspectiva comumente adotada pela teoria da literatura. Ao pretender distinguir o significado "*poético*" do significado "*semântico*", em termos de características intrínsecas ao texto e à linguagem e, portanto, independentes de um sujeito e de sua leitura, Burke ilustra a semelhança de objetivos e de ideologia que, apesar de subliminar, sempre aproximou a lingüística da teoria literária, principalmente nos momentos em que esta pretende, de forma mais veemente, se constituir numa "*ciência*". Como a lingüística tradicional que, em vão, persegue o algoritmo da literalidade,

a teoria da literatura se empenha em encontrar a fórmula infalível que pudesse esclarecer para sempre a especificidade da linguagem poética.

A abordagem que propomos à questão da literalidade e de sua oposição à figura se baseia nas reflexões sobre a linguagem que emergem a partir do pós-estruturalismo, inspirado, principalmente, pelo pensamento de Friedrich Nietzsche e pela revolução intelectual sem precedentes que a psicanálise de Freud trouxe à reflexão do homem sobre si mesmo.

Num ensaio de 1873, "*Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne*", Nietzsche (1911) desconstrói o grande pressuposto sobre o qual se baseia todo o projeto "*científico*" do homem, que depende da possibilidade de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto. Segundo Nietzsche, toda "*verdade*" estabelecida como tal foi, no início, apenas "*um estímulo nervoso*". Todo sentido que chamamos de "*literal*" foi, a princípio, metáfora e, portanto, criação — e não descoberta — do homem:

primeira metáfora: um estímulo nervoso transforma-se em percepção. Essa percepção, então, acoplada a um som. Quando falamos de árvores, cores, neve e flores, acreditamos saber algo a respeito das coisas em si, mas somente possuímos metáforas dessas coisas, e essas metáforas não correspondem de maneira alguma à essência do original. Da mesma forma que o som se manifesta como máscara efêmera, o enigmático x da coisa-em-si tem sua origem num estímulo nervoso, depois se manifesta como percepção e, finalmente, como som. (op.cit.: 178).

Assim, de acordo com a perspectiva descortinada por Nietzsche, o homem não é um descobridor de "*verdades*" independentes de seu desejo de poder ou de seu instinto de sobrevivência, mas, sim, um produtor de signifi-

cados e, portanto, de conhecimentos que se consagram através das convenções que disciplinam os homens em grupos sociais. Consequentemente, a leitura — tanto em seu sentido restrito como em seu sentido mais amplo — enquanto produtora de significados é a única forma possível de relação entre homem e mundo. Como lembra Stanley Fish (1980), "*todos os objetos são criados e não descobertos, e são criados pelas estratégias interpretativas que colocamos em ação*" (op. cit.: 331). Essas estratégias interpretativas, que atribuem significado às coisas, são, por sua vez, estabelecidas pelo grupo social em sua localização histórico-social (a "*comunidade interpretativa*", segundo Fish) ao qual pertence o indivíduo interpretante. Nesse sentido, todo indivíduo interpretante é, ao mesmo tempo, produtor e produto dos significados que necessariamente terão que ser abrigados pela comunidade em que atua e da qual faz parte.

Além do pensamento de Nietzsche, podemos considerar a psicanálise de Sigmund Freud e, principalmente, o conceito do "*inconsciente*" que mudou radicalmente a própria noção de sujeito. A partir do insight freudiano de que o homem carrega consigo um lado desejante e desconhecido, todo o conhecimento, todas as ciências, todas as "*verdades*", todos os sentidos "*literais*" têm que ser necessariamente relativizados e reconhecidos como produto — ou sintoma — de uma interpretação, mediação inevitável entre homem e mundo.

A possibilidade de um sentido literal, "*original*" e descontextualizado, como a possibilidade de uma reflexão "*científica*", objetiva e independente de ideologias e da História é, segundo Derrida (1982), uma "*mitologia branca*" que reorganiza e reflete a cultura do Ocidente: "*o homem branco confunde sua própria mitologia, a mitologia indo-europeia, seu próprio logos, ou seja, o mythos de seu dialeto, com a forma universal daquilo que ainda deve desejar chamar de Razão*" (op.cit.: 213). Ao invés de aceitar sua condição humana, que o obriga a imprimir sua marca, suas emoções, sua História a tu-

do que toca, esse "homem branco" de que fala Derrida empreende uma busca quixotesca daquilo que nunca encontrará fora de si mesmo. Portanto, a literalidade — a neutralidade, a Razão, o puramente objetivo — é a grande metáfora, a metáfora primordial criada pelo homem que, entretanto, precisa se esquecer de que a inventou para não se lembrar de sua finitude e de seu "regionalismo".

NOTAS

1. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pela PUC-SP.
2. Esta e todas as outras citações do inglês foram traduzidas pelos Autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, K. (1973). "Semantic and Poetic Meaning". Em *The Philosophy of Literary Form*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press. Pp. 138-167.
- DERRIDA, J. (1975). *Of Grammatology* (trad. de G. C. Spivak). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- _____. (1982). "White Mythology: Metaphor in the Text of Philosophy". Em *Margins of Philosophy* (trad. de Alan Bass). Chicago: The University of Chicago Press. Pp. 207-272.
- FISH, S. (1980). *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge: Harvard University Press.
- NIETZSCHE, F. (1911). "On Truth and Falsity in their Ultramoral Sense". Em *Early Greek Philosophy & Other Essays* (trad. de M.A. Mugge). Londres e Edimburgo: T. W. Foulis. Pp. 173-192.

RUMELHART, D.E. (1979). "Some Problems with the Notion of Literal Meanings". Em A. Ortony (org.) (1979). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 78-91.

SADOCK, J. (1979). "Figurative Speech and Linguistics". Em A. Ortony (org.) (1979). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 46-63.

SEARLE, J. (1979). "Metaphor". Em *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 76-116.

Os comentários sobre a tradução do conto pretendem deixar-se guiar por nossa concepção de tradução, por estudos críticos sobre a obra clariciana, e por nossa interpretação particular - já que acreditamos que toda atividade tradutória é uma forma de leitura que se faz escritura, a qual por sua vez retorna como leitura para os receptores de outro idioma.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS, Haroldo (1976) Metalinguagem. Ed. Cultrix. São Paulo.
 LISPECTOR, Clarice (1979) A Bela e a Fera. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro
 NUNES, Benedito (1973). "A Paixão da Existência e da Linguagem" in: Clarice Lispector. Ed. Quíron. São Paulo.

TÍTULO DA EXPOSIÇÃO: A MISSÃO IMPOSSÍVEL (E NÃO ASSUMIDA) DO PROFESSOR DE TRADUÇÃO COMENTADA

AUTOR(ES): ROSEMARY ARROJO (UNICAMP)

A formação do tradutor inspirada por concepções teóricas (implícitas ou explícitas) de ascendência logocêntrica exige do professor de prática de tradução o exercício de uma missão impossível. Ao pressupor que todo texto "original" contenha significados estáveis que devem ser resgatados e preservados na tradução, quaisquer que sejam seu contexto e seus objetivos, esse professor tem que tentar ensinar a seus alunos uma impossibilidade, tem que tentar ensinar-lhes a perseguir em suas traduções o intrinsecamente correto, o unanimemente aceitável, ou seja, aquilo que nunca pôde nem poderá estar acessível a ninguém. O objetivo principal deste trabalho é esmiuçar os contornos desse projeto pedagógico necessariamente fadado ao insucesso e à frustração, além de propor uma diretriz mais "realista" para o ensino de prática de tradução a partir de uma visão pós-estruturalista acerca da atividade do tradutor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Arrojo, Rosemary. "O Ensino da Tradução e Seus Limites: Por Uma Abordagem Menos Ilusória", em Tradução, Trabalhos em Linguística Aplicada, 11, Campinas, jan. jun. 1988, pp. 27-32.
 Campos, Geir. Como Fazer Tradução. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

Pauta da Assembleia Geral Ordinária

A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ANPOLL convocada mediante ofício circular 08/90, de 12 de julho deste ano, para as 14:00 horas do dia 27 de julho, a se realizar no Auditório do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Pernambuco, consta da seguinte pauta a ser previamente aprovada pela ASSEMBLÉIA *:

1. Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral de 28/07/89.
2. Apresentação do relatório de atividades da atual Diretoria para apreciação da Assembleia.
3. Eleição da nova Diretoria da ANPOLL para o biênio 90-92.
4. Renovação de 50% dos membros do Conselho da ANPOLL.
5. Proclamação dos eleitos e posse.
6. Análise da filiação de novos Cursos de PG à ANPOLL.
7. Análise das propostas de criação de novos GT na ANPOLL.
8. Definição do local e da data do VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL.
9. Outros assuntos.

* A Assembleia pode inverter a ordem da pauta, retirar itens ou acrescentar novos temas.

La traducción del italiano al castellano y sus trampas

Mafalda Benuzzi de Canzonieri
Universidad Nacional de Tucumán
(Argentina)

Nuestra experiencia didáctica está ligada a las exigencias de estudiantes de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Tucumán en las Carreras de Geografía, Historia, Ciencia de la Educación y Filosofía-Psicología, en cuyo curriculum se incluye el estudio obligatorio de un "Idioma Moderno": comprensión y traducción.

En este IX Congreso de A.L.F.A.L. nos proponemos rastrear una serie de vocablos que tienen una forma muy parecida en dos lenguas, pero que, sin embargo encierran un contenido semántico distinto en cada una de ellas y suelen llamarse: "falsos amigos".

Es necesario extremar la atención para no caer en la "trampa" que proponen. Debemos considerar el grado de variabilidad formal y semántica y distinguir a este respecto los siguientes principales casos:

- vocablos exactamente iguales en cuanto a forma y completamente distintos en cuanto al significado: "amo", "burro";
- vocablos exactamente iguales en la forma (al menos gráfica) con un significado coincidente sólo en parte: "dormitorio", etc...
- vocablos sólo ligeramente distintos en la forma y completamente diversos en cuanto al significado: "boia";
- vocablos ligeramente distintos en la forma y con significado coincidente sólo en parte: "abitazione", etc...

46-18-44

A tradução e o desencontro entre teoria e prática

Rosemary Arrojo
Unicamp

As teorias de tradução de base logocêntrica necessariamente chegam a conclusões que, se levadas às últimas consequências, defendem não apenas a impossibilidade teórica da atividade do tradutor mas também a própria incapacidade da teoria de descrever e sistematizar seu objeto de estudo. O contraste entre a evidência indiscutível da prática e as dificuldades da teorização filiada ao logocentrismo é particularmente dramatizado nas reflexões teóricas de tradutores consagrados. O objetivo primeiro desta comunicação é o exame deste contraste num artigo recente de José Paulo Paes, "Quatro Pólos da Tradução e Sua Crítica", publicado pelo suplemento Letras, Folha de S. Paulo, 21 de abril de 1990.

Mecanismos de reformulação do texto original em tradução simultânea

Sílvia Becher
PUC/Rio de Janeiro

Em tradução simultânea o texto original precisará ser convertido para a língua-alvo obedecendo as normas desta língua em vários níveis. O intérprete deve se conscientizar das diferenças lexicais, sintáticas e estilísticas bem como das divergências de padrões discursivos. Este trabalho procura analisar os mecanismos de reorganização e reformulação de texto que ocorrem durante a interpretação simultânea com vistas a verificar que processos são mais amplamente utilizados e de que maneira estes contribuem para um melhor desempenho do intérprete.

Os dados analisados são oriundos da interpretação para o português de conferências proferidas em língua inglesa durante um congresso internacional realizado no Rio de Janeiro. Cada conferência foi traduzida por dois intérpretes diferentes, em ocasiões separadas, no laboratório especial do Departamento de Letras da PUC/Rio. Foram observados alguns critérios na seleção das conferências, tais como: a ausência de numerosa terminologia técnica específica (para evitar acúmulo de interferências no nível lexical); autoria por falantes nativos americanos (para manter o parâmetro do padrão retórico cultural do texto de partida) (Kaplan 1988, Clyne 1987); característica do texto original considerando maior ou menor grau de 'espontaneidade' e/ou servidão a um texto escrito (Ochs 1979); entre outros.

O estudo analisa os procedimentos de re-ordenação, expansão, resumo, reforço e transformação que influem na reorganização do texto como um todo e que moldam ou interferem no padrão retórico específico da língua-meta. Serão apresentadas ainda algumas considerações quanto à conscientização dos intérpretes das diferenças nas estruturas discursivas das línguas em questão e sugestões de caminhos pedagógicos para o treinamento e formação de intérpretes de conferência.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para uma compreensão maior de mecanismos lingüísticos usados na atividade da tradução simultânea.

09-6-41

O texto como estratégia de leitura e
a reflexão desconstrutivista

Kanavillil Rajagopalan
Rosemary Arrojo
(IEL-UNICAMP)

Este trabalho pretende rever a noção de texto à luz da reflexão pós-estruturalista. Em primeiro lugar, procuraremos estabelecer que uma perspectiva como a de Barthes, para quem o nascimento de um leitor se dá no momento exato da morte do autor, a própria noção de texto precisa ser radicalmente diferente daquela com a qual a maioria das teorias tende a se articular: a de um objeto de análise pronto e acabado, apto a ser usufruído por quem quer que seja. Em seguida, argumentaremos por que a noção de texto como algo que se constitui no próprio ato de ler não pode ser simplesmente incorporada aos modelos teóricos vigentes, uma vez que tais modelos apostam na materialidade do texto.

09-6-42

Lingüística publicitária: proposición modelica y muestra de análisis

Jorge Sánchez Villarroel
Universidad del Bío Bío

El trabajo se enmarca en el ámbito de la lingüística aplicada al área verbal de la producción publicitaria, entendida la publicidad como técnica de comunicación persuasiva. Considerando básicamente el modelo de la comunicación lingüística de Jakobson y las nociones que caracterizan el quehacer multidisciplinario de la publicidad, se propone una pauta destinada al análisis y eventual producción de piezas publicitarias gráfico-textuales (avisos de prensa y de revista). La pauta da cuenta de los niveles externo e interno en los que se sitúa la pieza publicitaria y considera la descripción e integración de las variadas informaciones que se organizan en torno al tipo de mensaje publicitario estudiado. El trabajo se complementa con el análisis de una pieza publicitaria.

In: Estudos Lingüísticos - XIX
Anais de Seminários do GEL
Bauru, 1990.

A NOÇÃO DO INCONSCIENTE E A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO CARTESIANO

Rosemary Arrojo
UNICAMP

Tornar enigmático o que se crê entender sob os nomes de proximidade, de imediatez, de presença (o próximo, o próprio e o pre- de presença), tal seria, pois, a intenção última do presente ensaio. Esta desconstrução da presença passa pela da consciência, logo, pela noção irredutível do rastro (Spur), tal qual aparece no discurso nietzschiano assim como no discurso freudiano.

Jacques Derrida
Gramatologia

O projeto da desconstrução do logocentrismo delineado por Jacques Derrida na Gramatologia tem em Nietzsche e em Freud dois precursores obrigatórios. Ao propor "a de-sedimentação, a desconstrução de todas as significações que brotam da significação de logos /, em /, especial a significação de verdade" (p. 13), Derrida necessariamente atualiza e rearticula o desmascaramento da ilusão de autonomia do sujeito consciente, "senhor" da racionalidade, implícito e explícito tanto na obra de Nietzsche como na de Freud. A desconstrução das bases logocêntricas em que sempre se apoiaram a filosofia, a ciência e toda a epistémé que constituem nossa herança e nosso universo somente pode ser proposta após a desconstrução da autonomia do sujeito cartesiano. Os gestos mais significativos desse questionamento ímpar na história do pensamento ocidental, bem como suas implicações para a relação

entre o sujeito e o "real", são o objeto primeiro deste trabalho.

Embora a introdução da noção de inconsciente na discussão filosófica seja geralmente atribuída a Schelling, é na obra de Schopenhauer que encontramos formulações a respeito de um lado desconhecido e determinante do homem que mais se aproximam da noção de inconsciente tão difundida entre nós pela psicanálise de Freud. Coube, entretanto, a Nietzsche a difícil e ingrata tarefa de começar a desalojar o sujeito cartesiano de sua ilusão de presença, tão arraigada a todos os projetos e concepções do homem ocidental. Nesse sentido, Nietzsche é também o grande precursor de Freud¹. Com sua virulenta crítica ao essencialismo, abre caminho para a revolução sem precedentes que a psicanálise desencadeou na reflexão do homem sobre si próprio.

Um dos movimentos mais caros à reflexão de Nietzsche é denunciar a ilusão primordial da autonomia do intelecto como determinante, inclusive, da ilusão de verdade da coisa-em-si e de todas as outras ilusões dela decorrentes. O intelecto, domínio da racionalidade--que na tradição cartesiana é a marca do humano enquanto ser superior que "existe" na medida em que pensa--não passaria de um "meio de preservação", de uma arma através da qual o homem, "mais fraco e menos robusto", se defende "já que a /ele/ está vedado travar a luta pela sobrevivência com chifres ou presas aguçadas" (p. 175)². Essa arma, de cuja posse o homem tanto se envaldece, tem como efeito maior o engano, a dissimulação, o disfarce; apenas "seu dono e procriador" se esquece de que a racionalidade é "puramente humana" e supõe que todo "o mundo gira em torno dela" (p. 173).

O homem que pretende poder descobrir a "verdade" do mundo ao seu redor não chega sequer a conhecer a si próprio. Sem conhecer os meandros internos do próprio corpo e "fechado em sua consciên-

cia", "indiferente à própria ignorância", o homem não se dá conta de que "repousa sobre o implacável, o ávido, o insaciável, o assuasino" (p. 175). Nietzsche também associa essa "inconsciência" ao sono e ao sonho: à noite, o homem "permite que seus sonhos mintam para ele mesmo durante toda sua vida, sem que seu senso moral tente impedi-los" (Idem). Essa visão nietzschiana do sujeito dividido entre a consciência, a inconsciência e a moral antecipa Freud e a divisão psicanalítica do sujeito. A metáfora do cavaleiro e do cavalo proposta por Freud para explicar as vicissitudes desse sujeito dividido--entre o ego, o id e o superego--vale a pena ser lembrada:

Em sua relação com o id, o ego é como um cavaleiro que tem de manter controlada a força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com a sua própria força, enquanto que o ego utiliza forças tomadas de empréstimo. Com frequência, um cavaleiro, se não deseja ver-se separado do cavalo, é obrigado a conduzi-lo onde este quer ir; da mesma maneira, o ego tem o hábito de transformar em ação a vontade do id, como se fosse sua própria. (Freud, vol. XIX, p. 39)

Além da libido do id, o ego tem que enfrentar também as pressões do superego. Além de tentar controlar um "cavalo" indomável, esse "cavaleiro" é forçado também a lutar com uma "nuvem de abelhas bravas"--o superego--enxameando sobre ele (Idem).

Apesar de dividido entre o senso moral imposto pela sociedade e a força do inconsciente, o homem ocidental, forjado no culto ao racionalismo, ilude-se com sua suposta autonomia "consciente"--que não passa de uma instância derivada de processos inconscientes--e crê poder separar-se do "real", ou seja, crê poder olhar o "real" e o outro com olhos neutros; crê, em suma, poder "descobrir" "verdades" que não sejam construídas por ele mesmo, nem "contaminadas" pelo seu desejo. É, portanto, a partir da desconstrução da noção

de sujeito enquanto ser presente a si mesmo que Nietzsche passa à desconstrução do impulso à verdade e do próprio conceito clássico de verdade.

A noção do impulso à verdade, do desejo de saber, é, para Nietzsche, outra grande ilusão humana:

os homens estão profundamente imersos em ilusões e fantasias, seus olhos apenas tocam a superfície das coisas e vêem "formas"; suas sensações de forma alguma o levam à verdade mas se contentam em receber estímulos e, por assim dizer, em brincar de esconde-esconde atrás das coisas. (p. 175)

Se para sobreviver o homem precisa viver em comunidades, para a defesa dos limites dessas comunidades o uso do intelecto é vital. Esse "tratado de paz" que o intelecto tenta obter para a preservação do grupo

traz consigo algo que parece ser o primeiro passo para alcançar aquele enigmático impulso à verdade. Assim, a partir daí fixa-se aquilo que doravante deverá ser "verdade", ou seja, inventa-se uma designação uniformemente válida e obrigatória para as coisas, e a legislação da linguagem estabelece também as primeiras leis da verdade: assim se origina, pela primeira vez, o contraste entre verdade e falsidade. (p. 176)

Conseqüentemente, "no âmbito desses esquemas", se torna possível, para Nietzsche, o advento da "civilização", ou seja, da edificação

de uma ordem piramidal, com castas e graus [...], um novo mundo de leis, privilégios, subordinações, delimitações que agora se opõe ao outro mundo intuitivo das primeiras impressões e toma a aparência de ser o mais sólido, o mais geral, o mais conhecido, o mais humano e, portanto, regulador e imperativo. (p. 181)

Se na origem das "verdades" e das instituições sociais, Nietzsche localiza a "vontade de poder", a emergência dessa "vontade", identificada com o desejo de sobrevivência, somente é possível a partir

da sublimação do que Nietzsche chama de "amor sexual". Em outras palavras, é a sublimação do instinto sexual que permite a sobrevivência e a construção da civilização, conclusão a que também chegará Freud e que constituirá o próprio objeto de investigação da psicanálise. Como se sabe, é o chamado "complexo de Édipo", o "complexo nuclear das neuroses", o primeiro agente detonador dessa sublimação que, segundo Freud, explica não apenas a origem das neuroses e o amadurecimento sexual masculino e feminino como também a possibilidade de emergência da civilização e da consciência³. No segundo dos Três Ensaios sobre a Sexualidade Freud relaciona o primeiro apogeu da vida sexual da criança--do terceiro ao quinto ano--à emergência do "instinto de saber", que é "atraído inesperadamente cedo e intensamente para os problemas sexuais" (Freud, vol. VII, pp. 199-200). Ou seja, o "instinto de saber"--que, segundo Freud, é "uma maneira sublimada de obter domínio"--surge da necessidade de decifrar o primeiro grande enigma: o sexo e a origem da vida. A partir desse interesse inicial, todos os projetos humanos, todas as instituições, todas as religiões, todo o conhecimento e toda a cultura serão produto dessa sublimação e serão, portanto, também sintomas dessa neurose primordial que é a repressão do instintivo. Como conclui Derrida, a ciência, a filosofia e a própria consciência resultam de um recalque:

A ciência--/.../ a filosofia--; a epistémé e eventualmente o saber de si, a consciência seriam portanto o movimento da idealização: formalização algebrizante, despoetizante, cuja operação consiste em recalcar, para melhor dominá-lo, o significante carregado, o hieróglifo atado.
(Gramatologia, p. 349)

É a partir dessa perspectiva essencialmente humana que renuncia a qualquer tentativa de transcendência ou imanência que se propõe, para Nietzsche e para o pensamento psicanalítico, toda e qualquer re-

lação entre sujeito e objeto, relação essa que será sempre, e necessariamente, erótica ou estética. Consequentemente, como escreve Nietzsche, aquilo que chamamos de "verdade" não passa da transformação de um "estímulo nervoso" em percepção que, por sua vez, se transforma em som:

O que é portanto a verdade? Um exército móvel de metáforas/.../em suma, uma soma de relações humanas que se tornaram poética e retoricamente intensificadas, metamorfoseadas, adornadas e, depois de muito uso, parecem, para uma nação, fixas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais nos esquecemos que são ilusões; metáforas gastas que se tornaram impotentes para afetar os sentidos; moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (p. 180)

Essa reflexão implica a desconstrução da noção clássica de literalidade, ou seja, da possibilidade de um significado depositado na letra, anterior ou imune à interpretação de um sujeito⁴. Aquilo que consideramos a coisa-em-si "designa apenas as relações das coisas aos homens":

Quando falamos sobre árvores, cores, neve e flores, cremos saber algo sobre as coisas em si, e na verdade temos apenas metáforas das coisas, e essas metáforas não correspondem de forma alguma a essências originais. (p. 178)

Já que é essa linguagem, essencialmente metafórica, que constitui o "material" com que trabalha o "homem da verdade", o "pesquisador", e não "a essência das coisas", o filósofo e o cientista em pouco podem se distinguir do poeta ou do ficcionista. E é somente porque "se esquece" de que nunca partiu de qualquer essência e, sim, da linguagem--que, além de nascer metafórica, é necessariamente arbitrária e convencional--que o homem pode pensar a ciência e a filosofia em termos de descoberta de verdades.

Se eu invento a definição de animal mamífero e em seguida declaro, depois de examinar um camelo: "Eis um mamífero", então sem dúvida uma verdade é trazida à luz, mas é de um

valor muito limitado, ou seja, totalmente antropomórfica e não contém nenhum ponto que seja "verdadeiro em si mesmo", real e universalmente válido, fora do homem.
(p. 183)

A desconstrução da autonomia do sujeito consciente solapa todo o projeto logocêntrico e qualquer possibilidade de uma relação puramente objetiva entre o homem e a realidade. As implicações dessa conclusão para as questões teóricas da linguagem levam obrigatoriamente a uma reformulação radical das formas pelas quais pensamos e desenvolvemos as disciplinas que se dedicam ao seu estudo. Afinal, se aceitarmos que todo o conhecimento e toda a ciência se originam de um impulso inconsciente e não passam de uma construção linguística e que, em última análise, alguma forma de linguagem é tudo o que podemos ter, será imperativo revermos os pressupostos sobre os quais edificamos nossas teorias e nossas hipóteses.

NOTAS

¹ Para uma reflexão acerca da suposta influência do pensamento de Nietzsche sobre a psicanálise de Freud, ver GAY (p. 58) e ASSOUN (pp. 9-68).

² Dentro dos reduzidos limites deste trabalho, me baseio num ensaio de 1873, "Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne", que leio na versão inglesa: "On Truth and Falsity in Their Ultramoral Sense" (em NIETZSCHE, pp. 173-192). Minha tradução para o português.

³ Ver especialmente "Totem e Tabu". Em FREUD, vol. , pp.

⁴ Para uma discussão mais ampla acerca da noção clássica de literalidade e a reflexão "desconstrutivista" de Nietzsche, ver ARROJO E RAJAGOPALAN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, R. e RAJAGOPALAN, K. (1989). "A Noção de Literalidade: Metafora Primordial". Em D.E.L.T.A., vol. 5, nº 1, 1989, pp. 37-49.

ASSOUN, P.L. (1989). Freud & Nietzsche--Semelhanças e Dessesemelhanças (trad. de Maria Lúcia Pereira). São Paulo: Editora Brasiliense.

DERRIDA, J. (1973). Gramatologia (trad. de M. Schnaiderman e R. Janini Ribeiro). São Paulo: Editora Perspectiva.

FREUD, S. (1972). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.

GAY, P. (1989). Freud--Uma Vida para O Nosso Tempo (trad. de Denise Bottmann). São Paulo: Companhia Das Letras.

NIETZSCHE, F. (1911). "On Truth and Falsity in Their Ultramoral Sense". Em Early Greek Philosophy & Other Essays (trad. de M. A. Mugge). Londres e Edimburgo: T. W. foulis, pp. 173-192.

Referências bibliográficas

- ADRADOS, F. R. Historia de la Fábula Greco-Latina (II). Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1985.
- DALGADO, S. R. Hitopadexa ou Instrução Útil. Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, 1897.
- LA FONTAINE - Fables. Paris, Robert Lafont, 1958. Coleção Les Cent Chefs-d'Oeuvre de la Langue Française.
- LANCEREAU, E. Pañcatantra. Paris, Gallimard, 1955.
- LOBATO, M. Fábulas. São Paulo, Brasiliense, 1982.

DECONSTRUÇÃO E LINGUAGEM: AS NOÇÕES DE SIGNO E DE SUJEITO

Participantes: Rosemary Arrojo (coord.)

Maria José Coracini

Marisa Grigoletto

Kanavillil Rajagopalan

Os trabalhos que se seguem, apresentados durante o XXXVII Seminário do GEL, enfocam dois dos alvos mais importantes da reflexão desconstrutivista: as noções de signo e de sujeito desenvolvidas a partir do logocentrismo. Em "A Noção do Inconsciente e A Desconstrução do Sujeito Cartesiano", Rosemary Arrojo examina a concepção clássica de sujeito a partir das perspectivas do pensamento de Nietzsche e da psicanálise de Freud. Ao Cogito de Descartes, Nietzsche e Freud opõem a concepção do inconsciente, que necessariamente reformula a reflexão do homem sobre si próprio e sobre as relações que pode manter com a realidade. Maria José Coracini, em "O Cientista e A Noção de Sujeito na Linguística--expressão de liberdade ou submissão?", reflete sobre as implicações dessa desconstrução do sujeito cartesiano para a ciência e, principalmente, para a linguística. Em "A Trama do Signo: Derrida e A Desconstrução de Um Projeto Saussureano" e em "A Desconstrução do Signo e A Ilusão da Trama", Kanavillil Rajagopalan e Marisa Grigoletto se voltam para a questão do signo--fundamental para a reflexão de Saussure acerca da linguagem--e apresentam a perspectiva do pensamento de Jacques Derrida que, ao levar às últimas consequências a conclusão saussureana sobre a arbitrariedade e a convencionalidade do signo, desconstrói os alicerces logocêntricos sobre os quais se apoia a grande maioria das teorias da linguagem estudadas atualmente.

Rosemary Arrojo
UNICAMP

And here, of course, from a deconstructive point of view, true science would consist of taking into account the ultimate impossibility of such a thing as a true science that would attain a metalevel of theory that would transcend even the practice of that theory.

Michael Ryan
Marxism and Deconstruction

Segundo Jacques Derrida, o modelo de ciência que culmina com a formulação da lei de Newton defende uma concepção de verdade cuja imagem se traduz na de uma "mulher que seduz à distância". Na história das idéias, após um primeiro período platônico, em que o próprio filósofo é a verdade ("Eu, Platão, sou a verdade"), o segundo período é exatamente esse longo momento -- que ainda nos domina -- em que a "idéia" assume a imagem de uma mulher cristã e castradora que, à distância, seduz o filósofo: "A distância (mulher) afasta a verdade (o filósofo). É ela quem propicia a idéia. E a idéia se retira, se torna transcendente, inacessível, sedutora. Acena de longe. Seus véus flutuam à distância. Inicia-se o sonho da morte. E é mulher" (pp. 87-88). Como sugere Gregory L. Ulmer, essa é também a "história da verdade como erro, como algo de que se exila o sábio, e cujo resgate se torna o objetivo de toda sua investigação, estimulado pelo desejo de descobrir o que se esconde" (p. 36). Assim, enquanto essa "verdade"/mulher seduz à distância com a promessa de uma revelação fulgurante e definitiva, porém sempre adiada, seu apaixonado perseguidor se alimenta da ilusão de um dia poder finalmente descobrir e possuir o segredo que esconde.

Esse enredo de paixão e frustração, essa perseguição inútil e incansável da verdade única, da revelação última em que se encaixam todos os

In: Anais do XXXIX Seminário
do GEL, Franca, S.P., 1991.

projetos de inspiração logocêntrica, encontra uma representação exemplar nos estudos teóricos da tradução principalmente em seu afã de se tornar uma ciência independente, uma tradutologia precisa e exata, capaz de sistematizar, controlar e normatizar a atividade do tradutor.

A tradição teórica embasada no logocentrismo que há pelo menos dois milênios se dedica à questão da tradução vê seu objeto de interesse como um "problema" rebelde que tem resistido às mais variadas investidas das diversas disciplinas que se dedicam ao estudo da linguagem. O que motiva essa busca inglória é a expectativa de se descobrir um modelo teórico que pudesse solucionar os aparentes desencontros entre uma prática tão intensa e tão fundamental e uma teorização tão ineficiente e tão limitada. Nas palavras de J. F. Graham, em cujo ensaio "Theory for Translation" me concentrei nos limites deste trabalho, a teoria que se busca "deveria ser absolutamente científica, além de decididamente pedagógica ... completamente explícita, não permitindo nenhuma implicação, nenhuma suposição, não exigindo, portanto, nenhuma interpretação" (p. 29), uma teoria, enfim, que pudesse tornar realidade, como também sugere Graham, o sonho da máquina de traduzir.

Como pretendo argumentar, não é a tradução que constitui um teimoso "problema" teórico nem deve ser responsabilizada pelo impasse entre teoria e prática que parece provocar. O "problema" se encontra, sim, nos pressupostos e nas expectativas que o logocentrismo necessariamente projeta para a atividade do tradutor¹. A investigação teórica sobre a tradução em moldes logocêntricos -- quer esteja vinculada à lingüística, à teoria literária, à semiótica ou à filosofia da linguagem -- é, antes de mais nada, narcisista; seu interesse maior não é deslindar os meandros do processo tradutório, mas, sim, a manutenção e a defesa de seus próprios princípios e crenças. Voltando à alegoria proposta por Derrida, a procura apaixonada da "verdade" sedutora e arredia parece ser também uma procura do próprio reflexo; o que esse perseguidor busca encontrar sob os véus da esquiva "verdade" é a possibilidade de recuperar o momento histórico anterior, o momento platônico em que o pensador é, literalmente, dono e senhor de sua verdade.

De forma semelhante, o que cada teórico da tradução parece buscar é precisamente a confirmação da concepção ou tese lingüística com que inicia sua reflexão sobre a atividade do tradutor. Para Georges Mounin, por exem-

plo, em Os Problemas Teóricos da Tradução, a prioridade é exatamente preservar a "ciência lingüística"; ao se deparar com o que considera um impasse entre teoria (lingüística) e prática (tradução), Mounin chega a propor como solução a condenação da possibilidade teórica da tradução em nome da lingüística, além de afirmar que apenas no interior da "ciência lingüística" poderão ser esclarecidos "os problemas teóricos suscitados pela legitimidade ou ilegitimidade da operação de traduzir, e por sua possibilidade ou impossibilidade" (p. 27)². Susan Bassnett-McGuire, por sua vez, apesar de defender, em Translation Studies, a necessidade de se criar uma disciplina independente que possa se dedicar exclusivamente à tradução, não deixa de explicitar seu interesse teórico:

o primeiro passo no sentido de um exame dos mecanismos da tradução deve ser aceitar que embora a tradução tenha um componente central de atividade lingüística, ela pertence mais apropriadamente à semiótica, a ciência que estuda os sistemas ou estruturas dos signos, os mecanismos e as funções dos signos. (p.13)³

Em seu breve ensaio, Graham também repete os principais gestos da estratégia logocêntrica que lhe permite chegar à ilusão de que finalmente poderá abrir o caminho que conduzirá à solução definitiva de seu "problema teórico". Seu ponto de partida, como os de Mounin, Bassnett-McGuire e de tantos outros teóricos, é o que considera "a falta já crônica de uma teoria de tradução rigorosa" (p. 24). O início de sua discussão é motivado pelas conclusões de George Steiner em After Babel: Aspects of Language and Translation, particularmente em seu capítulo dedicado às questões da teoria, "The Claims of Theory". Após um detalhado e bem-informado passeio pelos principais comentários teóricos que, desde Cícero, tentam equacionar o "problema" da tradução, Steiner conclui com uma "nova" versão de um surrado chavão da área: como a teorização é sempre "posterior ao fato", a tradução não pode ser uma ciência mas, sim, uma arte exata" (p. 295). O problema da "rebelia" da prática tradutória em relação aos moldes da "ciência" é solucionado por Steiner através de uma mudança de classificação: já que a prática da tradução não é sistematizável, já que a "ciência" não pode dar conta da atividade do tradutor, esta passa a fazer parte de outra área, menos rígida, já que é "arte" mas, apesar disso, "exata", para que se mantenha afastada o suficiente do caos e da falta de controle.

Para Graham, contudo, essa "solução" apenas escamoteia a questão pois preserva a "indesejável" contaminação da teoria com a prática:

Há muito pouca substância teórica em grande parte do que se escreve sobre a questão da tradução porque sempre se escreveu como se se estivesse na oficina / workshop /. As anedotas pessoais e os conselhos podem muito bem ser úteis, mas com certeza jamais fornecerão uma teoria coesa e coerente para a tradução. (p. 23)

Com base nesse diagnóstico, Graham prepara o terreno para semear aquela que finalmente será a "solução" do "problema". Segundo ele, também os "problemas da linguagem e do significado", que "resistiram a várias abordagens diretas ou ataques frontais", puderam, "em alguns casos", ser enfrentados com "sucesso notável" através de uma "estratégia mais circunspecta" (p. 26). Nos estudos "científicos" da linguagem, essa "estratégia mais circunspecta" revelou-se, para Graham, a gramática gerativo-transformacional que, segundo ele, "finalmente emergiu do impasse da lingüística estrutural com uma proposta específica de reconsiderar a própria natureza e a função de uma teoria da linguagem" (Idem). O "sucesso" desse modelo teórico se deve, aliás, exatamente à sua capacidade de superar "os objetivos empíricos iniciais e ingênuos que ainda eram perseguidos / dentro da lingüística / com cega confiança" (Idem). Assim, segundo Graham, a gramática gerativo-transformacional trouxe como resultado uma "revolução" nos estudos da linguagem, que passam a se dedicar à "tarefa original de definir um objeto adequado e de criar um método apropriado para a lingüística" (Idem).

Esse "método apropriado", como se sabe, encontra suporte teórico na distinção saussuriana entre langue e parole, revista por Chomsky em competence e performance. Essas oposições, segundo Graham, "têm como meta determinar um objeto definido para a lingüística" somente a partir da "abstração da grande massa de fenômenos genericamente designados pelos termos da linguagem em uso comum"; além disso, "sugerem oposições bastante semelhantes como aquelas entre sistema e uso, código e mensagem, conhecimento e comportamento" (pp. 26-27), às quais poderíamos, sem dúvida, acrescentar o velho binômio "teoria e prática". Ao propor que essa estratégia "revolução" "beneficie" também a teorização sobre tradução, Graham sugere:

Algumas dessas distinções poderiam ser aplicadas à tradução ... por analogia, "competência" seria a habilidade de traduzir e

"desempenho" a atividade do tradutor, uma pressupondo a outra. (p. 27)

A teoria da tradução seria, assim, "uma gramática comparativa que que representasse a 'competência' em termos de um conhecimento de línguas em correlação" (Idem). Consequentemente, prossegue Graham:

há razões para se acreditar que grande parte da confusão acerca da natureza e da função de uma teoria para a tradução poderia ser dissolvida simplesmente através do uso regular da distinção básica entre competência e desempenho. (Idem)

A "diferença real" entre a "nova fórmula" e as "velhas receitas" para a tradução seria, então, "bastante diferente":

não mais a velha distinção entre uma teoria e nenhuma, nem simplesmente entre a mais ou menos explícita, mas essencialmente entre duas funções separadas de uma distinção entre uma arte e uma ciência da tradução. (Idem)

O círculo se fecha e voltamos novamente ao ponto de partida. A "resolução" do "problema teórico" da tradução que Graham projeta na gramática gerativo-transformacional interessa prioritariamente a esse modelo teórico: ao se ocupar da tarefa de definir um "objeto adequado" e de criar um "método apropriado" para a lingüística, a gramática gerativo-transformacional desencadeia uma "revolução" apenas no interior da própria teoria e exclusivamente sob a condição de que essa se mantenha devidamente afastada dos interesses da prática que, paradoxalmente, se apresenta como a primeira motivação da teoria. Assim, a "revolução" imaginada por Graham com o fim de superar a "falta crônica de uma teoria rigorosa" não passa de outra versão da mesma conclusão que critica em Steiner; ou seja, tudo aquilo que não fôr sistematizável, flexível aos objetivos "definidos" e "circumspectos" do modelo teórico escolhido, deverá ser exilado para a periferia da "ciência", ou para os domínios da "arte". A "revolução" apenas esboçada por Graham se daria, portanto, exatamente no campo que pretende superar e abandonar. Nesse sentido, embora o "problema teórico" possa ser resolvido para um determinado modelo e apenas dentro de seus estreitos limites, a prática -- a atividade, o desempenho, o "real" -- continua a ser necessariamente um "problema", apesar das incansáveis investidas feitas em nome de uma ciência que se pretende rigorosa e impessoal. Esse "problema", que, aliás,

apenas existe na medida em que haja essa pretensão impossível de rigor e neutralidade, permanecerá para sempre insolúvel já que jamais poderá se moldar ao desejo narcisista do teórico que busca, sem o saber, apenas o próprio reflexo.

Como tenho tentado propor em outros trabalhos, a resolução desse impasse depende, finalmente, da consciência desse desejo e da inutilidade dessa busca, consciência essa que inauguraria o que Derrida considera um terceiro momento na história das idéias: o momento em que o perseguidor da verdade esquiva e inatingível passa a buscar o possível, abrindo mão de sua fixação no transcendente e no sobre-humano e aceitando os limites e os imprevistos da prática e do "real".

* Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (ref. 304543-89.6)

NOTAS

¹ Ver também ARROJO 1990.

² Ver ARROJO 1988 e 1990.

³ Ver ARROJO 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, R. (1988). "A Pesquisa em Teoria da Tradução ou O Que Pode Haver de Novo no Front", em Anais do III Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, PE, pp. 411-417.
- _____. (1990). "As Questões Teóricas da Tradução e A Desconstrução do Logocentrismo: Algumas Reflexões", em D.E.L.T.A., vol. 6, nº 1, pp. 41-53.
- BASSNETT-MCGUIRE, S. (1978). Translation Studies. Londres, Methuen & Co.
- DERRIDA, J. (1979). Spurs: Nietzsche's Styles. Chicago.
- GRAHAM, J. F. (1981). "Theory for Translation". Em ROSE, M.G. (1981).
- MOUNIN, G. (1975). Os Problemas Teóricos da Tradução. São Paulo, Ed. Cul-

trix Ltda..

ROSE, M. G. (ed.) (1981). Translation Spectrum -- Essays in Theory and Practice. Albany, State University of New York.

RYAN, M. (1984). Marxism and Deconstruction. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

STEINER, G. (1975). After Babel -- Aspects of Language and Translation. Londres, Oxford e Nova York, Oxford University Press.

ULMER, G. (1985). Applied Grammatology. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

DESLIZES EM LÍNGUA ESCRITA: POROS OU POLOS

Laís Furquim de Azevedo/PUCSP

Um tipo de deslize bastante comum tanto na produção oral quanto na escrita é o malapropismo, termo derivado do nome da personagem Mrs. Malaprop de Sheridan, cuja característica era trocar, por ignorância, um termo por outro sonoramente afim. Em geral, não há, nesse deslize, relação de sentido entre uma palavra e outra.

O estudo que vamos apresentar se insere em outro mais amplo¹, e nele objetivamos: a. estudar as características fonológicas dos malapropismos encontrados em escrita; b. hipotetizar sobre as causas desses deslizes tanto se derivados de problemas na produção quanto se derivados de um estágio de aquisição; c. estudar a preferência do aluno quanto ao uso do vocabulário.

Entre os deslizes de malapropismos, destacamos dois grupos: I. O grupo A, em que a palavra desviante e a palavra pretendida não parecem relacionadas pelo sentido mas tem composição fonológica semelhante. É evidente aí a aproximação dos itens unicamente por sua forma; II. O grupo B, que, embora apresente palavras fonológica e morfologicamente aproximadas, é constituído de itens nos quais os elementos morfológicos de composição não demonstram ter individualidade para o escritor - aluno, não tendo havido interferência de regras de formação de palavras em sua produção. Ele aproxima palavras de mesma formação, cujo eco sonoro e significado aproximados contribuem para a substituição de uma pela outra. São exemplos do grupo A:

- (1) poros (polos)
- (2) enfatizados (enfeitados)
- (3) infringem (afligem)

São exemplos do grupo B:

- LOMBELLO, L. et. al. "Subsídios para a Elaboração de Material Didático para Falantes de Espanhol", *Trabalhos em Linguísticas Aplicada* I Campinas: UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 1983.
- LORENZO-HOYOS, E. F. *As Estructuras Verbais Preposicionadas en Espanhol e Português*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual Paulista: Araraquara, S. P., 1984.
- MAJOR, R. C. "Balancing Form and Function", *IRAL*. vol. XXVI/2 May 1988.
- NASCENTES, A. *Gramática da Língua Espanhola*. 5a edições. S. P.: Companhia Editora Nacional, 1945.
- NASH, R. *Readings in Spanish-English Contrastive Linguistics*. Hato Rey, Puerto Rico: Inter-American University Press, 1975.
- RICHARD-AMATO, P. *Making it Happen: Interaction in the Second Language Classroom* (From Theory to Practice) Longman: New York, 1988.
- RICHARDS, J. "The Secret Life of Methods", *TESOL QUARTELY*, vol. 13 no 1 March 1984.
- ROMELHART, D. E., J. C. McClelland and PDP Research Group. *Parallel Distributed Processing: Explorations in the Microstructures of Cognition*. vol. 1 Foundation; vol. II Psychological and Biological Models. Cambridge, Mass. MIT Press, 1986.
- SCHMITZ, J. R. "Some Lexical Contrasts in Spanish and Portuguese: Contrastive Analysis", *Hispania* 53 (December), 1970.
- SPOLSKY, B. "Communicative Competence, Language Proficiency and Beyond", *Applied Linguistics*. vol. 10, no 2, 1989.
- STOCKWELL, R. et. al. *The Grammatical Structures of English and Spanish*. Chicago: University of Chicago Press, 1965.
- TERRELL, T. et. al. *Dos Mundos: A Communicative Approach*. New York: Rondon House, 1986.
- VAN PATTEN, B. "Second Language Acquisition Research and the Learning/Teaching of Spanish: Some Research Findings and Implications", *Hispania* vol. 69, no 1 (March) 201 - 216, 1986.
- VIGARA TAUSTE, a. m. *Aspectos del Español Hablado*. Madrid: Sociedade General Española de Librería, 1980.
- YEBRA, V. *En Torno a la Traducción: Teoría, Crítica, Historia*. Madrid: Editorial Gredos, 1983.

2n: Letras - PUC-Campinas, vol. 10,
nºs 1e2, 1991.

O ENSINO DA LEITURA E A ESCAMOTEAÇÃO DA IDEOLOGIA

Rosemary ARROJO

(UNICAMP)

Kanavilli RAJAGOPALAN

(UNICAMP)

Os fatos passados obedecem à gente; os em vir, também. Só o poder do presente é que é furável? Não. Esse obedece igual e é o que é... Então, onde é que está a verdadeira lâmpada de Deus, a lisa e real verdade?

João Guimarães Rosa

Grande Sertão: Veredas

Em poucas palavras Guimarães Rosa sintetiza a questão fundamental que, explícita ou implicitamente, orienta qualquer teoria de leitura: onde localizar a origem dos significados, "a lisa e real verdade"? De um lado, segundo a perspectiva de Riobaldo, narrador do *Grande Sertão*, essa origem somente poderia se alojar no próprio homem, produtor de todos os significados, a quem todos os "fatos" - passados, presentes e futuros - necessariamente "obedecem" e se amoldam. Segundo a outra perspectiva, o significado absolutamente correto, "a verdadeira lâmpada de Deus", estaria fora do homem, fora do alcance de seu desejo, de seu contexto e de sua perspectiva.

A reflexão acerca dessas duas concepções da relação que o homem pode estabelecer com a realidade - que constitui, aliás, a grande preocupação implícita de toda a filosofia e de todo o conhecimento - é particularmente importante para as teorias de leitura que pretendem normatizar ou influenciar o ensino e a formação de leitores. Nosso principal objetivo neste trabalho é exatamente propor uma breve reflexão sobre algumas das implicações dessas teorias para o ensino da leitura. Que papéis reservam essas teorias para o leitor e para sua história? A quem - ou a quê - essas teorias atribuem o direito de julgar a qualidade ou a propriedade de uma leitura?

A primeira concepção a que nos referimos, que pressupõe a impossibilidade de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto, leva às últimas conseqüências a conclusão saussureana acerca da arbitrariedade e da convencionalidade do signo lingüístico e aceita os limites da condição humana: a história, a geografia, o passar do tempo, a mortalidade, o homem dividido entre as pressões de sua subjetividade e de sua necessidade de viver em comunidades. Em termos mais concretos, aceita que qualquer relação entre sujeito e objeto seja inevitavelmente mediada por uma interpretação, produto, por sua vez, das circunstâncias históricas, geográficas, psicológicas, sociais, institucionais - que constituem esse sujeito. Os significados seriam, assim, inevitavelmente atribuídos, impostos aos objetos e não descobertos neles ou a partir deles. Conseqüentemente, toda leitura envolveria uma produção - e não uma descoberta - de significados, criados a partir das circunstâncias que constituem o leitor e a situação da leitura. Em poucas palavras, o significado não se esconde nem se embute no texto à espera de que um leitor decifre, compreenda ou resgate; o significado é produzido pelo leitor a partir de suas circunstâncias e das convenções que organizam e delimitam suas instituições, inclusive a linguagem. Nesse sentido, nenhuma leitura poderia ser considerada absolutamente correta ou incorreta, absolutamente aceitável ou inaceitável. Uma determinada leitura pode ser considerada correta ou aceitável apenas dentro de uma determinada situação ou perspectiva e esse julgamento seria necessariamente diferente em outra situação e a partir de outra perspectiva.

A concepção oposta, que Jacques Derrida chamaria de "logocêntrica", pressupõe a possibilidade de significados independentes do sujeito, da história e das circunstâncias da leitura. Segundo essa visão, ler seria, conseqüentemente, descobrir e resgatar significados estáveis, "presentes" no texto, e essa leitura poderia ser considerada correta ou incorreta, aceitável ou inaceitável, independentemente da perspectiva de quem a julga. Pressupõe, portanto, a possibilidade da neutralidade e da ausência de perspectiva como marca da relação leitor x texto; pressupõe, em outras palavras, a possibilidade de que um leitor, no exato momento da leitura, pudesse se esquecer de tudo o que constitui como sujeito: seu inconsciente, sua história, sua cultura, sua ideologia.

E é exatamente essa concepção supra-humana e supra-histórica que serve de embasamento à tradição teórica que tem se dedicado ao estudo

da leitura entre nós. Mesmo as teorias de leitura propostas mais recentemente - que às vezes substituem a metáfora da extração de significados pela imagem da interação leitor x texto - não abrem mão de sua matriz logocêntrica e projetam para fora do sujeito a origem do significado. São, portanto, obrigadas a defender a possibilidade de um sentido literal - um sentido do e no texto - anterior à interpretação e imune às diferenças de contexto e perspectiva. Conseqüentemente, são também obrigadas a defender uma divisão do processo de leitura em pelo menos duas etapas. A primeira seria a "compreensão", a apreensão daquilo que o texto, ou o autor, *realmente* diz, daquilo que "comprovadamente" *está* no texto e que deveria permanecer o mesmo para todo o sempre e em qualquer lugar ou circunstância. A interpretação, permissão finalmente outorgada ao leitor para que se reflita no texto e se envolva com a leitura, relacionando-a a seu contexto e à sua história, seria apenas viável depois de que vencesse a primeira etapa.

As implicações dessas reflexões para o ensino da leitura são várias. O postulado logocêntrico de que o significado se localiza na letra, fora do homem e de seu contexto, condiciona a postura e a conduta do professor perante seus alunos. Ao pressupor que o significado seja imposto pela natureza do texto e ao apontar, em sua prática pedagógica, marcas textuais como a origem verificável de toda significação, o professor não apenas escamoteia a autoridade que lhe permite estabelecer, em sua sala de aula, os significados corretos e aceitáveis, como também "ensina" a seus alunos a se ignorarem enquanto sujeitos e a ignorarem sua vinculação ao contexto e à comunidade sócio-cultural a que pertencem.

O professor que não se percebe enquanto sujeito ideológico, produtor de significados, e que inadvertidamente transfere para o texto a autoridade que na realidade exerce sobre seus alunos presta um desserviço à educação. Ainda que adote uma pedagogia aparentemente "renovada", supostamente menos autoritária e centrada no aluno, que pretenda enfatizar a formação ao invés da mera transmissão de informação, esse professor estará, sem o saber, apenas desempenhando o papel de guardião e de divulgador dos significados que aprendeu a aceitar como intrinsecamente "corretos" e "verdadeiros". Esse professor ignora, portanto, sua condição de peça fundamental do jogo ideológico que, aliás, tem como objetivo principal sua própria manutenção. Ao escamotear a origem ideológica de todo e qualquer processo de significação, o professor serve principalmente - e às

cegas - à Ideologia de que é produto já que todo jogo ideológico, para ser mais eficaz, deve exatamente escamotear seu caráter de "jogo" e apresentar-se como "verdade" independente e comprovável. Ao tentar ofuscar o interesse ideológico que determina a leitura que eleger como "adequada" ou "correta", o professor se insere numa tradição pedagógica que sempre teve como base a escamoteação de seus próprios interesses.

Essa pedagogia logocêntrica, que cultua a autoridade do professor enquanto valor intrínseco e não como valor instituído e institucional, atribui ao professor um papel semelhante ao do sacerdote que acredita revelar a seus fiéis a palavra divina - "a verdadeira lâmpada de Deus" - inscrita no livro sagrado, e que precisa ignorar, sob pena de perder o papel que desempenha, a origem dessa "verdade" numa interpretação inescapavelmente "humana", alimentada a partir de um determinado contexto e a serviço de determinados interesses. Também como um sacerdote, esse professor precisa ignorar que os significados que "encontra" nos textos que lê lhe foram inculcados pelos valores que sua formação o obriga a reverenciar e a propagar.

Em oposição a esse breve retrato que esboçamos da pedagogia logocêntrica, nutrida a partir da crença numa verdade exterior ao desejo e às circunstâncias do sujeito, o que podemos propor nos estreitos limites deste trabalho se concentra numa palavra-chave: conscientização. Para que a educação se transforme num processo verdadeiramente formador e que seja verdadeiramente centrada no aluno e em seus interesses, é fundamental, em primeiro lugar, que o professor se conscientize em relação à ideologia que, implícita ou explicitamente, define suas escolhas, seus critérios e seu julgamento. Além disso, deverá se conscientizar em relação ao poder de árbitro do significado que a escola lhe outorga. Afinal, no âmbito de sua sala de aula, cabe ao professor determinar quais significados e qual perspectiva serão aceitos para a realização de qualquer leitura.

Dependerá dessa conscientização - refletida em sua prática pedagógica - a conscientização de seus alunos em relação aos papéis que desempenham, e que poderão vir desempenhar, tanto na instituição como na comunidade de que fazem parte. Também dependerá da conscientização e, conseqüentemente, da postura do professor a possibilidade de que seus alunos retirem de sua formação aquela que talvez seja a mais importante de todas as lições: a noção de que esses papéis, essa instituição e essa comunidade, como os textos que lêem, são "significados" necessariamente

produzidos pelo homem, a partir de interesses e motivações igualmente humanos e que, portanto, poderão apenas ser mudados pelo próprio homem.

Resumindo, se não podemos encontrar nenhum significado desatrelado de um interesse ideológico e de uma perspectiva, e se é a partir desses significados ideologicamente marcados que produzimos não apenas a leitura de qualquer texto mas também as formas e as características de qualquer instituição; ou seja, se, em última análise, cabe ao homem esse poder de criar significados e instituições, é, no mínimo, justo que esse jogo seja apresentado como tal.

In: Palavras da Crítica, J. L. Tobim
(org.). Rio de Janeiro, Imago, 1992.

Tradução

Rosemary Arrojo

Em seu prefácio a *Os problemas teóricos da tradução*, de George Mounin, Dominique Aury escreve sobre o lugar reservado ao tradutor em nossa tradição cultural:

Nas hostes dos escritores, nós tradutores formamos a infantaria; entre o pessoal da edição representamos o duplo intercambiável, o trabalhador anônimo. Com a ressalva de algumas honrosas exceções na França e na Inglaterra, embora a capa de um livro traduzido ostente o nome do autor e do editor, é preciso ir procurar na página do título interior, e ainda mais, em face desta página, bem lá em cima ou bem lá embaixo, impresso com os menores tipos possíveis, o mais dissimulado possível, o mísero nome do tradutor. A operação através da qual um texto escrito numa língua se torna suscetível de ser lido em outra constitui, sem dúvida, um ato vagamente indecente, pois o bom tom exige que ele passe despercebido. Quanto a isto, todo mundo está de acordo, e não só os críticos como também os leitores.¹

Essas declarações, que prefaciam uma das primeiras tentativas da lingüística de, nas palavras de Aury, "dar aos tradutores a honra de levar a sério sua atividade", ilustram a marginalidade que temos imposto à tradução e ao tradutor. A esse dono de um "mísero nome", responsável por um "ato vagamente indecente" e que, portanto, deve passar "despercebido", somente pode-se reservar o anonimato e o desprezo. Ainda mais que, como acrescenta Aury em outro trecho, o tradutor realiza um trabalho "inútil": "e por

que motivo tantos cultores admiráveis da língua inglesa terão inutilmente traduzido Shakespeare durante estes últimos cinquenta anos, inutilmente sim, já que é preciso recomençar?"² Enquanto o autor se mostra, é reverenciado como criador e ocupa lugar de destaque nas capas de livros e nas bibliografias, o tradutor se esconde, se desvaloriza e parece estar permanentemente se desculpando pela inadequação que a tradição e ele próprio associam a seu ofício. Da mesma forma, as escrituras ditas "originais", celebradas como frutos das intenções conscientes de seus autores, supostamente não envelhecem e podem manter intactos os significados nela "contidos", enquanto que as traduções, além de serem consideradas apenas derivações canhestras e mal-sucedidas, sempre revelam sua idade, sua inferioridade e acabam se tornando obsoletas.

Esse destino que a tradição tem permitido à tradução e aos tradutores não é, entretanto, desvinculado do que reserva aos "originais" e a seus autores. Ambos são consequência das concepções de significado, de "verdade" e de realidade que têm embasado grande parte das teorias, das filosofias e das visões de mundo da civilização ocidental desde, pelo menos, Aristóteles e Platão. O que essas concepções têm em comum é a crença na possibilidade de algum nível de conhecimento em estado puro — independente de qualquer perspectiva ou contexto — que se pudesse instalar nas palavras, na fala ou na escrita, e que, por não se fundir às palavras, aos textos nem às suas circunstâncias, pudesse ser deles retirado e adequadamente resgatado. A essa crença, a esse "culto" ao *logos* — à razão, à lógica, à verdade como "palavra divina", livre de qualquer subjetividade — que Jacques Derrida chama de "logocentrismo"³ devemos, por exemplo, a formulação da velha oposição entre conteúdo e forma que sobrevive, inclusive, nas reflexões que a lingüística, a teoria literária, a semiótica e a filosofia — todas de vocação logocêntrica — ainda tecem em torno da distinção de Saussure entre significante e significado. Ao logocentrismo devemos também a crença na possibilidade, não apenas de se separar de forma objetiva os dois lados de qualquer dicotomia mas, também, de privilegiar um deles como primordial, essencial ou superior. Assim, pretendemos separar o significado da forma, a alma do corpo, o literal do figurado, o literário do não-literário, o sério do não-sério, o transcendental do empírico, a origem da derivação

e, obviamente, a fala da escrita, o texto do metatexto, o original da tradução.

Entrelaçado a essa pretensão, encontramos um dos preconceitos mais antigos do pensamento ocidental e que se expressa através da convicção de que há uma relação mais direta entre a voz de quem fala e a suposta "essência" do que esse alguém quer "realmente" dizer do que entre essa "essência" e o que se escreve. Segundo a clássica formulação de Aristóteles, "os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma e as palavras escritas os símbolos das palavras emitidas pela voz".⁴ Como sugere Derrida, há "um liame originário e essencial" entre o *logos* e a *phoné*, a voz, que estaria "imediatamente próxima daquilo que, no 'pensamento' como *logos*, tem relação com o sentido daquilo que o produz, que o recebe, que o diz, que o reúne".⁵ Conseqüentemente, se se considera que a fala se aproxima mais da essência, da verdade, da coisa-em-si, todo significante e, principalmente, todo significante escrito, será necessariamente derivado, sempre "técnico e representativo" em sua posição de invólucro do significado. Essa noção de uma proximidade possível entre a voz e o ser, a voz e o sentido do ser, que caracteriza o fonocentrismo, se confunde, para Derrida,

com a determinação historial do sentido do ser em geral como *presença*, com todas as subdeterminações que dependem desta forma geral e que nela organizam seu sistema e seu encadeamento historial (presença da coisa ao olhar como *eidos*, presença como substância/essência/existência (*ousia*), presença temporal como ponta (*stigmé*) do agora ou do instante (*nun*), presença a si do cogito, consciência, subjetividade, co-presença do outro e de si, intersubjetividade como fenômeno intencional do ego, etc.).⁶

É essa "metafísica da presença" que se insinua por trás de nossas noções de sujeito e de objeto e das relações que pensamos poder estabelecer entre eles. Assim, o sujeito da consciência, muito bem expresso pelo mito cartesiano do *cogito* ("penso, logo existo"), se imagina presente a si mesmo, pretende saber o que diz, o que não diz e o que quer dizer com o que diz; pretende, enfim, ser a origem de seu significado e ter controle sobre ele. Conseqüentemente, através do "conduto" da linguagem e, principalmente, da fala, crê poder transferir esses significados, como mercadoria

portátil e não-perecível, para outros sujeitos, estes também supostamente dotados do poder de não simplesmente retirar do invólucro da linguagem os significados nela acondicionados, como também da habilidade de separá-los de qualquer interferência externa. Naturalmente, a essa noção de sujeito corresponde uma noção de objeto semelhante. Já que o sujeito se pensa presente a si mesmo, pensa também o significado como pleno e presente nos objetos com que lida. Assim, os objetos — as coisas, os artefatos, a “natureza” e até mesmo os sujeitos na posição de objeto — devem “conter” significados independentes e à espera de serem descobertos e corretamente extraídos.

É precisamente a partir dessa perspectiva que a tradução tem sido encarada desde que a maldição de Babel se abateu sobre os humanos. Se, depois de séculos de convivência com a imprensa e a multiplicação de textos escritos, a tradição ocidental de certa forma “se acostumou” a desconfiar menos da escritura, da ausência da voz de quem fala e da sua representação no significante escrito, aceitando o texto como um receptáculo possível e legítimo da presença e dos significados de seu autor, ainda reserva à tradução o papel de bode expiatório do desencontro inevitável entre significante e significado. Afinal, se para a perspectiva logocêntrica, todo significante é por definição o elemento que separa o significado de sua origem, o que pode pretender qualquer tradução a não ser separar esse significado de sua matriz de forma ainda mais radical do que a chamada escritura “original”? Conseqüentemente, como os significados supostamente se encontram acondicionados no texto por iniciativa da consciência de seu autor, sua tradução para uma outra língua, outra cultura e outro contexto é necessariamente representada pela imagem de um transporte ou uma transferência. Como lembra Paulo Rónai, essa imagem do transporte se justifica até mesmo pela etimologia: em latim, *traducere* é “levar alguém pela mão para o outro lado, para outro lugar”, e pode assumir outros desenvolvimentos pertinentes:

o sujeito deste verbo é o tradutor, o objeto direto, o autor do original a quem o tradutor introduz num ambiente novo ... mas a imagem pode ser entendida também de outra maneira, considerando-se que é ao leitor que o tradutor pega pela mão para levá-lo para outro meio lingüístico que não o seu.

E é entre essas duas “interpretações da palavra tradução” que Paulo Rónai, como tantos outros teóricos, abriga os modos possíveis de se traduzir:

Conforme adotemos uma ou outra dessas maneiras de ver, a tradução deverá corresponder a exigências diversas. Conduzir uma obra estrangeira para outro ambiente lingüístico significa querer adaptá-la ao máximo aos costumes do novo meio, retirar-lhe as características exóticas, fazer esquecer que reflete uma realidade longínqua, essencialmente diversa. Conduzir o leitor para o país da obra que lê, significa, ao contrário, manter cuidadosamente o que essa tem de estranho, de genuíno e acentuar a cada instante a sua origem alienígena.⁸

Podemos entrever nas variantes a que se refere Rónai uma espécie de acomodação ao ideal impossível que seria a realização do transporte total, sem perdas e sem desvios. Como a transferência total de significados de um texto para outro, de uma língua para outra e de uma cultura e de uma época para outras, não parece factível aos mais sensatos, alguns se contentam com um transporte “parcial”, uma espécie de remendo, de mal necessário. Mas, mesmo parcial, como qualquer transporte que envolva distâncias e desalojamentos prolongados, toda tradução é potencialmente perigosa para a integridade dos significados que carrega. Nesse sentido, é exemplar a comparação das palavras de uma sentença a uma fileira de vagões de carga formulada por Eugene Nida.⁹ Segundo sua descrição, a carga pode ser distribuída entre os diferentes vagões de forma irregular. Assim, alguns vagões poderão conter muita carga, enquanto outros poderão carregar menos; em outras situações, uma carga muito grande terá que ser dividida entre vários vagões. De forma semelhante, algumas palavras “carregam” vários conceitos enquanto outras terão que se juntar para conter apenas um. Da mesma maneira que o que importa no transporte de carga não é quais vagões carregam quais cargas, nem a sequência em que os vagões estão dispostos, mas, sim, que todos os volumes alcancem seu destino, o fundamental no processo de tradução é, para Nida, que todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo, de tal forma que possam ser usados pelos receptores.¹⁰ Nesse traumático processo de traslado de carga tão preciosa e escorregadia, os perigos e as perdas de toda a sorte são inevitáveis,

especialmente quando os textos em questão carregam a fragilidade e a preciosidade do literário e do poético. O horror da separação e o distanciamento que a tradução promove entre o significado e sua suposta origem, transferindo-o para um contexto estrangeiro e hostil, devem ser apagados ou, no mínimo, disfarçados. Para Aury, como vimos, traduzir não é apenas uma tarefa predestinada ao fracasso, é, também, um ato "vagamente indecente", talvez por ser "artificial" e "contrário à natureza", como afirma Peter Newmark.¹¹ Esse desvio da norma e da natureza, que sonha com a possibilidade de um transporte sem perdas e sem danos, somente poderá ser aceitável e, quem sabe, até mesmo bem-sucedido se puder ser também invisível ou imperceptível, se puder ser, de alguma forma, "mágico" ou "milagroso". Como escreveu Alexander Tytler em 1790,

uma boa tradução é aquela em que os méritos do texto original são tão completamente transfundidos numa outra língua a ponto de serem claramente compreendidos e sentidos por um nativo do país ao qual pertence essa língua, da mesma forma em que o foram por aqueles que falam a língua do original.¹²

Um século antes, em seu *Preface to Ovid's epistles, translated by several hands*, John Dryden apresenta alguns princípios e pré-requisitos para se realizar uma "boa tradução" de textos poéticos, ponto nevrálgico de toda teoria de tradução vinculada ao logocentrismo:

- (1) Nenhuma homem é capaz de traduzir poesia a menos que, além de ser um gênio nessa arte, seja um mestre tanto da língua de seu autor como de sua própria.
- (2) Não devemos apenas poder compreender a linguagem do poeta, mas também os movimentos peculiares de seus pensamentos e de sua expressão, que o caracterizam e o distinguem e o tornam diferente de todos os outros escritores.
- (3) O mesmo cuidado devemos ter em relação aos ornamentos mais externos, as palavras.
- (4) De forma geral, os significados de um autor são sagrados e invioláveis.¹³

Encontraremos concepções semelhantes em declarações de tradutores de qualquer língua ou de qualquer época. Jean Laplanche, por exemplo, que coordena um dos mais ambiciosos projetos

tradutórios de nosso tempo — a primeira tradução francesa das *Obras Completas*, de Freud — pretende

traduzir Freud como se fosse o próprio Freud, empregando não um francês germânico mas um "francês freudiano", utilizando todos os recursos do francês da *mesma forma* em que Freud utiliza os do alemão.¹⁴

Se levarmos às últimas conseqüências a concepção logocêntrica da tradução como transporte de significados estáveis e determinados de uma língua para outra, de uma cultura para outra e de um tempo e lugar para outros, qualquer tradução deverá ser capaz não apenas de encontrar significantes em que caibam perfeitamente os significados transportados sem danos e sem perdas mas, sobretudo, deverá ser capaz do milagre de transformar a diferença não simplesmente em semelhança, mas em igualdade, para que esteja acima de qualquer suspeita, de qualquer crítica e de qualquer desgaste. Em suma, para que o "desajeitado" transporte de significados promovido pelo processo tradutório seja polidamente imperceptível, toda tradução terá que ser capaz de um milagre e, mais precisamente, de alguma versão do milagre da metempsychose, para que pudesse ocorrer, como pretende Aury, "algo talvez indizível entre o trabalho e o resultado do trabalho". George Steiner emprega a metáfora dessa "transmutação de almas" ao comentar o trabalho "solitário, prodigioso e não remunerado" de Stephen Mackenna que, entre 1917 e 1930, traduziu o *Enneades*, de Plotino, e que definia seu trabalho como "milagre": "o que fiz com Plotino é um milagre, o milagre de persistentemente recuperar uma mente que afunda e se agita e desaparece como uma rolha nas ondas."¹⁵

Talvez ninguém tenha percebido melhor do que Jorge Luis Borges a busca ilusória dessa "metempsychose", dessa transmutação de "essências" e o recalque da diferença inerentes à concepção de tradução como transporte de significados estáveis e plenos. Em "Pierre Menard, autor do *Quixote*", somos informados de que Menard, "simbolista de Nîmes, devoto essencialmente de Poe", consumiu sua vida na tentativa de realizar uma obra "invisível", "interminavelmente heróica e ímpar": a reprodução dos capítulos IX e XXXVIII da primeira parte do *Dom Quixote*, de Cervantes, e parte do capítulo XXII. Ao invés de tentar "transportar" os signifi-

cados de Cervantes para seu tempo e lugar, Pierre Menard assume a tarefa de se transformar na própria origem desses significados. A primeira estratégia que lhe ocorre para alcançar sua meta é, literalmente, transformar-se em Cervantes, ou seja, “conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra os turcos, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e de 1918, *ser* Miguel de Cervantes”.¹⁶ Abandona, entretanto, tal método por ser pouco estimulante e passa, então, a tentar realizar aquilo com que sonha todo tradutor formado na tradição logocêntrica. Como nos explica o narrador, “ser, de alguma maneira, Cervantes e chegar ao *Quixote* pareceu-lhe menos árduo — por conseguinte, menos interessante — que continuar sendo Pierre Menard e chegar ao *Quixote* através das experiências de Pierre Menard”.¹⁷ Impõe-se, assim, o “misterioso dever de reconstituir literalmente a obra espontânea de Cervantes”.¹⁸

O quixotesco impasse de Pierre Menard não é apenas o impasse de todo tradutor em sua busca — de antemão fadada ao fracasso — da magia que lhe permita o máximo de fidelidade ao que seu texto/autor, qualquer que seja sua importância de dimensão, “realmente” tenha querido dizer, na esperança de produzir uma tradução absolutamente correta e que permaneça através dos tempos, sem o estigma da rejeição iminente e sem precisar ser substituída por outra menos “obsoleta”. É, também, o impasse teórico em que se enredam os estudos dedicados a seus mecanismos e a seus supostos “fracassos” desde, pelo menos, Cícero e Horácio, na tentativa de achar caminhos que tornem a tradução menos frustrante e menos “inútil”. Como lembra George Steiner, pode-se dizer que

todas as teorias de tradução — formais, pragmáticas, cronológicas — são apenas variações de uma única pergunta inevitável. De que forma pode-se ou deve-se atingir a fidelidade? Qual é a correlação ideal entre o texto A na língua de partida e o texto B na língua de chegada? Essa questão é o centro de um debate que dura mais de dois mil anos.¹⁹

Essa herança logocêntrica, que aprisiona o tradutor e seu ofício na busca do impossível e do milagroso, traz consequências sérias. Ao idealizar o chamado “original”, pressupondo-o capaz de se manter o mesmo apesar das diferenças inevitáveis, da passagem do tempo, das mudanças ideológicas e contextuais, o logocentris-

mo necessariamente espera de toda tradução uma eficiência sobre-humana, capaz de interromper o fluxo do tempo e de neutralizar quaisquer diferenças.²⁰ Como esse “milagre” nunca ocorre, como a metempsicose permanece uma fantasia, por mais que se esforcem os tradutores comprometidos com a fidelidade total ao “original”, toda tradução estará sempre, em algum nível e para algum crítico, associada à frustração e ao insucesso; toda tradução será sempre “menor”, sempre “insatisfatória” sempre apenas uma derivação desajeitada de um original idealizado e inatingível. Esse destino de fracasso e de impossibilidade faz do tradutor um Quixote empobrecido, um cavaleiro de triste figura, dono de um mísero nome que merece ser apagado, escondido, da mesma forma que seu trabalho, “vagamente indecente”, tem que passar despercebido, tem que ser invisível. Aliás, não é por acaso que essa “invisibilidade” e essa marginalidade têm sido, historicamente, também associadas à mulher e às suas atribuições na sociedade. A tradução é, até hoje, uma atividade exercitada, em grande parte, por mulheres que podem trabalhar em casa, nos intervalos de seus afazeres domésticos, e que se conformam com a desvalorização e a má remuneração de seu trabalho. John Florio, destacado tradutor inglês de Montaigne, desculpava-se por suas incursões nessa atividade “degradada”, já que todas as traduções são sempre “defeituosas” e, portanto, aparentadas com o “sexo feminino”.²¹

A marginalização a que a “metafísica da presença” condena a atividade do tradutor reflete-se, também, na forma pela qual a sociedade lida com sua profissionalização. Como lembra Paul de Man, todo tradutor é “por definição mal pago, é por definição sobrecarregado com trabalho, é por definição aquele que a história não fixará realmente como um igual a não ser que por acaso seja também poeta”.²² Ao lhe atribuir o papel de mero transportador “invisível” de significados, que deve ignorar-se e a seu tempo e lugar ao realizar sempre “desajeitadamente” as operações desse transporte de risco, a sociedade humilha e aliena o tradutor e seu ofício. Ao aceitar esse papel, o tradutor não se reconhece como intérprete do texto que traduz e não assume a responsabilidade autoral que lhe cabe. Ao abdicar de suas responsabilidades autorais, aceitando, muitas vezes, o papel de mero filtro passivo de textos que desconhece e com os quais não se familiariza, deve abdicar de quaisquer direitos de autor, aceitando as políticas trabalhistas que têm rebai-

xado sua atividade: a remuneração indigna, o desconhecimento de seu nome e, sobretudo, a não-profissionalização de seu trabalho.

Da mesma forma, como sua atividade "vagamente indecente" deve passar "despercebida", o tradutor que supõe simplesmente carregar significados prontos de uma língua para outra e de um texto para outro implicitamente não necessita de uma formação específica, além do conhecimento das línguas envolvidas. Com exceção de poucas universidades, que já se preocupam em formar profissionais da área, a grande maioria ainda não considera a tradução um objeto de estudo que deva ocupar seus departamentos. Dentro dos estudos literários, por exemplo, não há lugar para uma atividade que tão "insatisfatoriamente" trata a suposta "fragilidade" do texto poético e que, por definição, deturpa a "essência" do literário. À margem da profissionalização e da institucionalização acadêmica, a tradução se marginaliza também enquanto objeto de reflexão e pesquisa dentro dos estudos da linguagem. Por não ter seu lugar demarcado entre as disciplinas institucionalizadas, a tradução depende do interesse esporádico das áreas que têm espaço garantido na academia. Portanto, pouco se reflete e pouco se atua sobre os costumes e as políticas que determinam os espaços permitidos a tradutores, traduções, críticos e pesquisadores da área, garantindo-se, assim, a marginalidade e o descaso.

II

A rede de preconceitos, insatisfação e impaciência que se arma em torno da tradução faz parte do anedotário popular. Expressa-se, por exemplo, no sempre citado trocadilho italiano "*traduttore-traditore*", que se aproveita das semelhanças sonoras entre os dois vocábulos para associar a tradução à traição. Outro exemplo corriqueiro é o chiste depreciativo e machista segundo o qual as traduções são como as mulheres: quando fiéis, não podem ser bonitas, e quando bonitas, não podem ser fiéis. Dessa atitude negativa em relação à tradução não escapam nem mesmo os tradutores, como deixou claro Dominique Aury em seu prefácio ao livro de Mounin. Este quadro melancólico em que teóricos e tradutores inserem a tradução não é, como tenho argumentado, o destino inescapável do ofício do tradutor, mas, sim, consequência

dos pressupostos e das expectativas que a tradição logocêntrica projeta para o processo de tradução.

A crítica radical a esse culto ao *logos* parte do pressuposto de que todo sujeito mantém com qualquer objeto uma relação necessariamente determinada pelas circunstâncias em que ocorre. Inspirada na "desconstrução" empreendida por Jacques Derrida (que propõe a "desconstrução", a "de-sedimentação" de "todas as significações que brotam da significação de *logos*",²³) essa crítica tem como alvo redimensionar as concepções de significado e de texto e, conseqüentemente, as relações que se podem estabelecer entre original e tradução, entre tradutor e autor. A partir dessa crítica, as questões teóricas da tradução que, como vimos, têm literalmente girado em torno de uma obsessão milenar com a preservação da origem e de uma rejeição virulenta a toda e qualquer diferença deixam de ser marginais, deixam de ser recalcadas pelos estudos da linguagem e passam a ser paradigmáticas dos mecanismos e dos intercâmbios lingüísticos que ocorrem dentro de uma mesma língua, de um mesmo "original". A desestabilização da crença na possibilidade de uma origem simples, clara e demarcável para os significados, geralmente atribuída às intenções supostamente presentes, conscientes e recuperáveis de um sujeito encontra em Nietzsche e em Freud dois poderosos aliados.²⁴

As reflexões de Nietzsche sobre a natureza e o poder da linguagem desmistificam qualquer pretensão de descoberta de "verdades" ou conhecimentos que transcendam a perspectiva e o contexto em que ocorre. A busca de conhecimentos e de "verdades" que motiva a filosofia e a ciência é, para Nietzsche, apenas um sintoma do "impulso à formação de metáforas", que distingue os humanos das outras espécies animais. O que chamamos de "conhecimento" apenas é possível através de uma linguagem que, ao invés de mero invólucro de significados estáveis, passa a ser reconhecida como o instrumento através do qual se fabricam "verdades". Não há, na origem de qualquer manifestação lingüística, um significado "presente" à espera de que o veículo significante o transporte para um emissário adequado; não há, em outras palavras, um "original", um nível de conhecimento que possa ser anterior à linguagem e que simplesmente se deixe envolver ou macular por ela. No início de tudo, como escreveu Nietzsche, há apenas a formação de uma metáfora: "um estímulo nervoso que se transforma em percepção".

Essa percepção, então, acoplada a um som. Quando falamos de árvores, cores, neves e flores, acreditamos saber algo a respeito das coisas em si, mas somente possuímos metáforas dessas coisas, e essas metáforas não correspondem de maneira alguma à essência do original. Da mesma forma que o som se manifesta como máscara efêmera, o enigmático X da coisa-em-si tem sua origem num estímulo nervoso, depois se manifesta como percepção e, finalmente, como som.²⁵

Como lembra Alan D. Schrift, "metáfora", no texto nietzschiano, se refere à instância de se tratar o diferente como idêntico e de se apagar as "transformações" ou "metamorfoses" — do físico para o espiritual, do literal para o figurado, do audível para o visual — que ocorrem com o significado.²⁶ Aliás, é precisamente a esse mecanismo de "apagamento" superficial das diferenças que devemos a possibilidade da linguagem e, como consequência, a possibilidade de construirmos nossos conhecimentos e nossa bagagem cultural. Como explica Nietzsche,

Certamente nenhuma folha é exatamente igual a qualquer outra. Assim, a idéia "folha" se formou através da omissão arbitrária dessas diferenças individuais, através de um esquecimento das qualidades diferenciais, e tal idéia sugere a noção de que na natureza existe, além das folhas, algo chamado a "folha", talvez uma forma original de acordo com a qual todas as folhas foram tecidas, desenhadas, precisamente medidas, coloridas, enrugadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que nenhuma cópia tenha saído correta e fiel à forma original.²⁷

Ao questionar a crença na possibilidade de uma origem, de uma "forma original", transcendental e pré-lingüística, e ao sugerir que o processo de significação se constitui de uma série de metamorfoses apagadas de uma esfera para outra — do estímulo nervoso para a percepção, desta para o sonoro, do sonoro para o literal, do literal para o figurado e assim por diante — Nietzsche elimina qualquer tentativa de se estabelecer uma relação "própria" ou uma tradução "literal" entre quaisquer esferas:

entre duas esferas absolutamente diferentes, como entre sujeito e objeto, não há nenhuma causalidade, nenhuma correção, nenhuma expressão, mas, no máximo, uma relação *estética* — ou seja, uma

metamorfose sugestiva, uma tradução claudicante para uma língua completamente estrangeira.²⁸

No espaço de uma mesma língua, de uma mesma cultura, de um mesmo tempo e lugar e até de um mesmo significado, inscreve-se, portanto, a tradução imperfeita, "claudicante" — ou alguma versão de seu movimento e resultado: a transferência pautada pela diferença, a metamorfose, a metáfora — como o paradigma de qualquer processo de significação, divorciado de uma origem que não seja também uma representação humana, resultado de uma perspectiva e de um interesse.

Embora a arbitrariedade da linguagem seja um dos alicerces fundamentais para a construção da reflexão de Nietzsche acerca do sujeito e de suas relações com o real, o grande teórico do signo arbitrário, particularmente para os estudiosos da linguagem, continua sendo Ferdinand de Saussure, que nos interessa, no espaço deste trabalho, principalmente como "precursor" de Jacques Derrida. Para Saussure, como para Nietzsche, as bases da linguagem são resultado de um acordo social, que deve ser assumido por todos aqueles que constituem o grupo de seus usuários. Sem essa convencionalidade, que parte do arbitrário — ou seja, da falta de uma relação direta e "motivada" entre coisa e signo — não pode haver linguagem. Segundo Saussure,

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *O signo lingüístico é arbitrário*. Assim a idéia de "mar" não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes...²⁹ (pp. 81-82, grifos do autor).

Como não há nada de intrínseco na base de qualquer signo, todo elemento do sistema lingüístico é definido não por sua essência, nem por aquilo que lhe seja constitutivo ou inerente, mas por aquilo que o distingue e o diferencia dos outros elementos que participam do sistema. Como conclui Saussure, "*na língua só existem diferenças*".

E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*. Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema. O que haja de idéia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação.³⁰

A partir da definição saussuriana do signo arbitrário, Derrida propõe a renúncia inevitável a qualquer pretensão de presença ou de plenitude em qualquer manifestação lingüística:

Esse jogo de diferenças supõe, na verdade, sínteses e referências que proíbem em qualquer dado momento, ou em qualquer sentido, que um simples elemento esteja *presente* nele próprio, e que se refira apenas a si mesmo. Quer na ordem do discurso oral ou escrito, nenhum elemento pode funcionar como um signo sem se referir a um outro elemento, este também não simplesmente presente.³¹

Como todo signo se entrelaça a outros, numa relação de interdependência e suplementação, qualquer texto somente pode ser constituído por esse "entrelaçamento", essa urdidura, essa intertextualidade, produzido a partir da transformação de outros textos e irremediavelmente aparentado a outros, num processo de adiamento infinito da origem do significado. Como conclui Derrida, "nada, nem entre os elementos, nem dentro do sistema, se encontra simplesmente presente ou ausente. Há apenas, em todo o lugar, diferenças e rastros de rastros".³² Qualquer "presença", como qualquer "origem", será sempre "reconstituída", ou seja, produto e resultado de um processo de interpretação, que implica a transformação, a produção e não, simplesmente, o resgate de significados plenos e alojados no interior do significante ou do texto.

A reflexão psicanalítica sobre o sujeito e suas relações com os objetos constitui uma outra via que pode nos conduzir a conclusões semelhantes. A concepção do inconsciente, abordada filosoficamente por Schelling, Schopenhauer e Nietzsche; entre outros, e desenvolvida a partir de Freud como uma das mais importantes conclusões da psicanálise, também pode desferir um golpe inele-

mente na ilusão de presença do *cogito* cartesiano. O sujeito dotado de um inconsciente é, em primeiro lugar, constituído por diferenças. Dividido entre a consciência, a libido do id e as pressões do superego, esse sujeito tem que renunciar à ilusão de uma supremacia racional e conviver com o desconhecimento que determina suas escolhas e esboça seu destino. Como observa Paul-Laurent Assoun, o inconsciente representa:

o regime crônico do agir humano, a cisão incessantemente reativada entre o querer e o agir, o verdadeiro e o falso, o dito e o calado. Designa sempre a *ilusão*, mas apreendida doravante na imanência do comportamento moral. Que o homem faça incessantemente uma coisa diferente do que crê fazer, eis o que institui o *desconhecimento* no cerne da realidade humana e universaliza o inconsciente como linguagem deste desconhecimento crônico.³³

A concepção do inconsciente não apenas subverte a "metafísica da presença" cultivada pelo sujeito cartesiano mas a própria relação que geralmente se estabelece entre origem e derivação. Se quisermos buscar uma origem que possa explicar a condição humana, certamente não a encontraremos na esfera da consciência. Como observa Assoun, a noção do inconsciente nega à consciência "sua pretensão ao título de princípio", e "supõe inverter a relação consciente/inconsciente constitutiva do desconhecimento; o que se dá originalmente com o primeiro não é senão o mais superficial, que mascara o verdadeiro princípio".³⁴ Como resume um aforismo de *A Gaia Ciência*, de Nietzsche, "a consciência é o último e mais tardio desenvolvimento do orgânico e, por conseguinte, também o que há de menos acabado e menos forte".³⁵

A psicanálise nos ensina que uma das formas de manifestação do inconsciente é o fenômeno da transferência, observada, inicialmente, na relação que todo analisando deve estabelecer com seu analista para que "a cura pela palavra" possa ser acionada. A transferência, entretanto, não é simplesmente um sintoma de quem se submete à psicanálise, transcendendo o divã e a situação analítica. Como argumenta Shoshana Felman, segundo a releitura que Lacan empreende do texto freudiano, o inconsciente "não é apenas aquilo que precisa ser lido, mas também, e principalmente, aquilo que lê". A descoberta do inconsciente realizada por Freud é "o resultado de sua *leitura* do discurso histórico de suas pacientes,

isto é, de sua capacidade de ler, nesse discurso histórico, *seu próprio discurso*". Conseqüentemente, a descoberta do inconsciente é "a descoberta de Freud, dentro do discurso do outro, daquilo que, dentro dele mesmo, lia ativamente; em outras palavras, sua descoberta, ou sua leitura, daquilo que lia — no que estava sendo lido". Assim, a "essência" da descoberta freudiana consiste "não simplesmente na revelação de um significado *novo* — o inconsciente — mas na descoberta de um novo modo de ler".³⁶ Nas palavras de Lacan,

O principal interesse de Freud era a histeria ... Ele passou muito tempo escutando e, enquanto ouvia, ocorreu algo paradoxal ... ou seja, uma *leitura*. Foi enquanto escutava suas pacientes histéricas que ele *leu* que havia um inconsciente. Ou seja, algo que ele podia apenas construir e no qual ele mesmo se achava implicado; ele estava implicado no que ouvia no sentido de que, para seu grande espanto, percebeu que não podia deixar de participar do que a histérica lhe contava e que se sentia afetado por isso.³⁷

A partir da perspectiva psicanalítica, sujeito e objeto estão irremediavelmente comprometidos numa relação transferencial em que um se mistura e se entrelaça ao outro. Como determinar, então, a origem do significado ou as "verdadeiras" intenções de um autor? Como separar o leitor do autor, o leitor do tradutor, a tradução do original? Como separar, em suma, o texto do que não lhe pertence? A relação leitor/texto, como qualquer relação que um sujeito estabelece com um objeto, será sempre, e inevitavelmente, determinada pela qualidade e pela extensão dos afetos que nutrem essa transferência.³⁸ Como sugere Peter Brooks, qualquer leitura produz uma "intervenção" no texto "através do nosso desejo (contra)transferencial de dominá-lo e também através do desejo de ser dominado por ele". Como o que se estabelece entre leitor e texto é uma *relação*, não é apenas o leitor quem atua; o texto, como reflexo implicado na transferência, também se transforma a partir dos desejos e fantasias do leitor. Conseqüentemente, como conclui Brooks, "transferência e interpretação são na verdade interdependentes e não podemos priorizar uma sobre a outra".³⁹ Portanto, dentro dos limites de uma mesma língua, qualquer ato de leitura já implica uma transformação, um agir sobre o texto que nunca pode ser meramente invisível ou inocente. Dentro dos limites de uma mesma língua, também é impossível qualquer resgate neutro

e impessoal de significados. Ou seja, antes de se deixar as fronteiras de uma língua em busca de outra, já se traduz.

As reflexões desconstrutivistas de Nietzsche, a semiologia de Saussure, revista e revisitada por Derrida, assim como a psicanálise de Freud e Lacan apontam para a inevitabilidade da tradução, da diferença, da metáfora (no sentido nietzschiano), do desencontro entre significante e significado no cerne de qualquer intercâmbio ou projeto humano. O que supostamente se "perde", se transforma, ou se aliena de sua "origem", quando traduzimos um texto de uma língua para outra, potencialmente também se perde, se transforma ou se aliena em qualquer processo de leitura, em qualquer operação lingüística dentro dos limites de uma mesma língua. A maldição de Babel, que nos obriga a enfrentar nossos próprios limites, não se destina apenas às traduções e aos tradutores mas é indissociável de todo e qualquer empreendimento humano. A plenitude, a presença, a origem clara e distinguível, a imutabilidade e o *logos* são atribuições divinas, tão distantes de nós e de nossa condição como o paraíso e a imortalidade.

III

A partir da desconstrução do mito logocêntrico que entrevê a possibilidade de se limitarem os contornos de um original e de separá-lo de suas supostas derivações, a tradução deixa de ser um estorvo às teorias lingüísticas e passa a ocupar o centro das reflexões sobre a linguagem, a filosofia e a literatura, em seu sentido mais amplo. O embargo divino à construção da Torre de Babel, que condena a humanidade à multiplicidade de línguas e, portanto, como lembra Derrida, "à necessária e impossível tarefa da tradução", é também o fim da ilusão humana de ascender à esfera da transcendência, reino das origens plenas e imutáveis. E é também uma metáfora eficiente da própria noção de desconstrução: "uma construção por terminar, cujas estruturas apenas pela metade nos permitem entrever os andaimes que atrás delas se escondem".⁴⁰ Essa relação íntima entre a problemática da tradução e uma das mais importantes vertentes do pensamento contemporâneo também é apontada por Christopher Norris, para quem a tradução "é um outro nome para aquela crítica aos sistemas, conceitos e

totalidades prematuros que também se conhece por desconstrução".⁴¹ Como sinônimo de desconstrução, a tradução representa "um desafio radical às noções que herdamos sobre linguagem, lógica e verdade",⁴² atingindo de frente a filosofia, cujo projeto se baseia exatamente na crença de que seus conceitos e categorias *não* dependem de questões lingüísticas. Como explica Norris.

Este pressuposto tem raízes profundas, já que toca não apenas a questão de se traduzir *entre* línguas diferentes mas, também, a relação entre pensamento e linguagem em geral. Os filósofos sempre se inclinaram a crer que a questão de se colocar os pensamentos em palavras é uma operação decididamente secundária ... e que o pensamento lhes dá acesso a uma esfera de idéias claras e distintas, exigindo apenas que se evite que a linguagem torne obscuras essas idéias puras e sem ambigüidades.⁴³

Dentro das fronteiras da filosofia, prossegue Norris, os problemas relacionados à tradução em geral têm sido tratados como "obstáculos relativamente menores", que "nada têm a ver com o essencial", com aquilo que seria o "filosófico propriamente dito". Aliás, é com base nesse tipo de pressuposto que a filosofia crê poder definir sua especificidade e distinguir-se de disciplinas próximas, como a retórica e a crítica literária.

O que a reflexão desconstrutivista tem demonstrado é precisamente a impossibilidade dessa cisão entre pensamento e linguagem pretendida pela filosofia, impossibilidade essa também demonstrada a todo o momento e em qualquer lugar em que se tente realizar a tradução de um texto, por mais simples e banal que seja. Nesse sentido, a filosofia, como qualquer outra disciplina ou ramo do conhecimento, não deixa de ser uma forma de escritura, uma forma de tradução. Num ensaio já clássico, "The epistemology of metaphor", Paul de Man demonstra, com raro brilho, a vinculação inevitável entre filosofia e escritura e a impossibilidade de um nível puro de pensamento, anterior à linguagem e imune a seus "artifícios". De Man aborda, entre outros textos, o *Essay concerning human understanding*, do filósofo inglês John Locke, cuja preocupação central é, apropriadamente, a necessidade de se separar as idéias e o pensamento do "conduto" inadequado da linguagem "que pode corromper as fontes de conhecimento que se encontra

nas coisas em si" e, o que é ainda pior, "romper as canalizações" através das quais esse conhecimento é "distribuído para o uso público".⁴⁴ Locke defende, assim, a separação sumária da verdade e do conhecimento daquilo que os torna "nebulosos" e que os contamina: os "artifícios" perniciosos e sedutores da retórica e da linguagem figurada. "Se quisermos falar das coisas como elas são", argumenta Locke,

temos que concordar que toda a arte da retórica, ... todas as aplicações artificiais e figuradas de palavras que a eloquência inventou têm como único objetivo insinuar idéias erradas, estimular as paixões e, conseqüentemente, manipular o arbítrio e são, na verdade, um perfeito engano.⁴⁵

As perigosas artimanhas da retórica podem ter seu lugar em discursos públicos mas, "em todos os textos que têm como meta informar ou instruir", devem ser "completamente evitadas". Onde quer que "a verdade e o conhecimento" estejam em jogo, esses recursos somente podem ser considerados "uma grande falha da linguagem ou daquele que os utiliza". Num outro trecho lemos:

É evidente o quanto os homens gostam de enganar e de ser enganados, já que a retórica, esse poderoso instrumento do erro e do engano, conta com mestres estabelecidos, é ensinada publicamente e sempre gozou de boa reputação ... A eloquência, como o belo sexo, apresenta muitos atrativos convincentes para que possamos ser contra ela. E é inútil apontar defeitos nessas artes do engano já que os homens têm prazer em ser enganados.⁴⁶

Segundo o comentário de De Man, a retórica, como as mulheres, com as quais "se parece", é, para o filósofo, uma "coisa boa" desde que se mantenha em seu lugar e não se intrometa em assuntos sérios que não lhe dizem respeito. Locke não se dá conta, entretanto, de que sua inflamada defesa da necessidade e, implicitamente, da possibilidade de se separar a verdade, o "filosófico propriamente dito" da retórica e dos "adornos", que devem se restringir aos usos "não-sérios" da linguagem, se autodesconstrói. É inescapavelmente através da eloquência e da retórica que Locke tenta condenar a eloquência e a retórica. Como conseqüência, se desconstroem também quaisquer pretensões da filosofia de distin-

guir clara e objetivamente a verdade da não-verdade e, principalmente, a filosofia da retórica ou da literatura. As relações entre literatura e filosofia não podem ser pensadas, como conclui De Man, "em termos de uma distinção entre categorias estéticas e epistemológicas": "toda filosofia está condenada, na medida em que depende do figurado, a ser literária e, como depositária deste problema, toda literatura é, de certa forma, filosófica."⁴⁷

A partir do momento em que se reconhece que a filosofia se encontra irremediavelmente enredada à linguagem, incapaz de se livrar do "embaraço" da metáfora e da retórica, incapaz de separar o estilo do pensamento, a verdade do artifício, a sinceridade do engano, a problemática da tradução, que também tem buscado formas adequadas de se separar o significado (a verdade, o conhecimento, o conteúdo) do significante (da língua, da linguagem, do invólucro), passa a ser não apenas um problema filosófico mas, sobretudo, a problemática central da filosofia. A filosofia, como a tradução, não escapa à maldição da Torre inacabada, da multiplicidade lingüística, do significado escorregadio, da origem sempre adiada.

Da mesma forma que pode subverter o grande pressuposto em que aposta a filosofia para encontrar a especificidade de seu projeto, a tradução de qualquer poema, ou de qualquer texto literário, necessariamente terá que rever e reavaliar não apenas a problemática da tradução mas também e, principalmente, a questão central que justifica os estudos literários: o que é, exatamente, o "poético" ou o "literário" e onde se alojam esses significados "especiais"? Como previu Borges, em "Las versiones homéricas", não há

nenhum problema tão consubstancial com as letras e seu modesto mistério como o que propõe uma tradução. Um esquecimento estimulado pela vaidade, o temor de confessar processos mentais que adivinhamos perigosamente comuns, a tentativa de manter intacta e central uma reserva incalculável de sombra velam as tais escrituras diretas. A tradução, por outro lado, parece destinada a ilustrar a discussão estética.⁴⁸

Mas, antes de nos determos na problemática da tradução dos chamados textos literários, vamos examinar rapidamente alguns pressupostos das teorias que têm nesses textos seu principal objeto de interesse.

Se a filosofia tem se construído a partir do pressuposto de que conta com algo que possa ser o "filosófico propriamente dito", também a teoria da literatura tem como objetivo definir a especificidade desse "modesto mistério" e dessa "reserva de sombra" que embalam os chamados textos literários e poéticos. Em termos gerais, poderíamos dizer que aquilo que a filosofia rejeita é precisamente o que a literatura pretende cercar como sendo de sua competência. Ao literário e ao poético se reservam, assim, as conotações, as ambigüidades, os sentimentos, a subjetividade, enquanto que ao filosófico e ao científico, por exemplo, se reservam as precisões, as denotações e a transparência entre coisa e signo. Para René Wellek e Austin Warren, num dos textos mais influentes sobre teoria da literatura deste século, a linguagem científica, "em termos ideais", deve ser "puramente denotativa" e ter como "alvo" uma "correspondência total entre signo e referente", "sem chamar atenção para o signo para que nos detenhamos, sem equívocos, no seu conteúdo". A linguagem literária, por outro lado,

é rica em ambigüidades; é, como qualquer outra linguagem histórica, cheia de homônimos, de categorias arbitrárias ou irracionais ... é permeada de acidentes históricos, memórias e associações. Numa palavra, é altamente conotativa. Além disso, a linguagem literária é muito mais do que meramente referencial. Ela tem seu lado expressivo, ela transmite o tom e a atitude do falante ou do escritor. E ela não se limita a declarar e expressar o que diz; também pretende influenciar a atitude do leitor, persuadi-lo e mudá-lo.⁴⁹

A argumentação de Wellek e Warren não por acaso nos lembra a distinção entre retórica e filosofia sugerida por Locke no texto comentado anteriormente. Encontraremos alguma versão dessa distinção em qualquer projeto logocêntrico que pretenda demarcar as fronteiras das disciplinas institucionalizadas. Por trás desse tipo de classificação e de distinção entre o literário e o não-literário, paira, novamente, a ilusão de que se possa separar, de forma clara e objetiva, a idéia do estilo, o conteúdo da forma. Os contornos dessa ilusão se destacam especialmente nas tentativas de definição do que constitui o "poético propriamente dito", quase unanimemente considerado como a mais intensa concentração do potencial artístico da linguagem. Com frequência, algumas dessas tentativas já antecipam as difíceis relações que em geral se estabelecem entre

poesia e tradução. Como lembra José Paulo Paes, “sendo a poesia, na feliz conceituação de Ezra Pound, a forma mais condensada de linguagem, não é difícil entender por que configura ela o ponto crítico ou paroxístico da problemática da tradução”.⁵⁰ O poeta norte-americano Robert Frost, por exemplo, definia poesia como “tudo aquilo que se perde em tradução”. Para o poeta inglês W. H. Auden, a diferença essencial entre prosa e poesia “reside no fato de a prosa poder ser traduzida em outra língua, mas a poesia não”.⁵¹ Para Roman Jakobson, como a poesia “é governada pela paronomásia” — ou seja, pela exploração de relações entre os níveis sonoros e semânticos, como a que se encontra, por exemplo, em jogos de palavras — ela é, “por definição, intraduzível”. Apenas a “transposição criativa” é possível: de uma forma poética para outra na mesma língua, de uma língua para outra, ou entre meios e códigos expressivos diferentes.⁵²

Tais definições apontam não apenas para uma suposta “fragilidade” da poesia mas, sobretudo, para sua “intocabilidade”. No antológico “Da tradução como criação e como crítica”, Haroldo de Campos chega a conclusões semelhantes às de Jakobson. Campos cita, entre outros, Albrecht Fabri, para quem “a essência da arte é a tautologia” já que as obras artísticas “não significam, mas são”. Como explica Campos, ao deter-se especificamente sobre a linguagem literária, Fabri sustenta que “o próprio desta é a sentença absoluta, aquela que não tem outro conteúdo senão sua estrutura, que não é outra coisa senão o seu próprio instrumento”. Consequentemente, segundo Fabri, essa “sentença absoluta” ou “perfeita” não pode ser traduzida, pois “a tradução supõe a possibilidade de se separar sentido e palavra”.⁵³ Essa argumentação é esmiuçada através da distinção que Max Bense estabelece entre “informação documentária”, “informação semântica” e “informação estética”. Nas palavras de Campos.

A informação documentária representa algo observável, é uma sentença empírica, uma sentença-registro. Por exemplo ...: “A aranha tece a teia.” A “informação semântica” já transcende a “documentária”, por isso que vai além do horizonte do observado, acrescentando algo que em si mesmo não é observável, um elemento novo, como, por exemplo, o conceito de falso ou verdadeiro. “A aranha tece a teia é uma proposição verdadeira”, eis uma informação semântica. A “informação estética”, por sua vez, transcende a semântica no que

concerne à “imprevisibilidade, à surpresa, à improbabilidade da ordenação de signos”.⁵⁴

Consequentemente, enquanto que a “informação documentária” e a “informação semântica” “admitem diversas codificações” (como, por exemplo, “A aranha faz a teia”, “A teia é elaborada pela aranha” ou “A teia é uma secreção da aranha”), a “informação estética” “não pode ser codificada senão pela forma em que foi transmitida pelo artista”. O exemplo de Campos para ilustrar a “máxima” fragilidade da “informação estética” é um poema de João Cabral de Melo Neto (“A aranha passa a vida/tecendo cortinados/ com o fio que fia/ de seu cuspe privado”, de “Serial”, “Formas do Nu”, em *Terceira Feira*), que não poderia suportar “qualquer alteração” em sua “seqüência de signos verbais” “por pequena que fosse”.⁵⁵

Assim, para Haroldo de Campos, enquanto que a tradução (como transporte de significados estáveis) é perfeitamente possível para as informações semânticas e documentárias — nas quais, implicitamente, se autoriza a separação entre conteúdo e forma — a tradução da informação estética, que depende de uma relação próxima entre significante e significado, é, “em princípio, impossível”: “em outra língua será uma outra informação estética, ainda que seja igual semanticamente”. O dilema dessa intraduzibilidade é resolvido através da proposta de uma “recriação”:

Então, para nós, tradução de textos criativos será sempre *recriação*, ou criação paralela, autônoma porém recíproca. Quanto mais inçado de dificuldades esse texto, mais recriável, mais sedutor enquanto possibilidade aberta de criação. Numa tradução dessa natureza, não se traduz apenas o significado, *traduz-se o próprio signo*, ou seja, sua fisicalidade, sua materialidade mesma ... O significado, o parâmetro semântico, será apenas e tão-somente a baliza demarcatória do lugar da empresa recriadora.⁵⁴

Os pressupostos e os argumentos defendidos por Haroldo de Campos para justificar tanto a traduzibilidade das informações “semântica” e “documentária” como a intraduzibilidade da informação “estética” são exemplares do que tenho chamado aqui — via Derrida — a “metafísica da presença”. A distinção que propõe (através de Max Bense) entre o semântico, o documentário e o

estético não passa de mais uma das muitas versões da velha e recorrente distinção entre conteúdo e forma. Assim, Campos necessariamente localiza no texto a presença plena da informação, qualquer que seja sua "tipologia". Ou seja, o poema de João Cabral não apenas contém "informação estética", mas é essa "informação", conclusão essa que se transforma numa "evidência" tão clara a ponto de dispensar qualquer explicitação. A partir dessa perspectiva, já que o "estético" é "evidente" em si mesmo, sua suposta "presença" transcende, portanto, a história, a cultura e a interferência dos sujeitos que o julgam como tal.

Essa ilusão de que o estético — ou qualquer outra categoria — possa efetivamente ser aprisionado pelo texto nas malhas das letras encontra no já mencionado "Pierre Menard", de Borges, sua magistral desconstrução. Naquele que é o ponto alto do conto e, provavelmente, um dos grandes momentos da obra de Borges e da literatura de todos os tempos, somos convidados a comparar um fragmento do *Quixote* reescrito por Pierre Menard ao "mesmo" fragmento escrito originalmente por Miguel de Cervantes:

É uma revelação cotejar o *Dom Quixote* de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu: a verdade, cuja mãe é a história, êmulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.

Redigida no século dezessete, redigida pelo "engenho leigo" Cervantes, essa enumeração é um mero elogio retórico da história. Menard, por outro lado, escreve:

a verdade, cuja mãe é a história, êmulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.

A história, "mãe" da verdade; a idéia é assombrosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como uma indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que aconteceu; é o que julgamos que tenha acontecido. As sentenças finais — "exemplo e aviso do presente, advertência do porvir" — são descaradamente pragmáticas. Também é vívido o contraste entre os estilos. O estilo arcaizante de Menard — no fundo estrangeiro — padece de alguma afetação. O mesmo não acontece com o do precursor, que maneja com naturalidade o espanhol corrente de sua época.⁵⁷

Haroldo de Campos, como Pierre Menard e toda a tradição logocêntrica, se esquece de que qualquer texto se realiza apenas através de uma leitura, que necessariamente o coloca diante de um Outro, dotado de um inconsciente e localizado no centro de uma perspectiva. Assim, a "obra invisível" de Menard, por ele considerada como a milagrosa "reprodução total" do texto de Cervantes, é, para o narrador de Borges, "diferente", irremediavelmente "outra", apesar de verbalmente idêntica à de Cervantes. Da mesma forma, o que Campos vê como a própria presença do estético no poema de João Cabral é, apenas e irremediavelmente, *sua leitura* desse texto, uma leitura que, por suas circunstâncias, atribui a esse texto — e não a outros — um *locus* privilegiado do poético. O que Campos vê como indiscutivelmente "estético", como o que *existe* plenamente, independentemente de qualquer perspectiva, não pode deixar de ser o resultado de uma relação transferencial que se estabelece entre o que o constitui como um sujeito inserido num determinado contexto histórico-social e o objeto com o qual se enreda e se identifica. Se essa relação e as circunstâncias em que ocorre pudessem ser apagadas, se o estético realmente pudesse habitar o poema de João Cabral como sua característica intrínseca e evidente, não teria que ser imediatamente reconhecido e identificado como tal por qualquer conhecedor da língua, em qualquer tempo e lugar?

Paradoxalmente, se se pudesse levar às últimas consequências essa argumentação acerca da presença do "estético" no poema, ou seja, se o poético pudesse estar realmente no poema e ser evidente em si mesmo, dispensando qualquer relação com um leitor, não estaria também morto e encerrado? Congelado numa leitura única e definitiva, enterrado nos signos intocáveis do poema, de que nos serviria o estético ou o poético? O texto poético, como qualquer outro, vive precisamente quando é transformado, posto em circulação através de uma leitura ou uma tradução. A recusa à tradução é, pois, como lembra Eugene Vance, "a recusa à vida", à continuação da vida, à sobrevivência, à disseminação do significado, que nos caracteriza e nos define, seres inventores de metáforas que somos.⁵⁸

A partir dessa desconstrução das noções de intocabilidade e de fragilidade do estético, podemos redefinir não apenas a questão da intraduzibilidade mas, também, a própria questão do literário.⁵⁹

Embora este não seja o espaço para a redefinição do que possa ser a especificidade da literatura e do poético, podemos propor que não se busque essa suposta especificidade em nenhuma versão da clássica distinção entre conteúdo e forma. Quanto à tradução, será sempre uma empresa impossível — qualquer que seja o texto a ser traduzido — se a imaginarmos como um transporte de significados estáveis e plenos de uma língua para outra. Paralelamente, será sempre possível, como sempre possível será a leitura, qualquer que seja o texto envolvido, desde que a aceitemos como transformação de um texto em outro, de uma língua em outra, de uma cultura em outra, desde que aceitemos, portanto, a diferença e a impossibilidade do retorno ao “mesmo”, ao “mesmo” livro, ao “mesmo” poema. Num mundo constituído a partir de diferenças, o retorno ao “mesmo” “original” não é factível, como tentei argumentar, pela simples razão de que não há essa “origem”, nem esse “mesmo”, enquanto formas imutáveis, para os quais se possa voltar. Nas palavras de Derrida, transformadas depois de, no mínimo, duas traduções: “repetida, a mesma linha não é mais exatamente a mesma, o círculo não tem exatamente o mesmo centro, a origem dançou”.⁶⁰ Assim, o que Haroldo de Campos tem proposto como prática possível para a sobrevivência, em outra língua, de textos “dotados” de informação estética — a “recriação” ou a “transcrição” — prática essa, aliás, que exerce com um sucesso e um brilhantismo incomparáveis, é, portanto, a única forma de tradução que efetivamente se pratica, mesmo por aqueles que, como Pierre Menard, insistem em chegar à “origem” do texto para que possam lhe “extrair” os significados que pretendem “transportar”, sem perdas e danos, para outro lugar.

IV

Os caminhos que nos levaram do logocentrismo à desconstrução não por acaso nos levaram também da marginalidade milenar imposta à problemática da tradução para o centro das reflexões sobre a linguagem e a própria condição humana. De questão teórica menor, à qual a lingüística de Georges Mounin finalmente, “deu a honra de levar a sério” num livro originalmente publicado em 1963, chegamos ao verdadeiro “fascínio” que a tradução des-

perta na filosofia contemporânea, fornecendo-lhe, como sugere Andrew Benjamim — em 1989 — o “conceito” em termos do qual se discutem “a possibilidade e até mesmo a própria prática da filosofia”.⁶¹ De “responsável” pela morte — total ou parcial — de inúmeros textos, a tradução passa a ser paradigmática de todos os intercâmbios lingüísticos e, o que é a mesma coisa, de todos os intercâmbios humanos, associada à vida e à resistência à morte.

Ao abrirmos mão da crença na possibilidade de um significado imune às interferências do tempo e das circunstâncias da leitura, necessariamente abrimos mão também do preconceito milenar que cultivamos em relação à tradução e a todas as manifestações que trazem o estigma da derivação e do afastamento da “origem”. Nesse processo de “psicanálise” da cultura, em que a filosofia e a teoria passam a se conscientizar de seus próprios limites e desejos humanos, passa-se a aceitar a tradução como aquilo de que *necessita* o “original” para poder viver e se expandir. Como argumenta Derrida, a tradução passa a ser a “lei”, “uma forma de escritura produtiva exigida pelo original”, sem a qual este não se dissemina nem se reproduz.⁶²

O reconhecimento desse poder ignorado durante tanto tempo abre perspectivas excitantes para a pesquisa, que pode finalmente se libertar de seu velho complexo de inferioridade e de sua compulsão a pedir desculpas e, conseqüentemente, deixar de lado as indefectíveis comparações entre a “grandeza” de textos “originais” e as “infidelidades” cometidas por suas traduções. Ao renunciar à sua posição de “remendo”, a tradução perde também sua inocência e pode começar a prestar atenção, por exemplo, nas motivações que sublinham o tipo de intervenção que realiza nos textos que escolhe transformar e disseminar. Traduzir deixa, portanto, de ser uma atividade “inútil” ou “invisível”, que deve passar “despercebida”, e se assume como uma inevitável forma de conquista ou de tomada de poder, que necessariamente reescreve o passado e se apropria de outras culturas e linguagens. Como ensina Nietzsche, “o grau do sentido histórico de qualquer época pode ser avaliado a partir da forma pela qual essa época traduz e tenta absorver épocas e livros anteriores” (em *A Gaia Ciência*, citado em Schrif, p. 178).

O que também é particularmente excitante em relação a essa “nova” consciência que envolve o ofício do tradutor é o fato de

que, praticamente, tudo está por fazer. Depois desse longo "cochilo" em que o logocentrismo embalou a tradução e lhe ensinou a se desvalorizar, talvez a primeira — árdua — providência a ser tomada seja a promoção de uma conscientização dos tradutores acerca da importância concreta da atividade que realizam para que possamos começar efetivamente a mudar o enredo infeliz que ainda conta a história da tradução, de sua prática e de seus estudos nas universidades, nos jornais, nas agências e nas editoras do país.

Notas

1. Dominique Aury, "Prefácio", em George Mounin, *Os Problemas Teóricos da Tradução* (São Paulo: Cultrix, 1975), p. 7.
2. Aury, *ibid.*, p. 8.
3. Jacques Derrida, *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), pp. 13-5.
4. Aristóteles, apud Derrida, *ibid.*, p. 13.
5. Derrida, *ibid.*, p. 13.
6. Derrida, *ibid.*, p. 15.
7. Paulo Rónai, *A Tradução Viva* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981), p. 20.
8. Rónai, *ibid.*, p. 20.
9. Para uma discussão mais ampla sobre a concepção de tradução como transporte de significados, ver nosso livro *Oficina de Tradução* (São Paulo: Ática, 1986), pp. 12-24.
10. Eugene Nida, *Language Structure and Translation* (California: Stanford University Press, 1975), p. 190.
11. Peter Newmark, *Approaches to Translation* (New York: Prentice Hall, 1988), p. 97.
12. Alexander Tytler, apud Mary Snell-Hornby, *Translation Studies* (Filadélfia: John Benjamins, 1988), p. 13. Esta e todas as outras traduções de referências em inglês, francês e espanhol são de nossa autoria.
13. John Dryden, apud Snell-Hornby, *Translation*, p. 12.
14. Jean Laplanche, *Traduire Freud* (Paris: Presses Universitaires de France, 1989), p. 14 (grifos do autor). Para uma análise específica dos objetivos e princípios da primeira versão francesa das *Obras Completas* de Freud, ver nosso artigo "Laplanche translates the father of Psychoanalysis" (a sair em *Ilha do Desterro*).
15. George Steiner, *After Babel* (London/Oxford/New York: Oxford University Press, 1975), p. 269.

16. Jorge Luis Borges. "Pierre Menard, Autor del *Quijote*", em *Ficciones* (Madrid: Alianza 1981), pp. 52-3.
17. Borges, *ibid.*, p. 52.
18. Borges, *ibid.*, p. 52. Para uma discussão mais detalhada sobre esse conto e suas implicações para uma teoria da tradução, ver nosso texto "Pierre Menard, Autor del *Quijote*: Esboço de uma Poética da Tradução via Borges", em *Tradução e Comunicação*, 5: 75-90, dez. 1984, e também nosso livro *Oficina de Tradução*, pp. 12-24.
19. Steiner, *After Babel*, pp. 261-2. Analisamos mais detidamente as implicações dessa pergunta formulada por Steiner em "A Desconstrução do Logocentrismo e as Questões Teóricas da Tradução: Algumas Reflexões", texto que se encontra em *D.E.L.T.A.*, 6: 41-53, 1990.
20. Reproduzimos aqui parte da argumentação que desenvolvemos em "Teorias e Políticas da Tradução" (*O Estado de São Paulo*. Suplemento Cultural, p. 3. 22 jun, 1991).
21. John Florio, apud Margaret P. Hannay, ed., *Silent but for the Word* (Kent: The Kent State University Press, 1985), p. 9.
22. Paul de Man, *Resistência à Teoria* (Lisboa: Edições 70, 1989), p. 109.
23. Derrida, *Gramatologia*, p. 13.
24. Parte das reflexões que se seguem foram desenvolvidas inicialmente em "A Noção do Inconsciente e a Desconstrução do Sujeito Cartesiano", em *Estudos Linguísticos*; XIX Anais de Seminários do GEL (Bauru: 1990), pp. 66-73.
25. Friedrich Nietzsche, "On the Truth and Falsity in their Ultramoral Sense", em *Early Greek Philosophy & Other Essays* (London: T. W. Foulis, 1911), p. 178.
26. Alan D. Schrift, *Nietzsche and the Question of Interpretation* (New York/London: Routledge, 1990), p. 125.
27. Nietzsche, "On the Truth", p. 179.
28. Nietzsche, *ibid.*, 184. Ver Schrift, *Nietzsche*, p. 126.
29. Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral* (São Paulo: Cultrix, s. d.), pp. 81-2 (grifos do autor).
30. Saussure, *ibid.*, p. 139 (grifos do autor).
31. Derrida, *Positions* (London: Athlome, 1987), p. 26 (grifo do autor).
32. Derrida, *ibid.*, p. 26.
33. Paul-Laurent Assoun, *Freud & Nietzsche* (São Paulo: Brasiliense, 1989), p. 189 (grifos do autor).
34. Assoun *ibid.*, p. 189.
35. Nietzsche, apud Assoun, *ibid.*, p. 189.
36. Shoshana Felman, *Writing and Madness* (Ithaca: Cornell University Press, 1985), p. 164 (grifos da autora).

37. Jacques Lacan, apud Felman, *ibid.*, p. 164 (grifos da autora). Trata-se de transcrição de palestra de Lacan proferida em Yale, em 24/11/75.
38. Para uma discussão mais ampla acerca da transferência como determinante do processo de leitura e tradução, ver nosso ensaio "Laplanche translates the father of Psychoanalysis" (a sair em *Ilha do Desterro*).
39. Peter Brooks, "The Idea of Psychoanalytical Literary Criticism." In: SCHLOMITH, R., org. *Discourse in Psychoanalysis and Literature*. London, Methuen, 1987, p. 13.
40. Derrida, *The Ear of the Other* (New York: Schocken, 1985), p. 98.
41. Christopher Norris, "Difference in Translation; Review Essay", em *Comparative Literature*, 40, p. 54.
42. Norris, *ibid.*, p. 56.
43. Norris, *ibid.*, p. 52.
44. John Locke, apud de Man, "The Epistemology of Metaphor", p. 14.
45. Locke, apud de Man, *ibid.*, p. 13.
46. Locke, apud de Man, *ibid.*, p. 13.
47. De Man, *ibid.*, p. 28.
48. Borges, "Las Versiones Homéricas", em *Obras Completas* (Buenos Aires: Emecé, 1974), p. 239.
49. René Wellek & Austin Warren, *Theory of Literature* (New York: Harcourt Brace & World, 1956), p. 11.
50. José Paulo Paes, "Sobre a Tradução de Poesia: Alguns Lugares-Comuns e Outros nem tanto", em *Tradução: a Ponte Necessária* (São Paulo: Ática, 1990), p. 34.
51. W. H. Auden, apud Paes, *ibid.*, p. 35.
52. Roman Jakobson, apud Steiner, *After Babel*, p. 261.
53. Haroldo de Campos, "Da Tradução como Criação e como Crítica", em *Metalinguagem* (Petrópolis: Vozes, 1970), p. 21.
54. Campos, *ibid.*, p. 22.
55. Campos, *ibid.*, p. 22.
56. Campos, *ibid.*, p. 24.
57. Borges, "Pierre Menard", p. 57.
58. Derrida, *The Ear*, p. 137.
59. Para uma discussão especificamente focalizada na relação entre o literário e a (im)possibilidade da tradução, ver nosso ensaio "Literariness and the Desire for Untranslability: Some Reflections on *Grande Sertão: Veredas*", em *TextContext*, Heidelberg, 2 (v. 5): 75-83, 1990.
60. Derrida, "Ellipsis", em *Writing and Difference* (Chicago: The University of Chicago Press, 1978), p. 296.
61. Andrew Benjamin, *Translation and the Nature of Philosophy* (London/New York: Routledge, 1989), p. 9.
62. Derrida, *The Ear*, p. 153.

Bibliografia

1. ARROJO, Rosemary, "Pierre Menard, Autor del *Quijote*: Esboço de uma Poética da Tradução via Borges." *Tradução e Comunicação*; Revista Brasileira de Tradutores, 5: 75-90, dez. 1984.
2. _____. *Oficina de Tradução*; a Teoria na Prática. São Paulo: Ática, 1986.
3. _____. "Literariness and the Desire for Untranslability: Some Reflections on *Grande Sertão: Veredas*." *TextContext*, Heidelberg, 2 (v. 5): 75-83, 1990.
4. _____. "A Noção do Inconsciente e a Desconstrução do Sujeito Cartesiano." In: *Estudos Lingüísticos*; XIX Anais de Seminários do GEL. Bauru: 1990, pp. 66-73.
5. _____. "As Questões Teóricas da Tradução e a Desconstrução do Logocentrismo: Algumas Reflexões." *D.E.L.T.A.*, 6: 41-53, 1990.
6. _____. "Teorias e Políticas de Tradução." *O Estado de São Paulo*. Suplemento Cultural, p. 3. 22 jun. 1991.
7. _____. "Laplanche Translates the Father of Psychoanalysis." *Ilha do Desterro*. No prelo.
8. ASSOUN, Paul-Laurent. *Freud & Nietzsche*; Semelhanças e Desequilíbrios. Trad. Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1989.
9. BENJAMIN, Andrew. *Translation and the Nature of Philosophy*; a New Theory of Words. London/New York: Routledge, 1989.
10. BORGES, Jorge Luis. "Las Versiones Homéricas." In: _____. *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974, pp. 239-43.
11. _____. "Pierre Menard, Autor del *Quijote*." In: _____. *Ficciones*. Madrid: Alianza, 1981, pp. 47-59.
12. BROOKS, Peter. "The Idea of a Psychoanalytic Literary Criticism." In: SCHLOMITH, R., org. *Discourse in Psychoanalysis and Literature*. London, Methuen, 1987, p. 1-18.
13. CAMPOS, Haroldo de. "Da Tradução como Criação e como Crítica." In: _____. *Metalinguagem*. Petrópolis: Vozes, 1970, pp. 21-38.
14. DE MAN, Paul. "The Epistemology of Metaphor." In: SACKS, Sheldon, ed. *On metaphor*. Chicago, University of Chicago Press, 1979.
15. _____. *Resistência à Teoria*. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989.
16. DERRIDA, Jacques, *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman & Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
17. _____. "Ellipsis." In: _____. *Writing and Difference*. Trad. Alan Bass. Chicago: The University of Chicago Press, 1978, pp. 294-300.
18. _____. *The Ear of the Other*; Otobiography, Transference, Translation. Trad. Peggy Kamuf. New York: Schocken, 1985.

19. _____. *Positions*. Trad. Alan Bass. London: Athlone, 1987.
20. FELMAN, Shoshana. *Writing and Madness – Literature/Philosophy/Psychoanalysis*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
21. HANNAY, Margaret. P., ed. *Silent but for the Word – Tudor Women as Patrons, Translators, and Writers of Religious Works*. Kent: The Kent State University Press, 1985.
22. LAPLANCHE, J. L.; BOURGUIGNON, Cotet e Robert. *Traduire Freud*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
23. MOUNIN, George. *Os Problemas Teóricos da Tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
24. NEWMARK, Peter. *Approaches to Translation*. New York: Prentice Hall, 1988.
25. NIDA, Eugene. *Language Structure and Translation*. California: Stanford University Press, 1975.
26. NIETZSCHE, Friedrich, "On Truth and Falsity in their Ultramoral Sense." In: _____. *Early Greek Philosophy & Other Essays*. Trad. Maximilian A. Mugge. London: T. W. Foulis, 1911, pp. 173-92.
27. NORRIS, Christopher, "Difference in Translation; Review Essay." *Comparative Literature*, 40: 52-8, winter 88.
28. PAES, José Paulo. "Sobre a Tradução de Poesia: Alguns Lugares-Comuns e Outros nem tanto." In: _____. *Tradução: a Ponte Necessária*. São Paulo: Ática, 1990, pp. 33-48.
29. RÓNAI, Paulo. *A Tradução Viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
30. SACKS, Sheldon, ed. *On Metaphor*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1979.
31. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes & Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, s. d.
32. SCHLOMITH, Rimmon-Kenan, ed. *Discourse in Psychoanalysis and Literature*. London/New York: Methuen, 1987.
33. SCHRIFT, Alan D. *Nietzsche and the Question of Interpretation*. New York/London: Routledge, 1990.
34. SNELL-HORNBY, Mary. *Translation Studies – An Integrated Approach*. Filadelfia: John Benjamins, 1988.
35. STEINER, George. *After Babel – Aspects of Language and Translation*. London/Oxford/New York: Oxford University Press, 1975.
36. WELLEK, René & WARREN, Austin. *Theory of Literature*. New York: Harcourt Brace & World, 1956.

Notas Sobre Os Autores

João Adolfo Hansen é professor na Universidade de São Paulo. Autor de *A Sátira e o Engenho – Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).

Norma Telles é professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autora de *Encantações, Escritoras e Imaginação Literária no Brasil, Século XIX* (São Paulo: PUC/SP, 1987).

Roberto Reis é professor na University of Minnesota. Autor de *The Pearl Necklace – Toward an Archaeology of Brazilian Transition Discourse* (Tallahassee: University of Florida Center for Latin American Studies, 1991).

Luís Fernando Medeiros de Carvalho é professor na Universidade Federal Fluminense. Doutor em Letras pela PUC/RJ e autor de vários artigos e ensaios sobre literatura.

Maria Consuelo Cunha Campos é professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Letras pela PUC/RJ e autora de vários artigos e ensaios sobre literatura.

José Luis Jobim é professor na Universidade Federal Fluminense. Doutor em Letras pela UFRJ e autor de *Perspectivas da História Literária* (Rio de Janeiro: MEC/CPII, 1991), artigos e ensaios sobre literatura.

Pedro Lyra é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de *Literatura e Ideologia – Ensaio de Sociologia da Arte* (Petrópolis: Vozes, 1979).

Kathrin Holtermayr Rosenfield é psicanalista e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autora de *Os (Des)caminhos do Demo – Tradição e Ruptura no Grande Sertão: Veredas* (São Paulo: EDUSP, 1992).

Arthur Nestrovski é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Organizador de *riuerun – Ensaio sobre James Joyce* (Rio de Janeiro: Imago, 1992) e tradutor de Harold Bloom, *A Angústia da Influência* (Rio de Janeiro: Imago, 1991).

In: Ilha do Desterro, nº 28, 2º sem. de
1992, Florianópolis, S.C.

LAPLANCHE TRANSLATES THE FATHER OF
PSYCHOANALYSIS: THE MAIN SCENES
OF A FAMILY ROMANCE¹

Rosemary Arrojo
Universidade Estadual de Campinas

It is as though, through our excursion into the exotic, we had suddenly come to remember what it was that appealed to us in what we were being unfaithful to. This transference bigamy or double infidelity thus indicates that it is not bigamy but rather incest that is at stake in the enterprise of translation.

Barbara Johnson
"Taking Fidelity Philosophically"

The publication of the first volume of Jean Laplanche's long planned French translation of Freud's *Complete Works* in 1988 was, as Laplanche himself remarked, a "quiet bomb" thrown into the realm of French psychoanalysis (in Volich, p. B-6)². Considering that this took place in a country where, at the time, only two thousand practicing analysts divided themselves in about twenty different professional associations and which had to wait almost a century to begin to have access to its own version of Freud's *Complete Works*, it is not difficult to imagine the impact and the repercussions of the "quiet bomb" projected by Laplanche. The main goal of this paper, however, is not to examine the controversy initiated by such a translation within the institution of French psychoanalysis but, rather, to look into some of the components of the project which triggered it. As I intend to argue, by taking a close look at some implications of

Laplanche's declared translation objectives and principles against the background of psychoanalytical theory itself, it is possible to devise an exemplary plot of the subliminal motivations which underlie the translator's activity as well as of the complex relationship that seems to be established between a translator and the author he or she translates³. It is not by chance, though, that the transferential play of love and hate which seems to take place between Laplanche's assumptions as a translator and Freud's canon – as between any "original" text and its translation – revolve around the question of faithfulness, the central issue in any reflection on translation. Divided between the tribute he needs and wants to pay to the father/author and the desire to take over his right to issue meaning, the translator seems to find in his claim to fidelity a refuge from guilt which allows him not only to be in the author's position but also to declare his humility and the recognition of his place as the son and the latecomer.

In *Traduire Freud*, written as both a supplement and a guide to the translation of the *Complete Works*, Laplanche explains the principles which have shaped the work of his team of translators. Let us examine a few excerpts:

Telles seraient, bien vite résumées, les justifications de notre projet: traduire Freud en inventant, en façonnant pour lui, non pas on ne sait quel français "germanique", mais un "français freudien", utilisant toutes les ressources du français de *la même façon* que Freud utilise celles de l'allemand. (p. 14)

Une fidélité rigoureuse impose le double devoir d'*intégralité* et d'*exactitude*. Nos impératifs sont contraignants: le texte, tout le texte, rien que le texte. (p. 14)

Rendre *tout* le texte, c'est d'abord en restituer toutes les variantes, en suivant, en complétant au besoin, l'édition critique de Strachey. (pp. 14-15)

Rendre tout le texte, c'est vouloir *tout* traduire. Le danger qui guette ici est éventuellement celui de la "surtraduction": entre toutes les nuances implicites possibles d'un mot, d'une expression, d'une phrase, vient le moment où il faut nécessairement choisir: un choix qui doit être guidé par celui de Freud lui-même. (p. 15)

Rien que "le texte", c'est exclure toute contraction come aussi toute dilution e tout commentaire. (p. 15)

De fil en aiguille, on en arriverait à proposer à côté du Freud ipéiste, un Freud kleinien, un lacanien, etc. Au risque de soutenir un absolutisme démodé (ou, au contraire, étrangement neuf!), répétons que notre ambition est de proposer, en français, un Freud . . . freudien. (pp. 20-21)

Restituer Freud à Freud, c'est donc proposer un Freud *ouvert* aux interprétations, et non pas *fermé* au nom de telle idéologie. (p. 22)

Ici ce rejoignent les deux points essentiels développés dans notre introduction: *l'indépendance* à l'égard de toute interprétation liée à une "école" – l'heureuse conjoncture, pour la présente traduction, de venir *tard*, et de profiter de l'expérience du débat d'idées, si riche en France depuis de décennies. (p. 22)

Nous ne touchons pas aux parenthèses. Nous respectons les *daz* et toutes les conjonctions de subordination dont Freud balise sa pensée. (p. 36)

From a logocentric perspective, Laplanche's goals and beliefs regarding translation could not seem more sensible. In fact, his recommended approach to the translation of Freud's *Complete Works* repeats the ethical maxims preached to translators both by the so-called "common sense" and by the theoretical tradition which for at least twenty centuries has centered the reflection on the translator's activity in matters of faithfulness. As George Steiner points out,

it can be argued that all theories of translation – formal, pragmatic, chronological – are only variants of a single, inescapable question. In what ways can or ought fidelity to be achieved? What is the optimal correlation between the A text in the source-language and the B text in the receptor-language? The issue has been debated for over two thousand years. (pp. 261-262)

Laplanche's answer to this ancient question suggests the prescription of an apparently harmonious and devoted relationship between the "original" and its derivation in the foreign language. In his search for a "rigorous fidelity", Laplanche aims at a "super translation", at a perfect repetition which would have to transcend not only any linguistic difference but history itself. By supposedly "separating" the text from what does not belong to it – all the commentary and all the readings that have somehow "adhered" to it – Laplanche declares his unconditional devotion to Freud's text. As he claims, the choices of

the translators working under his supervision are not only guided by Freud himself but will not corrupt the canon with their "touch". If successfully accomplished, Laplanche's project would "restore Freud back to Freud", producing the long desired translation that could be free from any interpretation and ideology – not a Kleinian Freud nor a Lacanian Freud but a Freudian Freud written in a Freudian French which could relate to French readers in the same manner as German readers relate to the "original".

Laplanche shares with traditional theories of translation the same logocentric conception of meaning as a stable, portable entity that could rest deposited and protected in a text as a consequence of its producer's (conscious) intentions. From such a perspective, translation is necessarily viewed as an instance of meaning transfer that should be accomplished without the interference of the translator's circumstances and desires. By presupposing the possibility of an objective, clear-cut opposition between subject and object (and, consequently, between reader and text, translator and author), all language theories issuing from logocentrism necessarily believe in the possibility of a non-interpretive, unbiased translation that could, as a result, separate what belongs to the author from what belongs to the translator.

Ironically, the belief in the possibility of a clear-cut opposition between subject and object – and of all the other oppositions it entails – which is implicit in Laplanche's "justifications" could very well be deconstructed by the rudiments of psychoanalysis itself. The inevitable mechanism of transference that underlines all human relations – which is quite probably the most important insight Freudian psychoanalysis has brought to our own reflection on the human condition – denies the possibility of any claim to full objectivity. And this is, obviously, a fate of which not even the psychoanalyst is spared as he is also always involved in a transference relationship with the "object" he analyzes – a fate, by the way, which is the very pre-condition of his own work. Since it entails a relationship between translator and text or translator and author and also between two different languages and cultures, any translation would necessarily be determined by a structure of transference. Therefore, when we read, analyze or translate texts we do not simply "decipher" them in the sense of discovering something utterly unknown which they patiently hide and protect. Instead, the mechanism that guides reading and interpretation would be more like a "recognition" or an "appropriation" in which the reading subject necessarily creates – or, rather, recreates – the text/object to which he

establishes a relationship. Consequently, such a "recognition" – which, as Barbara Johnson points out, is irrevocably "a form of blindness, a form of violence to the otherness of the object" – allows the reader "to frame the author of the text he is reading for practices whose locus is simultaneously beyond the letter of the text and behind the vision of its reader" (1980, p. 157).

The strategies plotted by such a process of meaning appropriation find in the translator's activity an exemplary paradigm. An appropriate illustration can be found in nobody less than Freud himself caught, as it were, in both a "mistranslation" and in a transference relationship with a favourite object – Leonardo da Vinci. In Freud's *Leonardo da Vinci and A Memory of His Childhood*, published in 1910, commentators have found an apparently unimportant translation mistake. One of Freud's objects in this essay is Leonardo's fantasy of being visited in his cradle by a bird of prey which, in Freud's words, "opened his mouth with its tail, and struck him many times with its tail against his lips" (quoted in Bass, p. 117). Such a bird, according to Leonardo's notebooks is, a "*ntbio*" – the ordinary Italian word for "kite" which Freud translates by "Geier", the German equivalent to the English "vulture". James Strachey, among others, attributes the origin of Freud's mistake to some of the German translations he used. Ernest Jones refers to it as "a singular lapse in Freud's knowledge of natural history. Kites were as common in Italy as vultures in Egypt" (quoted in Bass, 105). Alan Bass goes several steps further and argues how Freud's interests and motivations at the time can be associated to his "mistranslation". The basic argumentative line followed by Bass explores the relationship that is established between Freud – usually a careful, attentive writer and translator – and the text/object he chooses to analyze, as well as the implications of such a relationship to the development of psychoanalytical theory itself.

Freud's relationship to Leonardo's text is, first of all, marked by certain feelings. As Bass points out, Freud's mistake becomes even more "singular" when we learn – from Ernest Jones – that of all his works "perhaps the one for which he had the greatest personal affection was his book on Leonardo". According to Jones, in the monograph on Leonardo,

Freud was expressing conclusions which in all probability had been derived from his self-analysis and are therefore of great importance for the study of his personality. His letters of the time make it abundantly clear with what

exceptional intensity he had thrown himself into this particular investigation . . . Much of what Freud said when he penetrated into Leonardo's personality was at the same time a self-description; there was surely an extensive identification between Leonardo and himself (quoted in Bass, pp. 105-106).

At the same time, as Bass shows, Freud was thinking about Leonardo in connection with the infantile sexual theories he was working on, particularly the theory of the maternal phallus and, consequently, was also elaborating on his fetishism theory. Leonardo's fantasy of the bird of prey visiting him in his cradle could not have been more appropriate to Freud's analysis material at the time, especially if the bird was a "vulture". According to Freud,

We interpret Leonardo's fantasy as one of being suckled by his mother, and we find his mother replaced by – a vulture. Where does this vulture come from and how does it happen to be found in its present place? At this point a thought comes to the mind from such a remote quarter that it would be tempting to set it aside. In the hieroglyphics of the ancient Egyptians the mother is represented by a picture of a vulture. The Egyptians also worshipped a Mother Goddess, who was represented as having a vulture's head, or else several heads, of which at least one was a vulture's. This goddess's name was pronounced *Mut*. Can the similarity to the sound of our word *Mutter* be merely coincidence? (quoted in Bass, p. 122)

As Bass argues, on the basis of several "appropriate" scholarly sources, Freud elaborates an intricate argumentation not only to establish a "real" connection between vulture and mother and between this mother/vulture and Leonardo's biography but also between the child's theories of procreation and the conceptions of creation in general provided by mythology. Freud's previous reflections on the infantile sexual theories had come to the conclusion that according to the boy's first sexual "theory" his mother was once endowed with a penis. Similarly, in mythology, in Freud's words, "the addition of a phallus to the female body is intended to denote the primal creative force of nature" (quoted in Bass, p. 127). As Bass explains, that is why, according to Freud,

the manifest content of Leonardo's "memory" disguises the latent content with the "vulture". As an adult, Leonardo is

alleged to have known about Egyptian vulture (mother) symbolism, which is supposed to have become associatively linked to his own infantile sexual "theory" that his mother once possessed a penis (Idem).

Moreover, such an interpretation of Leonardo's fantasy triggered – in Bass's word – "a major shift in psychoanalytical theory" in regard to Freud's conception of fetishism. As he was working on the Leonardo study, Freud began to reelaborate his theory of foot fetishism which until then was explained by a return of the repressed pleasure in smell from the anal period. In 1909, in a letter to Jung, Freud wrote:

Quite by accident I recently hit on what I hope is the ultimate secret of foot fetishism. In the foot it has become permissible to worship the long lost and ardently longed for woman's penis of the primordial age of infancy. Evidently some people search as passionately for this *precious* object as the pious English do for the ten lost tribes of Israel . . . I do wish I could show you my analysis of Leonardo da Vinci . . . I am coming to attach more and more importance to the infantile theories of sexuality (quoted in Bass, pp. 112-113).

Trying to put together all the pieces of the intricate puzzle in which Alan Bass frames Freud's mistranslation, it is tempting to conclude that there is much more to a translation than a mere transfer of stable, untouched meaning. As Bass argues, Freud's mistranslation is not only motivated but is itself also a "fetish". After all, Freud had to see a "vulture" where there was simply a "kite" because "it illustrated *too well* all his thoughts at the time about the maternal phallus, fetishism, and the use of archaic, pictographic language in dreams and fantasy formation" (p. 136). Therefore, from a psychoanalytical perspective, one could say that instead of a transfer of meaning, a translation would reproduce an instance of transference between translator and text, and between translator and author. As Laplanche himself suggests, there is a "compulsion" in the origin of every translation which allows us to speak of "a compulsion to translate", of "a pleasure in translating" and of "a desire to translate". Consequently, it is possible to think of "three fundamental vectors in the movement of translation: that which drives us to translate, that which *in us* needs to be translated, and that which in the original calls for a translation" (in Volich, p. B-4). Since whatever occurs between a translator and the author/text he or she translates is a relationship and a relationship determined by

transference, the author/text necessarily performs and active role which it receives from its reader/translator. It does not stay put, hiding the meanings that an "adequate" reading should uncover. It is not, as Barbara Johnson suggests, "constative but performative" (1980, p. 143), and as such, plays with its reader/translator's fantasies and desires.

But let us return to Laplanche's translation of Freud. What kind of relationship is established between Laplanche, the translator and psychoanalyst, and Freud, not only the author/text to be translated but, first and foremost, the creator, the father of psychoanalysis? First of all, it is also a relationship inevitably marked by certain feelings. The strongest explicit feeling expressed by Laplanche in connection with his translation project seems to be the desire "to restore Freud back to Freud" himself, eliminating from his text all the interferences that previous readings and translations have somehow perpetrated against it. This oath of fidelity which implies that the original shall remain "untouched" and that the translator shall remain invisible and which explicitly declares reverence and humility actually masks another breed of equally strong feelings. The accomplishment of such a supposedly faithful translation has to erase history by eliminating from Freud's text all the "misguiding" layers of interpretations and ideologies which have captured the "original" in the frame of this or that school. The violence implied by such an elimination was certainly felt by some of Laplanche's critics. Elizabeth Roudinesco, for example, declared that Laplanche's project is "a formidable enterprise of delacanization". According to her, the development of some of the theories which Lacan "distilled" from Freud's text is lost in Laplanche's translation. As she argues, by having opted for different translations for Freud's "*Wunsch*" ("*souhait*", "*désir*", "*désirance*", etc.), for example, and for having preferred the term "*fantaisie*" to the usual "*fantasme*" (to translate Freud's "*Phantasie*"), Laplanche's version erases from Freud's text the development of Lacan's theory of desire and the latter's distinction between "*fantaisie*" and "*fantasme*". Instead of recognizing in Laplanche's translation a faithful French version of Freud's canon, Catherine David criticizes his "abuse of neologisms and his reformulation of previous translations which have contributed to the production of an artificial text" (in Volich, p. B-5).

Behind the scenes of such a controversy we could devise other implicit, subliminal plots. First, Laplanche's intended "absolute" fidelity to Freud remains a fantastic desire. In reality, at least for the critics mentioned above, such a fidelity is not actually "visible". For

Roudinesco, by being unfaithful to Lacan, Laplanche is certainly also unfaithful to Freud. For David, Laplanche's alleged fidelity to Freud's idiom is nothing but an abuse of neologisms. At the core of this debate, it is not difficult to detect feelings of brotherly rivalry. By producing a translation that has explicitly tried to erase the marks of a Lacanian or a Kleinian reading which history – as represented by Lacan's or Klein's followers – has inscribed into Freud's text, Laplanche seems to be acting out a desire to overcome his competitors and to become the only legitimate French heir to the father of psychoanalysis. And it is to this desire – expressed by the fantasy of being the guardian of Freud's "true" word – that Laplanche is ultimately faithful.

Like Freud, who identifies with Leonardo and takes possession of the latter's text in order to build his own theories, Laplanche, in a transference relationship with Freud, takes possession of the *Complete Works* in order to express his own view of what such a text really says. And in the realization of such a fantasy he has to forget the very basic principles of psychoanalysis and condemns any association between translation and interpretation, denying that his version could constitute only one more "reading" of Freud's text, tied up to a certain perspective. Also, in order to realize his fantasy of achieving a total translation of Freud's canon Laplanche has to forget his own insights regarding the compulsive mechanism that binds together translator and author, translation and original text, which I have mentioned above.

Another subliminal plot which we can set up in this family romance accounts for the relationship which Laplanche, the translator and disciple, establishes with Freud, the author and master of psychoanalysis. The desire to be Freud's true spokesman in French seems to be masking a more powerful fantasy: that of being in Freud's privileged place as the one who has the right and the authority to produce meaning in the field which he himself has created, and not simply one of the (too) many recipients of psychoanalytical theory. By fantasizing the production of a translation that would reproduce the totality of Freud's text, eliminating all the distortions and all the digressions of previous attempts, Laplanche not only names himself as the only true French heir to Freud's intellectual wealth but also establishes an underlying competition with the creator of such wealth. In possession of the author's text, the translator claims to know more than the author himself. In an interview, Laplanche comments on his translation of the expression "*Zwangsneurose*" – generally translated, following Freud's own suggestion, by "obsessional neurosis". Laplanche claims that his decision to translate it by "*nevrose de*

contrainte ("neurosis of compulsion") was made in order to preserve the notion of "compulsion" present in "*Zwang*" and to clarify the conception of Freud's "obsessional neurosis" which, as he argues, does not necessarily refer to obsessions since Freud himself also talked about a "neurosis of compulsion with obsessions", that is, for Freud, there are kinds of "neurosis of compulsion" which do not present "obsessions" (in Volich, p. B-9). The translator that aims at a total fidelity allegedly sees further than the author he translates. In Laplanche's fantastic "super translation", he is not simply Freud's only legitimate French heir, he is also endowed with an authorial vision which surpasses Freud's. Following this Oedipal movement, Laplanche transforms Freud into a patient in analysis and takes the master analyst's privileged position as the one who sees more clearly:

What is latent is only perceived by an outsider. Let us say, simply, that in a session of analysis the analyst sees things which the patient in analysis does not. Similarly, we see things in Freud which he himself does not. And to reveal them seems essential to me (Volich, p. B-10).

Laplanche's translation project is therefore aptly described as a "quiet bomb". Paradoxically, like a "quiet bomb" which could be at the same time explosive and silent, Laplanche's explicit attempt at revering and protecting Freud is also a way of banishing him in order to take his authorial place. Similarly, as he declares, he intends to erase from Freud's text the traces of history even as he claims to have taken advantage of its development, "of the experience provided by the exchange of ideas, so rich in France after decades", (Idem). And, finally, Laplanche's project is also paradoxical in the sense that he cannot help leaving the marks of his desire and perspective in the text which he intends "not to touch" and "to leave intact". In the centre of such a paradox, the concept of faithfulness is most appropriate since it is in its name that the translator imposes on the text he translates the meanings produced within his own inevitable frame of reference. As Freud finds in Leonardo a wealth of material on which he can adequately build his theories, so Laplanche finds in his translation of Freud an opportunity to make theoretical statements about the allegedly "true" essence of psychoanalysis.

There is, however, nothing idiosyncratic about what I have called here Laplanche's subliminal motivations and fantasies. Any translator, as any reader, inevitably rehearses the same Oedipal gestures I have attributed to Laplanche in his relationship to Freud's text. Consequently, any translation is both parricidal and protective

as it inevitably takes possession of someone else's text in order to make it live in another language. Moreover, a version of the "family romance" that has brought together Freud and Leonardo, Laplanche and Freud, is re-enacted in every relationship that can be established between a subject and an object, a reader and a text, a translator and an author.

What has been, after all, the plot of my own analysis of Laplanche's translation objectives and principles? Like Alan Bass, who analyzes the supposedly "hidden" motivations which have determined Freud's mistranslation in his essay on Leonardo, or like Laplanche himself, who claims to have access to the "real" Freudian original, I intend to show Laplanche something that he cannot see in his own work. Also, like Freud, who finds in Leonardo's text an "excuse" to develop his theories on infantile sexuality, and like Laplanche who, in the name of an absolute fidelity to Freud, rewrites psychoanalysis from his own perspective, I find in Laplanche's comments an opportunity to develop my own views on translation theory. In such a view, every interpretation, as the product of a transferential relationship, is somehow fetishistic since it establishes as its main objective to point out something which is not *really* there. Similarly, the development of a theory or of a conception also has its origin in a relationship in which the object is always already taken by the violence of the subject's authorial power.

In a world where meanings are conventional and arbitrary and therefore not intrinsic to things, our human fate is to re-enact the same plots and scenes I have begun to describe here, always engaged in a "silent struggle" for the possession of meaning which is always provisional and elusive. As Stanley Fish writes, meanings

are produced by a system of articulation from which we as either speakers or hearers cannot distance ourselves because we are situated within it . . . and since that system (call it *différance* or the unconscious) is the unarticulated ground within which specification occurs, "it" cannot be specified and always exceeds – remains after, escapes – the specifications it enables. (p. 17)

If we accept that the relation between signifier and signified is always contingent and shifting – implied by the notion of the Saussurean sign taken seriously – we do not have to try to find a definite, algorithmic answer to that "inescapable question" ("what is the optimal correlation between the A text in the source-language and the B text in the receptor-language?") in which Steiner synthesizes the main

concerns of all theories of translation. If we accept that the so-called "original" is composed of meanings which are also provisional, dependent upon the reading of a subject (provided with an unconscious and always situated within a perspective), we can also accept the authorial status of any translator at the same time that we can give up the fantasy of the "super translation" in order to face the challenges of this activity in more realistic terms.

Notes

- 1 A version of this paper was presented at the conference "Humanistic Dilemmas: Translation in the Humanities and Social Sciences" (September 27th, 1991, SUNY at Binghamton, U.S.A.). It is part of a research project sponsored by *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq) (Brazil's National Council for the Development of Science and Technology).
- 2 All the translations from Volich are mine.
- 3 For an earlier discussion of such a relationship, see Arrojo 1990.

References

- Arrojo, R. "Literariness and the desire for untranslatability: Some reflections on *Grande Sertão: Veredas*", *Text-context* 5. Heidelberg: Julius Groos Verlag, 1990, pp. 75-81.
- Bass, A. "On the history of a mistranslation and the psychoanalytic movement". Graham J (ed), *Difference in Translation*, 102-141.
- Fish, S. "Being interdisciplinary is so very hard to do", *Profession* 89, New York: MLA, 1989, 15-22.
- Graham, J. F., ed. *Difference in Translation*, Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- Johnson, B. "The frame of reference: Poe, Lacan, Derrida", in *The Critical Difference*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1980.
- Johnson, B. "Taking fidelity philosophically", Graham, J F (ed) *Difference in Translation*, 1985, 142-148.
- Laplanche, J.; Bourguignon, A.; Cotet, P.; Robert, F. *Traduire Freud*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- Volich, R. M. "Os dilemas da tradução Freudiana" and "Os postulados da razão tradutora". *Folhetim, Folha de São Paulo*. 30 July, 1988, pp. B2-B11.

WRITING IN NO MAN'S LAND: QUESTIONS OF GENDER AND TRANSLATION

Susan Bassnett
University of Warwick

One of the principal innovations in literary criticism in the last twenty years has been the debate inspired by feminist writers on the problems of gender and language. While Anglo-American feminist scholars have focused more on sociological issues concerning women, on the construction of gender in different cultural contexts and on historiography, elsewhere attention has shifted to an exploration of the vexed questions of gender and language, the relationship between writing, reading and the body.

We have come a long way from the kind of simplistic thinking that prevailed when I was a student in the 1960s, when attempts to discuss language and the feminine were met with contemptuous questions from (male) critics as to how one could determine the sex of a writer from simply reading a piece of text. At that time, when feminist theory was still in its infancy, it was difficult to counter that kind of argument, which also went along with the 'there have never been any great women geniuses' line of thinking. But in the 1970s the whole question of gender and language became the subject of some very sophisticated thought, and for the first time attention shifted from discussing the sex of the author to questions involving gender signs encoded in the text. Hence Hélène Cixous, in her highly influential essay, *Le Rire de la Meduse* (1975), could propose moving away from a notion of the 'feminine' that is part of a binary logic that stands in opposition to a notion of the 'masculine' insofar as the one is attributed to women, the other to men, and urge instead a notion of

GT - TRADUÇÃO

Coordenador: Rosemary Arrojo (UNICAMP)

18/05

Manhã - 9h

Mesa-redonda: A estrutura curricular viável para os Cursos de
de tradução de nossas universidades

Coordenador: Rosemary Arrojo (UNICAMP)

Participantes: Sara Viola Rodrigues (UFRGS)

Rosemary Arrojo (UNICAMP)

Deisa C. Chaves (UFOP)

Maria Paula Frota (PUC/RJ)

Tarde - 14h

Sessão de comunicação: Encontros Regionais do Rio de Janeiro
e Rio Grande do Sul

Coordenador: Deisa C. Chaves (UFOP)

Participantes: Maria Paula Frota (PUC/RJ)

Sara Viola Rodrigues (UFRGS)

19/5

Manhã - 9h

Sessão de comunicações: Encontros Regionais de São Paulo e
Minas Gerais

Coordenador: Sara Viola Rodrigues (UFRGS)

Participantes: Rosemary Arrojo (UNICAMP)

Deisa C. Chaves (UFOP)

20/5

Manhã - 9h

Reunião de trabalho - reavaliação do GT/relatório
- eleição de novo coordenador

A ORGANIZAÇÃO DO GT E A PESQUISA EM TRADUÇÃO NO PAÍS

Rosemary Arrojo (UNICAMP)

Por não terem um lugar devidamente demarcado dentro das instituições acadêmicas e, principalmente, por não terem ainda se constituído numa disciplina que desfrute do status de "área de concentração" nos nossos programas de pós-graduação - única exceção sendo o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNICAMP - os estudos sobre tradução têm se desenvolvido principalmente às margens da pesquisa que se faz tanto nas áreas de Letras como de Linguística. Essa marginalidade tem impedido o crescimento da área enquanto objeto de pesquisa e isolado aqueles que a ela se dedicam. Conseqüentemente, além de desorganizada e incipiente, a pesquisa na área tem frutificado ao sabor do acaso e do capricho das outras áreas com lugar garantido nas instituições e nos programas de pós-graduação.

Os esforços do GT de Tradução têm se concentrado numa tentativa de começar a mudar esse quadro. A partir da descentralização do GT e da constituição de GTs regio-

nais nos estados onde havia membros ativos do GT nacional - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul - temos tentado mapear, organizar e estimular a pesquisa em tradução que se pratica no país.

O GT-RIO DE TRADUÇÃO

Maria Paula Frota (PUC/RJ)

Hoje, no Rio de Janeiro, a situação da tradução, enquanto área de pesquisa e de ensino, reflete a tendência, comum em diversos pontos do país, de sair da marginalidade para ingressar na academia.

O GT de Tradução do Rio vem-se constituindo como um grupo de trabalho efetivo, preocupado em conscientizar os seus pares nas demais áreas da Universidade quanto à importância do estudo da tradução para a vida acadêmica, procurando intervir nas disposições que regem a elaboração de currículos, delineando linhas de pesquisa que, institucionalizadas, promovam a consolidação da área.

À exceção da PUC, que possui há mais de vinte anos um bacharelado na área, todas as demais Universidades estão implantando cursos ou linhas de pesquisa; estamos concentrando nossa atenção na criação dessa área na graduação e pós-graduação como elementos essenciais à implementação da Pesquisa.

Na PUC-Rio, além do Bacharelado, está se desenvolvendo o projeto de um curso de especialização prioritariamente para professores da área.

Na UFRJ houve, em 91, um curso de especialização em tradução e interpretação do francês para o português. Está em estudo a implantação de um bacharelado (inglês, francês, alemão). Ainda, em vista, há a criação de um mestrado e formação de grupo de pesquisadores.

Na UERJ há um projeto de bacharelado.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora busca-se estender o bacharelado de tradução em inglês também para o francês.

Na UFF há a proposta de criar a área de tradução tão logo sejam contratados os professores concursados.

Há um trabalho, junto ao Consulado da França, com vista a intercâmbio cultural para a formação de professores e pesquisadores de tradução.

Os membros do GT-Rio de Tradução, antes dispersos nas várias universidades, agora vêm se reunindo regularmente e o I Encontro do GT-Rio de Tradução (10 de abril/92) é um passo importante para o alcance de nossas metas.

GT DE TRADUÇÃO RS

Sara Viola Rodrigues (UFRGS)

No Rio Grande do Sul a tradução vem sendo trabalhada há vários anos; por exemplo, na UFRGS, o Curso de Tradução existe, formalmente incluído no Curso de Letras - Bacharelado, desde 1973. A PUC/RS igualmente oferece Bacharelado em Tradução - nível de graduação e há linha de

Pesquisa em Tradução no Pós-Graduação, tendo sido já elaboradas diversas dissertações de Mestrado vinculadas à Área. A UFSM tem, entre suas linhas de pesquisa no Pós-Graduação, a pesquisa em tradução; também há Dissertações de Mestrado produzidas nessa área. Na UFRGS, existe a Linha de Pesquisa Aspectos Teóricos-Práticos da Tradução (vinculada ao Pós-Graduação) e o Programa Teoria e Prática da Tradução (vinculado ao Departamento de Línguas Modernas) bem como o Projeto de Especialização em Interpretação (nível de Pós-Graduação).

O GT de Tradução RS reuniu-se pela primeira vez em abril de 1991. Dos trabalhos resultou a organização do II Encontro Regional-Sul de Tradução em novembro de 1991, enfatizando a reflexão sobre os rumos da pesquisa na área e os objetivos do GT de Tradução da ANPOLL. Em abril de 1992 houve o III Encontro Regional-Sul com destaque para a apresentação de comunicações e a preparação do Tema Central da 1ª Mesa-Redonda do GT de Tradução deste VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL.

ATIVIDADES DO GT DE TRADUÇÃO - REGIONAL DE MINAS GERAIS

Deisa C. Chaves (UFOP)

O GT de Tradução/MG reuniu-se pela primeira vez em abril de 1991, contando com a participação de somente oito professores representantes da UFMG e da UFOP. Haviām sido enviadas cartas-convites a todas as instituições de nível superior do Estado. Só temos um Curso de Tradução com vestibular específico na UFJF; outro, de Tradutor e Intérprete na Faculdade Newton de Paiva e o Curso de Letras com habilitação em tradução na UFOP. Na UFMG há disciplinas de tradução e lá têm sido defendidas teses de mestrado com temas de Tradução. Há pesquisas e um grande interesse pela área da Tradução. Em 1991, na Semana de Letras da UFOP houve amplo debate sobre a questão da tradução e o novo currículo de Letras que deve vigorar a partir do 2º semestre de 92, tendo a tradução como uma das linhas de pesquisa possíveis. O GT de Tradução teve papel importante nesse processo. A UFOP tem um ambicioso Projeto de Pesquisa Integrada em Tradução, com apoio da FAPEMIG e Universidade de Warnick. A PUC-MG tem ótimo projeto de Mestrado em Tradução.

No nosso primeiro encontro, vimos da importância do trabalho integrado, ouvimos os relatos do Encontro do GT/SP, do Seminário da UFBA e do II SIMPLA. Marcamos o ENCONTRO MINEIRO DE PESQUISADORES EM TRADUÇÃO, que pela greve, foi transferido para abril/92. Esperamos garantir o espaço que conseguimos para a Tradução e conquistar novos lugares e tempos.

In: Atas do IX Congresso Internacional
da Associação de Linguística e
Filologia da América Latina (ALFAL)
Campinas, 1993, pp. 467-469.

TEORIAS DE TRADUÇÃO E A QUESTÃO DO TEXTO ORIGINAL

ROSEMARY ARROJO
UNICAMP

Dentro dos limites em que é possível, ou pelo menos parece possível, a tradução pratica a diferença entre significante e significado. Mas se essa diferença nunca é pura, a tradução também não o é, e temos que substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua em outra, de um texto em outro. Jamais teremos, como jamais tivemos, algum "transporte" de significados puros de uma língua para outra, ou dentro da mesma língua, que o instrumento significante pudesse deixar virgens e intocados.

Jacques Derrida

Embora seja quase uma tautologia afirmar que toda reflexão sobre os mecanismos da tradução envolve também uma determinada concepção de texto e das relações que poderão ser estabelecidas com ele e a partir dele, é exatamente essa afirmação -- e as consequências que traz para a teoria e a prática da tradução -- o interesse maior deste trabalho.

Como já observei anteriormente¹, há, basicamente, apenas duas concepções do ato de traduzir, assim como há, basicamente, apenas duas concepções do que seja e de onde se localiza o significado e, conseqüentemente, apenas duas concepções de texto e do papel que pode desempenhar ao lado do leitor, ou tradutor, e do autor nos processos de leitura e tradução.

A primeira concepção, que tenho chamado de "logocêntrica" (via Derrida), é a que se encontra arraigada em nossa tradição cultural que preza o racional, o objetivo, o "científico" enquanto categorias supostamente autônomas e perfeitamente distinguíveis de seus opostos. Segundo essa concepção, em termos gerais, há significados "incontestavelmente" alojados nos textos, neles depositados pelas intenções

* Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pelo CNPq (referência: 304543/89-6/LL/FG).

¹ Ver, principalmente, ARROJO 1986.

inscientes de seus autores e que, uma vez assim depositados, gozam da proteção da letra, abrigados para sempre numa "literalidade" que deve resistir às mudanças de contexto, ao tempo e à História, bem como ao inconsciente e à visão ideológica de seus autores, presentes e futuros. Ao significado se atribui, portanto, uma presença e uma obilidade próprias dos objetos autônomos e independentes do desejo e das circunstâncias do homem. Autor, texto e leitor/tradutor constituem, para a ótica logocêntrica, entidades absolutamente separáveis e que desempenham papéis absolutamente distintos. Ao autor, consagrado como o senhor da significação, cabe a produção dos significados que serão inseridos e plasmados na letra à espera de que um leitor adequado os resgate corretamente. Assim, da mesma forma que se concebe a escritura como uma inserção de significados no texto, a leitura é concebida como uma extração, ou um resgate de significados. Ao leitor não compete misturar-se com esses significados, nem projetar neles suas circunstâncias, sua ideologia ou seu desejo. Esse leitor projetado pelo logocentrismo deverá separar-se completamente dos significados que resgata, deverá poder separar o que é do texto -- e de seu autor -- daquilo que é dele, ou de seu tempo e lugar.

Dentro desse contexto, a tradução apenas pode ser pensada em termos de um transporte de significados de um texto para outro, de uma língua para outra, de um veículo para outro e, também, de um lugar e tempo para outros, sendo tarefa do tradutor a realização desse transporte antisséptico sem que se misture aos significados com que lida. Assim, apesar de assumir essa imagem de transporte de significados, que implicaria também a noção de mudança, de deslocamento no tempo e no espaço, o logocentrismo não admite a alteridade; ao contrário, espera que no "transporte" da tradução, aquilo que seria necessariamente diferente permaneça o mesmo. E é exatamente no centro desse dilema que as concepções logocêntricas da tradução encontram seu ponto cego. Ao localizar no texto "original" o receptáculo fechado dos significados estáveis de um autor, o logocentrismo deve exigir do tradutor uma fidelidade impossível ao autor e ao texto que traduz. Ou seja, em primeiro lugar, deve exigir que o tradutor tenha um conhecimento acerca do chamado "original" a que nenhum outro leitor tem acesso; o tradutor, como um leitor privilegiado e afastado do autor de seu texto em tempo e espaço, deverá recuperar, de forma definitiva, os significados depositados no texto; deverá, em outras palavras, anular a passagem do tempo, as mudanças de contexto, as diferentes visões ideológicas e as diferentes circunstâncias de autor e tradutor. Além disso, idealmente, deverá reproduzir esses significados numa outra língua e num outro veículo como se estes não fossem estranhos nem estrangeiros em relação ao "original". Resumindo, é no domínio da impossibilidade que a visão logocêntrica necessariamente localiza o ofício do tradutor e, com frequência, vê nessa impossibilidade que ela mesma projeta uma característica inerente ao ato de traduzir.

A alternativa que se propõe a esse dilema teórico é, muito simplesmente, a aceitação da procedência convencional de todos os significados e suas implicações para uma teoria do texto, da leitura e da tradução. Se levarmos às últimas consequências

a noção da arbitrariedade do signo, nos termos propostos por Saussure, por exemplo, teremos que rever a concepção tradicionalmente aceita do chamado sentido "literal" -- o suposto significado primeiro e estável da letra, independente de circunstâncias contextuais². Se, como ensinou Wittgenstein, todo significado é inescapavelmente determinado e dependente das circunstâncias temporais, históricas, ideológicas e psicológicas que constituem qualquer grupo social, não poderemos, conseqüentemente, aceitar a possibilidade do "literal", ou daquilo que pudesse estar acima de qualquer circunstância contextual. Da mesma forma, tampouco poderemos aceitar a noção tradicional de texto "original", um texto que pudesse encapsular os significados de um autor e conservá-los intactos através do tempo, imunes às mudanças e às diferenças de perspectivas.

As conseqüências dessa visão não-logocêntrica para uma reflexão acerca do processo de tradutório são claras:

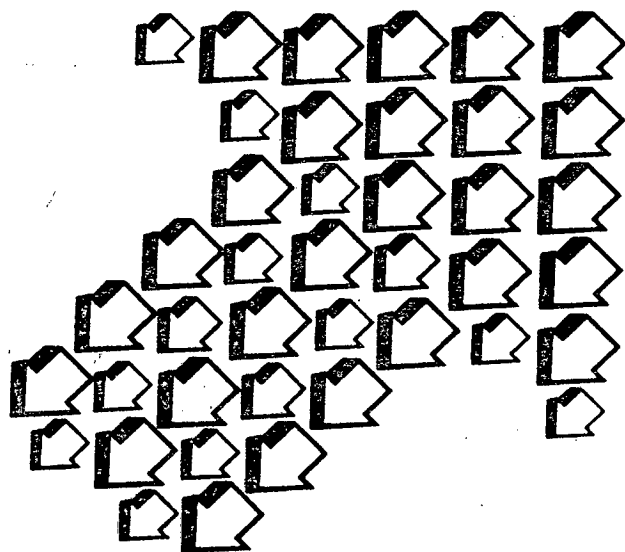
- toda leitura e, portanto, também a leitura que origina qualquer tradução, será sempre e inevitavelmente uma re-criação -- e não uma extração ou um resgate -- de significados;
- Nenhuma tradução poderá ser neutra, impessoal, desvinculada de seu tempo e lugar e de um interesse ideológico, ainda que o tradutor não se dê conta disso;
- toda tradução somente poderá ser fiel à visão que as circunstâncias do tradutor lhe permitem ter acerca do texto "original" e de seu autor;
- conseqüentemente, toda tradução, como toda e qualquer atividade humana, trará sempre a marca de seu tempo e de seu realizador e precisará ser re-criada quando mudarem o tempo, o lugar, os objetivos e as circunstâncias de sua realização.

A aceitação sem reservas da arbitrariedade do signo e, portanto, do caráter eminentemente humano e finito -- ou, em outras palavras, temporal, social, histórico, psicológico e ideológico -- de todo intercâmbio lingüístico libera a tradução do destino de impossibilidade que lhe reserva o logocentrismo. Além de reformular as noções tradicionais de "literalidade" e "originalidade", abre novas perspectivas para o exame das relações entre um texto "original" e suas traduções e entre essas e os interesses que as produziram.

² Ver ARROJO e RAJAGOPALAN.

Não é fácil definir "desconstrução", palavra-chave em torno da qual se reúnem os artigos desta coletânea. Como sugere o próprio Derrida, criador da palavra e iniciador de um tipo de reflexão que tem agitado os círculos intelectuais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos há quase duas décadas, talvez seja mais adequado dizer o que *não* é "desconstrução": não é um método, nem uma técnica e nem tampouco um modelo de crítica que possa ser sistematizado e regularmente aplicado a teorias, textos ou conceitos.

Esta coletânea de ensaios coloca-se o difícil e pretensioso objetivo de abrir espaço para a reflexão desconstrutivista entre os estudos da linguagem praticados no país. Nesse sentido, não pode pretender oferecer muito além de uma introdução às obsessões e aos alvos do pensamento desconstrutor e de algumas implicações desse pensamento para certas práticas sociais que envolvem o uso e o intercâmbio da linguagem: a leitura, a tradução e o ensino.



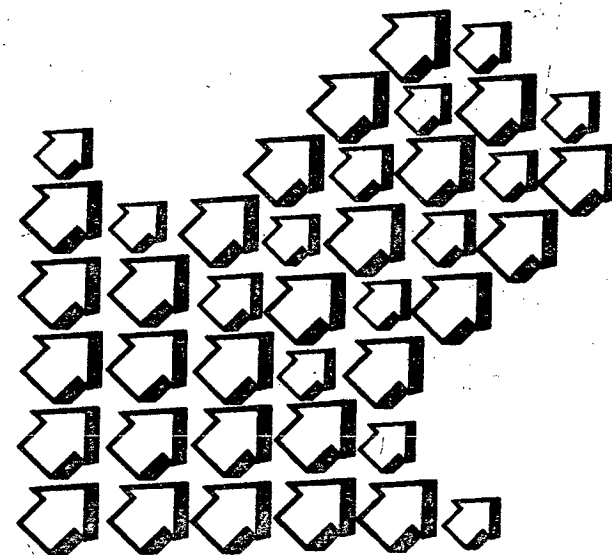
Rosemary Arrojo (org.)

O Signo Desconstruído

Pontes

O Signo Desconstruído

Implicações para a tradução, a leitura e o ensino



Rosemary Arrojo (Org.)

Pontes

O SIGNO DESCONSTRUÍDO

(Implicações para a tradução, a leitura e o ensino)

ROSEMARY ARROJO
(ORG.)

O SIGNO DESCONSTRUÍDO

(Implicações para a tradução, a leitura e o ensino)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Signo desconstruído : implicações para a tradução, a leitura
e o ensino / Rosemary Arrojo (org.) — Campinas, SP :
Pontes, 1992. — (Linguagem-ensino)

Bibliografia.

ISBN 85-7113-062-0

1. Leitura 2. Lingüística — Estudo e ensino 3. Tradução
e interpretação I Arrojo, Rosemary. II. Série.

92-0185

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Desconstrução : Lingüística 410

1992

Copyright © 1992 by Rosemary Arrojo
Coordenação Editorial: Ernesto Guimarães
Capa: Guto
Revisão: Vânia Aparecida da Silva

PONTES EDITORES
Rua Maria Monteiro, 1635
13.025 - Campinas - SP
Tel./Fax: (0192) 52-6011
(0192) 52-6661

1992

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	9
1. A noção do inconsciente e a desconstrução do sujeito cartesiano Rosemary Arrojo	13
2. O cientista e a noção de sujeito na lingüística: expressão de liberdade ou submissão? Maria José Coracini	19
3. A trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano Kanavillil Rajagopalan	25
4. A desconstrução do signo e a ilusão da trama Marisa Grigoletto	31
5. A desconstrução do logocentrismo e a origem do significado Rosemary Arrojo	35
6. O significado e sua gênese: algumas anotações avulsas Kanavillil Rajagopalan	41
7. A noção de literalidade: metáfora primordial Rosemary Arrojo Kanavillil Rajagopalan	47

8. A crise da metalinguagem: uma perspectiva interdisciplinar Kanavillil Rajagopalan Rosemary Arrojo	57
9. O conceito de interpretação na lingüística: seus alicerces e seus desafios Kanavillil Rajagopalan	63
10. Compreender x interpretar e a questão da tradução Rosemary Arrojo	67
11. As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logo- centrismo: algumas reflexões Rosemary Arrojo	71
12. Desconstruindo o discurso de divulgação: as questões do significado e da autoria Maria José Coracini	81
13. O ensino da leitura e a escamoteação da ideologia Rosemary Arrojo Kanavillil Rajagopalan	87
14. A constituição do sentido em teorias de leitura e a perspec- tiva desconstrutivista Marisa Grigoletto	93
15. O ensino da tradução e seus limites: por uma abordagem menos ilusória Rosemary Arrojo	99
16. A pesquisa em teoria da tradução ou o que pode haver de novo no <i>front</i> Rosemary Arrojo	107
17. Searle e a noção de literalidade Kanavillil Rajagopalan Rosemary Arrojo	113

II

Everything we write
will be used against us
or against those we love.
These are the terms,
take them or leave them.
Poetry never stood a chance
of standing outside history.
One line typed twenty years ago
can be blazed on a wall in spraypaint
to glorify art as detachment
or torture of those we
did not love but also
did not want to kill

We move but our words stand
become responsible
for more than we intended

and this is verbal privilege

Adrienne Rich, "North American Time", 1983

APRESENTAÇÃO

Não é fácil definir “desconstrução”, palavra-chave em torno da qual se reúnem os artigos desta coletânea. Como sugere o próprio Derrida, criador da palavra e iniciador de um tipo de reflexão que tem agitado os círculos intelectuais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos há quase duas décadas, talvez seja mais adequado dizer o que *não* é “desconstrução”: não é um método, nem uma técnica e nem tampouco um modelo de crítica que possa ser sistematizado e regularmente aplicado a teorias, textos ou conceitos. Em *Gramatologia*, um de seus primeiros trabalhos e também um de seus textos de maior impacto, é possível vislumbrarmos uma proposta que talvez possa nos oferecer um esboço de definição. Ao examinar as bases sobre as quais repousa a concepção ocidental de racionalidade, Derrida propõe a “de-sedimentação, a desconstrução de todas as significações que brotam da significação de *logos* [a razão, a palavra de Deus, a fala, o discurso]. Em especial a significação de *verdade*”.

Esse projeto de desconstrução desenvolvido por Derrida em inúmeros textos e tendo como alvo pilares do pensamento ocidental — Platão, Rousseau, Kant, Hegel, Husserl, Saussure, Lévi-Strauss — tem se dedicado, principalmente, a um desmascaramento quase obsessivo dos momentos de aporia, dos pontos cegos e das contradições subliminares que se instalam nas bases de qualquer dicotomia ou hierarquia a partir das quais elaboramos nossas ciências, nossas teorias e nossas visões de mundo. Nesse sentido, a hercúlea tarefa do leitor/desconstrutor não se restringe à academia e aos departamentos de filosofia

ou de estudos da linguagem. Ao sacudir os alicerces de nossas mais caras e arraigadas convicções, a desconstrução de qualquer texto atinge necessariamente múltiplas dimensões: teóricas e filosóficas, institucionais e pedagógicas, familiares e sexuais, políticas e jurídicas, teológicas e científicas. Não é à toa, portanto, que tantos teóricos e tantos críticos tenham sucumbido a esse apelo sedutor à desconstrução de tudo aquilo que representa o estabelecido e o tido como certo dentro ou fora da academia. Não é à toa tampouco que Derrida tenha se transformado numa espécie de guru de toda uma geração de *scholars* (e, para outros, assustados com a força de suas desconstruções, num diabólico anticristo) da *Sorbonne* e da *Ecole Normale Supérieure* até Yale e Harvard, passando pela Universidade de Londres e pela grande maioria dos centros de estudos lingüísticos e filosóficos das universidades do mundo desenvolvido.

Entre nós, embora a publicação de *Gramatologia* tenha ocorrido apenas alguns anos após a publicação do original francês, a sedução da reflexão desconstrutivista não parece ter se infiltrado nos paradigmas que adotamos e decidimos reverenciar. Nosso combalido mundo acadêmico, em grande parte ainda imerso nas ilusões de sistematização prometidas por um estruturalismo de vocação positivista, tem, entretanto, em pequena escala e em momentos isolados, acolhido outros teóricos que, como Derrida, são rotulados de "pós-estruturalistas". A arqueologia de Michel Foucault e a semioclastia do último Roland Barthes, por exemplo, que têm recebido alguma atenção por parte de nossos estudiosos da linguagem, guardam semelhanças com a desconstrução de Derrida, embora sejam, sem dúvida, estratégias de leitura mais assimiláveis e menos virulentas.

Esta coletânea de ensaios coloca-se, portanto, o difícil e pretensioso objetivo de abrir espaço para a reflexão desconstrutivista entre os estudos da linguagem praticados no país. Nesse sentido, não pode pretender oferecer muito além de uma introdução às obsessões e aos alvos do pensamento desconstrutor e de algumas implicações desse pensamento para certas práticas sociais que envolvem o uso e o intercâmbio da linguagem: a leitura, a tradução e o ensino.

Dentre as dicotomias e hierarquias que a precisão do bisturi desconstrutor de Derrida tem atingido, talvez a primeira e a mais abrangente seja a possibilidade — plenamente autorizada por nossa tradição logocêntrica — de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto. É exatamente o exame dessa primeira oposição que abre a coletânea:

"A noção do inconsciente e a desconstrução do sujeito cartesiano", trazendo à discussão dois grandes precursores da reflexão desconstrutivista: Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. Talvez mesmo nesta introdução à introdução, seja prudente lembrar que a estratégia desconstrutivista não pode ter como meta o rompimento ou o apagamento das oposições dicotômicas e hierarquizadas que examina, mesmo porque seu próprio discurso continua a utilizar os termos dessas distinções. Em outras palavras, desconstruir a oposição sujeito x objeto não implica, por exemplo, destruir a dicotomia mas, sim, problematizar a relação entre os dois termos que a constituem. Implica mostrar, por exemplo, que o objeto não pode ser independente do sujeito, nem separado deste por uma barreira de neutralidade. Sujeito e objeto são desmascarados em sua relação simbiótica: ao mesmo tempo em que o cria, a partir de seu contexto, de suas circunstâncias e de sua psicologia, o sujeito também é criado e influenciado pelo objeto. Ou seja, como uma espécie de psicanálise, a leitura desconstrutivista pretende desnudar, entre outras coisas, o desejo que se esconde por trás da necessidade de se manter objetivamente separados sujeito e objeto, homem e realidade, leitor e texto.

A outra grande dicotomia que se tenta examinar nos ensaios aqui reunidos é a distinção entre significante e significado, consagrada por Saussure em sua teorização do signo arbitrário. Como mostra Kana-villil Rajagopalan, em "A trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano", a própria teorização do signo arbitrário e convencional desenvolvida por Saussure já contém as sementes de sua própria desconstrução. Pode-se argumentar, por exemplo, que todo o arcabouço teórico que se construiu a partir da concepção saussuriana de signo se baseia na ilusão de que o significado de um significante pudesse ser algo além de outro significante, ilusão essa que, como mostra Derrida em *Gramatologia*, foi o ponto cego que, por assim dizer, permitiu a Saussure se tornar, ao invés de um "desconstrutor", o patrono da lingüística dita "científica" e do estruturalismo.

Algumas das conseqüências dessa desconstrução das concepções tradicionais de sujeito e de signo são o tema dos demais trabalhos aqui apresentados, que redimensionam, entre outras questões, a gênese do significado, o papel do sujeito na ciência, a noção de metalinguagem, as oposições entre compreensão e interpretação, entre discurso de divulgação e discurso científico, entre o sentido "literal" e o "figurado" entre teoria e prática. Além disso, examinam-se implicações

dessas reflexões para teorias de leitura e tradução e para o ensino dessas habilidades lingüísticas. Grande parte dos artigos aqui reunidos é resultado de discussões propostas como tema de grupos de trabalho organizados por mim e por Kanavillil Rajagopalan durante encontros do Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo (GEL) de 1987 a 1990. "O ensino da leitura e a escamoteação da ideologia" e "Searle e a noção de literalidade" também são versões de trabalhos apresentados em congressos: o primeiro durante o II Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada (UNICAMP, 06/09/1989) e o segundo durante o XI Encontro Nacional de Lingüística (PUC-RJ, 27/09/1988). Versões preliminares de "O ensino da tradução e seus limites: por uma abordagem menos ilusória", "A noção de literalidade: metáfora primordial" e "As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo" foram publicadas, respectivamente, em *Trabalhos em Lingüística Aplicada* (n.º 11, janeiro/junho de 1988), *D.E.L.T.A.* (v. 5, n.º 1, fevereiro de 1989) e *D.E.L.T.A.* (v. 6, n.º 1, fevereiro de 1990).

Que estes trabalhos possam estimular a reflexão e a discussão sobre os mecanismos da linguagem praticadas no país é a ambição explícita de seus autores, desconstrutores assumidos e entusiastas que, por isso mesmo, vêem com bons olhos qualquer crítica, por mais zangada que seja. Afinal, para um desconstrutor convicto, nada mais estimulante do que uma boa leitura crítica que possa ser, por sua vez, também desconstruída. Como bem ensinou Nietzsche, montar e desmontar as "verdades" que inventa é o destino do ser que, ao nascer humano, nasceu também marcado para desejar criar e recriar, a partir de sua perspectiva e de seu viés, o próprio mundo que o rodeia. O que distingue uma leitura desconstrutivista de outra, "logocêntrica", é, no fundo, apenas a consciência desse desejo e dessa finitude.

A Kanavillil Rajagopalan — que divide comigo a autoria de vários dos textos aqui publicados — a Maria José Coracini e a Marisa Grigoletto — que se uniram a nós na aventura deste projeto — os meus agradecimentos pela interlocução e pelo companheirismo.

Campinas, abril de 1991.

Rosemary Arrojo

A NOÇÃO DO INCONSCIENTE E A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO CARTESIANO

Rosemary Arrojo

Tornar enigmático o que se crê entender sob os nomes de proximidade, de imediatez, de presença (o próximo, o próprio e o pre- de presença), tal seria, pois, a intenção última do presente ensaio. Esta desconstrução da presença passa pela da consciência, logo, pela noção irredutível do rastro (*Spur*), tal qual aparece no discurso nietzschiano assim como no discurso freudiano.

Gramatologia
Jacques Derrida

O projeto da desconstrução do logocentrismo delineado por Jacques Derrida na *Gramatologia* tem em Nietzsche e em Freud dois precursores obrigatórios. Ao propor "a de-sedimentação, a desconstrução de todas as significações que brotam da significação de *logos*, [em] especial a significação de verdade" (p. 13), Derrida necessariamente atualiza e rearticula o desmascaramento da ilusão de autonomia do sujeito consciente, "senhor" da racionalidade, implícito e explícito tanto na obra de Nietzsche como na de Freud. A desconstrução das bases logocêntricas em que sempre se apoiaram a filosofia, a ciência e toda a *epistémé* que constituem nossa herança e nosso universo somente pode ser proposta *após* a desconstrução da autonomia do sujeito cartesiano. Os gestos mais significativos desse questionamento ímpar na história do pensamento ocidental, bem como suas implicações para a relação entre o sujeito e o "real", são o objeto primeiro deste trabalho.

Embora a introdução da noção de inconsciente na discussão filosófica seja geralmente atribuída a Schelling, é na obra de Schopenhauer que encontramos formulações a respeito de um lado desconhecido e determinante do homem que mais se aproximam da noção de inconsciente tão difundida entre nós pela psicanálise de Freud. Coube, entretanto, a Nietzsche a difícil e ingrata tarefa de começar a desalojar o sujeito cartesiano de sua ilusão de presença, tão arraigada a todos os projetos e concepções do homem ocidental. Nesse sentido, Nietzsche

é também o grande precursor de Freud¹. Com sua virulenta crítica ao essencialismo, abre caminho para a revolução sem precedentes que a psicanálise desencadeou na reflexão do homem sobre si próprio.

Um dos movimentos mais caros à reflexão de Nietzsche é denunciar a ilusão primordial da autonomia do intelecto como determinante, inclusive, da ilusão de verdade da coisa-em-si e de todas as outras ilusões dela decorrentes. O intelecto, domínio da racionalidade — que na tradição cartesiana é a marca do humano enquanto ser superior que “existe” na medida em que pensa — não passaria de um “meio de preservação”, de uma arma através da qual o homem, “mais fraco e menos robusto”, se defende “já que a [ele] está vedado travar a luta pela sobrevivência com chifres ou presas aguçadas” (p. 175)². Essa arma, de cuja posse o homem tanto se envaidece, tem como efeito maior o engano, a dissimulação, o disfarce; apenas “seu dono e procriador” se esquece de que a racionalidade é “puramente humana” e supõe que todo “o mundo gira em torno dela” (p. 173).

O homem que pretende poder descobrir a “verdade” do mundo ao seu redor não chega sequer a conhecer a si próprio. Sem conhecer os meandros internos do próprio corpo e “fechado em sua consciência”, “indiferente à própria ignorância”, o homem não se dá conta de que “repousa sobre o implacável, o ávido, o insaciável, o assassino” (p. 175). Nietzsche também associa essa “inconsciência” ao sono e ao sonho: à noite, o homem “permite que seus sonhos mintam para ele mesmo durante toda sua vida, sem que seu senso moral tente impedi-los” (Idem). Essa visão nietzschiana do sujeito dividido entre a consciência, a inconsciência e a moral antecipa Freud e a divisão psicanalítica do sujeito. A metáfora do cavaleiro e do cavalo proposta por Freud para explicar as vicissitudes desse sujeito dividido — entre o *ego*, o *id* e o *superego* — vale a pena ser lembrada:

Em sua relação com o *id*, o *ego* é como um cavaleiro que tem de manter controlada a força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com a sua própria força, enquanto que o *ego* utiliza forças tomadas de empréstimo. Com frequência, um cavaleiro, se não deseja ver-se separado do cavalo, é obrigado

1. Para uma reflexão da suposta influência do pensamento de Nietzsche sobre a psicanálise de Freud, ver GAY (p. 58) e ASSOUN (pp. 9-68).
2. Dentro dos reduzidos limites deste trabalho, me baseio num ensaio de 1873, “Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne”, que leio na versão inglesa: “On Truth and Falsity in Their Ultramoral Sense” (em NIETZSCHE, pp. 173-192). Minha tradução para o português.

a conduzi-lo onde este quer ir; da mesma maneira, o *ego* tem o hábito de transformar em ação a vontade do *id*, como se fosse sua própria (Freud, vol. XIX, p. 39).

Além da libido do *id*, o *ego* tem que enfrentar também as pressões do *superego*. Além de tentar controlar um “cavalo” indomável, esse “cavaleiro” é forçado também a lutar contra uma “nuvem de abelhas bravas” — o *superego* — enxameando sobre ele (Idem).

Apesar de dividido entre o senso moral imposto pela sociedade e a força do inconsciente, o homem ocidental, forjado no culto ao racionalismo, ilude-se com sua suposta autonomia “consciente” — que não passa de uma instância *derivada* de processos inconscientes — e crê poder separar-se do “real”, ou seja, crê poder olhar o “real” e o outro com olhos neutros; crê, em suma, poder “descobrir” “verdades” que não sejam construídas por ele mesmo, nem “contaminadas” pelo seu desejo. É, portanto, a partir da desconstrução da noção de sujeito enquanto ser presente a si mesmo que Nietzsche passa à desconstrução do impulso à verdade e do próprio conceito clássico de verdade.

A noção do impulso à verdade, do desejo de saber, é, para Nietzsche, outra grande ilusão humana:

os homens estão profundamente imersos em ilusões e fantasias, seus olhos apenas tocam a superfície das coisas e vêem “formas”; suas sensações de forma alguma o levam à verdade mas se contentam em receber estímulos e, por assim dizer, em brincar de esconde-esconde atrás das coisas (p. 175).

Se para sobreviver o homem precisa viver em comunidades, para a defesa dos limites dessas comunidades o uso do intelecto é vital. Esse “tratado de paz” que o intelecto tenta obter para a preservação do grupo

traz consigo algo que parece ser o primeiro passo para alcançar aquele enigmático impulso à verdade. Assim, a partir daí fixa-se aquilo que dotavante deverá ser “verdade”, ou seja, inventa-se uma designação uniformemente válida e obrigatória para as coisas, e a legislação da linguagem estabelece também as primeiras leis da verdade: assim se origina, pela primeira vez, o contraste entre verdade e falsidade (p. 176).

Consequentemente, “no âmbito desses esquemas”, se torna possível, para Nietzsche, o advento da “civilização”, ou seja, da edificação de uma ordem piramidal, com castas e graus [...] um novo mundo de leis, privilégios, subordinações, delimitações que agora

se opõe ao outro mundo intuitivo das primeiras impressões e toma a aparência de ser o mais sólido, o mais geral, o mais conhecido, o mais humano e, portanto, regulador e imperativo (p. 181).

Se na origem das "verdades" e das instituições sociais, Nietzsche localiza a "vontade de poder", a emergência dessa "vontade", identificada com o desejo de sobrevivência, somente é possível a partir da sublimação do que Nietzsche chama de "amor sexual". Em outras palavras, é a sublimação do instinto sexual que permite a sobrevivência e a construção da civilização, conclusão a que também chegará Freud e que constituirá o próprio objeto de investigação da psicanálise. Como se sabe, é o chamado "complexo de Édipo", o "complexo nuclear das neuroses", o primeiro agente detonador dessa sublimação que, segundo Freud, explica não apenas a origem das neuroses e o amadurecimento sexual masculino e feminino como também a possibilidade de emergência da civilização e da consciência. No segundo dos *Três Ensaio sobre a Sexualidade* Freud relaciona o primeiro apogeu da vida sexual da criança — do terceiro ao quinto ano — à emergência do "instinto de saber", que é "atraído inesperadamente cedo e intensamente para os problemas sexuais" (Freud, vol. VII, pp. 199-200). Ou seja, o "instinto de saber" — que, segundo Freud, é "uma maneira sublimada de obter domínio" — surge da necessidade de decifrar o primeiro grande enigma: o sexo e a origem da vida. A partir desse interesse inicial, todos os projetos humanos, todas as instituições, todas as religiões, todo o conhecimento e toda a cultura serão produtos dessa sublimação e serão, portanto, também sintomas dessa neurose primordial que é a repressão do instintivo. Como conclui Derrida, a ciência, a filosofia e a própria consciência resultam de um recalque:

A ciência — [...] a filosofia —, a *epistémé* e eventualmente o saber de si, a consciência seriam portanto o movimento da idealização: formalização algebrizante, despoetizante, cuja operação consiste em recalcar, para melhor dominá-lo, o significante carregado, o hieróglifo atado (*Gramatologia*, p. 349).

É a partir dessa perspectiva essencialmente humana que renuncia a qualquer tentativa de transcendência ou imanência que se propõe, para Nietzsche e para o pensamento psicanalítico, toda e qualquer relação entre sujeito e objeto, relação essa que será sempre, e necessariamente, erótica ou estética. Consequentemente, como escreve Nietzsche, aquilo que chamamos de "verdade" não passa da transformação

de um "estímulo nervoso" em percepção que, por sua vez, se transforma em som:

O que é portanto a verdade? Um exército móvel de metáforas [...] em suma, uma soma de relações humanas que se tornaram poética e retoricamente intensificadas, metamorfoseadas, adornadas e, depois de muito uso, parecem, para uma nação, fixas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais nos esquecemos que são ilusões; metáforas gastas que se tornaram impotentes para afetar os sentidos; moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (p. 180).

Essa reflexão implica a desconstrução da noção clássica de literalidade, ou seja, da possibilidade de um significado depositado na letra, anterior ou imune à interpretação de um sujeito³. Aquilo que consideramos a coisa-em-si "designa apenas as relações das coisas aos homens":

Quando falamos sobre árvores, cores, neve e flores, cremos saber algo sobre as coisas em si, e na verdade temos apenas metáforas das coisas, e essas metáforas não correspondem de forma alguma a essências originais (p. 178).

Já que é essa linguagem, essencialmente metafórica, que constitui o "material" com que trabalha o "homem da verdade", o "pesquisador", e não "a essência das coisas", o filósofo e o cientista em pouco podem se distinguir do poeta ou do ficcionista. E é somente porque "se esquece" de que nunca partiu de qualquer essência e, sim, da linguagem — que, além de nascer metafórica, é necessariamente arbitrária e convencional — que o homem pode pensar a ciência e a filosofia em termos de descoberta de verdades:

Se eu invento a definição de animal mamífero e em seguida de-claro, depois de examinar um camelo: "Eis um mamífero", então sem dúvida uma verdade é trazida à luz, mas é de um valor muito limitado, ou seja, totalmente antropomórfica e não contém nenhum ponto que seja "verdadeiro em si mesmo"; real e universalmente válido, fora do homem (p. 183).

A desconstrução da autonomia do sujeito consciente solapa todo o projeto logocêntrico e qualquer possibilidade de uma relação puramente objetiva entre o homem e a realidade. As implicações dessa

3. Para uma discussão mais ampla acerca da noção clássica de literalidade e a reflexão "desconstrutivista" de Nietzsche, ver ARROJO e RAJAGOPALAN, "A Noção de Literalidade: Metáfora Primordial" (neste volume).

conclusão para as questões teóricas da linguagem levam obrigatoriamente a uma reformulação radical das formas pelas quais pensamos e desenvolvemos as disciplinas que se dedicam ao seu estudo. Afinal, se aceitarmos que todo o conhecimento e toda a ciência se originam de um impulso inconsciente e não passam de uma construção lingüística e que, em última análise, alguma forma de linguagem é tudo o que podemos ter, será imperativo revermos os pressupostos sobre os quais edificamos nossas teorias e nossas hipóteses.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOUN, P.L. (1989). *Freud & Nietzsche — Semelhanças e Dessemelhanças*. (trad. de Maria Lúcia Pereira). São Paulo: Editora Brasiliense.
- DERRIDA, J. (1973). *Gramatologia* (trad. de M. Schnaiderman e R. Janini Ribeiro). São Paulo: Editora Perspectiva.
- FREUD, S. (1972). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.
- GAY, P. (1989). *Freud — Uma Vida para o Nosso Tempo* (trad. de Denise Bottmann). São Paulo: Companhia Das Letras.
- NIETZSCHE, F. (1911). "On Truth and Falsity in Their Ultramoral Sense". In *Early Greek Philosophy & Other Essays* (trad. de M. A. Mugge). Londres e Edimburgo: T. W. Foulis, pp. 173-192.

O CIENTISTA E A NOÇÃO DE SUJEITO NA LINGÜÍSTICA: EXPRESSÃO DE LIBERDADE OU SUBMISSÃO?

Maria José Coracini

Que os indivíduos humanos, isto é, sociais, sejam 'ativos' na história como 'agentes' das diferentes práticas sociais [...] é um fato. Mas considerados como 'agentes', os indivíduos humanos não são sujeitos 'livres' [...] no sentido filosófico do termo. Eles agem em e sob as determinações das 'formas de existência' histórica das relações sociais [...]. A forma sujeito é [...] a forma de existência histórica de todo indivíduo, agente das práticas sociais: pois as relações sociais [...] compreendem necessariamente, como parte 'integrante', 'as relações sociais/jurídicas/ideológicas', que, para 'funcionar' impõem a todo indivíduo-agente a forma de 'sujeito'.

Aparelhos Ideológicos do Estado
Althusser

As várias acepções encontradas no *Novo Dicionário Aurélio* atribuídas ao vocábulo "sujeito" poderiam ser resumidas em duas aparentemente antagônicas: a. súdito, escravizado, submisso; b. ser individual, agente (filos.); ambas coexistem na concepção de sujeito veiculada pelas ciências em geral e pela lingüística em particular.

Este texto tem por objetivo lançar ou relembrar, a partir de alguns princípios defendidos por Arrojo em seu trabalho "A noção do inconsciente e a desconstrução do sujeito cartesiano" (neste volume), algumas reflexões sobre o sujeito nas ciências em geral, questionando a figura do cientista e, nela, a do próprio lingüista, e também, embora genérica e apressadamente, o modo como a lingüística vem tratando a questão do sujeito em suas análises.

Do ponto de vista epistemológico, interessa lembrar o significado que assume comumente a figura do cientista e que está por detrás da própria concepção de ciência: ser mítico que se impõe por sua tarefa de buscar a "verdade objetiva" a respeito da realidade que o cerca, "descobri-la" ou dela se aproximar.

Duas são as orientações filosóficas mais discutidas na história da ciência nos últimos tempos: uma, de tradição logocêntrica, defendida por Popper e, outra, inovadora, proposta por Khun.

Popper (1979), concordando com Kant, assume que a objetividade do conhecimento só pode advir das teorias; opõe-se, então, radicalmente ao método indutivo ou "subjetivo", termo que Popper toma no sentido que lhe deu Frege de "conhecimento possuído por um conhecedor". Além dessa concepção que desloca o conhecimento da verdade para fora do sujeito, o filósofo austríaco enfatiza os períodos de revolução científica caracterizados pelo surgimento de um ou mais indivíduos capazes de propor novo paradigma; estes são os cientistas "puros" em oposição aos cientistas "aplicados" que, contentando-se em resolver enigmas, mostram não estar preparados para enfrentar um problema realmente fundamental, "é antes um problema de rotina, um problema de aplicação do que aprenderam" (op. cit.: 65).

É essa visão mítica de cientista racional, impessoal, objetivo, capaz de criar, como por magia ou gênio, teorias altamente explanatórias, tendendo ao universal, que T. Khun critica na filosofia popperiana. Ao mesmo tempo em que valoriza a ciência normal (pois é nas experiências quotidianas da comunidade científica que se põem à prova teorias vigentes, provocando o aparecimento de outras), Khun, embora rejeite as idiossincrasias do cientista, acata "os elementos comuns induzidos pela criação e pela educação na composição psicológica da situação de membro licenciado de um grupo científico" e é esse grupo científico, oriundo da realidade sócio-histórico-cultural e científica, o responsável pela permanência e pelas mudanças dos conceitos, das fórmulas e do paradigma. Afinal de contas, a ciência, bem como a lógica que orienta nossa razão, não passam de criações humanas:

De onde surgiu a lógica na cabeça humana? Com certeza da não lógica, cujo reino, na origem, há de ter sido descomunal. A tendência preponderante, porém, a tratar o semelhante como igual, uma tendência ilógica — pois não há em si nada igual —, foi a primeira a criar todos os fundamentos em que se assenta a lógica. Do mesmo modo para que surgisse o conceito da substância, que é imprescindível para a lógica — mesmo se, no sentido mais rigoroso, nada de efetivo lhe corresponde — foi preciso que por longo tempo o mutável nas coisas não fosse visto, não fosse sentido; os seres que não viam com precisão, tinham uma vantagem diante daqueles que viam tudo "em fluxo" (Nietzsche, 1881-1882).

É contra essa tendência à homogeneização, imutabilidade, presença e consciência, contra essa tendência à universalização, ao sentido

único, estável, pleno e primeiro (visão imanentista e logocêntrica) que se posicionou Derrida com sua desconstrução. Não se trata de "destruir", mas de desmascarar as supostas verdades absolutas e inatacáveis que, arbitrariamente, por razões de ordem ideológica, passaram a constituir nossas crenças, a integrar nosso organismo determinando nosso modo de ver, sentir, viver...

A visão de imparcialidade imputada à ciência é transposta para o texto que se propõe a relatar a experiência científica, através de estratégias formais capazes de causar essa mesma ilusão de objetividade: é como se o objeto se apresentasse e se desse a conhecer ao sujeito, mero observador a quem são atribuídos poder e competência tais, capazes de lhe conceder confiabilidade total na interpretação dos dados. Essas estratégias, dentre as quais destacam-se o uso da terceira pessoa e da voz passiva, marcas que denotam a ausência do sujeito-pesquisador, constituem regras deontológicas, normas impostas pela comunidade científica e aceitas passivamente por cada novo membro como sendo a única forma verdadeira de exercer o raciocínio, de fazer ciência...

Passemos à lingüística. Parece-nos evidente que tudo o que foi dito do cientista e do texto científico em geral se aplica ao lingüista em particular, verdadeiro manipulador de dados empíricos, cuja inquestionabilidade se vê reforçada hoje pelo uso da estatística e do computador, "instrumentos científicos por excelência" que garantem o pleno "controle" dos dados. A lingüística dita científica, aceitando pacificamente trabalhar com os critérios de repetição e regularidade, aparece como um sistema fechado em si mesmo, esforçando-se para descartar o contingente, o diferente, características tradicionalmente inerentes à própria noção de sujeito.

Os princípios que nortearam tanto o estruturalismo quanto a teoria gerativa de Chomsky (1.^a fase) têm ainda hoje repercussões profundas no tratamento da linguagem. Na visão estruturalista, tomada aqui genericamente, a questão do sentido e, conseqüentemente, do sujeito, tem pouco lugar, ou seja, é tratada apenas em função do lugar que ocupa o signo no sistema da língua, conjunto de estruturas adquiridas pelo sujeito falante passivamente, por repetição e por associação. Quine confirma que o conhecimento de uma língua pode ser representado como "um enredado de sentenças associadas umas às outras e a estímulos verbais de maneiras diversas pelo mecanismo do reflexo condicionado" (apud Haroche, 1984). O sujeito falante era então visto, nessa concepção, como mero reproduzidor de estruturas. Reflexo, indu-

bitavelmente, da dicotomia significante/significado — que permite o tratamento isolado dos componentes — e da dicotomia língua/fala propostas por Saussure, que tenta, no seu *Curso de Lingüística Geral*, a todo momento, manter a autonomia do sistema da língua pelo mecanismo de valor que escapa ao sujeito por oposição a outros termos. O componente subjetivo ou é totalmente rejeitado — por sua variabilidade é lançado na fala — ou é tratado na medida do que ele tem de comum em todas as pessoas.

Na teoria gerativa de Chomsky, a noção de sujeito se vê assumida no sentido idealista do termo, pois pressupõe um sujeito falante ideal, totalmente abstrato, universal, recipiente inato de um conjunto infinito de regras sintáticas, semânticas e fonológicas que constituem o que ele chama de competência lingüística. Concebendo uma estrutura profunda, onde as línguas variam pouco, e uma estrutura superficial, cujas formas dependeriam diretamente da primeira, a teoria gerativa se vê capaz de explicar os mecanismos da língua e a sua aquisição pelo falante. Baseia-se na teoria de percepção de tipo racionalista clássico, retoma a concepção cartesiana da valoração do indivíduo dotado de razão, a concepção de que nossa percepção se guia por noções originadas na mente, concepção essa assumida pelos platonistas cambridgianos do séc. XII e, finalmente, as crenças de Humboldt que atribui à mente um sistema de regras geradas a partir daqueles modelos e esquemas diante do estímulo dos sentidos: “É o próprio sistema de regras que determina o conteúdo do conceito que se forma. O sistema é gerativo no sentido de que faz uso finito de meios infinitos” (Chomsky, 1968: 41). Modelo ideal subjacente de conteúdo fixo e pré-estabelecido, a teoria gerativa descarta o implícito, a pluralidade de sentidos, enfim tudo o que, de uma forma ou de outra, tem a ver com o contexto situacional que, por natureza, não se deixa reduzir a um número finito de regras.

Limitando-se o estruturalismo à descrição taxonômica da estrutura superficial e a teoria gerativa ao estudo do que considera a estrutura profunda (conjunto de regras mentais responsáveis pela geração de proposições), pode-se afirmar que ambos se atêm ao nível da frase, excluem toda referência ao contexto e, portanto, ao sujeito real, trabalham com critérios de regularidade, de repetição e de completude e, assim, descartam o contingente, o diferente, o incompleto, o ambíguo. Dão prova da capacidade criativa do homem que, ao se servir do pensamento lógico, constrói representações, verdadeiros edi-

fícios estruturados com tamanha coerência que modificam a nossa visão da realidade e determinam nossas crenças e a própria verdade.

Mesmo a lingüística da enunciação, que pretende integrar à sua análise o componente situacional e, portanto, o sujeito, cria apenas uma imagem de sujeito a partir das marcas que julga “intencionalmente” deixadas pelo autor (sujeito enunciador), como se essas marcas lingüísticas (classificadas a priori como determinando o discurso objetivo e subjetivo, por exemplo) tivessem o poder de dar conta da reconstituição real da situação e de determinar um sentido único.

Benveniste (1966), um dos primeiros a se insurgir aparentemente contra a concepção instrumental, transparente e simplista da linguagem — “concepção neo-kantiana representativa das filosofias da subjetividade, que opõe o sujeito, ou melhor, o homem ao objeto, que aquele cria, utiliza e manipula” (Haroche, 1984: 136) — define a subjetividade como “a capacidade do locutor de se colocar como ‘sujeito’”; tal definição carrega consigo a concepção simplista de sujeito consciente que intencionalmente chama a si próprio de “eu” e ao seu interlocutor de “tu”. Como bem lembra Haroche (op. cit.: 137), reduzir a subjetividade unicamente ao mecanismo lingüístico-formal fundamental de uso de certas categorias como 1.ª pessoa, tempos do presente... só satisfaz àqueles que consideram “fundamento” e “subjetividade” no sentido de “expressão individual pelo pronome pessoal na língua” (op. cit.: 138), ao que eu acrescentaria, só satisfaz àqueles que concebem a língua como mero objeto portador de um sentido primeiro, literal, denotativo, imanente a que opõem um sentido figurado, conotativo, acidental. A permanência dessas dicotomias de que resultam classificações formais aparentemente definitivas, sem a menor consideração das condições de produção, constitui mais um artifício, uma ilusão criada por um raciocínio lógico invertido.

A valorização permanente do estável, do controlável, do presente, assegura ao cientista a ilusão de soberania e poder sobre os dados que crê poder olhar de forma neutra, isenta de toda contaminação dos desejos, fobias, ideologias (experiências e conhecimentos prévios) que integram e determinam nossas crenças, nossas ações, nosso viver. Ilusão da verdade, ilusão do sujeito a quem não é dado conhecer-se nem conhecer o outro e a natureza...

BIBLIOGRAFIA

- BENVENISTE, E. (1966). *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Galimard. (trad. bras.: Problemas de Linguística Geral I, Campinas. Pontes Editores, 1990).
- CHOMSKY, N. (1968). *Language and Mind*. (trad. bras., RJ, 1971).
- DERRIDA, J. (1967). *De la Grammatologie*. (trad. bras.: Gramatologia. Edit. USP/Perspectiva, 1973).
- HAROCHE, C. (1984). *Faire dire, vouloir dire*. França. Presses Universitaires de Lille.
- NIETZSCHE, F.W. (1881-1882). "A Gaia Ciência". In *Obras Incompletas*, Seleção de textos de Gérard Lebrun; trad. e notas de Rubens R. Torres Filho - 4.^a ed. São Paulo. Nova Cultural, 1987 (Os Pensadores).
- KHUN, T. (1970). *The Structure of Scientific Revolution*. USA. Univ. Chicago Press.
- POPPER, K. (1979). "A Ciência Normal e seus Perigos". In *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. Ed. Cultrix/USP.

A TRAMA DO SIGNO: DERRIDA E A DESCONSTRUÇÃO DE UM PROJETO SAUSSURIANO

Kanavillil Rajagopalan

Charles Bally e Albert Sechehaye, discípulos fiéis, impulsionados pelo mais alto sentimento de gratidão ao falecido mestre, se incumbem de prestar-lhe uma homenagem póstuma — tarefa nobre, porém árdua, para a qual se empenham de corpo e alma no sentido de *reconstituir* e até mesmo *criar e construir* (com todas as implicações dessas palavras) a figura de Ferdinand de Saussure que será tão bem conhecido pelo mundo afora a partir daí. Num certo momento no decorrer do texto da obra — resultado concreto dessa homenagem célebre que ficará para a posteridade como o texto gerador de todo um novo modo de pensar — os dois autores (que, pasmem, insistem em se apresentar como simples *organizadores* enquanto que Albert Riedlinger, colega de turma, que os ajuda a editar essa obra monumental, reluta em aceitar qualquer título de reconhecimento a não ser o de um mero *colaborador*) se apressam para acrescentar uma nota de rodapé que diz o seguinte: "*Seria injusto censurar a F. de Saussure o ser ilógico ou paradoxal por atribuir à língua duas qualidades contraditórias*" (p. 89). A interpelação *explicitamente* editorial prossegue, procurando isentar o personagem-autor da mais temida de todas as críticas que se pode desfechar contra alguém, especialmente quando se trata de um pensador-pioneiro e ilustre fundador de disciplina(s): a de não ter percebido uma *contradição interna* — uma *aporía* — em seu próprio modo de raciocinar. Embora irrelevante para a discussão adiante, eis o *detalhe* que o leitor pode, a essa altura, ansiar: a referida nota de rodapé se remete à seguinte afirmação no corpo do texto: "... e, em certo sentido, pode-se falar, ao mesmo tempo, da imutabilidade e mutabilidade do signo".

Mal imaginavam os dois “organizadores” do *Curso de Linguística Geral* que anos mais tarde viesse alguém para desnudar uma outra aporia no interior do pensamento saussuriano, bem mais embaraçosa e incômoda, por estar ela localizada precisamente no seu ponto nevrálgico. O responsável por esta leitura arrasadora se chama Jacques Derrida e na mira de sua leitura implacável está — *inter alia* — nada mais, nada menos, que o próprio conceito de ‘signo’ — isso mesmo, a pedra angular que, como se sabe, sustenta todo o edifício que chamamos de ‘estruturalismo’.

Com isso, Derrida inaugura um movimento palpitante de cunho pós-estruturalista que leva o nome de “desconstrução”. Culler (1987), no entanto, chama a atenção para os perigos inerentes ao uso da qualificação ‘pós-estruturalista’, pelo fato deste termo poder engendrar a impressão errônea de que se trata de um novo método que vem para suplantir o velho. No dizer de Norris (1982: 1), apresentar “desconstrução” como se ela fosse um método, um sistema, ou um conjunto de idéias pronto e acabado seria falsear a sua natureza e abrir caminho para ser censurado por um equívoco de redução. Nas mãos de Derrida, a desconstrução se torna uma poderosa arma, um instrumento de capacidade inesgotável, que serve para perfurar um texto até as suas entranhas e explorá-las a fim de desenterrar aquele “ponto cego” que o autor nunca viu e nem quis ver, e que o texto procura, na medida do possível, acobertar para que ninguém o veja.

Para alcançar a sua meta, a desconstrução, por mais incrível que pareça, não utiliza nenhum método a não ser o mesmo que tradicionalmente foi empregado na leitura desses mesmos textos, porém com um rigor e impiedade jamais vistos. Com efeito, e para o desespero total daqueles que ainda lhe resistem, a desconstrução se apresenta como nada além do próprio estruturalismo levado às suas últimas consequências. Isto é, como o que pode ser visto como o mais intrigante de todos os paradoxos, o desconstrutivista revela ser, no fundo, um estruturalista que leva a sua empresa com um empenho e dedicação que os próprios estruturalistas praticantes e inveterados não foram capazes de mobilizar. Ele os desafia e os incomoda ao insistir em convidá-los a serem estruturalistas até o fim como ele e a assumirem a sua fé na plenitude de suas consequências. A desconstrução não aborda o estruturalismo do lado de fora; ela o faz de dentro, trabalhando com o próprio instrumental que o estruturalismo forjou (cf. Hutton, 1989: 75).

Assim, a desconstrução do conceito de signo tal qual Saussure o desenvolve com tanto cuidado e carinho começa nas mãos de Derrida com uma leitura rigorosa e duplamente cuidadosa do próprio Saussure (isto é, como vimos no início, do que é tido, por bem ou mal, como o próprio Saussure — veremos, adiante, a justificativa para essa ressalva).

Tomando como ponto de partida o insight saussuriano de que os valores lingüísticos se dão graças ao fato de se valerem da rede de diferenças, Derrida identifica nesse jogo de diferenças, nessa característica, como diz Saussure, de “*ser[em] o que os outros não são*” (p. 136), a própria possibilidade de significação como afirma Saussure, como também, em última análise, e por mais paradoxal que possa parecer, a sua impossibilidade nos moldes saussurianos. Pois, para Derrida, a necessidade de se apelar incessantemente para a diferença implica um deferimento ad eternum — uma diferença, com a inovação ortográfica para consagrar o encontro dos dois sentidos de diferir — ‘divergir’ e ‘protelar’ — que se unem para abortar o signo saussuriano no momento exato da sua concepção.

O leitor atento tem, a essa altura, todo o direito de lembrar em prol de Saussure, que para o lingüista genebrino, a união do significante com o significado encerrava de vez o jogo de diferenças. Afinal, é o próprio Saussure que nos informa:

Mas dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem (p. 139).

Contudo, é exatamente aqui que se tem uma das mais belas demonstrações do *modus operandi* da leitura desconstrutivista quando desafiada para medir forças com estas e outras barreiras supostamente intransponíveis. Pois Derrida revela ter já antecipado essa manobra e, com a presteza de quem já antecipou não só essa mas, todas as próximas jogadas assim como as próprias condições que são invocadas para armá-las, parte para a desconstrução cuidadosa da própria manobra, mostrando como ela própria se dá ao pôr em prática exatamente aquilo que pede que seja excluído. Daí, o porquê do próprio termo “desconstrução”: uma atividade infundável que visa “desmascarar” passo a passo a “construção” que daí vai-se despontando por detrás — ela mesma uma outra máscara. Derrida vai mostrar no texto de Saussure, assim como nos demais textos que foram submetidos à sua leitura

intransigente, que o projeto semiológico saussuriano se dá exatamente quando o lingüista genebrino decide romper tal atividade de desmascaramento, encerrando-a para que se possa deparar com a *face* — a presença, como mostra Derrida, a preocupação central da metafísica ocidental.

Voltando à questão da tão festejada união do significante e do significado, que para Saussure instauraria a "*coisa positiva*" — o centro, a partir do qual se propõe a construir toda a estrutura, Derrida nos lembra que tal união só seria possível se conseguíssemos romper o próprio processo de significação e, o que é pior, ao mesmo tempo, fazer de conta que nem sequer houve uma interrupção no processo. Derrida, em outras palavras, nos alerta sobre a distância que separa a conduta e o gesto, a prática e o propósito, no texto de Saussure.

A argumentação derridiana é aqui, como aliás em qualquer outro lugar, extremamente densa e intrincada, porém é suscetível de ser esmiuçada a partir do isolamento de alguns de seus momentos críticos. Num primeiro momento chama-se a atenção para o caráter hierárquico da oposição "*significante-significado*" que é normalmente apresentada como se fosse horizontal e paritária. Derrida o faz, lembrando como a própria distinção encontra-se inserida no contexto do fonocentrismo que norteia todo o pensamento saussuriano. Ou seja, o que leva Saussure a prestigiar a fala em relação à escrita, a hierarquizar, portanto, a oposição "*fala/escrita*", é a mesma que torna irredutivelmente hierárquica também a oposição "*significado/significante*", a despeito de todos os possíveis desmentidos e todo o esforço no sentido de apresentá-la como não-hierárquica. O fonocentrismo, neste momento exato, abre as portas para o logocentrismo — porque afirmar a primazia da fala em relação à escrita constitui pleitear a primazia do significado sobre o significante. Saussure é categórico ao afirmar:

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritmos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas (p. 24).

Derrida comenta:

Esta determinação representativa, mais que relacionar-se sem dúvida essencialmente com a idéia de signo, não traduz uma escolha ou uma avaliação, não trai um pressuposto psicológico ou metafísico próprio a Saussure; descreve, ou melhor, reflete a estrutura de um certo tipo de escritura: a escritura fonética, aquela de que nos servimos e em cujo elemento a epistémé em geral (ciência e

filosofia), a lingüística em particular, puderam instaurar-se (Derrida, 1973: 37).

Se, por ser uma representação de uma outra representação, a escrita precisa ser, como quer Saussure, relegada a um segundo plano, torna-se indispensável recorrer à metafísica da presença, para que a fala também não tenha o mesmo destino — para que mesmo na intimidade da fala, o significado de um significante não se revele como apenas outro significante. Para Saussure, então, trata-se de um esforço de desmascaramento que deve ser reprimido ao mesmo tempo em que é dado o apito de largada. É, em outras palavras, no próprio rompimento do processo de significação que nasce o conceito de signo saussuriano. Aqui se encontra a maior de todas as aporias que Saussure não quis ver e, justamente por não ter visto, pôde levar adiante seu projeto semiológico.

Encerremos a nossa discussão. Mas, antes, vale a pena registrar que Bally, Sechehaye e Riedlinger, os discípulos fiéis, seguiram os passos do mestre, até na execução da última homenagem à sua memória. Criadores e construtores da figura de Saussure, eles se colocam como organizadores, acenando em vão, assim, ao assumir a máscara, para uma face por detrás da máscara — a presença do querido mestre.

BIBLIOGRAFIA

- CULLER, J. (1987). "Poststructuralist criticism". *Style* vol. 21, n.º 2, pp. 167-191.
- DERRIDA, J. (1973). *Gramatologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- HUTTON, C. (1989). "The arbitrary nature of the sign". *Semiótica* 75. 1/2, pp. 63-78.
- NORRIS, C. (1982). *Deconstruction: Theory and Practice*. Londres: Methuen.
- SAUSSURE, F. de (1971). *Curso de Lingüística Geral*. 3.ª Edição. São Paulo: Ed. Cultrix.

A DESCONSTRUÇÃO DO SIGNO E A ILUSÃO DA TRAMA

Marisa Grigoletto

Tout retour tenté vers l'intimité indemne et propre de quelque présence ou présence à soi se joue dans l'illusion. Parce que l'illusion, comme son nom déjà l'indique, est toujours un effet de jeu; puis parce qu'elle a un théâtre où s'engage un certain rapport défini de l'irreprésentable à la représentation.

La Dissémination
Derrida

Este texto propõe não propriamente uma resposta (em forma de debate) ao texto de Rajagopalan ("A trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano"; neste volume), mas uma continuação da discussão iniciada em torno da desconstrução do projeto saussuriano. Sem a intenção de discordar do conteúdo de seu texto, minha proposta é tão somente tentar capturar um dos fios da trama desfeita nesse processo de desconstrução e tentar com ele tecer uma nova malha, dentre uma profusão de tecituras possíveis¹.

A desconstrução levada a cabo por Derrida "desmascara" a construção do conceito de signo saussuriano mostrando que — o que parece paradoxal — se de um lado a noção da presença, da face por trás da máscara, a noção mesma do significado primordial, anterior à própria linguagem, não passa de ilusão, por outro lado essa ilusão é a condição necessária para a construção do projeto semiológico do linguísta genebrino.

Tentemos, para fins de discussão, levar adiante essa idéia da ilusão. Ela revela, seguindo o pensamento derridiano, que a presença buscada por toda a metafísica ocidental não passa de mais uma máscara, "que não há signo lingüístico antes da escritura" (Derrida, 1973: 17) e que, portanto, não existe um significado primeiro, original; ao contrário, todo significado não é senão mais um significante a

1. Agradeço a Kanavillil Rajagopalan pelas inúmeras discussões que tornaram este trabalho possível. Meus agradecimentos também à Maria José R. Faria Coracini pela leitura crítica deste texto.

cada nova escritura². No entanto, ela demonstra também, como consequência, que, para tornar possível a própria expressão humana através da linguagem, a ilusão do significado atingido, da construção do signo tem de ocorrer.

Para que se inscreva um texto e se construa a escritura, a noção da ausência de significado em posição de primazia em relação ao significante e da multiplicidade de significantes tem de ser esquecida momentaneamente para dar lugar à ilusão de se ter atingido um significado único (naquele momento), o que torna possível a construção de um texto. A cada escritura o texto, como "tecido de signos" (Derrida, 1973: 18), é tramado de uma certa forma, seguindo um determinado padrão, de modo a construir uma malha fechada, na qual o significante se transforma ilusoriamente em significado. Portanto, a cada escritura encerra-se a busca e o signo se fecha na justaposição de significado e significante, se constrói. Enquanto escrevo este texto, estou construindo uma trama que, para mim, neste momento, tem apenas uma possibilidade de significado, aquela que lhe atribuo agora. No entanto, este texto, colocado no papel e lido por outra pessoa, inclusive por mim mesma, em outro momento, será uma nova escritura; a primeira trama, já desfeita, será tecida novamente, mas formando outros desenhos, novas formas, e junto com ela tecendo-se, a cada vez, a ilusão de se prender o signo na nova malha.

Entretanto, o que é necessário entender é que todo o processo é ilusório, ilusão necessária para se produzir linguagem, para que o texto se apresente; na verdade, todo o processo é um jogo, e cada jogo tem suas próprias regras, que servem apenas para aquele jogo e não para outro. E, de acordo com Derrida, é "um jogo seguro: aquele que se limita à substituição das peças dadas e existentes, presentes" (Derrida, 1976: 276). O jogo não tem origem nem fim, mas cria uma estrutura, ou melhor, permite a ilusão de que existe uma estrutura, uma tecitura. Portanto, o jogo condiciona e restringe a interpretação, mas ele não existe previamente à escritura; ele se instaura no instante mesmo de cada escritura.

2. O termo escritura, conforme empregado neste texto, define-se como produção de linguagem, como inscrição de um texto no mundo, seja ele escrito ou falado, produzido ou compreendido. A compreensão constitui também uma escritura, se entendida como criação de sentido, impressão de um texto a um conjunto de sinais gráficos ou sonoros que, antes do trabalho do leitor/produtor, não tem nenhum sentido.

Assim, o signo em sua totalidade, na união positiva do significante ao significado, como o quer Saussure (1972: 139), existe não como a face por trás da máscara, mas tão somente na inscrição de cada nova escritura; é ilusão, é momento fugaz.

Uma das consequências do processo de desconstrução do signo e da escritura comandado por Derrida é a necessidade de revisão de toda a teoria de leitura e de escrita. Gostaria, no espaço que me resta, de esboçar, apenas, algumas das questões que se faz mister repensar. Uma delas é a questão do rebaixamento da escrita em relação à fala, posição defendida por Saussure. Para ele, a escrita seria uma representação de outra representação (a fala). Considerar, pois, a escrita como objeto lingüístico seria analisar a imagem no lugar do real, seria "*dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo*" (Saussure, 1972: 34). Estabelece-se, assim, uma hierarquia entre fala e escrita. Derrida desconstrói essa hierarquia ao repensar o conceito de representação; re-presentação supõe um presente eterno, imutável, não contido no tempo, ou seja, a própria presença. Uma vez questionada a possibilidade dessa presença, questiona-se também a distinção hierárquica entre fala e escrita: tanto uma quanto outra se constróem apenas em um presente circunscrito pelo tempo e espaço, apenas em cada nova escritura.

Uma segunda e importante questão é a da leitura: o que é ler? Tomando-se como ponto de partida o conceito de escritura esboçado acima, é preciso renegar a noção de significado inscrito, fixo e imutável, deixado pelo autor em seu texto, e que o leitor vai buscar alcançar. Essa é mais uma vez a metáfora da presença, do significado primeiro, imaculado. Ler é inscrever uma escritura que é única a cada novo ato, pois que se recorta a partir da polissemia de múltiplos significantes, dos quais um é eleito e se instaura (já dissemos, ilusoriamente) como significado. Nas palavras de Derrida, "a 'operação' de leitura/escritura passa pela 'lâmina de uma faca rubra'" (Derrida, 1972: 334).

Mas, perguntará o leitor, se aceitarmos a polissemia, essa disseminação incontida de significantes, como é possível que haja compreensão entre indivíduos por meio da linguagem? A possibilidade se dá porque a interação acontece dentro de um discurso determinado social e historicamente, e institucionalizado, que circunscreve a polissemia. No interior desse discurso institucionalizado (Foucault, 1971), o jogo é limitado e a polissemia do signo não é arbitrária ou incontida. E

o indivíduo, ao se expressar, promove mais uma ilusão: a ilusão de estar criando um discurso próprio e original.

Aqui termina este texto, onde poderia começar (para usar de mais uma metáfora) a discussão do sujeito do discurso.

BIBLIOGRAFIA

- DERRIDA, J. (1972). *La Dissémination*. Paris: Éditions du Seuil.
———. (1973). *Gramatologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.
———. (1976). "Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas". In R. Macksey e E. Donato (orgs.) *A Controvérsia Estruturalista*. São Paulo: Editora Cultrix.
FOUCAULT, M. (1971). *L'Ordre du Discours*. Paris: Éditions Gallimard.
SAUSSURE, F. de. (1972). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix.

A DESCONSTRUÇÃO DO LOGOCENTRISMO E A ORIGEM DO SIGNIFICADO *

Rosemary Arrojo

O nosso deus Logos talvez não seja um deus muito poderoso, e poderá ser capaz de efetuar apenas uma pequena parte do que seus predecessores prometeram.

"O Futuro de Uma Ilusão"

Sigmund Freud

Identificamos o logocentrismo e a metafísica da presença como o desejo exigente, potente, sistemático e irreprímível de um significado transcendental.

Gramatologia

Jacques Derrida

Ao propor hipóteses ou modelos acerca do uso ou do funcionamento da linguagem, toda teoria lingüística parte necessariamente de um determinado pressuposto sobre a origem e a localização do significado. Apesar de eventuais diferenças de concepção e de interesse, todas as teorias filiadas ao logocentrismo compartilham do pressuposto de que é *fora* do sujeito/leitor ou "receptor" que se encontra a origem dos significados.

Nessa tradição cultural que crê na possibilidade de uma distinção intrínseca entre sujeito e objeto¹, a origem do significado é necessariamente localizada no significante (no texto, na "mensagem", na palavra), nas intenções (conscientes) do emissor/autor, ou numa combinação ou alternância dessas duas possibilidades. A primeira delas se reflete, por exemplo, na noção de literalidade que autoriza a possibilidade de um significado subordinado à letra, anterior a qualquer interpretação e independente de qualquer contexto. Reflete-se, também, na concepção de literariedade que ainda domina a tradição dos estudos literários entre nós: a noção de que o literário e o poético se encontram *no texto*, como propriedades intrínsecas que o marcam indelevelmente e o distinguem dos textos "não-literários". Segundo essa visão, o leitor ou receptor (e o termo consagrado por Jakobson já é bastante significativo) deve poder encontrar os significados (inclusive os literários, os poéticos, os irônicos) no texto e em suas marcas que teriam, por-

* Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pelo CNPq (ref. 304543-89.6)

1. Para uma discussão focalizada nessa questão, ver "A Noção do Inconsciente e a Desconstrução do Sujeito Cartesiano" (neste volume).

tanto, a propriedade de preservar seus "conteúdos" quaisquer que fossem o contexto e as condições de realização da leitura.

A segunda possibilidade, como vimos, projeta no emissor/autor a origem do significado, e as atribuições que lhe são conferidas em nossa tradição logocêntrica e patriarcal lembram as de uma figura paterna autoritária e controladora que tem o direito indiscutível de determinar os destinos e os contornos de sua "prole". Compreender ou ler envolveria, portanto, a descoberta e o resgate daquilo que o emissor ou o autor quis dizer. Já que nesse contexto é o desejo do autor o fator determinante para a emergência e a fixação do significado, o significante (a palavra, o texto) funciona novamente como o envólucro duradouro e resistente capaz de aprisionar através dos tempos e em qualquer circunstância o significado autoral conscientemente pretendido. Ao leitor/receptor cabe apenas, nesse enredo, um papel filial e passivo, um papel essencialmente respeitador e protetor dos desejos autorais intencionalmente "inseridos" no texto.

A projeção da origem do significado para fora do sujeito "receptor" e de seu contexto de leitura, consequência do desejo de um "significado transcendental", neutro e independente da situação de "recepção", leva qualquer teoria lingüística a um destino de frustração e ineficiência. Afinal, apenas para nos determos nas noções de literalidade e de literariedade mencionadas acima, nenhuma teoria da linguagem conseguiu até hoje estabelecer, a partir de pressupostos logocêntricos, distinções objetivas e indiscutíveis entre o literal e o figurado, entre o irônico e o não-irônico, ou entre o literário e o não-literário enquanto propriedades textuais intrínsecas². Da mesma forma, apesar de inúmeras e incansáveis tentativas, essa mesma tradição logocêntrica não conseguiu produzir uma única leitura unanimemente aceitável, resistente à passagem do tempo e às mudanças de contexto, de nenhum texto, mesmo daqueles "clássicos" que são lidos, geração após geração, há mais de dois milênios.

A frustração do desejo de estabilidade que acompanha qualquer projeto lingüístico filiado ao logocentrismo não encontra solução nem mesmo nos princípios éticos que com frequência são invocados na defesa de algum nível de objetividade que garanta a não-interferência do leitor ou "receptor" no processo de leitura. A argumentação de E.D. Hirsch é, nesse sentido, exemplar. Em *The Aims of Interpreta-*

2. Para uma discussão específica, ver "A Noção de Literalidade: Metáfora Primordial" (neste volume).

tion, Hirsch reconhece a impossibilidade de se formular, por exemplo, uma distinção objetiva entre o literário e o não-literário enquanto características inerentes ao texto:

No literary theorist from Coleridge to the present has succeeded in formulating a viable distinction between the nature of ordinary written speech and the nature of literary written speech. For reasons I shall not pause to detail in this place, I believe the distinction can never be successfully formulated, and the futility of attempting the distinction will come to be generally recognized (pp. 90-91).

Apesar disso, entretanto, Hirsch não desiste de buscar outra "origem" estável para essa distinção e tenta localizá-la no princípio de ética que prescreve o respeito às intenções do autor:

Moreover, if it is seen that there is no viable distinction between "literature" and other classifications of written speech, it will also come to be recognized that the ethics of language hold good in all uses of language, oral and written, in poetry as well as in philosophy. All are ethically governed by the intentions of the author. To treat an author's words merely as grist for one's own mill is ethically analogous to using another man merely for one's own purposes (p. 91).

O que Hirsch não esclarece, como aliás nenhum outro teórico defensor de argumentos semelhantes, é exatamente o método que empregaria para esse resgate de intenções, um projeto que pressuporia, aliás, também uma concepção de "consciência" como uma categoria perfeitamente controlável e distinguível da "inconsciência".

Ao levar às últimas consequências a concepção do signo arbitrário e convencional proposta por Saussure, a reflexão desconstrutivista necessariamente revisa e redimensiona as noções tradicionais de significado. Se o signo é resultado de uma convenção, de um pacto, a origem do significado é necessariamente remetida para esse pacto e, em última análise, para a necessidade de organização e de domínio que desemboca nesse pacto. Se aceitamos a tese da convencionalidade do signo, ou seja, a noção de que todo significado é necessariamente construído e atribuído a partir de um tácito acordo comunitário, não poderemos, portanto, eximir a leitura e a compreensão, ou qualquer outro processo de utilização de signos, de uma origem atrelada à construção e à produção de significados.

O desmascaramento do "desejo exigente, potente, sistemático e irreprimível de um significado transcendental", nas palavras de Der-

rida (1973: 60), proposto pela reflexão desconstrutivista, traz, portanto, como consequência primordial, a necessidade de se assumir a responsabilidade pela inevitável produção de significados que sublinha todas as atividades e relações humanas. Esse desmascaramento envolve também a aceitação do desejo de poder autoral que motiva qualquer ato de leitura ou compreensão. Em outras palavras, já que a convenção é resultado de um acordo que tem como meta organizar e controlar a produção de significados, aquilo que se estabelece como "convenção" é resultado também de uma luta pelo poder de significação, uma luta tão acirrada que precisa, inclusive, identificar-se com a procura do significado "transcendental", imune à passagem do tempo e acima de qualquer viés de interpretação, ou seja, de um significado tal que pudesse abolir e suplantir todos os outros — "temporários" e "incompletos" — para todo o sempre.

O leitor deixa de ser um simples "receptor": o passivo decodificador de significados idealizado pelo logocentrismo passa a se conscientizar de sua interferência autoral nos textos que lê. A figura filial e respeitadora dos desejos autorais "contidos" no texto que o logocentrismo construiu para o leitor assume seu inevitável desejo edipiano de apropriar-se dos significados do Outro, que a tradição tenta — em vão — preservar e respeitar. Como sugere Barthes, "não se deve nenhum 'respeito' vital ao Texto. O Texto pode ser lido sem a garantia de seu pai: a restituição do intertexto paradoxalmente abole o conceito de filiação" (p. 78). Por "praticar o recuo infinito do significado", o signo arbitrário e convencional transforma em ilusão a busca do significado transcendental, ou de um nível de significado que pudesse ser exterior ao signo e escapar da intertextualidade que substitui o autor em sua posição de produtor de significados. Como ensina Foucault, o autor deixa de ser uma "fonte infinita de significações que preenchem uma obra" e passa a ser reconhecido como um

certo princípio funcional através do qual, em nossa cultura, limitamos, excluimos e escolhemos [significados]; através do qual, em resumo, impedimos a livre circulação, a livre manipulação, a livre composição, decomposição e recomposição de ficção [...]. O autor é, portanto, a figura ideológica através da qual marcamos a forma pela qual temos a proliferação do significado (p. 159, minha tradução).

Contudo, essas conclusões não trazem como consequência, como temem alguns, a morte do autor, nem a liberação do leitor, nem tampouco o risco de uma produção caótica e desenfreada de significados

desautorizados. Em nossa tradição, o autor continua vivo e continua a funcionar como um elemento regulador do processo de significação; sua morte somente poderá ser determinada pela mesma rede de convenções que provocou também seu nascimento. Como lembra Foucault, a figura do autor é, entre nós, historicamente recente:

Textos, livros e discursos realmente começaram a ter autores (que não fossem figuras míticas, "sacralizadas" e "sacralizantes") no momento em que os autores se tornaram sujeitos à punição, ou seja, no momento em que os discursos podiam ser transgressores. Em nossa cultura (e, sem dúvida, em muitas outras), o discurso não foi originalmente um produto, uma coisa, um tipo de mercadoria; era essencialmente um ato — um ato localizado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo (p. 148, minha tradução).

Se a figura do autor nasceu, como lembra Foucault, no final do século XVIII e início do século XIX, exatamente para regular e censurar a construção dos significados que poderiam circular numa determinada cultura e numa determinada época, também a figura do leitor e o espaço que poderá ocupar no processo de leitura, bem como a ética que regulamenta as práticas da autoria, da comunicação e da leitura, e tudo aquilo que numa determinada época e num determinado lugar é possível e aceitável de se fazer com os textos e com os discursos, dependem, portanto, das convenções que se estabelecem subliminarmente no tecido sócio-cultural em que vivemos. Assim, para a reflexão desconstrutivista, o significado não se encontra preservado no texto, nem na redoma supostamente protetora das intenções conscientes de seu autor, tampouco nasce dos caprichos individualistas de um leitor rebelde; o significado se encontra, sim, na trama das convenções que determinam, inclusive, o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, R. (1979). "From Work to Text". In HARARI 1979 (pp. 73-81).
 DERRIDA, J. (1973). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
 FOUCAULT, M. (1979). "What Is an Author?". In HARARI 1979 (pp. 141-159).
 HARARI, J. (ed.) (1979). *Textual Strategies - Perspectives in Post-Structuralist Criticism*. Ithaca: Cornell University Press.
 HIRSCH, E.D. (1978). *The Aims of Interpretation*. Chicago: The University of Chicago Press.

O SIGNIFICADO E SUA GÊNESE: ALGUMAS ANOTAÇÕES AVULSAS

Kanavillil Rajagopalan

A medida que todo e qualquer empreendimento filosófico envolve ou, como insistem em manter alguns, se resume a uma tomada de posição ante a linguagem, pode-se dizer que uma questão como esta se relaciona à realidade, de um lado, e à mente humana, do outro, servindo, com grande possibilidade de acerto, para distinguir entre as diferentes correntes que se sobrepõem no universo filosófico. A posição assumida por Frege a respeito dessa questão encontra-se muito bem incrustada na metáfora do telescópio que o filósofo alemão constrói em "*über Sinn und Bedeutung*" (Frege, 1892). Para Frege, a linguagem é como se fosse um telescópio que "*liga*" o astrônomo/usuário ao firmamento/realidade extralingüística. A lente mais distante do observador, isto é, a que se localiza no lado oposto do aparelho se destina a registrar o mundo lá fora. Com efeito, a linguagem é encarada como algo que intermedia entre a mente do usuário e o mundo real. Ou seja, é graças à linguagem que o ser humano contempla o mundo. Enquanto lógico e filósofo, Frege demonstrou interesse apenas pelo que acontecia entre a lente externa do telescópio e o céu, relegando ao campo do psicologismo qualquer preocupação eventual com a outra extremidade do engenho astronômico.

No entanto, ao construir seu arcabouço, Frege também deixou aberta uma brecha que anos mais tarde viria a ser explorada de uma maneira, ao que tudo indica, nem de longe imaginada pelo próprio filósofo alemão (cf. Barbô, 1962 — *apud* Thiel, 1968: 86-87). Trata-se da condição de que é o *sentido* que define e determina a referência, e não o contrário. À primeira vista, essa estipulação se apresenta como algo perfeitamente condizente com a própria metáfora da linguagem como telescópio e é até mesmo inferível a partir dela. Pois não sendo possível nenhum "contato imediato" com a realidade, só faz sentido falar numa realidade projetada pela linguagem. Entrementes, por mais

normal que pareça a conclusão a que chega Frege, acaba ela desembocando numa consequência de suma importância: a de deslocar a questão da realidade (do mundo real) do plano da ontologia para o plano lingüístico-semântico (cf. Thiel 1968: 142).

Curiosidade ainda maior fica por conta do fato histórico de que a brecha de que falamos no início do parágrafo acima já havia sido aberta bem antes — há cerca de um século — de Frege — por ninguém menos que Kant (Norris, 1984 e 1985). Kant rejeitou de vez a questão do acesso direto ao mundo noumenal, decretando que o *Ding-an-sich* (a coisa em si) está além do alcance humano. Dando toda razão a empiricistas como Locke e Hume quanto à tese da inexistência de idéias inatas, no sentido de conhecimento anterior às experiências sensoriais, Kant porém discordou deles quanto à sua tese alternativa de que todo o conhecimento portanto tenha de decorrer do contato direto com o mundo sensível.

A solução proposta por Kant para o desafio empiricista é singela, porém extremamente engenhosa. Para ele, as diversas tentativas anteriores não foram bem-sucedidas porque supunha-se de maneira irredutível que havia de se adequar o conhecimento aos objetos ou, equivalentemente, submeter a epistemologia à soberania inquestionável da ontologia. No entender de Kant, a saída do impasse consistia precisamente em inverter a relação conhecimento/objeto, priorizando o primeiro e dando, assim, asas à hipótese de que os supostos objetos se dessem em função da condição humana de conhecê-los. O próprio Kant chegou a comparar a sua solução à de Copérnico em astronomia — a reviravolta que consistiu em passar de uma concepção geocêntrica para uma concepção heliocêntrica, segundo a qual é o observador em movimento constante (ou, mais precisamente, localizado num corpo celeste — a Terra — em movimento giratório permanente na órbita do sol) que faz parecer que o Sol esteja se deslocando em direção ao oeste.

A “razão pura” a que se refere Kant acaba revelando, dessa maneira, uma razão “a priori” — pois, segundo ele, todo conhecimento toma corpo dentro de formas ou estruturas pré-moldadas. É graças a essas estruturas que a natureza se apresenta com todas as suas ordens e regularidades pois, estas, na verdade, não passam de atribuições que nós fazemos ao mundo sensível. Dentre os parâmetros condicionantes estariam os de tempo e espaço.

De qualquer forma, Kant consegue efetivamente dismantelar o principal pomo de discórdia entre os empiristas britânicos e os racio-

nalistas do Continente, mostrando ser exequível uma aproximação, ou até mesmo uma convergência entre as duas correntes até então consideradas irre recuperavelmente antagônicas.

Toda proeza tem o seu custo. A de Kant também não foge à regra. É que ao admitir com David Hume que o tão-decantado “mundo real” não passava de uma bela ficção, Kant atribuiu à linguagem um potencial que jamais lhe fôra atribuído antes. De fato, Kant rompe com uma longa tradição de conceber a linguagem segundo a qual, em seu estado mais puro e ideal, ela seria dotada de uma absoluta transparência a fim de que pudesse retratar o mundo com perfeita fidelidade. Essa noção de “transparência” se coadunava de maneira bastante harmoniosa com a famigerada metáfora ocular que Platão empregara ao discorrer sobre entendimento. “Entender” é, para Platão, “ver”. Evidentemente, tanto para “ver” como para “mostrar” o mundo, a linguagem tinha de ser “transparente”, sob pena de criar distorções no entendimento.

Para Platão, bem como para a longa tradição que o sucede, o estatuto ontológico do mundo está acima de qualquer suspeita. Com Kant, no final do século XVIII, a questão ontológica é substituída pelo interesse epistemológico, enaltecendo a metafísica, relegada ao desprestígio há muito.

Descartada de vez a questão ontológica, o interesse filosófico pós-kantiano se desloca para o modo como a linguagem marca a sua presença em tudo aquilo que somos. Não só a nossa visão do mundo mas a própria possibilidade nossa de refletir sobre toda essa questão passa pela Linguagem — isso mesmo, com a letra ‘L’ maiúscula. Em outras palavras, reconhece-se o caráter abrangente e envolvente da linguagem. “Os limites da minha linguagem”, diz Wittgenstein, resumindo esse espírito, “são os limites sobre o meu mundo”.

Se bem que com o Wittgenstein do *Tractatus* (Wittgenstein, 1922), há um esforço no sentido de recolocar o destino da filosofia nos trilhos pré-kantianos, ressuscitando a questão ontológica e recusando-se a admitir qualquer apelo à metafísica. A *Teoria das Descrições Definidas*, de Bertrand Russell (1905), — mestre e mentor de Wittgenstein — pode ser vista como parte desse grande empreendimento, à medida que objetiva desvencilhar a questão da verdade lógica de qualquer condicionamento de ordem epistemológica. Não é de se estranhar que a Escola de Viena, berço do positivismo lógico, encontra na figura do Wittgenstein do *Tractatus*, o seu maior ídolo e fonte suprema de

inspiração. Com efeito, entra em voga, novamente, a idéia de que a realidade seja algo que tende a ficar camuflada pela linguagem que, por isso mesmo, precisa ser submetida a uma análise rigorosa a fim de que não caiamos em suas armadilhas.

O movimento que chamamos de positivismo lógico não passou de uma tentativa frustrada de estancar a enchente provocada por Kant. Naturalmente, o rompimento da barreira fez com que as águas represadas avançassem com fúria redobrada. Assim é que se vê, já na virada da segunda metade do século corrente, o novo entusiasmo para levar às últimas conseqüências as posições assumidas.

A presença da intelectualidade francesa é marcante pois a França é indubitavelmente um dos pólos de maior efervescência filosófica, sobretudo da década de 60 em diante. Em diversos dos seus escritos, vê-se Foucault retomando a discussão em torno da antiga relação "*linguagem-mundo*", priorizando a *constituição* do saber e o papel central do discurso (note-se que a ênfase se desloca para a praxis discursiva, deixando para trás a preocupação com a linguagem como algo a ser submetido à observação e manipulação tal qual em experiências laboratoriais). Fala-se em uma arqueologia do saber e uma genealogia do poder e na impossibilidade, não técnica mas conceitual, de se separar o par "*poder-saber*" (cf. Sheridan, 1980: 220). É o ressurgimento triunfante de Nietzsche, a figura na qual os intelectuais imbuídos do remorso da Guerra haviam identificado o bode expiatório perfeito para descarregar toda a sua frustração acumulada — não foi, afinal, este o apelo mais comovente da época que Karl Popper procurou traduzir na epígrafe do seu livro *Miséria do Historicismo*, quando dedicou a obra aos centenas de milhares sacrificados durante a Grande Guerra?

Há também, inegavelmente, claras ressonâncias com as reflexões oriundas de um Wittgenstein renascido. O autor das *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, 1953) já havia preparado o terreno para o surgimento do pós-modernismo, ao se desembaraçar de vez do sonho de se apoderar de uma linguagem em todo o esplendor que a lógica lhe confere e começar a falar em "*formas de vida*".

O pós-modernismo, com a sua "incredulidade diante da metanarratividade" (Lyotard, 1979), sinaliza o ponto culminante da longa caminhada filosófica desde Kant que procuramos historiar em rápidas pinceladas neste breve trabalho. Em Kant, o mundo cede lugar para a "razão", dando novo ânimo ao grande sonho do Iluminismo de um lado e, de outro, ajudando a conter o ceticismo. Ao chegarem a colocar em questionamento toda e qualquer sorte de metanarração, inclusive

a da própria filosofia crítica, os pós-modernos são levados a não acreditar mais na própria razão, única e transcendental, que possa servir de fulcro e de ponto de referência tanto para a reflexão como para a conduta humana, tal qual Kant a preconizou.

O paradoxo maior, se é mesmo um paradoxo, está no fato de que o pós-moderno é nada senão um desfecho inteiramente "lógico" da própria modernidade, como Kant a vislumbrou quando escreveu em 1784:

O Iluminismo é a emergência do Homem da imaturidade por ele mesmo imposta. A imaturidade é a incapacidade do Homem de fazer uso do seu próprio entendimento sem orientação alheia. Tal imaturidade é de sua própria responsabilidade quando sua causa fôr não propriamente a falta de entendimento, mas a falta de resolução e coragem de usá-lo, sem orientação alheia. O lema do Iluminismo é portanto: Sapere ande! Tenha coragem de usar o seu próprio entendimento. (cf. Schmidt, 1989: 269, minha tradução).

BIBLIOGRAFIA

- BARBÓ, R.F. (1962). "Il 'senso' e significato' di Frege: Ricerca teoretica sul senso e designato delle espressioni, e sui valori di verità". In *Studi di filosofia e di storia della filosofia in onore di Francesco Olgiatti*. Milano.
- FREGE, G. (1892). "Über Sinn und Bedeutung?" Trad. inglesa "On-sense and reference". In P.T. Geach e M. Black (Orgs.) *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell. 1952, pp. 56-78.
- LYOTARD, J.F. (1979). *La Condition Postmoderne*. Trad. portuguesa. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro. Ed. José Olympo, 1988.
- NORRIS, C. (1984). "Deconstruction, naming and necessity: some logical options". In *Journal of Literary Semantics* XIII/2, pp. 159-180.
- (1985). "Sense, reference and, logic: a critique of post-structuralist reason". In *Journal of Literary Semantics* - XIV/2, pp. 98-120.
- RUSSELL, B. (1905). "On denoting". In *Mind* 66, pp. 385-389.
- SCHMIDT, J. (1989). "The question of Enlightenment: Kant, Mendelssohn, and the Mittwochsgesellschaft". In *Journal of the History of Ideas*. Vol. L, n.º 2, pp. 269-292.
- SHERIDAN, A. (1980). *Michel Foucault: The Will to Truth*. Londres: Tavistock Publications.
- THIEL, C. (1968). *Sense and Reference in Frege's Logic*. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Company.
- WITTGENSTEIN, L. (1922). *Tractatus Logico-Philosophicus*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- (1953). *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell.

A NOÇÃO DE LITERALIDADE: METÁFORA PRIMORDIAL *

Rosemary Arrojo

Kanavillil Rajagopalan

The use and the abuse of language cannot be separated
from each other.

"The Epistemology of Metaphor"
Paul de Man

A grande maioria das teorias que orientam qualquer uma das disciplinas que institucionalmente se dedicam ao estudo da linguagem se fundamenta sobre um pressuposto comum: a crença na possibilidade de uma oposição objetiva e descontextualizada entre o sentido literal e o sentido metafórico — que aqui se refere a todo sentido figurado ou, mais precisamente, a todo sentido considerado "não literal". O chamado sentido "literal" é tradicionalmente associado a uma estabilidade de significado, inerente à palavra ou ao enunciado, que supostamente preserva a linguagem da interferência de quaisquer contextos e/ou interpretações. O chamado sentido "figurado", por sua vez, é geralmente caracterizado como uma "derivação", um "desvio", ou até mesmo um "parasita" em relação ao "literal" (primordial e imanente) e, dependendo do interesse teórico da disciplina que o abordar, a ele se permitem — ou se atribuem — a criatividade, a invenção, a ruptura da norma, o inusitado e, principalmente, a interferência do contexto e dos sujeitos emissores e/ou interpretantes.

O exame desse pressuposto, que nutre a grande maioria das teorias de linguagem e, conseqüentemente, a grande maioria das reflexões sobre os mecanismos da leitura, é o objeto primeiro deste trabalho. Como pretendemos argumentar, toda teoria de linguagem, ou toda teoria de leitura e, de forma mais abrangente, até mesmo toda concepção de realidade, se posiciona, de forma explícita ou implícita, consciente ou inconsciente, em relação ao que epistemologicamente significa opor o literal ao figurado. Ao mesmo tempo, toda visão teórica

* Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pela PUC-SP.

da oposição literal x figurado — que não deixa de ser, na verdade, mais uma versão de tantas outras oposições que também são geralmente aceitas como “objetivas” e não problemáticas: sujeito x objeto, verdade x retórica, ciência x arte, realidade x ficção — traz embutida uma determinada concepção de leitura, reflexo de uma determinada ideologia e concepção de mundo.

Para atingirmos nosso objetivo, examinaremos algumas reflexões exemplares sobre a oposição literal x metafórico propostas por diferentes abordagens teóricas. Através dessa análise, procuraremos identificar os vínculos dessas diferentes teorias com a crença na possibilidade do que Jacques Derrida (1975) chama de “significado transcendental”, ou seja, um objeto supostamente estável, permanente e independente do sujeito, sobre o qual se alicerçam as teorias do conhecimento (e da linguagem) nutridas pelo logocentrismo.

Para a lingüística, por exemplo, (aqui entendida como lingüística sincrônica, pós-saussuriana e de ascendência estruturalista), a questão do significado figurado se resolve, na maioria dos casos, por eliminação. Como escreve Jerrold M. Sadock (1979), toda linguagem não literal, inclusive a metáfora, “está fora do domínio da lingüística sincrônica, pois atos não literais que nada têm a ver com a linguagem ocorrem paralelamente àqueles que realizamos quando usamos a linguagem” (op. cit.: 46)¹. A metáfora, em especial, prossegue Sadock, não seria um “assunto adequado” para a lingüística sincrônica pois “a base da metáfora é um tipo de ato indireto, próprio também do comportamento não-lingüístico” (Idem). Assim, para Sadock, já que a meta da lingüística sincrônica é “a formalização dos princípios que ligam o significado à forma”, todo significado não literal será objeto de estudo de outras disciplinas, entre as quais a psicologia. Como os “atos não-literais” “nada têm a ver com a linguagem”, e como são governados por “princípios de natureza psicológica”, eles devem ser estudados pela psicologia, disciplina que, segundo Sadock, certamente se ocupará da participação do sujeito (tanto do sujeito emissor como do sujeito interpretante) na constituição desse sentido “indireto”.

A partir da reflexão de Sadock, que aqui tomamos como exemplar da postura assumida pela lingüística, parecem ficar claros os seguintes pressupostos:

1. Além da possibilidade de uma distinção objetiva entre o literal (o primordial, o direto) e o não-literal (o desvio, o indireto,

1. Esta e todas as outras citações do inglês foram traduzidas pelos Autores.

o decorrente), também se pressupõe a possibilidade de outras distinções não-problemáticas entre o lingüístico, o psicológico e o sociológico, entre o diacrônico e o sincrônico, entre o uso e o significado, entre a linguagem e o pensamento.

2. Ao relegar o estudo do sentido figurado à psicologia, que poderia, segundo Sadock, resolver o “conflito” entre o que é dito e o que é pretendido, a lingüística obviamente desvincula da constituição do sentido literal a interferência tanto do sujeito emissor como do sujeito interpretante. O sentido literal, portanto, objeto de estudo da lingüística sincrônica, deve ser evidente em si mesmo e imune às mudanças contextuais e a interpretações diferentes. Em outras palavras, o sentido literal independe do contexto, do momento histórico-social, da geografia, ou da psicologia dos sujeitos que o utilizam.
3. A noção de sujeito implícita nos pressupostos acima sugere a possibilidade de um sujeito neutro e transparente que, em seus “atos literais” não se revela, nem a seu tempo ou a suas circunstâncias, um sujeito que pode apenas se manifestar ou praticar o “desvio” ou o “indireto” em seus “atos não-literais”.

Tais pressupostos não são, entretanto, exclusivos da lingüística. Eles também constituem o embasamento teórico em que se sustentam as outras disciplinas que abordam a questão do significado e que supostamente propõem reflexões diferentes daquelas apresentadas pela lingüística. Uma vertente que merece ser examinada com mais atenção é aquela desenvolvida por teóricos aparentemente tão distintos quanto David E. Rumelhart, institucionalmente filiado à psicologia, e John Searle, o filósofo que estuda a linguagem enquanto ação. Em “Some Problems with the Notion of Literal Meanings”, Rumelhart (1979) caracteriza o sentido literal em termos de “condições de verdade”, ou seja, o sentido literal pode ser atribuído a palavras ou a enunciados, independentemente de contextos especiais de uso. Como Sadock, Rumelhart aceita, portanto, a oposição tradicional entre o literal e o metafórico e considera que cabe à psicologia investigar o que chama de “significado transmitido”: “Qualquer que seja o papel desempenhado pelo ‘significado literal’ na compreensão da linguagem, a teoria psicológica deve se preocupar com o significado transmitido” (op. cit.: 78). Apesar de se dedicar ao estudo do “significado transmitido”, Rumelhart não problematiza o pressuposto básico que norteia suas reflexões e que lhe permite considerar, como os lingüistas, a possibili-

dade de um significado imune à interferência do sujeito e das circunstâncias que o produzem.

Em "Metaphor", John Searle (1979) também se propõe a resolver a difícil questão dos limites entre os sentidos literal e não-literal em termos de uma "nova" oposição. Ao invés da oposição tradicional entre os dois tipos de linguagem, Searle sugere a distinção entre o que chama de "o significado do emissor" (*Speaker's utterance meaning*) e "o significado da palavra ou do enunciado" (*word or sentence meaning*). No caso do sentido "literal", o significado do emissor e o significado do enunciado coincidem. No caso do sentido figurado, não ocorre a equivalência entre o significado pretendido e o significado do enunciado. Assim, para Searle, o figurado não é um traço inerente à palavra ou ao enunciado mas à intenção do emissor. As palavras e os enunciados têm, segundo Searle, "apenas o significado que têm" (op. cit.: 93), significado esse que é, como para os lingüistas, estável, imanente, independente do contexto. A única força capaz de mudá-lo é a intenção do sujeito emissor.

A "nova" proposta defendida por Searle, com base na teoria dos atos de fala, não é, obviamente, tão nova quanto pretende. O próprio Sadock — que aqui ilustra a posição assumida pela lingüística sincrônica — declara ter como objetivo primeiro "entender" a oposição entre o significado dos enunciados e os usos que se podem fazer deles para comunicação de outros significados (op. cit.: 52). Da mesma forma, Rumelhart, como vimos, se preocupa com o significado "transmitido", objeto de interesse da psicologia, e que opõe a um nível de significado estável e inerente ao enunciado.

Se examinarmos a postura teórica defendida pela teoria da literatura, observaremos que, ao prestigiar o sentido figurado (o poético, o interpretável, o uso "artístico" da linguagem) que é, basicamente, o seu próprio objeto de estudo, essa disciplina também compartilha dos pressupostos que detectamos no embasamento teórico da lingüística sincrônica. Mesmo quando a teoria literária pretende resolver a oposição clássica entre os sentidos literal e figurado através de outras classificações recai em oposições que nada mais são do que máscaras óbvias da mesma distinção que pretende reformular. Em "Semantic and Poetic Meaning", por exemplo, Kenneth Burke (1973) propõe a oposição entre o que denomina de "significado poético" e "significado semântico". Ao primeiro reserva os valores emotivos, a emergência de uma atitude do sujeito, o "essencialmente dramático"; ao segundo relega a tentativa de se chegar a uma descrição através da "eliminação

de qualquer atitude ou emoção" que "evita", obviamente, o "dramático". Enquanto o primeiro se situa nos domínios do artístico, do poético, o segundo pertence à ciência que, segundo Burke, abriga a possibilidade de um vocabulário neutro, como o da química, por exemplo, que pode ser "o mesmo tanto para os comunistas, como para os fascistas e os liberais" (op. cit.: 150-151).

Contudo, a dificuldade de se manter intacta alguma versão da oposição literal x metafórico (e todas as outras oposições implícitas por ela) é reconhecida pelos próprios autores que a defendem. Sadock, por exemplo, em seus comentários sobre exemplos de linguagem figurada e de ambigüidades, reconhece a dificuldade, "em muitos casos", de se determinar "onde começa o sentido figurado e onde termina o sentido literal" (op. cit.: 55). Cada um desses "casos difíceis", lamenta Sadock, é "uma pedra no caminho do lingüista cuja meta é a formalização dos princípios que ligam o significado à forma" (Idem). Essa "pedra no caminho" do lingüista cresceria desmesuradamente se levássemos em conta que seu grande pressuposto básico também repousa sobre a distinção que o próprio Sadock reconhece ser problemática "em muitos casos". Afinal de contas, como declara Sadock, o objetivo primeiro que justifica e dá vida à lingüística é a "formalização" dessa fronteira pressuposta por ele entre a figura e a não-figura. Sadock, entretanto, apesar de perceber a pedra no caminho, opta por ignorá-la e transfere-a para o caminho de outras disciplinas e outros pesquisadores: "o estudo da metáfora, especificamente, não seria um objeto adequado para a lingüística sincrônica pois a base da metáfora é um tipo de indireção que compartilha do comportamento não lingüístico" (op. cit.: 46).

Em seus caminhos teóricos, Rumelhart também encontra pedras:

Ao tentar desenvolver modelos psicologicamente plausíveis de compreensão da linguagem literal, tenho sido forçado a considerar mecanismos de compreensão que interpretam de forma semelhante tanto a linguagem metafórica como a literal (op. cit. 79).

Em outro trecho, prossegue Rumelhart:

Tanto considerações teóricas sobre o processo de aquisição da linguagem e observações empíricas da linguagem das crianças sugerem que longe de ser um aspecto especial da linguagem, que talvez se desenvolva apenas depois de que as crianças tenham controle completo da linguagem literal, a linguagem figurada aparece na linguagem infantil desde o princípio (p. 80).

E conclui: "Para a criança, a produção dos sentidos literal e não-literal pode envolver exatamente os mesmos processos" (Idem). Ao aceitar que a produção dos sentidos literal e não-literal "pode envolver exatamente os mesmos processos", Rumelhart estaria muito próximo de concluir que a distinção entre os dois é, como proporemos a seguir, muito mais uma questão de convenções sócio-culturais pré-estabelecidas do que uma característica intrínseca da linguagem.

John Searle, por sua vez, ao enfatizar, em sua argumentação, a intenção do emissor, acaba encontrando tantas pedras em seus trajetos teóricos quanto Sadock e Rumelhart. Searle argumenta, por exemplo, que no enunciado "*Richard é um gorila*", a estabilidade do sentido figurado de "gorila" é garantida pela intenção do emissor que, nesse caso, "determina" que tal enunciado seja equivalente a "*Richard é feroz, rude e tende à violência*" (op. cit.: 102). O poder da intenção do emissor é, para Searle, tão absoluto que resiste ao tempo ou a qualquer outra mudança. Como sugere, mesmo que pesquisas venham mostrar que os gorilas não são ferozes e rudes mas, na verdade, tímidos, sensíveis e sentimentais, o que ele quis dizer com o referido enunciado "permanece verdadeiro apesar dos fatos reais sobre gorilas", mesmo que se mude o "conceito" de gorila (op. cit.: 102). No mesmo artigo, porém, Searle comenta a análise que Cavell faz do enunciado "*Julietta é o sol*", dito por Romeu na conhecida peça de Shakespeare. Segundo Cavell, Romeu quer dizer que seu dia começa com Julietta. Porém, comenta Searle, "fora do contexto especial da peça essa leitura nunca [lhe] teria ocorrido". Searle "procuraria outras propriedades do sol" para entender o enunciado e conclui: "Ao dizer isso, não estou fazendo objeções nem a Shakespeare nem a Cavell, porque a metáfora em questão, como a maioria das metáforas, é aberta" (op. cit.: 106).

Searle, cuja teorização sobre o "sentido do enunciado" não consegue disfarçar os problemas de qualquer reflexão sobre a literalidade em termos de imanência e estabilidade, também não se dá conta das questões fundamentais a que seus comentários sobre a metáfora dão origem:

1. Como distinguir as metáforas "abertas" das "não-abertas"?
2. Por que a intenção de Shakespeare, autor do enunciado "*Julietta é o sol*", não é levada em conta na interpretação do mesmo, enquanto que Searle determina que suas intenções "autorais" resistam ao tempo e às mudanças de perspectiva no caso de "*Richard é um gorila*"?

3. Mesmo que Searle pretendesse descobrir o significado original que Shakespeare tenha intencionado atribuir a "*Julietta é o sol*", como se poderia proceder a essa investigação de forma segura?

Tais questões, que o aparato teórico de Searle não consegue resolver, também seriam "pedras" nos caminhos teóricos de Kenneth Burke que, como vimos, representa neste trabalho uma versão da perspectiva comumente adotada pela teoria da literatura. Ao pretender distinguir o significado "poético" do significado "semântico", em termos de características intrínsecas ao texto e à linguagem e, portanto, independentes de um sujeito e de sua leitura, Burke ilustra a semelhança de objetivos e de ideologia que, apesar de subliminar, sempre aproximou a lingüística da teoria literária, principalmente nos momentos em que esta pretende, de forma mais veemente, se constituir numa "ciência". Como a lingüística tradicional que, em vão, persegue o algoritmo da literalidade, a teoria da literatura se empenha em encontrar a fórmula infalível que pudesse esclarecer para sempre a especificidade da linguagem poética.

A abordagem que propomos à questão da literalidade e de sua oposição à figura se baseia nas reflexões sobre a linguagem que emergem a partir do pós-estruturalismo, inspirado, principalmente, pelo pensamento de Friedrich Nietzsche e pela revolução intelectual sem precedentes que a psicanálise de Freud trouxe à reflexão do homem sobre si mesmo.

Num ensaio de 1873, "*Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne*", Nietzsche (1911) desconstrói o grande pressuposto sobre o qual se baseia todo o projeto "científico" do homem, que depende da possibilidade de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto. Segundo Nietzsche, toda "verdade" estabelecida como tal foi, no início, apenas "um estímulo nervoso". Todo sentido que chamamos de "literal" foi, a princípio, metáfora e, portanto, criação — e não descoberta — do homem:

primeira metáfora: um estímulo nervoso transformado em percepção. Essa percepção, então, acoplada a um som. Quando falamos de árvores, cores, neve e flores, acreditamos saber algo a respeito das coisas em si, mas somente possuímos metáforas dessas coisas, e essas metáforas não correspondem de maneira alguma à essência do original. Da mesma forma que o som se manifesta como máscara efêmera, o enigmático x da coisa-em-si tem sua origem num

estímulo nervoso, depois se manifesta como percepção e, finalmente, como som (op. cit.: 178).

Assim, de acordo com a perspectiva descortinada por Nietzsche, o homem não é um descobridor de "verdades" independentes de seu desejo de poder ou de seu instinto de sobrevivência mas, sim, um produtor de significados e, portanto, de conhecimentos que se consagram através das convenções que disciplinam os homens em grupos sociais. Consequentemente, a leitura — tanto em seu sentido restrito como em seu sentido mais amplo — enquanto produtora de significados é a única forma possível de relação entre homem e mundo. Como lembra Stanley Fish (1980), "todos os objetos são criados e não descobertos, e são criados pelas estratégias interpretativas que colocamos em ação" (op. cit.: 331). Essas estratégias interpretativas, que atribuem significado às coisas, são, por sua vez, estabelecidas pelo grupo social em sua localização histórico-social (a "comunidade interpretativa", segundo Fish) ao qual pertence o indivíduo interpretante. Nesse sentido, todo indivíduo interpretante é, ao mesmo tempo, produtor e produto dos significados que necessariamente terão que ser abrigados pela comunidade em que atua e da qual faz parte.

Além do pensamento de Nietzsche, podemos considerar a psicanálise de Sigmund Freud e, principalmente, o conceito do "inconsciente" que mudou radicalmente a própria noção de sujeito. A partir do insight freudiano de que o homem carrega consigo um lado desejante e desconhecido, todo o conhecimento, todas as ciências, todas as "verdades", todos os sentidos "literais" têm que ser necessariamente relativizados e reconhecidos como produto — ou sintoma — de uma interpretação, mediação inevitável entre homem e mundo.

A possibilidade de um sentido literal, "original" e descontextualizado, como a possibilidade de uma reflexão "científica", objetiva e independente de ideologias e da História é, segundo Derrida (1982), uma "mitologia branca" que reorganiza e reflete a cultura do Ocidente: "o homem branco confunde sua própria mitologia, a mitologia indo-européia, seu próprio *logos*, ou seja, o *mythos* de seu dialeto, com a forma universal daquilo que ainda deve desejar chamar de Razão" (op. cit.: 213). Ao invés de aceitar sua condição humana, que o obriga a imprimir sua marca, suas emoções, sua história a tudo que toca, esse "homem branco" de que fala Derrida empreende uma busca quixotesca daquilo que nunca encontrará fora de si mesmo. Portanto, a literalidade — a neutralidade, a razão, o puramente objetivo — é a grande metáfora, a metáfora primordial criada pelo homem que,

entretanto, precisa se esquecer de que a inventou para não se lembrar de sua finitude e de suas limitações humanas.

BIBLIOGRAFIA

- BURKE, K. (1973). "Semantic and Poetic Meaning". In *The Philosophy of Literary Form*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, pp. 138-167.
- DERRIDA, J. (1975). *Of Grammatology* (trad. de G. C. Spivak). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- . (1982). "White Mythology: Metaphor in the Text of Philosophy". In *Margins of Philosophy* (trad. de Alan Bass). Chicago: The University of Chicago Press, pp. 207-272.
- FISH, S. (1980). *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge: Harvard University Press.
- NIETZSCHE, F. (1911). "On Truth and Falsity in their Ultramoral Sense". In *Early Greek Philosophy & Other Essays* (trad. de M.A. Mugge). Londres e Edimburgo: T. W. Foulis, pp. 173-192.
- RUMELHART, D.E. (1979). "Some Problems with the Notion of Literal Meanings". In A. Ortony (org.) (1979). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 78-91.
- SADOCK, J. (1979). "Figurative Speech and Linguistics". In A. Ortony (org.) (1979). In *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 46-63.
- SEARLE, J. (1979). "Metaphor". In *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 76-116.

A CRISE DA METALINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Kanavillil Rajagopalan

Rosemary Arrojo

O fenômeno que chamamos de linguagem tem sido objeto de estudo e pesquisa há milênios. Em tempos mais recentes, como é de conhecimento comum, surgiram diversas disciplinas acadêmicas, institucionalmente constituídas e demarcadas, entre as quais, a lingüística e a teoria literária que, ao longo de sua existência, têm reivindicado posse privilegiada desse objeto. Assim, enquanto os lingüistas afirmam ter em mãos a chave capaz de desvendar o grande enigma da linguagem, a teoria literária se vangloria do suposto acesso exclusivo aos valores estéticos que a linguagem pode nos oferecer. Essa divisão de trabalho é aparentemente satisfatória para ambos os lados, pelo menos na medida em que assegura não haver interesses conflitantes, pois o tácito acordo mútuo faz com que cada lado se preocupe com justamente aquilo que os seus vizinhos tendem a descartar como menos relevante e, não infreqüentemente, a desprezar de vez.

É nosso principal intuito neste trabalho colocar em cheque o embasamento teórico (ou, como insistiriam em dizer aqueles de quem divergimos, o embasamento "*metateórico*") que tem propiciado a divisão de trabalho acima mencionada. Pretendemos fazê-lo mediante um reexame crítico da concepção de metalinguagem que, como mostraremos no desenrolar da discussão a seguir, serve de base, de sustentação e de legitimação para a demarcação das fronteiras entre a lingüística e a teoria literária.

Por fim, assumiremos a consequência prática e imediata do nosso raciocínio, que pode ser resumida da seguinte maneira: há muito mais em comum entre essas disciplinas do que admitem seus estudiosos e o que tem impedido uma aproximação entre as duas, não apenas a

nível institucional, é a aquiescência quase que incondicional por parte de ambas quanto à possibilidade de uma metalinguagem hermeticamente isolada e impermeável.

É preciso, porém, admitir que a meta que nos propomos é pouco conveniente e nada fácil pois, por um lado, a noção implícita ou explícita da metalinguagem encontra-se fortemente arraigada em nossos meios e, por outro, alimenta e, em troca, é alimentada por várias das dicotomias de ampla aceção em nossa cultura, entre as quais: gramática x retórica, ciência x arte, razão x emoção, sentido literal x sentido figurado. A postura metafísica que assumimos é eminentemente holística e duvida da convalidação ontológica de todas essas e tantas outras dicotomias.

* * *

Um dos principais sustentáculos da lingüística moderna é a crença na possibilidade de uma metalinguagem isenta de qualquer interferência, qualquer contaminação, oriunda da linguagem corriqueira ou leiga (no caso da lingüística, seu próprio objeto de estudo, a linguagem-objeto). Tanto é assim que um dos clássicos da lingüística moderna, um artigo intitulado "Secondary and tertiary responses to language", de Leonard Bloomfield, aconselha o pesquisador-principiante sobre a necessidade de separar, dentro de seu *corpus*, o que os nativos falam "em sua língua" daquilo que eles dizem "sobre sua língua" (pp. 45-55). A idéia era a de que os comentários dos nativos acerca de sua língua não constituíam uma metalinguagem à altura por não ter sido elaborada a partir de uma base científica. Ou seja, a "pseudo-metalinguagem do leigo" — a chamada *folk linguistics* (lingüística popular) — precisaria ser substituída por uma metalinguagem mais apurada e que não estivesse contaminada pela linguagem-objeto como no caso da primeira. Bloomfield defendia, assim, o argumento consagrado a favor da lingüística enquanto ciência rigorosa da linguagem.

Essa preocupação, essa angústia por parte da lingüística moderna para chegar a ser uma metalinguagem livre dos males que afligem seu próprio objeto de estudo, tem suas raízes na tradição lógica, disciplina com a qual a "ciência da linguagem" sempre manteve — a despeito dos constantes desmentidos — uma estreita ligação. É legítimo afirmar que, nos últimos tempos, a lingüística tem se empenhado no projeto ambicioso de realizar, na língua natural, aquilo que o lógico Alfred Tarski demonstrou ser viável apenas no caso das línguas formais. Tarski, ao se propor a formulação de uma definição de verdade, defi-

nição, essa que fosse, ao mesmo tempo, materialmente adequada e formalmente correta, acabou por concluir que só se podia definir verdade numa outra língua que não aquela mesma que continha o predicado "verdadeiro". Quer dizer, para se definir o que é verdadeiro numa língua, digamos L_1 , é preciso recorrer a uma outra língua que chamaremos de L_2 , que dispusesse de igual quantidade de recursos da primeira e, além disso, alguns predicados a mais, entre eles o predicado "é verdadeiro", sendo assim, segundo Tarski, "mais rica" que L_1 . L_2 seria, no caso, uma metalinguagem em relação a L_1 , sendo portanto necessário recorrer a uma meta-metalinguagem, digamos L_3 , caso desejássemos definir "verdade" em L_2 , e assim por diante. Ora, desde logo, esse recurso de hierarquização *ad infinitum* das metalinguagens está fadado a esbarrar num impasse insolúvel, quando utilizado no caso da língua natural como, aliás, parece ter sido o próprio Tarski o primeiro a reconhecer. Isso porque o lingüista, enquanto analista da língua natural, a sua linguagem-objeto, teria de ter à sua disposição, de antemão, uma metalinguagem — como já vimos, o seu próprio discurso — que fosse, por definição, ainda mais rica. Ora, essa necessidade em si tornaria a lingüística um empreendimento impossível de se realizar, na medida em que estaria exigindo do lingüista a construção de um instrumental mais rico do que seu objeto de estudo, objeto este que ele tão somente aspira a chegar a entender, em sua totalidade, algum dia, num futuro ainda distante.

A desconfiança de Tarski quanto à aplicação de sua teoria à análise das línguas naturais decorria de duas razões distintas, porém ligadas à condição aceita por ele próprio para que sua teoria fosse julgada formalmente correta. Eram as seguintes: (a) a língua natural não satisfazia a condição de ser semanticamente aberta (segundo Tarski, uma linguagem se torna semanticamente fechada quando, além de um acervo de sintagmas, ela também possui meios para se referir às mesmas expressões, como também predicados semânticos do tipo "verdadeiro" e "falso"), e (b) ao contrário das línguas formais, a língua natural não era, segundo o referido autor, formalmente especificável em sua plenitude. Em outras palavras, para Tarski, estava definitivamente descartada a possibilidade de se definir, na língua natural, a noção de verdade sem cair em paradoxos, pois a língua natural continha sua própria metalinguagem (o que, em última análise, equivale a reconhecer o caráter auto-referencial da língua natural).

É notável que a lingüística moderna, sobretudo no seu ramo formalista, tenha convenientemente ignorado os prognósticos pessimistas

de Tarski e procurado consolo no que, segundo nossa visão, não passa de uma carta de intenções proposta por Donald Davidson, para quem "somos justificados em continuar nos esforçando sem ter expurgado a fonte de angústia conceitual". Davidson, por sua vez, contenta-se em pensar que "é bom saber que nunca estaremos sem o que fazer" e se propõe a arregaçar as mangas para tentar executar justamente aquilo que Tarski costumava qualificar de "tarefa ingrata".

A esperança renovada, despertada pelo entusiasmo de Davidson, tem seus reflexos em praticamente todas as sub-áreas da lingüística. Um caso exemplar nesse sentido é a tendência formalista que tem erguido sua cabeça persistente no campo da pragmática, em flagrante desrespeito ao fato incontestável de que a principal fonte de inspiração para tais estudos foi a escola de Oxford, que se destacou no mundo da filosofia — por mais paradoxal que possa parecer — pelo seu fervor anti-formalista. A tradição formalista se infiltra até no pensamento de um anti-formalista do calibre de J.L. Austin, quando este se deixa iludir por uma distinção entre o "discurso sério" e o "discurso lúdico", como se tal distinção fosse evidente e especificável em termos puramente formais. De qualquer maneira, ao aceitar tal distinção, até Austin caiu na tentação de procurar conforto na divisão de trabalho à qual nos referimos no início deste texto — isto é, na tentação de ficar com o discurso "sério", deixando para uma outra disciplina a tarefa de lidar com o "não-sério", o "lúdico", o "literário", o "criativo" etc.

Para a teoria literária, entretanto, o objeto de estudo é exatamente o "não-sério", o lúdico, o emotivo, o não-literal, mas desde que embalado numa linguagem que essa disciplina possa rotular de "artística" e que "escape" ao olhar e aos instrumentos próprios do lingüista. Assim, da mesma forma que a lingüística, a teoria da literatura também se propõe como uma metalinguagem, encarregada de descrever e explicar a linguagem que elegeu como objeto de investigação.

Contudo, diferentemente da lingüística, que se privilegia enquanto metalinguagem, que cultua seu discurso "científico" em detrimento da linguagem "ordinária" que pretende estudar, a teoria literária e, principalmente, a teoria literária fecundada pelo *New Criticism* norte-americano (que ainda orienta, implícita ou explicitamente, a maior parte dos estudos literários no Brasil) privilegia, acima de tudo, a linguagem que constitui seu objeto. Segundo William K. Wimsatt, um dos mais influentes pensadores do *New Criticism*, o poema é um

"ícone verbal", cuja integridade não pode ser maculada pelo que chama de "a heresia da paráfrase". A linguagem "literária" e, em particular, a chamada linguagem poética, adquire, portanto, para os "novos críticos", uma autonomia privilegiada e intocável que exige, como sugere Christopher Norris, um "respeito apropriado em relação à diferença entre essa linguagem e a linguagem que os críticos utilizam para descrevê-la" (p. 8).

A essa diferença e, conseqüentemente, a essa concepção de literatura, o estruturalismo — especialmente em sua fase inicial — adicionou um verniz de "cientificismo" e um esforço de rigor teórico. Essa pretensão ao "científico", à possibilidade de uma distinção clara e demarcável entre sujeito e objeto, entre linguagem poética e linguagem comum, entre linguagem e metalinguagem, que a teoria literária compartilha com a lingüística e com a maioria de nossas disciplinas institucionalizadas, se fundamenta na tradição logocêntrica que sempre predominou no pensamento ocidental. Esse pensamento, que, entre outros, gerou o homem cartesiano que se sonhou senhor de si mesmo e, portanto, capaz de olhar o mundo sem se misturar com ele, tem que ser necessariamente reavaliado, principalmente a partir da psicanálise de Sigmund Freud. A noção freudiana do inconsciente mostrou ao homem cartesiano que seu logocentrismo — possibilidade de toda a objetividade e, portanto, de toda a ciência "isenta" de subjetividade — ao invés de uma atribuição "real" não passava de um desejo ou de uma ilusão.

A psicanálise de Freud confirma o insight nietzschiano de que é o próprio homem o produtor de seu universo, suas ciências, suas metafísicas, suas "verdades", através da linguagem e da capacidade de abstração que a torna possível e que arma o homem com seu mais precioso instrumento de defesa e sobrevivência. Assim, o "lógico", o "racional", o "verdadeiro", o "real" deixam de ser neutros e exteriores ao homem e passam a ser reconhecidos como parte e produto dele, que nunca poderá, portanto, realizar seu sonho de não se misturar ao Outro, aos objetos e ao universo que o circunda. Freud e Nietzsche são, aliás, dois dos mais importantes precursores de uma das veredas do pensamento contemporâneo que se desenvolveu principalmente a partir do aprofundamento e da radicalização de algumas conclusões do próprio estruturalismo (ver Arrojo, "A noção do inconsciente e a desconstrução do sujeito cartesiano", neste volume).

Na *Gramatologia*, um dos livros seminais dessa linha pós-estruturalista, Jacques Derrida revê a noção saussuriana do signo arbitrário

e "mostra" ao texto de Saussure seu "ponto cego", ou seja, aquilo que o texto de Saussure não pôde ver para que sua escritura se tornasse possível. Esse processo de "desconstrução", a que Derrida tem submetido textos importantes da filosofia, da lingüística, da literatura e até mesmo da psicanálise, tem marcado indelevelmente os estudos da linguagem e da filosofia nos Estados Unidos e na Europa desde meados de 1970. Essa vereda pós-estruturalista que, além da desconstrução de Jacques Derrida, também abriga, entre outras, a arqueologia de Michel Foucault, a semioclastia do último Roland Barthes, a anti-teoria literária de Stanley Fish, questiona, necessariamente, os pressupostos que justificam os limites tradicionais não apenas entre as disciplinas que estudam a linguagem mas entre todas as chamadas ciências humanas.

Conseqüentemente, segundo a ótica pós-estruturalista, a interdisciplinaridade deixa de ser um esforço de boa-vontade ou de boa-vizinhança por parte das diversas disciplinas que conquistaram seu espaço na instituição e passa a ser reconhecida como uma vocação necessária, uma condição inescapável. A lingüística, a teoria literária, a semiótica e a filosofia da linguagem — apenas para citar as disciplinas que a instituição reconhece no campo dos estudos da linguagem — não apenas nasceram da mesma matriz logocêntrica, compartilhando, portanto, os mesmos sonhos e as mesmas ilusões, mas também têm o mesmo destino: estarão fadadas a não abordar de frente as questões básicas que as justificam, a menos que se disponham a examinar seus próprios alicerces e os produtos das searas alheias.

BIBLIOGRAFIA

- BLOOMFIELD, L. (1944). "Secondary and tertiary responses to language". In *Language* 20.
- DAVIDSON, D. (1967). "Truth and meaning". In *Synthese* 20.
- DERRIDA, J. (1973). *Gramatologia* (trad. de M. Schnaiderman e R. J. Ribeiro). São Paulo: Editora Perspectiva.
- NORRIS, C. (1982). *Deconstruction Theory and Practice*. Londres e Nova York: Methuen.
- TARSKI, A. (1931). "The concept of truth in formalized languages". In Tarski, A. (1956).
- _____. (1936). "The establishment of scientific semantics". In Tarski, A. (1956).
- _____. (1956). *Logic, Semantics and Metamathematics* (trad. de Woodger). Oxford: Oxford University Press.
- WIMSATT, K. (1954). *The Verbal Icon: Studies in the Meaning of Poetry*. Lexington: University of Kentucky Press.

O CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO NA LINGÜÍSTICA: SEUS ALICERCES E SEUS DESAFIOS

Kanavillil Rajagopalan

A conclusão a que se chega quando vasculhamos a imensa literatura que existe no campo de lingüística sobre leitura, redação, tradução, e as outras questões afins, é a de que se tem, nessa área do conhecimento, um amplo consenso (a despeito de pequenas divergências) sobre o uso do termo interpretação. Para um lingüista, de modo geral, a interpretação consiste em uma espécie de explicitação, isto é, um ato de tornar explícito algo que estaria contido no próprio objeto de interpretação (porém nem sempre acessível para um sujeito inexperiente). Se substituirmos esse "algo" por, digamos, "significado", "o objeto de interpretação" por "texto" e "o sujeito" por "leitor", podemos inferir que o lingüista entende por "interpretação" um ato de intermediação entre um significado visto como imanente ao texto e o leitor que anseia atingir esse significado. A intermediação, no caso, pode ser feita tanto pelo próprio leitor como por alguém mais capacitado ou experiente. Ora, essa maneira de encarar o ato interpretativo encontra ressonância até na tradição milenar de abordar textos sagrados, segundo a qual o leigo precisa, muitas vezes, ser auxiliado e até mesmo conduzido, para que possa compreender a "verdadeira significação" da palavra divina, tarefa essa que fica entregue a cargo de um sábio ou um sacerdote. Por outro lado, esse caráter exegético que se atribui à interpretação também torna possível avaliar, quando surgem, propostas diferentes e divergentes de interpretação de um mesmo texto, elegendo-se uma como a interpretação "correta" e taxando-se as demais de "errôneas" ou "não autorizadas" (leia-se "ultrajantes", "blasfematórias", etc.).

Note-se que, dentro dessa perspectiva, a interpretação assemelha-se à representação, ou se quiser, a re-apresentação do "significado original" — de fato, como muitos críticos vêem o papel de um ator, cuja qualidade artística seria então mensurável em termos da qualidade que sua representação demonstra em relação ao personagem tal como o autor da peça o concebeu.

Existe uma outra maneira de encarar a interpretação — concorrente, mas não necessariamente conflitante, com a primeira. Trata-se da idéia de que seja a interpretação um processo de ampliação, de alargamento do significado original, para cuja apreensão tal e qual seria reservado o termo "compreensão". Ou seja, nessa abordagem, a interpretação sucede a compreensão no sentido de que a primeira se dá a partir do produto da segunda. Desse modo, a interpretação acaba sendo uma atividade em que ao "significado original" são acrescidos novos matizes de significação.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a idéia de acréscimo não invalida necessariamente a tese anterior de que o significado seja imanente ao texto pois acredita-se que seja o próprio texto que dita o que pode ou não ser acrescido. Ou, como diriam alguns simpatizantes dessa abordagem, só seriam admitidos acréscimos que estivessem consistentes ou congruentes com a intenção do autor ao escrever o texto, intenção esta que, segundo os mesmos estudiosos, o texto nem sempre revela, a menos que seja submetido a um processo rigoroso de interpretação ou hermenêutica. Isto é, a interpretação seria, em última análise, uma atividade que teria como meta recuperar a "intenção original" do autor. E o texto seria o lugar onde estariam presentes não só o significado (*strictu sensu*), mas todas as pistas para se chegar à intenção do autor — pistas estas que precisam ser bem aproveitadas para que o ato interpretativo possa gerar bons resultados. Como diz Kato (1988: 36): "As diversas concepções [...] conferem um papel maior ou menor ao texto na *extração de significados*, mas mantêm-no como *unidade formal, com significado próprio*" (ênfase acrescida).

Ao admitir, porém, a intenção do autor como um novo elemento a ser levado em conta, cria-se uma relação ternária "autor-texto-leitor". Com isso, o texto cede para a intenção do autor sua primazia enquanto árbitro último em matéria de interpretação. Diga-se de passagem que, historicamente, a procura da intenção do autor coincide com o interesse no sujeito-falante, decorrente do advento da era da pragmática. De qualquer forma, a interpretação torna-se uma atividade imprescindível,

pois teria ela como função assegurar que texto nenhum seja um empecilho no caminho do leitor que deseja apreender a intenção do autor.

Uma das conseqüências imediatas dessa ampliação do quadro teórico é a de que se torna possível falar em textos que pedem maior ou menor esforço interpretativo. A metáfora que se emprega para caracterizar os tipos diferentes de texto é bastante sugestiva. Fala-se, por exemplo, na relativa "densidade" ou "opacidade" de um texto, em oposição à "leveza" ou à "transparência" de um outro. Como se o significado, agora identificado com a intenção do autor (pelo menos em parte), fosse uma luz que necessariamente precisasse atravessar a cortina (ou, se se quiser, a vitrina) do texto para que o leitor pudesse recebê-la, isto é, ser iluminado por ela. Convém lembrar aqui que a própria distinção entre o literal e o metafórico tal como é concebida tradicionalmente se sustenta nessa idéia de que um texto possa ser intrinsecamente "opaco" ou "transparente". No campo da lingüística, verifica-se um aproveitamento intenso dessa idéia nuclear, como demonstram claramente os tratamentos conferidos aos fenômenos identificados como "atos de fala indiretos", "postulados conversacionais" e um grande número de trabalhos sobre a questão da metáfora.

Voltando à concepção da interpretação dominante na lingüística, eis aqui uma recente caracterização:

Interpretamos palavras pondo-as em algum contexto. Os contextos, porém, são numerosos e mais que um pode estar presente numa mesma interpretação, sobretudo em ficção, onde o leitor fica fora do contexto comunicativo. Com efeito, as descrições do processo interpretativo no caso da ficção podem focalizar a profusão dos contextos possíveis (Adams, 1985: 39) (minha tradução).

A citação acima revela um dos preceitos centrais da lingüística moderna que norteiam o seu modo de ver a questão da interpretação: a saber, a primazia da fala em relação à escrita (cf. Saukkonen, 1977). Aliada à tese milenar da primazia da idéia (eidos) em relação à palavra, isso leva o lingüista a encarar o texto como algo que primeiramente precisa ser contextualizado, isto é, traduzido para o seu meio original e primário — a fala — para que o leitor possa ter acesso ao "contexto comunicativo" do autor e, assim, conhecer sua intenção comunicativa, enfim a "idéia original".

É evidente que duvidar do par de dogmas acima referidos, quer individual quer coletivamente, implica duvidar da própria interpre-

tação tal qual a lingüística a define. De fato, nas últimas duas ou três décadas, têm-se avolumado críticas cada vez mais contundentes a ambos os dogmas, atingindo, assim, nada menos do que os próprios alicerces da lingüística pós-saussuriana. Não é de se estranhar, portanto, que já começa a se falar em uma lingüística pós-estrutural (cf. Nerlich, 1986; Mey, 1987) — como uma das maneiras — se não a única maneira — de se desvencilhar das armadilhas que o próprio estruturalismo prepara para quem quiser levar seu *modus operandi* às suas últimas conseqüências.

É nesse espírito que Culler (1983) põe em dúvida a própria tese da determinabilidade do significado e, portanto, *a fortiori*, da possibilidade da interpretação nos moldes tradicionais, quando diz: "*Meaning is context-bound, but context is boundless*".

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, J. K. (1985). *Pragmatics and Fiction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.
- CULLER, J. (1983). *On Deconstruction*. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- KATO, M. (1985). *O Aprendizado da Leitura*. São Paulo, Martins Fontes.
- MEY, J. L. (1987). "Poet and peasant: a pragmatic comedy in five acts". In *Journal of Pragmatics*, vol. 11, n.º 3, pp. 281-297.
- NERLICH, B. (1986). "Saussurean linguistics and the problem of meaning — from dynamic states to static dynamics". In *Language and Communication*, vol. 6, n.º 4, pp. 267-276.
- SAUKKONEN, P. (1977). "Spoken and written language". In *Folia Linguistica* XI 3/4, pp. 207-215.

COMPREENDER X INTERPRETAR E A QUESTÃO DA TRADUÇÃO

Rosemary Arrojo

A tradução de uma língua para outra é uma tarefa matemática, e a tradução de um poema lírico, por exemplo, para uma outra língua é bastante análoga a um problema matemático. Pois pode-se muito bem armar o problema: "como se deve traduzir (i.e., substituir) esta piada por uma piada na outra língua?" E esse problema pode ser resolvido, mas não há nenhum método sistemático para resolvê-lo.

Zettel

Ludwig Wittgenstein

Para nossa tradição logocêntrica, que pressupõe a possibilidade de um sujeito de consciência plena e, portanto, capaz de uma relação puramente objetiva com a realidade, o ato de "interpretar" é em geral oposto ao ato de "compreender". A oposição compreensão X interpretação, aliás, é apenas uma das conseqüências teóricas da aceitação de uma distinção absolutamente demarcável entre sujeito e objeto. Outras versões igualmente decisivas da oposição compreensão X interpretação são a oposição entre o chamado sentido "literal" ou "denotativo" a um nível de significado "figurado" ou "conotativo"¹, ou a oposição entre a chamada linguagem "ordinária" e a linguagem "poética", ou, ainda, a oposição entre fato e julgamento, ou entre "verdade" e retórica.

Segundo essa visão, a interpretação — como os significados "figurados" ou "conotativos", como o "poético", como os julgamentos de valor — dependeria de uma primeira etapa, de um primeiro nível de relação entre sujeito e realidade, ou entre leitor e texto, que pudesse ser objetivamente previsível e determinável, independentemente de uma perspectiva ou de um contexto. Em outras palavras, para a visão logocêntrica, o sujeito poderia apenas "interpretar" a realidade ou o texto depois de compreender essa realidade ou esse texto, compreensão essa que, quando realizada adequadamente, não deveria revelar as circunstâncias nem o contexto de sua realização ou de seu reali-

1. Para uma discussão mais ampla sobre essas oposições, ver ARROJO e RAJAGOPALAN, "A Noção de Literalidade: Metáfora Primordial (neste volume).

zador. Assim, o sujeito poderia apenas revelar-se na "interpretação" do evento ou do texto que tenha, previamente, compreendido de forma "correta".

Essa concepção pressupõe também que há no texto ou na realidade um significado "presente", latente que, além de não depender do sujeito que o "compreende", pode ser recuperado, descoberto ou resgatado em sua plenitude. Conseqüentemente, a "imanência" que se atribui a esse significado permite também que se pretenda avaliar objetivamente, e sem se considerar a perspectiva de quem avalia, se o seu resgate — ou sua "compreensão" — é, ou não, adequadamente realizado.

A possibilidade desse resgate de significados estáveis é pressuposta pela grande maioria do conhecimento produzido pelo homem ocidental e permeia, naturalmente, todas as nossas concepções clássicas de linguagem. É, entretanto, na área de teoria da tradução que as questões implícitas pela aceitação da possibilidade da "compreensão" em moldes logocêntricos são particularmente problemáticas.

Toda tradução, por mais simples e breve que seja, trai sua procedência, revela as opções, as circunstâncias, o tempo e a história de seu realizador. Toda tradução, por mais simples e breve que seja, revela ser produto de uma perspectiva, de um sujeito interpretante e, não, meramente, uma compreensão "neutra" e desinteressada ou um resgate comprovadamente "correto" ou "incorreto" dos significados supostamente estáveis do texto de partida. Essa ligação intrínseca e inevitável que qualquer tradução mantém com uma interpretação tem criado um sério embaraço para a grande maioria das teorias de tradução, em especial para aquelas que alimentam a ilusão de chegar, um dia, a uma sistematização do processo de traduzir².

A crença na possibilidade dessa sistematização é paralela, aliás, à crença na possibilidade da sistematização dos processos de significação, tão difundida entre os estudiosos da lingüística, principalmente da lingüística que se pretende "científica" e objetiva. Em "Descrição e Quantificação de Dados em Tradutologia", por exemplo, Francis H. Aubert percebe o elo entre esses projetos de sistematização:

Pode parecer fadada, *ab ovo*, ao insucesso a busca empreendida pelo lingüista de uma sistematicidade, por parcial que seja, num campo aparentemente tão rebelde como é o da tradução [...] O

2. Ver, também, ARROJO, "As Questões Teóricas da Tradução e a Desconstrução do Logocentrismo: Algumas Reflexões" (neste volume).

lingüista, sobretudo, vê-se em posição pouco privilegiada neste embate, pois os instrumentos de que dispõe — modelos teóricos em constante mutação — parecem ainda por demais frágeis e limitados em sua abrangência para lidarem adequadamente com a realidade multifacetada da tradução. E essa fragilidade e esta limitação são acentuadas pelos estritos parâmetros impostos por seu objetivo maior — o de planejar e executar uma ciência da linguagem obrigando-o a fazer ouvidos moucos ao subjetivo, propaladamente um dos componentes essenciais do ato tradutório (p. 71).

A posição de Aubert é exemplar tanto como lingüista quanto como teórico da tradução que analisa seu objeto a partir de uma perspectiva logocêntrica. Enquanto teórico da tradução, Aubert considera seu objeto "rebelde", ou seja, resistente às investidas das teorias que tentam sistematizá-lo, normatizá-lo, controlá-lo, torná-lo previsível e determinável. Enquanto lingüista, admite a "fragilidade e a limitação" dos modelos teóricos disponíveis "para lidarem adequadamente com a realidade multifacetada da tradução", reconhecendo ainda que essa fragilidade e essa limitação se associam ao objetivo maior que a própria lingüística persegue: uma busca de "cientificidade" que a obriga a "fazer ouvidos moucos" ao subjetivo ou, em outras palavras, à perspectiva, à visão e ao contexto de um sujeito interpretante. Finalmente, a posição de Aubert é particularmente exemplar porque, apesar de reconhecer as limitações dos modelos teóricos desenvolvidos pela lingüística, incapazes de dar conta do "subjetivo" inerente ao processo de tradução, crê, implicitamente, que essas limitações serão superáveis com o "avanço" da ciência lingüística e embarca num projeto de sistematização do ato tradutório que "deve poder conduzir pelo menos aos seguintes resultados:

- (1) o estabelecimento de correlações significativas entre as modalidades de tradução e a tipologia das línguas envolvidas;
- (2) o estabelecimento de correlações significativas entre as modalidades de tradução e a tipologia textual; e
- (3) a delimitação do escopo de liberdade do tradutor dentro dos limites impostos pelas restrições estruturais, culturais e textuais, ou seja, determinar a margem de variação inter- e intra-individual (p. 73).

Aubert cai, portanto, na mesma armadilha que detém tantos teóricos e tantos lingüistas; ele também, como a grande maioria dos lingüistas e teóricos, se propõe a tarefa de cercear, prever e pré-determinar

a produção de significados envolvida em qualquer tradução. E, também como os teóricos que crêem num nível "neutro" de apreensão de significados, em moldes logocêntricos, Aubert tem que adiar para o futuro a possibilidade de sucesso de seu projeto. Após tentar estabelecer um modelo de descrição e quantificação das "modalidades" de tradução, que pressupõe, obviamente, categorias absolutamente estáveis e independentes de contexto, Aubert conclui que a "versão atual" do modelo que propõe "contém, ainda, algumas limitações" pois "não parece dar conta satisfatoriamente da criatividade na tradução" (p. 80). Além disso, tal projeto se mostra praticamente inútil, pelo menos em sua versão "atual", pois, como reconhece Aubert, "dado o caráter ainda exploratório das investigações empreendidas até o presente [...], e levando em devida conta as dificuldades e limitações descritas [...], os dados disponíveis não permitem maiores generalizações; e seria prematuro propor desde já contribuições imediatas para a didática e para o exercício profissional da tradução" (p. 81).

O enorme hiato que separa o ambicioso projeto de Aubert — que aqui representa a postura típica do logocentrismo — e os resultados a que efetivamente pode chegar ilustra a impossibilidade de um nível de apreensão "neutra" de significados, que possa ocorrer fora de um contexto e independentemente da interferência de um sujeito. O projeto logocêntrico está fadado à frustração e ao insucesso pois ignora a temporalidade, a finitude e a mortalidade de todos os empreendimentos humanos e trata categorias inevitavelmente marcadas pelo tempo e produzidas por sujeitos sempre situados em algum contexto sócio-cultural como instâncias "divinas", acima de qualquer perspectiva ou interesse subjetivo. Assim, a compreensão, num plano humano e "não-divino", será, sempre, também "interpretação", uma produção — e não um resgate — de significados que impomos aos objetos, à realidade e aos textos. A interpretação, ou a compreensão, escapa, portanto, a qualquer tentativa de sistematicidade pois a possibilidade de sistematizá-las implicaria, inescapavelmente, a própria possibilidade de se sistematizar e pré-determinar tudo aquilo que constitui o "humano": o subjetivo, o temporal, o inconsciente e até mesmo suas manifestações sócio-culturais presentes e futuras.

BIBLIOGRAFIA

- AUBERT, F. (1984). "Descrição e Quantificação de Dados em Tradutologia". In *Tradução e Comunicação — Revista Brasileira de Tradutores*, n.º 4, pp. 71-82.

AS QUESTÕES TEÓRICAS DA TRADUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO DO LOGOCENTRISMO: ALGUMAS REFLEXÕES *

Rosemary Arrojo

A lógica também depende de pressupostos aos quais nada corresponde no mundo real; depende, por exemplo, do pressuposto de que existem coisas idênticas, de que a mesma coisa é idêntica em diferentes pontos do tempo. Apesar disso, essa ciência passou a existir a partir da crença oposta (de que tais condições realmente ocorrem no mundo real). O mesmo se passa com a matemática, que certamente não teria sido iniciada se se soubesse desde o princípio que não há, na natureza, nenhuma linha exatamente reta, nenhum círculo verdadeiro, nenhuma magnitude absoluta.

Humano, Demasiado Humano
Friedrich Nietzsche

George Steiner divide a história da literatura sobre tradução em quatro períodos (1975: 236-239). O primeiro deles se inicia com Cícero e sua condenação à tradução "palavra por palavra", em *Libellus de optimo genere oratorum*, de 46 A.C. Na outra extremidade desse primeiro e extenso período, Steiner situa os comentários de Hölderlin sobre suas traduções de Sófocles, de 1804. Entre Cícero e Hölderlin, autores tão díspares como São Jerônimo, Lutero, Du Bellay, Montaigne, Chapman, Jacques Amyot, Ben Jonson, Dryden, Pope e Rochefort compartilham, segundo Steiner, uma "abordagem imediatamente empírica", um refletir sobre tradução que se origina imediatamente a partir da prática. São, em geral, tradutores que escrevem sobre os problemas, as limitações e as mazelas de seu trabalho. O segundo período marcaria o início da reflexão teórica desenvolvida no contexto mais amplo das teorias da linguagem e do pensamento. As questões teóricas que envolvem o ato de traduzir passam a adquirir um caráter filosófico, embora continue o intercâmbio entre teoria e necessidade prática. Entre os representantes dessa tendência, Steiner inclui Schleiermacher, Schlegel, Humboldt, Goethe, Schopenhauer, Mathew Arnold, Paul Valéry,

* Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pelo CNPq (ref. 304543-89.6).

Ezra Pound, L.A. Richards, Benedetto Croce, Walter Benjamin e Ortega y Gasset. O ponto final desse período é marcado por Valéry Larbaud e seu *Sous l'invocation de Saint Jérôme*, de 1946.

A terceira fase, trazendo a modernidade à reflexão sobre tradução, chega, para Steiner, com os primeiros trabalhos sobre a máquina de traduzir, que começam a ser divulgados no final da década de 1940. É a época dos herdeiros do formalismo russo, que aplicam à tradução suas teorias lingüísticas. É a época, também, do importante *Word and Object*, de Quine, publicado em 1960. A lingüística estrutural e a teoria da informação passam a influir na discussão. Os tradutores profissionais começam a se organizar em associações e números especiais de periódicos sobre filosofia e linguagem são especialmente dedicados à tradução. Esse terceiro período passa a ter como movimento paralelo um quarto estágio, caracterizado por uma volta à hermenêutica e pelo "refinamento" da tradução enquanto questão filosófica. Mais do que nunca, a reflexão teórica sobre tradução constitui um ponto de contato entre várias disciplinas: a psicologia, a antropologia, a sociologia, a filosofia clássica, a literatura comparada, a etnografia, a sociolingüística, a retórica, a poética, a gramática e a emergente lingüística aplicada.

Entretanto, como observa Steiner, durante mais de dois milênios de "argumentação" e "recomendações" a tradutores, as crenças e as desavenças expressas sobre a natureza da tradução "têm sido praticamente as mesmas". Ronald Knox, por exemplo, reduz as questões teóricas da tradução a duas perguntas: 1) o que deve vir antes, a versão literal ou a versão literária? e 2) o tradutor é livre para expressar o sentido do original em qualquer estilo ou linguagem que lhe aprouver? (Apud Steiner, 1975: 239). Além disso, há uma outra questão que permeia a literatura sobre tradução e que ronda também, ainda que indiretamente, as duas perguntas sugeridas por Knox: não seria a tradução, afinal de contas, teoricamente impossível ou ilegítima? A outra face — mais visível e mais conhecida — dessa questão é o preconceito generalizado com que se considera qualquer tradução, olhada de soslaio até mesmo pelos profissionais da área. A tradição tem sido, portanto, inclemente em relação à atividade do tradutor, atribuindo-lhe, freqüentemente, um caráter de precariedade, de remendo, de "mal necessário", em oposição a um "original" sempre pleno e completo em si mesmo.

Em oposição a essa tradição logocêntrica — cujos pressupostos rebaixam, necessariamente, a tradução — pretendo argumentar que a

exigüidade de idéias que parece perseguir as reflexões sobre tradução não se deve a alguma dificuldade ou característica intrínseca e incapável da atividade do tradutor nem à incapacidade teórica daqueles que têm se dedicado ao seu estudo. O ponto nevralgico dessa questão não é a aparente dificuldade de se chegar a uma resolução razoavelmente aceitável das perguntas sintetizadas por Knox mas, sim, a própria matriz logocêntrica que produz essas perguntas e essas expectativas. E é também essa matriz que produz a noção da ilegitimidade ou da impossibilidade teórica da tradução e, conseqüentemente, a concepção da tradução como uma usurpadora ineficiente que, ao tomar o lugar do "original", dele apenas pode oferecer reflexos pálidos e oblíquos. Além do mais, a questão teórica da tradução se destaca exatamente porque, devido a suas características peculiares, escancara problemas e questões que outros usos da linguagem podem mascarar mais facilmente. Nesse sentido, a tradução pode nos servir como um instrumento desconstrutor de proposições acerca da linguagem há muito estabelecidas e raramente discutidas.

Começemos pelas duas perguntas a que Knox reduz a questão da tradução. Embora não seja difícil concordarmos com Steiner acerca da "oversimplification" que essas perguntas representam na medida em que pretendem reduzir toda a reflexão sobre tradução produzida em vinte séculos, elas realmente sintetizam as questões que infalivelmente freqüentam a grande maioria das discussões teóricas sobre tradução, quaisquer que sejam seus objetivos ou procedência. Sintetizando-as ainda mais, podemos dizer que, basicamente, o desafio que toda discussão sobre tradução se impõe é a resolução da questão da fidelidade ao chamado "original" e das relações que se podem estabelecer entre "original" e tradução. Entretanto, esse é um desafio que jamais será vencido dentro dos limites do logocentrismo que têm cerceado nossas reflexões acerca da linguagem, da realidade e do sujeito. Quando Steiner expressa sua frustração em relação ao reduzidíssimo "avanço" nas investigações sobre a atividade tradutória, expressa também, implicitamente, seu desejo e sua ilusão de que fosse possível encontrar-se, um dia, uma resposta definitiva, capaz de decifrar o enigma de uma vez por todas. Assim, para Steiner, representando, aliás, a postura típica da grande maioria dos que se dedicam ao cotejo de teorias de tradução, o "avanço" das investigações acerca da linguagem e dos mecanismos da atividade do tradutor deveria resolver, por exemplo, a questão da fidelidade e finalmente informar aos tradutores e demais

interessados qual atitude "fiel" seria mais aceitável de acordo com as conclusões autorizadas pelo conhecimento "científico".

A crença no "avanço" científico, na busca do algoritmo definitivo, supra-histórico e independente de qualquer sujeito, contexto ou ideologia é cara ao logocentrismo, à sua obsessão pelo lógico, pelo racional e à sua necessidade de rejeitar tudo o que seja subjetivo, contingente e dependente de contexto. Assim, torna possível que se pretenda resolver os pontos-chave da reflexão teórica sobre tradução com uma resposta que pudesse ser adequada a todos, e em qualquer circunstância. Para o sonho logocêntrico, Cícero, Lutero e Quine deveriam, um dia, curvar-se ao encontro dessa fórmula única que, com sua força e evidência, apagaria todas as indecisões, todos os pontos falhos e todas as dúvidas dos teóricos anteriores, como se todos esses teóricos apenas tivessem sido exploradores frustrados na busca da mágica resposta.

Essa crença se expressa na própria formulação das questões. As duas perguntas propostas por Knox partem de alguns pressupostos cuja pertinência ou possibilidade nunca são examinadas:

- 1) a noção de uma tradução "literal", próxima do "original", que não apresentaria nenhuma interferência do tradutor, em oposição à noção de uma tradução "literária", que revelaria a interferência da interpretação e do julgamento do tradutor;
- 2) a concepção de um texto "original", estável e imutável, depositário das intenções e dos significados (conscientes, apenas) de um autor, recuperáveis através da leitura, considerada, por sua vez, como um processo neutro, que pode e deve eliminar as interferências do leitor e de seu contexto sócio-cultural e histórico (para uma discussão mais ampla acerca dessas concepções de texto e tradução, ver Arrojo 1986);
- 3) a noção de significado como um objeto distinto do estilo em que aparece "acondicionado".

Um exame mais atento desses três pressupostos indica que a noção primeira em que se apoiam as questões de Knox é a possibilidade de uma distinção clara e absoluta entre sujeito e objeto ou, em outras palavras, a crença de que há objetos independentes dos sujeitos e da história ou, ainda, a crença numa verdade exterior ao desejo e ao olhar do homem.

É interessante notar que essa mesma tradição logocêntrica, que muitas vezes propõe o questionamento da possibilidade ou da legiti-

midade teórica da tradução, nunca pode questionar a legitimidade ou a possibilidade de suas próprias bases. Georges Mounin, por exemplo, como já observei em outro trabalho ("A pesquisa em teoria da tradução ou o que pode haver de novo no *front*", neste volume), chega ao extremo de cogitar a negação da própria evidência da tradução na tentativa de preservar a "ciência" da linguagem que defende:

A atividade de tradução suscita um problema teórico para a lingüística contemporânea: se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorreremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea. Até hoje, o exame desse escândalo tem sido sempre mais ou menos recusado (Mounin 1975: 19).

Para Mounin, a resolução do impasse produzido por esse "escândalo" poderia apresentar duas alternativas:

Talvez só se imaginasse uma alternativa: condenar a possibilidade teórica da atividade de tradução em nome da lingüística (relegando assim essa atividade para a zona das operações aproximativas não científicas em questão de linguagem); ou então questionar a validade das teorias lingüísticas em nome da atividade de tradução (p. 20).

Mesmo a aparente solução, a terceira alternativa conciliatória que Mounin se propõe a desenvolver em seu livro, não esconde a necessidade imperiosa de resguardar seus pressupostos:

não se pode negar, por um lado, a contribuição da lingüística funcional e estrutural; e, por outro lado, também não se pode negar o que fazem os tradutores. É preciso, portanto, examinar o que quer dizer, e o que diz realmente a lingüística quando afirma, por exemplo, que "os sistemas gramaticais são [...] impenetráveis entre si". Assim como examinar o que fazem exatamente os tradutores quando traduzem: examinar quando, como e por que a validade de suas traduções não é realmente discutida pela prática social quando — teoricamente — a lingüística tenderia a recusá-la (Idem).

Assim, para Mounin, não é a "ciência", no caso a lingüística, que deve rever seus pressupostos — no máximo, deverá ser lida mais atentamente — mas é a prática que precisa ser reavaliada. Aliás, Mounin nem admite a possibilidade de que as questões teóricas da tradução

possam ser esclarecidas fora dos domínios da lingüística; ainda que esta tenha se mostrado incapaz, por exemplo, como ele mesmo admite, de lidar com a questão do significado:

toda operação de tradução [...] comporta, basicamente, uma série de análises e de operações especificamente dependentes da lingüística e suscetíveis de serem mais e melhor esclarecidas pela ciência lingüística aplicada corretamente do que por qualquer empirismo artesanal. Poderemos dizer, se fizermos questão disto, que, tal como a medicina, a tradução é ainda uma arte — mas uma arte alicerçada numa ciência. Os problemas teóricos suscitados pela legitimidade ou ilegitimidade da operação de traduzir, e por sua possibilidade ou impossibilidade, só podem ser esclarecidos *em primeiro lugar* no quadro da ciência lingüística (p. 27, grifo do autor)¹.

No cerne dessa discussão localiza-se, obviamente, a questão do significado, cuja resolução o aparato “científico” da lingüística defendida por Mounin não consegue promover. Ao abordar a questão, Mounin deixa claro, citando Bloomfield, que o projeto de uma sistematização do significado dos “enunciados lingüísticos” — o que seria a resolução da questão em termos de uma lingüística de base logocêntrica — implicaria a possibilidade da obtenção de um “conhecimento científico e exato de todas as coisas do mundo do falante” (p. 37), o que é uma outra forma de defender a possibilidade de uma divisão rigorosa entre sujeito e objeto ou entre homem e verdade. O delírio logocêntrico de Mounin vai ainda mais além pois mesmo que a obtenção desse tipo de conhecimento fosse viável, ainda teríamos que resolver a questão básica da passagem do tempo. Ou seja, mesmo que pudéssemos obter um “conhecimento cientificamente exato de todas as coisas do mundo do falante”, teríamos ainda que poder isolar e imobilizar todas essas “coisas” para que permanecessem para sempre imutáveis e idênticas. Mounin, entretanto, não parece considerar essa questão como um obstáculo intransponível e não descarta sua viabilidade futura:

1. Outro pressuposto logocêntrico implícito na argumentação de Mounin é a possibilidade de uma distinção clara e não problemática entre teoria e prática. Mounin pressupõe, por exemplo, que a prática “empírica” e “artesanal”, sem o amparo da teorização proporcionada pela lingüística, não seria norteada por nenhum outro princípio ideológico, ainda que implícito ou inconsciente. Para uma discussão mais detalhada dessa questão, ver “A pesquisa em teoria da tradução...” (neste volume).

Com referência ao sentido dos enunciados lingüísticos assim definido [por Bloomfield], forçoso é reconhecer, igualmente que:

nosso conhecimento do mundo em que vivemos é tão imperfeito que raramente podemos explicar com exatidão a significação de um enunciado”, e que “por conseguinte, a determinação das significações (dos enunciados) acaba sendo o ponto fraco do estudo da linguagem, e assim permanecerá até que o conhecimento humano tenha avançado bem além do estado atual (p. 38).

Mounin crê, portanto, ecoando Bloomfield (1955, apud Mounin 1975: 38), que a “imperfeição” do “nosso conhecimento do mundo em que vivemos” possa, um dia, ser efetivamente “sanada” em moldes logocêntricos, ou seja, um dia, quando o “conhecimento humano” tiver “avançado” e a “ciência” da linguagem puder ser “forte”, os significados dos enunciados lingüísticos poderão também ser domados, previstos e sistematizados. Novamente, como no argumento que opõe a questão da “evidência” da prática tradutória à lingüística, Mounin crê, em primeiro lugar, numa ciência idealizada e em sua capacidade — ainda que futura — de controlar o processo de significação, o que implica também controlar a história, o tempo e o sujeito consciente e inconsciente. Em outras palavras, o que Mounin propõe, em última análise, é que a realidade e o homem se adaptem e se encaixem dentro dos limites de um “conhecimento” supostamente “humano”, cujas bases ou possibilidade em nenhum momento são examinadas. O universo logocêntrico implícito pela crença de Mounin é, finalmente, também um universo divino ou transcendental já que pretende deixar de lado o que, no fundo, constitui o eminentemente humano: o ideológico, o cultural, a perspectiva, o desejo (consciente e, principalmente, inconsciente), o finito, o mortal e tudo aquilo que resiste a qualquer pretensão de controle, sistematização ou pré-determinação.

A questão do significado, como as questões teóricas da tradução e como a questão mais abrangente de todo intercâmbio lingüístico, somente poderia ser resolvida em moldes logocêntricos se o sujeito e sua realidade fossem, também, centrados num racionalismo e numa lógica supra-humanos e imutáveis. Como a relação entre sujeito e realidade é necessariamente marcada pelas circunstâncias que constituem esse sujeito, essa realidade e essa relação, nosso destino humano é produzir conhecimentos inevitavelmente gerados a partir da interpretação, da perspectiva, da ideologia, do sócio-cultural e do subjetivo.

Assim, nada poderia ser mais ilusório e menos humano do que a crença na possibilidade de se encontrar uma resposta definitiva que explicasse, por exemplo, para todo o sempre, a questão das relações que se estabelecem entre um texto "original" e sua tradução. Aliás, nenhuma operação lingüística parece tão avessa a qualquer tentativa de sistematização como a tradução mais simples e despretensiosa.

Qualquer tradução, por mais simples e despretensiosa que seja, traz consigo as marcas de sua realização: o tempo, a história, as circunstâncias, os objetivos e a perspectiva de seu realizador. Qualquer tradução denuncia sua origem numa interpretação, ainda que seu realizador não a assuma como tal. Nenhuma tradução será, portanto, "neutra" ou "literal"; será, sempre e inescapavelmente, uma leitura. O fato de ser sempre e inevitavelmente uma leitura ou uma interpretação não constitui, entretanto, uma característica peculiar da atividade do tradutor; revela, sim, um traço essencial de toda e qualquer atividade lingüística e até mesmo de qualquer atividade humana. Toda tradução revela sua origem numa interpretação exatamente porque o texto de que parte, o chamado "original", somente vive através de uma leitura que será — sempre e necessariamente — também produto da perspectiva e das circunstâncias em que ocorre. Nesse sentido, quando se desmascara a pretensão de estabilidade e de transcendentalidade que sublinha a grande maioria das concepções de significado, a tradução deixa de ser um embaraço teórico e pode se tornar um ponto de partida para a reflexão mais ampla acerca de questões da linguagem, reflexão essa que nutre e estimula o trabalho dos teóricos da desconstrução (cf., por exemplo, Derrida 1985 e Johnson 1985).

Da mesma forma que desconstrói a noção logocêntrica de significado estável e recuperável, a tradução desconstrói também a noção logocêntrica do poético ou do estético enquanto categorias independentes de um leitor ou de uma leitura. Sempre que a tradução de um poema, por exemplo, for utilizada e aceita por um grupo qualquer, estará em jogo também, para esse mesmo grupo, a própria concepção do que seja um poema ou do que constitui o poético nesse poema.

Finalmente, voltando à nossa problemática inicial acerca da aparente exigüidade de idéias e soluções que a tradição ocidental conseguiu produzir em vinte séculos de reflexões sobre a questão, parece claro que a dificuldade básica não é a inadequação ou a incipiência das respostas a que os teóricos têm chegado mas, sim, a impossibilidade das perguntas que têm proposto. Assim, ao invés dos quatro

períodos em que Steiner divide a literatura sobre tradução, podemos entrever, na verdade, apenas duas tendências: uma, dominante, embasada numa tradição milenar e que insiste em tentar responder às mesmas perguntas irrespondíveis, e outra que não pretende abolir o humano, o contextual, o histórico, o local e o relativo e que, exatamente por isso, pode pretender reformular as perguntas e as respostas que realmente interessam à tradução e aos tradutores.

BIBLIOGRAFIA

- ARROJO, R. (1986). *Oficina de Tradução: A Teoria na Prática*. São Paulo: Ed. Ática.
- DERRIDA, J. (1985). "Des Tours de Babel". In GRAHAM 1985.
- GRAHAM, J.F. (org.) (1985). *Difference in Translation*. Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- JOHNSON, B. (1985). "Taking Fidelity Philosophically". In GRAHAM 1985.
- MOUNIN, G. (1975). *Os Problemas Teóricos da Tradução*, São Paulo: Ed. Cultrix Ltda.
- STEINER, G. (1975). *After Babel — Aspects of Language and Translation*. Londres: Oxford e Nova York: Oxford University Press.

DESCONSTRUINDO O DISCURSO DE DIVULGAÇÃO: AS QUESTÕES DO SIGNIFICADO E DA AUTORIA

Maria José Coracini

Para discutir as questões do significado e da autoria no discurso de divulgação científica, gostaria de propor que se tomassem como ponto de partida alguns trechos da apresentação do número 53 da revista *Langue Française* aos "textos que pretendem difundir pesquisas e teorias em geral", chamados em francês de "*textes de vulgarisation*". Os trechos que se seguem são da autoria de Mortureux e parecem reproduzir um estado de verdades tradicionalmente aceitas pela comunidade dos lingüistas:

vê-se [nos vários tipos de divulgação] a re-enunciação de discursos-origem, elaborados por e para 'especialistas', em discursos destinados ao grande público.

Eles ofereceriam, portanto, paráfrases, em geral condensadas, e estas teriam por função eliminar (ou contornar?) o obstáculo que supostamente apresenta ao "grande público", curioso por novidades produzidas pelos pesquisadores, a existência de metalinguagens e terminologias (científicas, técnicas, políticas...) que funcionam nos discursos-origem. O que supõe em funcionamento, na divulgação, uma atividade metalingüística, particularmente aplicada ao tratamento dessas metalinguagens e terminologias, e, ao mesmo tempo, produtora de efeitos variados.

[...] Para os lingüistas, a existência e o funcionamento dos discursos de divulgação remetem à problemática da paráfrase e da tradução que põem em jogo, de forma crucial, a metalinguagem (no sentido de atividade metalingüística) (op. cit.: 03-04).

Por esse texto percebe-se bem como a lingüística perpetua um raciocínio logocentrista que remonta a Platão (conforme lembra Derrida nas suas múltiplas desconstruções), que se expressa numa série de dicotomias imbricadas entre si, dentre as quais: ciência/divulgação, enunciação/re-enunciação, discurso de origem/discurso-segundo, especialistas (cientistas)/grande público, atividade (lingüística)/metalingüística que, por sua vez, agiriam sobre as metalinguagens e terminologias ditas científicas, perpetuadas pelo conceito de "*vulgarisation*" como "tradução" e paráfrase.

A definição de divulgação como discurso-segundo, derivado, pressupõe evidentemente um discurso-primeiro, origem, fonte daquele, o que, de um lado, traz a ilusão do conceito de originalidade, simplificando, assim, o conceito de autoria que retomaremos mais adiante; de outro, carrega consigo o conceito de hierarquia: em nossa cultura, é consensualmente mais importante o termo primitivo, aquele que dá origem e, portanto, explica o segundo que, desse modo, se subordina ao primeiro, como o filho à mãe que o gerou. Observe-se que os termos "*vulgarisation*" e divulgação contêm ambos o vocábulo *vulgo* — que significa "o povo, a plebe; adv. na língua vulgar" (cf. Aurélio), popular, comum — carregam em si a idéia de desprestígio, secundariedade, com relação a "científico", que traria, por oposição, a idéia de primariedade, prestígio, aplicada à ciência que, por sua vez, detém os pré-conceitos de sabedoria, conhecimento...

Continuando a percorrer a pirâmide construída pelo raciocínio dicotômico, surge atrelada à anterior a categoria de *leitor* e, conseqüentemente, embora de forma velada, a de *autor*, à qual voltaremos mais adiante. De um lado, temos os especialistas (cientistas) capazes de "compreender" o texto original, detentores, junto com o autor (afinal, pertencem à mesma comunidade), das "metalinguagens e terminologias específicas" (cf. Mortureux, texto citado), capacidade essa que os torna diferentes, e lhes dá poder; de outro, o grande público que, embora "curioso por novidades produzidas pelos pesquisadores", é visto como sendo incapaz de ter acesso direto à informação científica, sem que esta seja veiculada ("traduzida") numa linguagem simplificada, popular. Sabe-se que, além da linguagem, passa pelo filtro do divulgador (hoje não raro o próprio cientista, o profissional da ciência normal ou o redator de jornal ou revista) a própria informação — teoria ou pesquisa: só se divulga o que *se crê a priori* compreensível e de interesse público; nos jornais e revistas menos especializadas são

os resultados das pesquisas com repercussão social importante que são priorizados.

Ao cientista — leitor ou autor — é dado o privilégio do pensamento e do conhecimento; ao grande público, as trevas da ignorância; àquele, a áurea libertadora do intelecto, as asas da abstração, da razão, o acesso ao logos; a este, a escravidão do concreto, as amarras da intuição, da sensibilidade, da subjetividade, do terror e da insegurança diante do inacessível, do desconhecido; àquele, a missão divina de buscar a verdade; a este, a expectativa mística e passiva dessa verdade. A ambos, a ilusão mítica da ciência, da verdade, do logos, da essência, capaz de lhes dar a segurança necessária à própria existência, dormindo no esquecimento de que a ciência nada mais é do que uma poderosa construção humana. A esse respeito Nietzsche (1873) se pronuncia:

Há épocas em que o homem racional e o homem intuitivo ficam lado a lado, um com medo da intuição, o outro escarnecendo da abstração: este último é tão irracional quanto o primeiro é inartístico. Ambos desejam ter domínio sobre a vida: este sabendo, através de cuidado prévio, prudência, regularidade, enfrentar as principais necessidades, aquele, como "herói eufórico", não vendo aquelas necessidades e tomando somente a vida disfarçada em aparência e em beleza como real (op. cit.: 38).

Por fim, postular *a priori* diferenças de competência entre os dois blocos de leitores — especialistas, de um lado, e leigos, do outro — significa defender como verdade inquestionável a inacessibilidade da ciência por alguns, mantendo-a como privilégio de uma minoria detentora do conhecimento e, portanto, do poder.

Assim, retomando a idéia de que o grande público só teria acesso ao texto derivado e que este funcionaria como "re-enunciação" parafrástica, coloca-se a questão do significado. Falar de paráfrase significa postular a possibilidade de alteração da forma sem mudança de significado: o texto segundo (divulgação) seria a reformulação, a tradução do texto original portador de um significado único. Este permanece, então, no texto, resguardado por uma linguagem literal, objetiva. A forma (significante) é concedido o poder mágico de transformar informações inacessíveis em compreensíveis para o público em geral. Tal transformação seria evidentemente "autorizada" pelo texto de origem.

Na mesma direção aponta a concepção de uma atividade metalingüística atribuída à divulgação, atividade essa que explicitaria, numa

roupagem popular, o significado das metalinguagens técnicas e científicas, na pressuposição, ainda uma vez, de que existiria uma linguagem primeira sobre a qual outras poderiam se expressar. Não é à toa que, em nenhum momento, os trechos transcritos no início deste artigo fazem referência ao sujeito enunciador. É a primazia do texto sobre o sujeito, do significado — imutável, inalterável, único — sobre o significante.

Nessa defesa do texto, enquanto objeto, unidade de sentido que não abre espaço para as diferentes leituras, como se coloca a questão da autoria? Afinal, não se diz comumente que ler é buscar no texto as idéias do autor, o sentido que o autor quis lhe dar? Mas quem é o autor do texto científico e da divulgação?

Começemos por responder à última pergunta: de forma simplista, poder-se-ia dizer que o autor do texto científico é o próprio pesquisador, a quem se atribui uma experiência ou a formulação de uma teoria (paradigma); o autor do texto de divulgação seria, então, o redator do jornal ou revista. De forma ainda mais genérica, poder-se-ia dizer que o autor equivale àquele a quem se atribui a responsabilidade da obra ou do texto. Mas o que vem a ser obra ou texto do autor? Da mesma forma que Foucault (1969) questiona o conceito de obra — equivaleria ela a todos os textos que alguém escreve? Mas por que, então, não se incluem aí os rascunhos, as anotações...? — poder-se-ia questionar o conceito de texto, que se constitui, afinal, de uma infinidade de outros textos (e, portanto, de outros sujeitos) — opiniões, conceitos, pesquisas anteriores, obras lidas, experiências alheias... Ao pesquisador poder-se-ia de fato imputar a originalidade da pesquisa? Afinal, se concordarmos com Khun, é ao trabalho incessante da ciência normal que se devem as chamadas revoluções científicas e as mudanças nos e dos paradigmas e, não, ao surgimento de gênios que, por inspiração divina, des-cobririam, des-vendariam mistérios do universo...

O que dizer, então, da divulgação científica? Seria possível imputar ao redator a responsabilidade pela experiência científica, ou a ele caberia apenas a escolha das informações (e não o próprio conteúdo) e a "transcrição" em linguagem jornalística, que ele julga acessível ao público a que se destina, do conteúdo científico, sem alterações na sua "essência"? A última alternativa é a mais consensual e, ao mesmo tempo, a mais ingênua, pois, dentre outras coisas, postula a existência isolada do significante e do significado. E ainda, por que razão os textos jornalísticos sobre a ciência abundariam de transcrições entre aspas da fala do pesquisador ou de uma "autoridade" no assunto, não

fosse na tentativa ilusória de dirimir a responsabilidade do redator e atribuir a outrem (ao pesquisador) o sentido que enuncia?

Sabe-se por quantas disputas é responsável, na ciência, o conceito de autoria que, afinal, concede privilégios e poderes àquele que é reconhecido como autor. Tal constatação parece vir ao encontro do pensamento de Foucault (1969) que considera que mesmo a teoria do significado que postula a morte do autor, o seu apagamento em proveito do texto, perpetua sua figura como ser transcendental (à imagem de Deus que, embora invisível, persiste eternamente na sua obra de criação). A atitude de uma certa corrente lingüística em buscar no texto as marcas da enunciação (embora se distinga autor de enunciador) pressupõe a crença na existência de um sujeito consciente, fonte do sentido, e na transparência da linguagem, através da qual se perpetuam obra e autor.

Se partirmos do princípio de que o autor é aquele que "cria pela primeira vez" e de que o texto científico permanece como o texto primeiro, objetivo, gerador de outros textos a partir de uma atividade metalingüística, teremos de aceitar como verdade dada *a priori* a unicidade do sentido ou a existência de um leitor a quem é dada autoridade suficiente, plena e transcendental, que o torna capaz de filtrar e fixar o sentido do texto primeiro na sua transposição para uma linguagem simplificada. Mas poderíamos ainda nos iludir quanto à permanência do texto como objeto imutável, capaz de transparecer também a aparente objetividade da ciência, sem cairmos nas ciladas do logocentrismo, que, em nome da razão, anula as diferenças e reduz tudo e todos a uma classificação dicotômica homogeneizante? Reprimir ou suprimir as diferenças, a heterogeneidade que constitui sujeito e texto, significa, em última instância, postular a morte do sujeito, a morte da leitura e a permanência do logos, da racionalidade, da verdade absoluta, ao alcance de uma minoria privilegiada.

O que Derrida defende, e que serve bem à compreensão do discurso que nos interessa de perto neste trabalho, é a subversão do pensamento dicotômico que determina e aprisiona *a priori* cada noção nos limites de uma interioridade que a separa de sua exterioridade:

O sistema da escritura em geral não é exterior ao sistema da língua em geral, a não ser que se admita que a divisão entre o exterior do interior, passe no interior do interior ou no exterior do exterior, chegando à imanência da língua a ser essencialmente exposta à intervenção de forças aparentemente estranhas a seu sistema (Derrida, 1967b: 18).

O que Mortureux afirma sobre a divulgação pressupõe, portanto, uma teoria do significado segundo a qual o sentido estaria, de forma imanente e transcendental, nos limites do lingüístico, esquecendo-se de que o significado se constitui do significante, e este, daquele, assim como a língua se constitui da fala e esta, daquela, tal como se dá "a aliança da fala e do ser numa palavra única, no nome próprio" (Derrida, 1967: 29).

Acreditamos que o que diz Derrida (op. cit.) sobre a escritura, relegada a segundo plano com relação à fala, sintetiza bem o que dissemos da divulgação com relação à ciência:

postas de lado toda a fé ou segurança teológica, a experiência de *secundariedade* não resultará desse redobramento estranho pelo qual o sentido constituído — escrito — se dá como lido, prévia ou simultaneamente, em que o outro lá está a vigiar e a tornar irredutível a ida e a volta, o trabalho entre a escritura e a leitura? O sentido não está nem antes nem depois do ato. O que denominamos Deus, que afeta de secundariedade toda a navegação humana, não será esta passagem: a reciprocidade diferida entre a leitura e a escritura? Testemunha absoluta, terceiro como diafaneidade do sentido no diálogo em que o que se começa a escrever é já lido, o que se começa a dizer é já resposta. Ao mesmo tempo criatura e Pai do Logos. Circulariedade e tradicionalidade do Logos. Estranho labor de conversão e de aventura no qual a graça só pode estar ausente (op. cit.: 25).

BIBLIOGRAFIA

- DERRIDA, J. (1967). *L'Écriture et la Différence*. Trad. Bras.: *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Edit. Perspectiva, 1971.
- . (1967b). *De la Grammatologie*. Trad. Bras.: *Gramatologia*. Edit. USP/Perspectiva, 1973.
- FOUCAULT, M. (1969). "Qu'est-ce qu'un Auteur?". In *Littoral*, n.º 9, Paris: Editions Eres, 1983.
- MORTUREUX, M.F. (1982). "Introduction". In *Langue Française*, 53, Paris: Larousse.
- NIETZSCHE, F.W. (1873). "Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral". In *Obras Incompletas/Friedrich Nietzsche*; seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho — 4.ª edição. São Paulo: Nova Cultura, 1987. (Os Pensadores).

O ENSINO DA LEITURA E A ESCAMOTEAÇÃO DA IDEOLOGIA

Rosemary Arrojo

Kanavillil Rajagopalan

Os fatos passados obedecem à gente; os em vir, também. Só o poder do presente é que é furiável? Não. Esse obedece igual — e é o que é... Então, onde é que está a verdadeira lâmpada de Deus, a lisa e real verdade?

Grande Sertão: Veredas
João Guimarães Rosa

Em poucas palavras Guimarães Rosa sintetiza a questão fundamental que, explícita ou implicitamente, orienta qualquer teoria de leitura: onde localizar a origem dos significados, "a lisa e real verdade"? De um lado, segundo a perspectiva de Riobaldo, narrador do *Grande Sertão*, essa origem somente poderia se alojar no próprio homem, produtor de todos os significados, a quem todos os "fatos" — passados, presentes e futuros — necessariamente "obedecem" e se amoldam. Segundo a outra perspectiva, o significado absolutamente correto e neutro, "a verdadeira lâmpada de Deus", estaria fora do homem, fora do alcance de seu desejo, de seu contexto e de sua perspectiva.

A reflexão acerca dessas duas concepções da relação que o homem pode estabelecer com a realidade — que constitui, aliás, a grande preocupação implícita de toda a filosofia e de todo o conhecimento — é particularmente importante para as teorias de leitura que pretendem normatizar ou influenciar o ensino e a formação de leitores. Nosso principal objetivo neste trabalho é exatamente propor uma breve reflexão sobre algumas das implicações dessas teorias para o ensino da leitura. Que papéis reservam essas teorias para o leitor e para sua história? A quem — ou a quê — essas teorias atribuem o direito de julgar a qualidade ou a propriedade de uma leitura?

A primeira concepção a que nos referimos, que pressupõe a impossibilidade de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto, leva às últimas conseqüências a conclusão saussuriana acerca da arbitrariedade e da convencionalidade do signo lingüístico e aceita os

limites da condição humana: a história, a geografia, o passar do tempo, a mortalidade, o homem dividido entre as pressões de sua subjetividade e de sua necessidade de viver em comunidades. Em termos mais concretos, aceita que qualquer relação entre sujeito e objeto seja inevitavelmente mediada por uma interpretação; produto, por sua vez, das circunstâncias — históricas, geográficas, psicológicas, sociais, institucionais — que constituem esse sujeito. Os significados seriam, assim, inevitavelmente atribuídos, impostos aos objetos e não descobertos neles ou a partir deles. Conseqüentemente, toda leitura envolveria uma produção — e não uma descoberta — de significados, criados a partir das circunstâncias que constituem o leitor e a situação da leitura. Em poucas palavras, o significado não se esconde nem se embute no texto à espera de que um leitor o decifre, compreenda ou resgate; o significado é produzido pelo leitor a partir de suas circunstâncias e das convenções que organizam e delimitam suas instituições, inclusive a linguagem. Nesse sentido, nenhuma leitura poderia ser considerada absolutamente correta ou incorreta, absolutamente aceitável ou inaceitável. Uma determinada leitura pode ser considerada correta ou aceitável apenas dentro de uma determinada situação ou perspectiva e esse julgamento seria necessariamente diferente em outra situação e a partir de outra perspectiva.

A concepção oposta, que Jacques Derrida chamaria de “logocêntrica”, pressupõe a possibilidade de significados independentes do sujeito, da história e das circunstâncias da leitura. Segundo essa visão, ler seria, conseqüentemente, descobrir e resgatar significados estáveis, “presentes” no texto, e essa leitura poderia ser considerada correta ou incorreta, aceitável ou inaceitável, independentemente da perspectiva de quem a julga. Pressupõe, portanto, a possibilidade da neutralidade e da ausência de perspectiva como marca da relação leitor texto; pressupõe, em outras palavras, a possibilidade de que um leitor, no exato momento da leitura, pudesse se esquecer de tudo que o constitui como sujeito: seu inconsciente, sua história, sua cultura, sua ideologia.

E é exatamente essa concepção supra-humana e supra-histórica que serve de embasamento à tradição teórica que tem se dedicado ao estudo da leitura entre nós. Mesmo as teorias de leitura propostas mais recentemente — que às vezes substituem a metáfora da extração de significados pela imagem da interação leitor texto — não abrem mão de sua matriz logocêntrica e projetam para fora do sujeito a origem do significado. São, portanto, obrigadas a defender a possibi-

lidade de um sentido literal — um sentido do e no texto — anterior à interpretação e imune às diferenças de contexto e perspectiva. Conseqüentemente, são também obrigadas a defender uma divisão do processo de leitura em pelo menos duas etapas. A primeira seria a “compreensão”, a apreensão daquilo que o texto, ou seu autor, *realmente* diz, daquilo que “comprovadamente” *está* no texto e que deveria permanecer o mesmo para todo o sempre e em qualquer lugar ou circunstância. A interpretação, permissão finalmente outorgada ao leitor para que se reflita no texto e se envolva com a leitura, relacionando-a a seu contexto e à sua história, seria apenas viável depois de que venesse a primeira etapa.

As implicações dessas reflexões para o ensino da leitura são várias. O postulado logocêntrico de que o significado se localiza na letra, fora do homem e de seu contexto, condiciona a postura e a conduta do professor perante seus alunos. Ao pressupor que o significado seja imposto pela natureza do texto e ao apontar, em sua prática pedagógica, marcas textuais como a origem verificável de toda significação, o professor não apenas escamoteia a autoridade que lhe permite estabelecer, em sua sala de aula, os significados corretos e aceitáveis, como também “ensina” a seus alunos a se ignorarem enquanto sujeitos e a ignorarem sua vinculação ao contexto e à comunidade sócio-cultural a que pertencem.

O professor que não se percebe enquanto sujeito ideológico, produtor de significados, e que inadvertidamente transfere para o texto a autoridade que na realidade exerce sobre seus alunos presta um desserviço à educação. Ainda que adote uma pedagogia aparentemente “renovada”, supostamente menos autoritária e centrada no aluno, que pretenda enfatizar a formação ao invés da mera transmissão de informação, esse professor estará, sem o saber, apenas desempenhando o papel de guardião e de divulgador dos significados que aprendeu a aceitar como intrinsecamente “corretos” e “verdadeiros”. Esse professor ignora, portanto, sua condição de peça fundamental do jogo ideológico que, aliás, tem como objetivo principal sua própria manutenção. Ao escamotear a origem ideológica de todo e qualquer processo de significação, o professor serve principalmente — e às cegas — à ideologia de que é produto já que todo jogo ideológico, para ser mais eficaz, deve exatamente escamotear seu caráter de “jogo” e apresentar-se como “verdade” independente e comprovável. Ao tentar ofuscar o interesse ideológico que determina a leitura que elege como “ade-

quada" ou "correta", o professor se insere numa tradição pedagógica que sempre teve como base a escamoteação de seus próprios interesses.

Essa pedagogia logocêntrica, que cultua a autoridade do professor enquanto valor intrínseco e não como valor instituído e institucional, atribui ao professor um papel semelhante ao do sacerdote que acredita revelar a seus fiéis a palavra divina — "a verdadeira lâmpada de Deus" — inscrita no livro sagrado, e que precisa ignorar, sob pena de perder o papel que desempenha, a origem dessa "verdade" numa interpretação inescapavelmente "humana", alimentada a partir de um determinado contexto e a serviço de determinados interesses. Também como um sacerdote, esse professor precisa ignorar que os significados que "encontra" nos textos que lê lhe foram incutidos pelos valores que sua formação o obriga a reverenciar e a propagar.

Em oposição a esse breve retrato que esboçamos da pedagogia logocêntrica, nutrida a partir da crença numa verdade exterior ao desejo e às circunstâncias do sujeito, o que podemos propor nos estreitos limites deste trabalho se concentra numa palavra-chave: conscientização. Para que a educação se transforme num processo verdadeiramente formador e que seja verdadeiramente centrada no aluno e em seus interesses, é fundamental, em primeiro lugar, que o professor se conscientize em relação à ideologia que, implícita ou explicitamente, define suas escolhas, seus critérios e seu julgamento. Além disso, deverá se conscientizar em relação ao poder de árbitro do significado que a escola lhe outorga. Afinal, no âmbito de sua sala de aula, cabe ao professor determinar quais significados e qual perspectiva serão aceitos para a realização de qualquer leitura.

Dependerá dessa conscientização — refletida em sua prática pedagógica — a conscientização de seus alunos em relação aos papéis que desempenham, e que poderão vir a desempenhar, tanto na instituição como na comunidade de que fazem parte. Também dependerá da conscientização e, conseqüentemente, da postura do professor a possibilidade de que seus alunos retirem de sua formação aquela que talvez seja a mais importante de todas as lições: a noção de que esses papéis, essa instituição e essa comunidade, como os textos que lêem, são "significados" necessariamente produzidos pelo homem, a partir de interesses e motivações igualmente humanos e que, portanto, poderão apenas ser mudados pelo próprio homem.

Resumindo, se não podemos encontrar nenhum significado desatrelado de um interesse ideológico e de uma perspectiva, e se é a

partir desses significados ideologicamente marcados que produzimos não apenas a leitura de qualquer texto mas também as formas e as características de qualquer instituição; ou seja, se, em última análise, cabe ao homem esse poder de criar significados e instituições, é, no mínimo, justo que esse jogo seja apresentado como tal.

A CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO EM TEORIAS DE LEITURA E A PERSPECTIVA DECONSTRUTIVISTA *

Marisa Grigoletto

A proposta deconstrutivista de que não há realidade que não seja aquela criada no interior da linguagem e que, conseqüentemente, não há um significado único, anterior à interpretação, a ser alcançado caso se conseguisse ultrapassar a barreira da linguagem (em Derrida, 1967) aponta para a rediscussão de muitas questões a partir desse enfoque. Pretendo, neste texto, discutir uma dessas questões: as teorizações sobre leitura ou, mais amplamente, sobre significação.

Que implicações são colocadas para uma teoria de leitura quando se considera que não existe nada fora da linguagem e que, portanto, o texto não tem sentido anterior à interpretação e fora dela? Qual o papel do indivíduo produtor de linguagem e qual o conceito de texto? Como se dá a produção de significado? Como se podem analisar os diversos modelos de leitura sob essa perspectiva?

Esse texto é uma tentativa de responder a essas perguntas, partindo de considerações sobre o lugar do significado e a constituição do sentido nos modelos psicolinguísticos, psicológicos e sociais de leitura.

As teorias psicolinguísticas de leitura evoluíram, pode-se dizer, ao abandonar o pressuposto de que o significado está no texto, nos primeiros modelos — o modelo estruturalista de Gough (1972) e o modelo de análise pela síntese de Goodman (1967) — para uma concepção de que o sentido se constrói através da interação entre o leitor, o texto e o autor (modelos denominados construtivistas de Smith

* Agradeço a Maria José Coracini pela leitura deste texto.

(1978), de Spiro (1980) e de Adams e Collins (1979) e o modelo reconstrutor de Levy (1979)).

O segundo conjunto de modelos faz uma crítica aos anteriores no sentido de que o significado não estaria já dado no texto e, portanto, pode-se concluir, não seria estável, mas sim. construído no ato da leitura, na interrelação leitor-texto-autor, a partir de um "esqueleto" ou de "pistas" que o texto provê.

Entretanto, essa postura apresenta contradições que, à primeira vista, estão camufladas atrás de uma perspectiva interacionista da compreensão. Vejamos, a título de exemplo, alguns trechos do texto de Spiro (op. cit.), que comentarei a seguir:

Meaning does not reside in words, sentences, paragraphs, or even entire passages considered in isolation. It will be argued that if connected discourse is analyzed at each of those levels taken out of context, the result is an incomplete understanding of that level's meaning in use. What language provides is a skeleton, a blueprint for the creation of meaning (p. 245).

Again, the "meaning in the text" fallacy seems to be operating (p. 255).

Given that the meaning of discourse goes beyond the explicit language with which it is expressed, where does the rest of what is understood come from? (p. 251).

What is understood and stored frequently includes not only what is directly stated, but also what seems to follow from that information (p. 254).

It was recognized fairly early that what is comprehended is something other than the literal content of prose (p. 247).

De um lado, nos dois primeiros trechos citados, o autor afirma que o sentido não está no texto, mas vai ser criado no ato da leitura. Logo, não poderia haver um significado pré-existente, que seria literal, à ação do leitor sobre o texto. Por outro lado, as outras três passagens citadas revelam que existe um significado explícito na linguagem, algo que é diretamente afirmado, e um conteúdo literal. Ora, se o significado não se encontra fixo no texto, como é possível falar em literalidade e significado explícito? Aquilo que é literal (supondo-se a crença no literal) é imutável e, portanto, anterior à interpretação.

Deve-se concluir que, para esses modelos, o significado é construído ou reconstruído, mas a partir de uma base explícita e literal

já dada, sem a qual não seria possível explicar as semelhanças de interpretação, uma vez que o conceito de leitor tem um valor subjetivo e individualizado.

Paralelamente, em Teoria Literária, conforme a análise proposta por Mailloux (1982), o mesmo problema do subjetivismo se apresenta nos modelos por ele defendidos como modelos psicológicos de leitura. Esses explicam a interpretação ou como uma transação entre o leitor e o texto na qual cada leitor cria significado com base em seu próprio tema de identidade ("identity theme") ou como uma absoluta primazia da subjetividade dada pela prioridade do indivíduo como criador de textos.

Como podem esses modelos, então, explicar semelhanças de interpretação? Semelhanças só podem deixar de ser fruto do acaso se houver uma base comum no próprio texto, independente da experiência subjetiva de cada leitor.

Estabelece-se nesses modelos psicológicos e psicolinguísticos de leitura um paradoxo: ao postularem a primazia do leitor individualizado como construtor, reconstrutor ou negociador de sentido, são obrigados, ao mesmo tempo, a pressupor um sentido literal pré-existente no texto para darem conta das semelhanças de interpretação.

Como é possível, então, explicar interpretações semelhantes sem que se instaure um paradoxo? Através de convenções institucionalizadas. Se o significado é construído durante o processo da leitura, e se não há significado anterior à interpretação, a limitação de sentidos e, portanto, as semelhanças, são determinadas pela convencionalização de sentidos possíveis em diferentes períodos, culturas ou, no dizer de Fish (1980), "comunidades interpretativas", numa restrição imposta pelas instituições. Estas detêm o poder como reguladoras do dizer e dos significados permitidos, de forma que os limites de cada instituição são os limites da significação. O postulado de que a ordem do discurso é estabelecida institucionalmente está muito bem formulado em Foucault (1971).

A constituição do sentido é, pois, social. A força redutora e convergente das instituições, que restringe a polissemia de sentidos, regula as condições de produção da leitura e, conseqüentemente, a significação.

Alguns modelos sociais de leitura no campo da Teoria Literária — Culler, Fish e Mailloux (Mailloux, 1982) — concebem a produção de significado com base nas premissas expostas acima. Deixando de lado algumas diferenças que não apresentam maiores conseqüências

para a presente análise, constata-se uma postura bastante semelhante entre eles. Culler afirma que são as convenções de leituras partilhadas que limitam as interpretações aceitáveis. Fish postula que estratégias de leitura partilhadas por uma comunidade dão conta de explicar interpretações semelhantes. E Mailloux adota o conceito de convenções interpretativas, que são maneiras partilhadas de fazer sentido da realidade, para explicar a produção e aceitação de interpretações.

Na área da Linguística, a Análise do Discurso de linha francesa, ao adotar uma perspectiva sócio-histórica, dá conta das semelhanças de significação: não há uma base literal e imutável no texto, mas cada discurso (incluindo-se em produção de discurso a leitura) está necessariamente inserido em uma determinada formação discursiva e ideológica que regula a produção de significados.

Mas se quisermos levar a proposta desconstrutivista até o fim, a proposta de que todo texto contém dentro de si a possibilidade de sua desconstrução e de que toda realidade é texto, há que se fazer uma ressalva também a esses modelos. Eles também acabam inevitavelmente por construir um edifício de conceitos, a partir do qual constroem suas interpretações, esquecendo-se de que a própria conjuntura teórica que engendra seu discurso e permite determinadas significações é também criação da linguagem; em outras palavras, os conceitos que o modelo adota para explicar a interpretação são, eles mesmos, interpretação construída no interior da linguagem. Novamente, não há nada fora da linguagem e que não seja inventado por ela.

Então não há saída? Não, em se tratando de uma teorização logocêntrica de leitura, que postula uma verdade original, obrigatoriamente anterior ao texto. Ou, em outras palavras, se a teoria for vista como exterior a uma prática discursiva, adquirindo, portanto, o caráter de verdade. E, por outro lado, sim, se houver consciência de que não há exterioridade possível ao texto, de que toda teorização é necessariamente formulada dentro de uma prática discursiva que não é senão interpretação e "invenção" social de uma realidade.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, M.J. e A. Collins (1979). "A schema-theoretic view of reading". In R.O. Freedle (org.) *Advances in Discourse Processes*, vol. II, *New Directions in Discourse Processing*, Norwood: ALEX.

- DERRIDA, Jacques (1967). *L'Écriture et la Différence*. Paris: Éditions du Seuil.
- FISH, Stanley F. (1980). *Is There a Text in This Class?* Cambridge: Harvard University Press.
- FOUCAULT, Michel (1971). *L'Ordre du Discours*. Paris: Éditions Gallimard.
- GOODMAN, Kenneth (1967). "Reading: a psycholinguistic guessing game". In *Journal of the Reading Specialist*, 6, pp. 126-35.
- GOUGH, P.B. (1972). "One second of reading". In J.F. Kavanagh e I.G. Mattingly (orgs.) *Language by Ear and by Eye*. Cambridge: MIT Press.
- LEVY, D.M. (1979). "Communicative goals and strategies: between discourse and production". In *Psychological Review*, 5, (85): pp. 363-94.
- MAILLOUX, Steven (1982). *Interpretive Conventions: the Reader in the Study of American Fiction*. Ithaca: Cornell University Press.
- SMITH, Frank (1978). *Reading*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SPIRO, R.J. (1980). "Constructive processes in prose comprehension and recall". In R. Spiro, B. Bruce e W. Brewer (orgs.) *Theoretical Issues in Reading Comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

O ENSINO DA TRADUÇÃO E SEUS LIMITES: POR UMA ABORDAGEM MENOS ILUSÓRIA

Rosemary Arrojo

Há alguns meses, depois de uma aula de Prática de Tradução no Programa de Bacharelado em Inglês (modalidade Tradução) da PUC-SP, uma das alunas me entregou uma lista manuscrita de palavras e expressões inglesas. Explicou-me que essas palavras e expressões haviam sido extraídas de um manual de computação que aceitara traduzir e que, depois de consultar vários dicionários bilíngües, alguns deles técnicos, resolvera vir até mim em busca dos significados que tanto ela como os dicionários consultados desconheciam. Quando lhe perguntei, entre irritada e perplexa, porque julgava que eu pudesse lhe oferecer aquilo que até mesmo os dicionários lhe negavam, a aluna, também entre irritada e perplexa, me respondeu que, como responsável por vários cursos de prática de tradução e como especialista da área, eu tinha o dever de conhecer a tradução para o português das palavras e expressões mencionadas.

As conseqüências da postura teórica implícita na atitude e nas expectativas de minha aluna para a formação profissional de tradutores são o objeto primeiro deste trabalho. Tentarei mostrar como sua postura — que pode parecer absurda e extremada para a maioria dos leitores — não é, de forma alguma, idiossincrática mas, sim, absolutamente coerente com a visão logocêntrica que nossa tradição tem da atividade do tradutor e que, conseqüentemente, se impõe, quer de forma implícita ou explícita, ao processo de formação de profissionais da área. Indiretamente, o que estarei explorando aqui é a base do conflito que por alguns minutos eu e minha aluna trouxemos à

tona: um conflito entre duas visões opostas sobre o que pode e deve fazer um professor encarregado da formação profissional de tradutores, o que é uma outra forma de definir o conflito entre duas perspectivas teóricas sobre o que ocorre — ou o que deve ocorrer — quando se traduz um texto.

A expectativa de minha aluna foi claramente explicitada: o tradutor profissional — nesse caso, representado pelo professor de prática de tradução — deve ser capaz de realizar qualquer tradução, em qualquer contexto e em qualquer circunstância, desde que envolva as línguas que declara dominar, ainda que essa tradução seja de uma lista de palavras e expressões separadas de seu texto de origem. Acima de tudo, o que essa expectativa sugere é a onipotência que minha aluna, escutada por uma opressiva tradição logocêntrica, associa à profissão para a qual se prepara. Como observa Jacques Derrida, o ideal subjacente que impulsiona a cultura ocidental é exatamente a crença na estabilidade do significado. É a essa crença que Derrida chama de logocentrismo, do grego *logos*, que significa “discurso”, “lógica”, “razão”, “a palavra de Deus”. Uma das consequências mais importantes dessa concepção logocêntrica de linguagem e de realidade é a possibilidade de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto, o que autoriza a possibilidade de significados independentes dos sujeitos que os utilizam. Essa possibilidade é também a possibilidade de um sentido “literal”, inerente à palavra ou expressão, independente de qualquer contexto histórico-social e de qualquer intérprete. Essa concepção de linguagem — que Gayatri C. Spivak chama de um “sonho impossível de plenitude” (no prefácio a *Of Grammatology*, p. XIX), ou seja, o sonho de que signo e coisa pudessem, em algum momento e de alguma maneira, constituir uma unidade indissolúvel — pensa o significado em termos de uma “propriedade portátil” que pode ser transmitida, transportada, substituída e classificada de forma “objetiva” e imune a quaisquer fatores ditos “subjativos” ou “exte-riores” à palavra ou ao texto.

Em “The conduit metaphor — a case of frame conflict in our language about language”, Michael Reddy demonstra como a metáfora do conduto, do transporte de significados se encontra arraigada no inglês (e, posso acrescentar, também nas outras línguas modernas que conhecemos), revelando-se até mesmo nas próprias estruturas semânticas da língua. Como observa Reddy, inúmeras expressões mostram claramente que a língua inglesa considera as palavras como recep-

táculos do pensamento. Os exemplos a seguir são alguns dos listados pelo autor:

- 1) *That thought is in practically every other word.*
 - 2) *The sentence was filled with emotion.*
 - 3) *The lines may rhyme, but they are empty of both meaning and feeling.*
 - 4) *Your words are hollow — you don't mean them.*
- (In Ortony 1979, p. 288)

Como argumenta Reddy, se as palavras são vistas como recipientes, invólucros para o pensamento, os sentimentos ou as emoções, devemos considerar as seguintes consequências:

- 1) a linguagem funciona como um conduto, transferindo pensamentos de pessoa para pessoa;
- 2) ao escreverem e falarem, as pessoas inserem seus pensamentos ou sentimentos nas palavras;
- 3) as palavras contêm os pensamentos ou sentimentos até que sejam transferidos para outras pessoas;
- 4) ao ouvirem ou lerem, as pessoas extraem os pensamentos e sentimentos das palavras. (Idem, p. 290)

Assim, quando uma leitura é inaceitável ou inadequada, considera-se que o leitor fez, “de forma ilícita”, uso de seu poder de inserir pensamentos nas palavras do texto, ao invés de ter se restringido simplesmente à extração de significados. Crê-se que foi o próprio leitor quem “sorrrateiramente” colocou pensamentos não pertinentes nas palavras do texto e, em seguida, “fingiu que os havia encontrado nelas” (Idem, p. 289).

Essa concepção cartesiana de linguagem nutre a grande maioria das teorias de tradução que, independentemente das disciplinas de que se originam, tendem a descrever o processo tradutório em termos de uma substituição ou transferência de significados estáveis de um texto para outro e de uma língua para outra. Como observei em *Oficina de Tradução — A Teoria na Prática*, a metáfora do processo de tradução proposta por Nida, um de seus mais prestigiados teóricos, é, nesse sentido, exemplar. Nida compara as palavras de uma sentença a uma fileira de vagões de carga. Segundo sua descrição, a carga pode ser distribuída de forma irregular entre os diversos vagões. Consequentemente, um vagão poderá conter muita carga, enquanto outro poderá carregar muito pouca; em outras ocasiões, uma carga muito grande tem que ser dividida entre vários vagões. De forma seme-

lhante, sugere Nida, algumas palavras "carregam" vários conceitos e outras têm que se juntar para conter apenas um. Da mesma forma que o que importa no transporte da carga não é quais vagões carregam quais cargas, nem a sequência em que os vagões estão dispostos, mas, sim, que toda a carga alcance seu destino, o fundamental no processo de tradução é que todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo, de tal forma que possam ser usados pelos receptores (Nida 1975, p. 190). O comentário que apresentei em *Oficina de Tradução* sobre essa metáfora de Nida ainda me parece oportuno:

Se pensamos o processo de tradução como transporte de significados entre língua A e língua B, acreditamos ser o texto original um objeto estável, "transportável", de contornos absolutamente claros, cujo conteúdo podemos classificar completa e objetivamente. Afinal, se as palavras de uma sentença são como carga contida em vagões, é perfeitamente possível determinarmos e controlarmos todo o seu conteúdo e até garantirmos que seja transposto na íntegra para outro conjunto de vagões. Ao mesmo tempo, se compararmos o tradutor ao encarregado do transporte dessa carga, assumiremos que sua função, meramente mecânica, se restringe a garantir que a carga chegue intacta ao seu destino. Assim, o tradutor traduz, isto é, transporta a carga de significados, mas não deve interferir nela, não deve interpretá-la (Arrojo 1986, pp. 12-13).

Da mesma forma que, como mostrou Reddy, a qualquer leitor ou ouvinte cabe apenas utilizar os "condutos" das palavras e deles extrair os significados que contêm, cabe ao tradutor, segundo essa concepção, extrair significados das palavras-condutos de uma língua e inseri-las nas palavras-condutos de outra. Finalmente, o que se profere tanto ao leitor e ao ouvinte, como ao tradutor, é a interpretação, ou seja, a interferência de seu contexto histórico-social e de sua psicologia na construção de uma leitura ou tradução. Se traduzir não envolve interpretação, se se exige do tradutor que extraia a "carga" significativa das palavras de uma língua e a insira nas palavras de outra, mantendo ambos os textos e ambas as línguas intactos, bastaria para sua formação profissional, como também intui minha aluna, apenas o domínio do maior número possível de extrações e inserções. Assim, os cursos de formação profissional de tradutores que em geral partem dessa concepção de tradução tendem a apostar na elaboração e no

arquivo de glossários, de listas de palavras e de outras formas fixas de significados, e em exercícios de tradução que enfatizam a coleção e o domínio dessas formas ao invés de se aterem ao processo envolvido.

A herança mais freqüente que esse tipo de abordagem lega a seus alunos é, portanto, a ilusão de que, para poderem realizar traduções satisfatórias, lhes bastará aprender as línguas envolvidas e ter em mãos dicionários ou glossários adequados. Outro engano comum decorrente desse tipo de abordagem é a ilusão de que, após fazerem traduções "técnicas" ou "literárias" durante o curso, terão aprendido a traduzir textos "técnicos" ou "literários", desde que consigam, obviamente, os dicionários necessários. Conseqüentemente, o pior legado que os profissionais em formação podem herdar dos cursos que freqüentam é a convicção de que são, fundamentalmente, colecionadores de significados congelados e intercambiáveis de uma língua para outra e de um texto para outro e, o que é ainda mais grave, a alienação, o não-reconhecimento de seu papel essencial de autor e construtor de significados.

A abordagem "menos ilusória" que tenho a propor não é uma receita infalível, nem será ilustrada com programas ou descrições de cursos exemplares. O tipo de formação profissional de tradutores que me parece adequado é decorrente de uma postura teórica que desconfia de qualquer forma de significados supostamente mumificados, já que tem como base o questionamento da possibilidade de qualquer significado absolutamente estável ou inerente à palavra ou, em sentido mais amplo, ao próprio texto. Ao questionar essa possibilidade, questiono também, e, acima de tudo, a possibilidade de qualquer significado que seja independente da interpretação de um sujeito inserido num determinado tempo e num determinado contexto histórico-social-cultural. Assim, qualquer tradução, como qualquer leitura, inevitavelmente refletirá, além do sujeito-tradutor, o momento histórico e a comunidade cultural que a produziram. Como tentei demonstrar em outros trabalhos, nenhuma tradução — mesmo aquelas que pretendem o contrário — conseguirá preservar intactos os significados originais de um texto — "técnico" ou "literário" — ou de um autor, mesmo porque esses significados serão sempre "apreendidos" ou considerados dentro de uma determinada perspectiva ou de um determinado contexto.

Aprender a traduzir, tornar-se tradutor, implica, portanto, em primeiro lugar, reconhecer seu papel essencialmente ativo de produtor

de significados e de representante e intérprete do autor e dos textos que traduz. Além desse reconhecimento, é claro, cabe ao tradutor assumir a responsabilidade pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica. Ou seja, terá que estar sintonizado com o ideário de seu tempo e lugar e, conseqüentemente, com a visão que esse tempo e lugar lhe permitem ter do texto e do autor que interpreta. Aprender a traduzir — pressupondo-se obviamente que esse aprendizado já conta com um trânsito adequado entre as línguas envolvidas — é um processo extremamente complexo que, infelizmente, não se realizará com o mero arquivo de listas de palavras mas, sim, com o aprendizado mais amplo das tendências e características do que em seu tempo e lugar seja considerado uma leitura “aceitável” da realidade, não apenas presente, mas também passada e até mesmo futura. No caso, por exemplo, da tradução do manual de computação que minha aluna aceitara traduzir, ao invés de procurar dicionários mais eficientes ou até mesmo professores supostamente “infalíveis”, que lhe fornecessem as chaves aos significados que procurava, teria sido mais indicado procurar se familiarizar com as formas de leitura praticadas pelas comunidades que produzem e consomem esse tipo de texto e, também, com os objetivos reais da tradução desse texto em particular. Somente através desse processo de “familiarização”, que deverá ser desenvolvido em torno de cada texto a ser traduzido, minha aluna teria podido começar a assumir o duplo papel de intérprete do texto de partida e de autora-tradutora responsável pelo texto de chegada, que constitui todo trabalho de tradução. Em outras palavras, para que alguém possa traduzir satisfatoriamente um manual de computação terá que se familiarizar com o que dizem — e como o fazem — aqueles que escrevem esses manuais nas duas línguas e comunidades culturais envolvidas. Essa familiarização, por sua vez, envolve inescapavelmente uma postura interpretativa, em que o tradutor funciona como um leitor, um filtro avaliador das informações com que se depara no texto de partida, informações essas que transformará, através de sua interpretação, nas informações que passarão a constituir o texto de chegada. É óbvio que em algum momento, durante esse processo, o tradutor estará elaborando, ou consultando, formal ou informalmente, uma lista bilíngüe de palavras mas, a rigor, essa lista se aplica apenas a esse momento e a esse lugar únicos de cotejo entre duas línguas e duas comunidades diferentes. Ou seja, essa lista é necessariamente parte de um processo e não poderá servir como

uma chave mágica que dará acesso a todos os manuais de computação escritos numa determinada língua, ou que resolverá todas as traduções desses manuais, independentemente da época ou do lugar da tradução ou, ainda, de seus objetivos.

É claro que é impossível garantir-se que esse tipo de aprendizado ocorra entre os limites de uma sala de aula ou mesmo de um curso de graduação dedicado à tradução, mesmo porque não se pode prever em quais áreas e para quais comunidades os aprendizes de tradução realizarão seu trabalho. Entretanto, o que é possível desenvolver-se num curso de formação de tradutores é a conscientização dos aprendizes em relação ao papel que decidiram assumir em suas vidas profissionais e às atitudes que esse papel exige. Através, por exemplo, de análises críticas de traduções consagradas e de traduções realizadas pelos próprios alunos, em que se tenta mostrar o vínculo dessas traduções a uma determinada postura ideológica e a uma determinada época, ou seja, a uma “interpretação”, é possível começar a mostrar aos aprendizes a importância e, principalmente, a complexidade do ofício que escolheram. Contudo, essa não é uma tarefa fácil. Afinal, como devem estar pensando os leitores — principalmente aqueles que não concordam comigo — o pedido de minha aluna, que motivou e iniciou este trabalho, revela que, de certa forma, minha abordagem inicial falhou, ou seja, apesar de meus esforços pedagógicos, ela continuava a considerar o processo de tradução em termos de um repertório controlável e congelado de palavras. O que posso dizer é que essa tarefa de conscientização se torna ainda mais difícil porque esbarra, a todo momento, em séculos de tradição logocêntrica que, além de não ter produzido sequer uma solução plausível para as questões teóricas da tradução, tem imposto ao tradutor a impossível tarefa de ignorar-se, de não “aparecer” e de não revelar suas circunstâncias no trabalho que realiza.

BIBLIOGRAFIA

- ARROJO, R. (1986). *Oficina de Tradução — A Teoria na Prática*. São Paulo: Ed. Ática.
- DERRIDA, J. (1980). *Of Grammatology* (trad. de G.C. Spivak). Baltimore: The Johns Hopkins University.
- NIDA, E. (1975). *Language Structure and Translation*. California: Stanford University Press.
- ORTONY, A. (ed.) (1979). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

A PESQUISA EM TEORIA DA TRADUÇÃO OU O QUE PODE HAVER DE NOVO NO *FRONT*

Rosemary Arrojo

Ao plasmar um contato único e singular entre duas culturas, duas línguas, dois tempos e dois escritores distintos, toda tradução estará destinada a desafiar a grande maioria das teorias da linguagem e até mesmo a própria dicotomia entre teoria e prática. O objetivo deste trabalho é exatamente a proposta de uma reflexão sobre a tensão recorrente entre teoria e prática e sobre os rumos possíveis, os limites, as pretensões e as ilusões de toda teorização que envolve o ato de traduzir.

O substantivo grego *theoría* significa "ação de contemplar, olhar, examinar, especular" e, também, "vista", "espetáculo" (ver *Novo Dicionário Aurélio* e *Oxford English Dictionary*). A primeira divisão entre teoria e prática já se delineia: de um lado, há um sujeito teorizador que contempla, examina, especula e, de outro, uma atividade ou um objeto ao qual esse olhar inquiridor se dirige. Contudo, aos dois elementos dessa divisão, à *theoría* e à *praxis*, cabem valores distintos. Como sugere W. J. T. Mitchell, há na etimologia de "teoria" "um contraste tácito entre a visão como sentido 'mais nobre' e os sentidos inferiores, mais práticos como, por exemplo, a audição, canal da tradição oral, das histórias e não dos sistemas, das opiniões e não dos esquemas" (p. 6, minha tradução).

Em nossa civilização logocêntrica que cultua a possibilidade da razão e da lógica como categorias independentes de qualquer subjetividade, é o olhar examinador da *theoría* que se inscreve num plano "superior". Ao plano da teoria, associamos a reflexão, os princípios fundamentais, os modelos, os esquemas, os sistemas e tudo aquilo que

constitui a postura "científica" que, além de descrever, em geral pretende também alterar, normatizar, direcionar seu objeto. À *praxis*, isolada pela *theoria* na categoria de objeto, associamos a sabedoria popular, o intuitivo, a experiência concreta, a coisa em si, o empírico.

A crença na possibilidade da dicotomia teoria x prática, sobre a qual tem se baseado todo o arcabouço do conhecimento ocidental, traz pelo menos duas conseqüências:

1. a possibilidade de uma oposição clara e objetiva entre teoria e prática emerge da crença na possibilidade da oposição entre sujeito e objeto, em que o primeiro pretende não apenas descrever e controlar o segundo, mas também não misturar-se com ele. A possibilidade dessa oposição necessariamente anula a subjetividade do sujeito em sua relação com o objeto.
2. Se se estabelece que há uma teoria separada da prática, pressupõe-se também que a prática poderia ser realizada sem uma teoria que a governasse internamente, que a motivasse e delineasse seus caminhos.

A defesa da possibilidade de uma oposição objetivamente demarcável entre sujeito e objeto — ou entre teoria e prática — implica também a negação da história e da psicologia do sujeito. Entretanto, como nos seria impossível vislumbrar um sujeito que pudesse teorizar fora de um contexto histórico-social-cultural e que também pudesse, no momento exato de sua atividade teórica, desfazer-se de suas convicções, de suas crenças, de suas emoções, de seus desejos e de seu inconsciente, temos que aceitar que toda teorização é necessariamente produto de um teórico determinado, inscrito num determinado contexto histórico-social-cultural. Como conclui o pensamento pós-estruturalista, todo objeto é "criado" e não apenas descrito ou examinado pelo olhar supostamente racional da teoria¹. Nietzsche, talvez melhor do que ninguém, soube ver o caráter inescapavelmente humano de todos os nossos projetos e de todo o conhecimento que temos construído ao longo dos séculos². Todo produto do homem é essencialmente "humano", ou seja, será sempre um reflexo de seu criador e das circunstâncias dessa criação. A "ciência", a "teoria", a "pesquisa" não escapam a essa conclusão fundamental e estarão sempre marcadas pela

1. Ver, por exemplo, Stanley Fish, "How to Recognize A Poem When You See One", em *Is There A Text in This Class?*, pp. 322-337.
2. Refiro-me em particular a "On Truth and Falsity in Their Ultramoral Sense", em *Early Greek Philosophy & Other Essays*, pp. 173-192.

época e pelos homens que a produziram. Como sugeriu Marx, por envolver as "idéias dominantes" de uma época — ou seja, as "idéias da classe dominante" — toda teoria, como toda ciência ou produto do homem, é inevitavelmente "ideologia" (apud W. J. T. Mitchell, p. 7).

Da mesma forma que toda teoria sempre se entrelaça a uma ideologia, também a prática depende dela, já que, para ser produzida e aceita dentro de uma determinada comunidade cultural, precisará atender às suas necessidades e amoldar-se a ela. A prática é, assim, também ideológica — ou "teórica", no sentido marxista. Quando um tradutor produz uma tradução, seu trabalho terá que se enquadrar dentro das normas que regem a produção de traduções, estabelecidas, explícita ou implicitamente, pela comunidade sócio-cultural a que pertence. Assim, a produção de traduções, suas normas e os critérios pelos quais será avaliada são, também, inevitavelmente ideológicos. Mesmo o tradutor que pensa poder traduzir sem se preocupar com teorias, ou sem conhecê-las, implicitamente estará seguindo normas que pressupõem uma postura teórica — ou ideológica — ainda que não se dê conta disso.

Em contraste, a tarefa do teórico é exatamente a tentativa de tornar explícitos os mecanismos que constituem o processo de tradução mas, também, ainda que não se dê conta disso, tecerá suas reflexões sob a perspectiva que lhe permite entrever a ideologia de seu tempo e lugar ou, num nível mais restrito, a disciplina à qual se dedica.

Até mesmo um breve passeio pelos trabalhos de teorias de tradução mais citados denuncia o vínculo indissolúvel entre teoria e ideologia. Toda teoria de tradução, como qualquer outra teoria, servirá a ideologia do sistema, da disciplina ou, ainda, da instituição que a produz e é, em geral, esse "serviço" mais do que o interesse pela atividade tradutória, que dá corpo e direção a suas reflexões. Nesse sentido, é exemplar a seguinte declaração de Georges Mounin, autor de um dos mais prestigiados ensaios sobre teoria de tradução:

A atividade de tradução suscita um problema teórico para a lingüística contemporânea: se aceitarmos as teses recorrentes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea (p. 19).

A cisão entre teoria e prática pretendida pelo olhar teórico fica clara no texto de Mounin. A lingüística, a "ciência" que supostamente tem como meta examinar os fenômenos que ocorrem na linguagem, apresenta formas de descrever seu objeto que, se levadas às últimas consequências, terão que negar parte desse mesmo objeto, ou seja, neste caso, a própria evidência da possibilidade da tradução, atividade que, como lembra Mounin, "existe" e à qual "recorremos com proveito". Essa negação é a seguir explicitada pelo autor que, ao constatar que "até agora a tradução tem estado sempre ausente da ciência lingüística", apresenta duas alternativas para a resolução do impasse teoria (lingüística) x prática (tradução):

1. condenar a possibilidade teórica da atividade de traduzir em nome da lingüística (relegando assim essa atividade para a zona das operações aproximativas não-científicas em questão de linguagem);
2. questionar a validade das teorias lingüísticas em nome da atividade de tradução (p. 20).

Embora essas alternativas sejam depois descartadas pelo autor em favor de uma terceira, cujo desenvolvimento constitui a meta de seu livro, não deixa de ser significativo o fato de Mounin ter proposto como primeira alternativa para a resolução do impasse instaurado a "condenação teórica da atividade de traduzir em nome da lingüística". Ou seja, em nome da ciência, ou da *theoria*, Mounin chega a cogitar a negação da própria evidência da tradução, negação que nos parece ainda mais absurda quando nos damos conta, por exemplo, de que lemos esses comentários numa tradução para o português. Mesmo a alternativa conciliatória proposta por Mounin denuncia a intocabilidade da "ciência" da linguagem defendida pelo autor:

não se pode negar, por um lado, a contribuição da lingüística funcional e estrutural; e, por outro lado, também não se pode negar o que fazem os tradutores. É preciso, portanto, examinar o que quer dizer, e o que diz realmente a lingüística quando afirma, por exemplo, que os sistemas gramaticais são [...] impenetráveis entre si. Assim como examinar o que fazem exatamente os tradutores quando traduzem: examinar quando, como e por que a validade de suas traduções não é realmente discutida pela prática social quando — teoricamente — a lingüística tenderia a recusá-la (p. 20).

Novamente, segundo Mounin, não é a lingüística que deve rever seus pressupostos — no máximo, deverá ser lida mais atentamente —

mas é a prática que deve ser reavaliada, o que sugere, como vimos, não apenas a "superioridade" da teoria — no caso, a teoria lingüística — como também a pretensão de que essa teoria possa modificar a prática, ou até mesmo anulá-la, como chega a cogitar Mounin³.

Mas a lingüística é apenas uma das várias disciplinas que têm servido de embasamento para teorias ou comentários sobre tradução. Previsivelmente, as teorias de tradução filiadas aos estudos literários vêem a tradução como uma "arte" e, não, simplesmente, como uma operação lingüística. Aqueles que se baseiam em anos de experiência profissional tenderão a desprezar as teorias e a defender que a tradução é um "ofício" e, como tal, deve ser compreendida e aprendida "na prática". Mesmo estudiosos mais recentes, que defendem o direito da tradução de constituir uma disciplina autônoma, um *locus* privilegiado e interdisciplinar entre as várias áreas ocupadas pelos estudos da linguagem, não podem deixar de estar vinculados a uma perspectiva em particular, a partir da qual nutrem suas reflexões. Susan Bassnett-McGuire, por exemplo, em *Translation Studies*, apresenta como meta de seu livro "uma tentativa de delinear o escopo da disciplina *Translation Studies*", denominação proposta por André Lefevere para a disciplina "que se preocupa com os problemas suscitados pela produção e descrição de traduções" (p. 6, minha tradução). Apesar de afirmar que essa disciplina "explora uma nova área, estabelecendo pontes entre as vastas áreas ocupadas pela estilística, pela história literária, pela lingüística, pela semiótica e pela estética", Bassnett-McGuire declara, em outro trecho do livro, que

o primeiro passo no sentido de um exame dos mecanismos da tradução deve ser aceitar que embora a tradução tenha um componente central de atividade lingüística, ela pertence mais apropriadamente à semiótica, a ciência que estuda os sistemas ou estruturas dos signos, os mecanismos e as funções dos signos (p. 13, minha tradução).

Finalmente, tentando responder de forma mais direta à questão levantada no título deste trabalho, o que pode haver de novo no *front* das teorias de tradução, como o que sempre pôde haver, é exatamente aquilo que nos autoriza a ideologia do nosso tempo e lugar, ou seja, aquele conjunto de convicções que produzem os significados que impomos aos objetos e constituem a perspectiva a partir da qual teoriza-

3. Essa questão também é abordada em "As Questões Teóricas da Tradução e a Desconstrução do Logocentrismo: Algumas Reflexões" (neste volume).

mos e classificamos o mundo. Nesse sentido, toda teoria, como toda ciência, redefine seu objeto de pesquisa e cria suas próprias "verdades", e os mecanismos que levam essa teoria a sobrepor-se às outras e a tornar-se um paradigma, como ensina Thomas S. Kuhn, não decorrem da "descoberta" de uma verdade inédita ou da elucidação de uma questão fundamental; decorrem, sim, de sua capacidade de persuasão e de identificação com os anseios e interesses da comunidade a que se destina. Entretanto, o que poderá haver de novo nesse *front* da pesquisa e que poderá, sim, representar um passo à frente é uma conscientização maior das perspectivas a partir das quais nossas teorias se constroem, seus limites e, principalmente, seu intercâmbio perene e inevitável com a prática.

BIBLIOGRAFIA

- BASSNETT-MCGUIRE, Susan (1978). *Translation Studies*. Londres e Nova York: Methuen.
- FISH, Stanley (1980). *Is There A Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge: Harvard University Press.
- KUHN, Thomas S. (1970). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MITCHELL, W.J.T. (1985). *Against Theory: Literary Studies and The New Pragmatism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MOUNIN, Georges (1975). *Os Problemas Teóricos da Tradução* (trad. de Heloysa de L. Dantas). São Paulo: Cultrix.
- NIETZSCHE, Friedrich (1911). *Early Greek Philosophy & Other Essays* (trad. de M. A. Mugge). Londres e Edimburgo: T. W. Foulis.

SEARLE E A NOÇÃO DE LITERALIDADE

Kanavillil Rajagopalan

Rosemary Arrojo

A teoria da linguagem proposta pelas reflexões de John Searle é mais uma teoria da literalidade. O desenvolvimento do pensamento teórico desse filósofo ao longo do último quarto de século constitui um enorme esforço no sentido de reivindicar legitimidade e destaque para a antiga noção do chamado sentido literal no âmbito da filosofia da linguagem. Essa é nossa conclusão depois de uma análise crítica dos diversos escritos desse autor. O objetivo deste trabalho é exatamente rever o caminho que percorremos através dos escritos de Searle até chegarmos a essa conclusão¹.

Há diversos momentos críticos na evolução do pensamento filosófico de Searle que revelam um desejo subliminar de encontrar um valor constante, um elemento qualquer que pudesse ser estável e irreduzível, através do qual se tornasse possível a compreensão desse fenômeno tão volúvel que chamamos de linguagem.

Para a realização deste trabalho, nos concentramos em três desses momentos: 1. a discordância de Searle, com seu mestre Austin a respeito do conceito de "ato locucionário"; 2. a posição assumida por Searle em relação à questão da "referência" e, em especial, a posição contrária à tese de Keith Donnellan; 3. o encontro entre a pragmática de Grice e a teoria dos atos de fala que resultou no conceito do ato de fala indireto. Além disso, para completarmos nossa análise, nos deteremos em dois ensaios de Searle que se dedicam exclusivamente à teorização e à defesa da noção de literalidade: "Metaphor" (Searle 1979) e "Literal meaning" (Searle 1978).

1. Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa patrocinado pela PUC-SP.

Em relação à divergência com Austin sobre o conceito de "ato locucionário", foi o próprio Searle (1968) o primeiro a reconhecer que esse conceito envolvia questões filosóficas de longo alcance, entre as quais as noções de verdade e falsidade. Para Searle, não se sustentava a distinção entre ato locucionário e ato ilocucionário porque, segundo ele, havia casos em que a significação² sozinha exauriria a força ilocucionária do enunciado em questão, ou seja, as duas classes, respectivamente, dos atos locucionários e dos atos ilocucionários, não excluiriam uma a outra; ao contrário, a segunda englobaria a primeira. É interessante lembrar, mesmo de passagem, que esse argumento da indiscernibilidade entre as duas classes foi um dos argumentos levantados por Cohen (1964) a favor de uma conclusão exatamente oposta à de Searle, a saber, o questionamento da própria necessidade de se postular atos ilocucionários e, conseqüentemente, de toda a tese dos atos de fala.

Entretanto, o que nos interessa mais especificamente neste momento é a suposta evidência que Searle nos oferece a favor do seu argumento de que, em certos casos, a "significação" de uma sentença seria suficiente para se determinar a sua força ilocucionária. Assim, prossegue Searle, um ato de enunciação da sentença *"I hereby promise I am going to do it"* ("Prometo que vou fazer isso") constitui, *eo ipso*, a execução de um ato de promessa, sejam quais forem os demais fatores do contexto da situação. Contudo, é neste preciso instante que Searle se sente obrigado a estipular a seguinte ressalva: a enunciação deve ser "séria" e "literal" (segundo uma nota de rodapé ao artigo em discussão [p. 42], o "sério" se contrapõe a situações como uma encenação teatral, a prática de pronúncia como parte de atividade didática etc., ao passo que o "literal" contrasta com o "metafórico", o "sarcástico" etc.). A nosso ver, a tática de Searle, embora engenhosa, desemboca num impasse, pois a possibilidade de um ato locucionário vir a ser idêntico ao ato ilocucionário executável mediante o mesmo está sendo defendida com base na atribuição de uma condição — a de literalidade — cujo preenchimento depende exclusivamente da própria possibilidade de um ato locucionário ser capaz de exibir em si mesmo tudo sobre sua significação, o que inclui até

2. Estamos usando o termo *significação* como equivalente ao *meaning* de Austin e Searle, isto é, para se referir tanto ao sentido como à referência, ou melhor, ao "sentido + referência". É justamente aquilo que Austin procura deter em seu "ato rético", e o que Searle tenta recuperar em seu "ato proposicional".

mesmo sua eventual realização como ato ilocucionário, isto é, seu valor ilocucionário em potencial. Em outras palavras, fecha-se o tão temido círculo vicioso, o que inviabiliza o sonho de Searle de formalizar sua teoria (sonho este que, anos mais tarde, o autor procuraria concretizar em Searle e Vanderveken 1985).

Todavia, Searle não se incomoda com o círculo vicioso dentro de seu arcabouço logocêntrico³ e procura abrigo sob o "princípio de exprimibilidade", que tem norteado todo o seu empreendimento teórico. Segundo este princípio, pode-se dizer tudo o que se possa querer dizer ou, equivalentemente, não há nada sobre comunicação que não possa ser materializado no texto enquanto objeto lingüístico (Cf. Searle, 1969). Como se vê, o princípio de exprimibilidade nada mais é do que uma apologia da literalidade. Note-se, também, que o termo "princípio" é apenas uma forma eufemística de algo que é um dogma, algo que não se discute no interior do próprio arcabouço teórico, porém sai cada vez mais fortalecido, conforme a aceitação progressiva da teoria como um todo. Vale a pena também salientar que o nível de literalidade no qual aposta Searle é um porto-seguro, livre dos caprichos da temporalidade e da convencionalidade da linguagem. Transcrevemos abaixo uma amostra do que pensa Searle sobre a questão:

Austin fala, às vezes, como se existisse, além da "significação" das sentenças, um outro conjunto de convenções determinantes da força ilocucionária, mas, exatamente naqueles casos em que há uma distinção entre força e significação, a força não é instituída por uma convenção, mas pelos demais fatores do contexto, inclusive a intenção do locutor; ademais, *assim que a força for atrelada a uma convenção explícita, ela se torna, ou tende a se tornar, parte da significação* (Searle 1968, ênfase acrescida, nossa tradução).

O compromisso metafísico de Searle com o dogma do sentido literal e, num sentido mais amplo e abrangente, com a possibilidade de um significado totalmente objetivo, imune a qualquer interferência

3. É preciso esclarecer que nossa intenção não é de repudiar o círculo vicioso em si, mas de chamar atenção para o fato de que dado seu projeto de conferir à teoria dos atos de fala a aura de cientificidade, Searle não terá como escapar da acusação, uma vez que, para implantar o projeto ele precisará apostar na possibilidade de uma metalinguagem hermeticamente isolada. A propósito, ver "A Crise da Metalinguagem: Uma Proposta Interdisciplinar" (neste volume).

humana, que sirva como fulcro, como ponto nevrálgico de uma teoria da linguagem, emerge novamente, anos mais tarde, em sua polêmica com Donnellan sobre a questão da referência. Não nos interessa aqui um estudo detalhado das duas posições (veja, porém, Rajagopalan 1988). Apenas nos deteremos naquilo que se configura como o principal pomo de discórdia. Para Donnellan, todas as controvérsias em torno da questão da referência podem ser resolvidas de uma vez por todas se forem reconhecidos dois usos distintos das chamadas descrições definidas — o uso referencial e o uso atributivo (Donnellan 1966). O uso referencial ocorre quando o locutor se refere a um determinado indivíduo (no sentido filosófico do termo) por meio de uma expressão lingüística qualquer, não importando, portanto, a exatidão da expressão enquanto descrição do indivíduo referido. Ao passo que, no uso atributivo, a descrição definida é tudo o que importa, uma vez que a referência é, digamos, “projetada” ao indivíduo que eventualmente chegue a se adequar à descrição. A resposta de Searle (1979) consiste em procurar explicar a distinção pleiteada por Donnellan em termos de uma outra distinção — mais abrangente que a primeira — entre o que uma determinada sentença significa e o que um certo locutor pode querer dizer ao enunciar tal sentença numa determinada ocasião. Note-se, antes de mais nada, que o sentido da sentença é encarado como algo inteiramente dado, objetivo, constante e imutável, em contraposição ao sentido do locutor, que é visto como puramente subjetivo, passageiro, circunstancial e instável. Como é de se esperar, Searle identifica o primeiro com o literal, e o segundo com o não-literal, o figurado. Quanto à tese de Donnellan, Searle procura desmontá-la com os seguintes passos. Em primeiro lugar, argumenta que toda referência ocorre sob um ou outro aspecto, entendendo-se por “aspecto” a representação lingüística do objeto referido. O segundo passo consiste em tentar estabelecer que no caso do uso referencial, o locutor teria conhecimento de outros aspectos além daquele que ele efetivamente empregou, de tal sorte que, caso este não fôr reconhecido pelo ouvinte, ele, o locutor, teria condições de recorrer a qualquer um dos restantes. No caso do uso atributivo, tal opção não existiria, pois o aspecto empregado seria o único ao alcance do locutor. Até aqui a proposta de Searle parece ser uma alternativa perfeitamente viável. Todavia, os problemas começam a surgir quando Searle tenta relacionar a tese da referência sob aspectos à distinção entre o sentido da sentença e o sentido do locutor. Searle parte para essa tática a fim de dar conta da observação de Donnellan de que a inexactidão da

expressão lingüística utilizada no ato de referência afeta o valor veritativo do enunciado envolvido (isto é, o torna “falso”) somente no caso do uso atributivo, sendo que o uso referencial tolera uma larga margem de negociação. Quanto ao uso referencial da tese de Donnellan, Searle observa que só se admite erro quando o locutor tiver à sua disposição um outro aspecto (como requer a distinção) que satisfaça o referente, isto é, seja verdadeiro em relação ao referente. O que aconteceria se esse segundo aspecto utilizado também não viesse a satisfazer seu suposto referente? Para Searle, seria uma questão de se continuar insistindo, pois cedo ou tarde, terá que encontrar o “alicerce” último (“*bedrock*”) (Searle, 1979: 145). Fica patente, a essa altura, que, mais uma vez, o que sustenta a tese da referência sob aspectos de Searle nada mais é do que a crença na existência de tal base ou alicerce, ou seja, de um nível de análise onde a linguagem espelhe o mundo com perfeição. Novamente, tal possibilidade não é demonstrada, é apenas resguardada como algo acima de qualquer suspeita.

O terceiro subtema que nos propusemos a analisar no início deste trabalho (cronologicamente, este precede o anterior) envolve a controvertida questão dos atos de fala indiretos (Searle 1975) que é, como se sabe, fruto do encontro da teoria dos atos de fala com a pragmática de Grice. Da abordagem de Grice, Searle toma emprestada a idéia de que a aparente falta de nexos no interior da fala (sobretudo em contextos dialógicos) seja, de fato, perfeitamente explicável, se se presumir que um certo princípio tácito de cooperação entre os interlocutores rege toda conversação, restituindo, assim, à fala sua coesão e coerência lógicas. Com essa ferramenta em mãos, Searle se propõe a abordar casos recalcitrantes como o notório “*Can you pass the salt?*” (“Pode-me passar o sal?”), dito por alguém durante uma refeição ao seu vizinho de mesa. Para Searle, o problema se coloca nos seguintes termos: como é possível que uma frase — cuja significação aponta para uma pergunta — de fato desempenhe a função de um pedido? A explicação que Searle propõe é, como se sabe, a de que se trata de um ato de fala indireto, ou seja, o enunciado em questão constitui um pedido indireto. O locutor, no caso, faz, segundo Searle, um pedido indireto ao destinatário, executando um ato de pergunta. A solução de Searle abriga vários problemas, dentre os quais o de casos como “Posso fazer uma pergunta?” (analisado por Rajagopalan 1984), em que a interpretação do enunciado como um pedido (uma solicitação de permissão) não poderia ser construída a partir da interpre-

tação da frase como uma pergunta (como requer a proposta de Searle), simplesmente porque o enunciado em questão terá que ser analisado como uma pergunta "infeliz" (no sentido técnico que essa palavra tem na teoria dos atos de fala). Entretanto, não nos interessa neste momento a solução de Searle, mas, sim, a própria problemática tal como Searle a coloca, que o acaba conduzindo à solução. Como não podia deixar de ser, o problema que Searle constrói é fruto de certas expectativas e pressupostos sobre a linguagem, entre os quais inclui a crença no sentido literal como possível atributo do objeto lingüístico. Ou seja, o que Searle está realmente dizendo é que qualquer que seja a situação de enunciação, o enunciado "*Can you pass the salt?*" servirá, sempre e sobretudo, como uma pergunta, graças a sua forma lingüística. Consequentemente, qualquer outro uso eventual do enunciado será produto de operações mais complexas. Ora, fica patente a esta altura que a única justificativa de que dispõe Searle para todo seu malabarismo dedutivo-inferencial é, em primeiro lugar, a recusa de abrir mão da atribuição de literalidade ao enunciado em questão. Ou seja, Searle parte do princípio de que qualquer enunciado deve ter, em virtude de sua própria forma, um potencial de ato, potencial este que seja imune a qualquer influência dos fatores circunstanciais. Daí a pergunta que Searle levanta: como é que, por intermédio de um enunciado x, predeterminado para ter como realização ilocucionária um ato de fala y, o locutor de fato consegue a proeza de executar um outro ato ilocucionário qualquer, digamos z, ao invés de y? Somos, portanto, obrigados a concluir que se trata mais uma vez de um caso em que tanto a pergunta como a resposta se dão em decorrência de um pressuposto sobre a integridade e a inviolabilidade do sentido literal.

Finalmente, essa defesa do sentido literal é também o grande objetivo que se insinua por trás da argumentação desenvolvida por Searle em dois trabalhos especialmente dedicados à questão: "Literal Meaning" (1978) e "Metaphor" (1979). Nesses trabalhos, a proposta de Searle pretende "desafiar" as noções tradicionais de sentido literal e de sentido figurado mas, como argumentaremos a seguir, aos invés de desafiá-las, todo seu esforço se direciona no sentido de confirmá-las e de deixá-las intactas.

Em "Literal Meaning", Searle pretende "atacar" a noção de que "o sentido literal de uma sentença" é o sentido que tem num "contexto zero" (p. 117). Sua "estratégia" é "mostrar que em cada caso a aplicação da noção do sentido literal da sentença é sempre relativa

a um conjunto de pressupostos contextuais" (p. 120, nossa tradução). Todos os exemplos discutidos por Searle levam exatamente à conclusão de que o significado se encontra inextricavelmente atrelado ao contexto em que é produzido e recebido:

Não é possível eliminar-se a dependência contextual da sentença *The cat is on the mat* ["O gato está sobre o capacho"] sem que se rompam as conexões entre essa sentença e a *percepção* de que o gato está sobre o capacho, ou a crença de que o gato está sobre o capacho, e é dessas conexões que depende o significado da sentença (p. 136, nossa tradução).

Searle reconhece esse elo entre significado e situação, porém não abre mão da noção de literalidade. Abre mão apenas do que chama de "significado literal absoluto", de cujos "defensores" pretende se distanciar, e conclui que toda sentença tem um sentido literal "relativo", dependente do contexto, sentido esse que, como quer Searle, permanece "literal" e, portanto, inerente à sentença.

A estrutura teórica armada por Searle para a defesa de um sentido literal "relativo" e, ao mesmo tempo, dependente do contexto, repousa sobre alicerces frágeis. A noção tradicional de sentido literal, ou seja, do sentido primeiro da "letra", da palavra, da sentença, somente pode ser proposta em oposição a um outro sentido, que seria indireto, secundário, variável segundo o contexto ou o intérprete. A proposta de Searle, ao relativizar o sentido "literal" sem abrir mão dessa "literalidade", cria uma noção de significado que apresenta como única serventia teórica a preservação de um conceito tradicional embalado num envólucro supostamente "inovador". Afinal, de que nos serve a noção de sentido literal "relativo" se, por definição, o literal é exatamente o não-relativo, o estável, o invariável?

Assim, a argumentação de Searle, com base na demonstração de que não há um nível de significado independente de contexto, acaba desembocando numa conclusão que não cumpre a proposta inicial de "desafiar" a noção tradicional de significado. Como o próprio Searle comenta, sua tese mantém "intacta" a distinção entre o "sentido literal da sentença" e o "sentido metafórico ou irônico do enunciado", bem como a distinção entre os atos de fala diretos e indiretos (p. 133).

Em "Metaphor", Searle também pretende apresentar uma alternativa à oposição tradicionalmente estabelecida entre os sentidos literal e metafórico. Sua proposta prevê uma distinção entre o que chama de "sentido do emissor ao produzir o enunciado" (*speaker's utterance meaning*) e "sentido da palavra ou sentença" (*word, or sentence,*

meaning). O último é o sentido intrínseco, inerente à palavra ou à sentença ("as sentenças e as palavras têm apenas os significados que têm" [p. 177]), enquanto o primeiro depende da intenção do falante e inclui todo sentido metafórico.

Novamente, a "inovação" que Searle pretende contrapor à concepção tradicional de significado não passa de um leve verniz que não consegue esconder a própria noção que se propõe a atacar. O que Searle chama de "sentido da palavra ou da sentença" nada mais é do que um novo nome para o velho sentido literal, e o que chama de "sentido do emissor ao produzir o enunciado" nada mais é do que o sentido figurado, que muitos teóricos "tradicionais" também vêm como decorrente, derivado, secundário, ou mesmo parasitário em relação ao "literal".

A distinção proposta por Searle nesse ensaio parte do mesmo pressuposto que tem sustentado todo seu projeto logocêntrico, ou seja, a crença na possibilidade de um nível de significado que pudesse ser independente do emissor ou da situação de emissão. Esse nível de significado — quer seja chamado de "sentido literal" ou de "sentido da palavra ou da sentença" — faz parte da mesma crença que autoriza a possibilidade de uma distinção clara e "objetivamente" demarcável entre sujeito e objeto. A concepção de sujeito que as reflexões teóricas de Searle abrigam, além de pressupor a possibilidade de um significado independente, também permite e prescreve a definição e até mesmo o resgate das intenções do emissor. É a essa concepção ingênua de sujeito, que desconhece, por exemplo, a noção freudiana do inconsciente, que Searle atribui o poder de metaforizar os significados das palavras ou sentenças, ignorando, entre outras coisas, que essas palavras ou sentenças serão necessariamente recebidas por outros sujeitos que poderão apenas interpretar e nunca definir ou recuperar em sua totalidade as intenções dos sujeitos emissores⁴.

Mais uma vez, a argumentação de Searle não se sustenta porque seus comentários e seus exemplos não conseguem se encaixar na estrutura teórica que pretende construir. Como tentamos demonstrar, mesmo quando se propõe — explícita e conscientemente — a contrariar ou a desafiar a noção tradicional do sentido literal, Searle acaba por confirmá-la e defendê-la acima de "ato locucionário", em sua tentativa de refutar a tese de Keith Donnellan sobre a questão da refe-

4. Ver também "A Noção de Literalidade: Metáfora Primordial" (neste volume).

rência, ou em sua proposta do ato de fala indireto, o que está em jogo, sempre, para Searle, é a preservação de um nível de significado intrínseco e estável, imune a qualquer interferência externa.

BIBLIOGRAFIA

- COHEN, D. (1964). "Do illocutionary forces exist?". *Philosophical Quarterly*, 14, pp. 118-137.
- DONNELLAN, K. (1966). "Reference and definite descriptions". *Philosophical Review*, LXXV, pp. 281-304.
- RAJAGOPALAN, K. (1984). "Posso fazer uma pergunta?". Em *Estudos Linguísticos: IX Anais de Seminários do GEL*. Batatais: Faculdade "José Olympio", pp. 83-87.
- . (1988). "Algumas inquietações acerca de referência sob aspectos". Em *Anais do IX e X Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, pp. 125-138.
- SEARLE, J.R. (1968). "Austin on locutionary and illocutionary acts". Em *Philosophical Review*, LXXVIII. Reproduzido em I. Berlin (org.) (1973) *Essays on J. L. Austin*. Oxford: Clarendon Press, pp. 141-159.
- . (1969). *Speech Acts*. Cambridge: CUP.
- . (1975). "Indirect speech acts". Em P. Cole e J. L. Morgan (org.) (1975). *Syntax and Semantics, Vol. 3 Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press, pp. 59-82.
- . (1978). "Literal meaning". *Erkenntnis*, Vol. 13. Reproduzido em J. R. Searle (1979a), pp. 117-136.
- . (1979a). *Expression and Meaning*. Cambridge: CUP.
- . (1979b). "Referential and attributive". *The Monist*, Vol. 3. Reproduzido em J. R. Searle (1979a), pp. 137-161.
- . (1979c). "Metaphor". Em A. Ortony (org.) (1979). *Metaphor and Thought*. Cambridge: CUP. Reproduzido em J. R. Searle (1979), pp. 76-116.
- e D. VANDERVEKEN (1985). *Foundations of illocutionary Logic*. Cambridge: CUP.